

REVISTA AUTÊNTICOS

Volume 3 - Número 5

setembro 2023

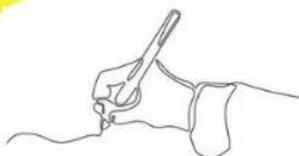
2023

ISSN - 2675 - 9543



SETEMBRO AMARELO

**Autoestima infantil, um
investimento necessário**



revistaautenticos.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

R454

Revista Autênticos [recurso eletrônico] / [Editor Chefe]
Fernando Piffer – Vol 3, n.5 (set. 2023) – São Paulo-SP:
Instituto P2G Educacional, 2022.

Bimestral

ISSN 2675-9543

Disponível em: <https://revistaautenticos.com.br/>

1. Educação Infantil. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino
Lúdico. 4. Gestão Escolar. 5. Práticas Docentes. 6.
Matemática. 7. Autismo. 8. Alfabetização e Letramento. 9.
Educação Física. 10. Inteligência Emocional. 11. Música.
12. Psicopedagogia. I. Piffer, Fernando.

CDD: 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB-6/2422

www.revistaautenticos.com.br

E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br

Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04162-001 Fone (11) 2947-3283

EDITORIAL

“AUTOESTIMA INFANTIL, UM INVESTIMENTO NECESSÁRIO**”

Desde 2014, a ABP, Associação Brasileira de Psiquiatria, em uma ação conjunta com o CFM, Conselho Federal de Medicina, desenvolvem uma campanha que possui caráter mundial, estabelecendo o mês de Setembro como o mês de prevenção ao suicídio, sendo designado como “Setembro Amarelo”, determinando que o dia 10 de Setembro seria constituído como o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Durante o mês de Setembro são desenvolvidas diversas campanhas com foco em alertar a população para o fato de que o suicídio é uma das causas que mais levam pessoas a óbito, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. De acordo com uma pesquisa realizada pela OMS, Organização Mundial de Saúde, em 2019, constatou-se mais de 700 mil suicídios em todo o mundo, mas como nem todos os casos são registrados, estima-se que o número pode ultrapassar a 1 milhão de casos.

No Brasil, essa mesma pesquisa apontou que aproximadamente 14 mil casos ocorrem anualmente, o que corresponde a cerca de 38 pessoas que cometem suicídio diariamente, o que chega a ser um número alarmante. Este número se torna ainda mais preocupante quando se constata que o suicídio é a segunda causa de morte entre jovens e adolescentes brasileiros, na faixa dos 15 aos 29 anos de idade. Ou seja, no momento em que a vida parece pulsar com maior vigor e intensidade, muitas pessoas estão tirando a própria vida, e isso é inconcebível. Assim, o Setembro Amarelo se propõe a ser um mês em que a sociedade tem a oportunidade de abordar esse tema tão importante e que tem trazido consequências tão desoladoras.

Muitas são as razões que podem levar ao suicídio de jovens e adolescentes, todavia, muitas também são as ações que precisam ser tomadas, especialmente as que valorizam a autoestima, principalmente na fase da infância, que é quando os valores e conceitos são estabelecidos. Neste sentido, tanto a escola quanto a família exercem um papel de extrema importância para trabalhar a autoestima da criança de forma consistente e objetiva.

A autoestima reflete a forma como a criança se enxerga e como ela se sente em relação às demais pessoas. Quando a percepção da criança é positiva em relação a estes fatores, ela desenvolve aspectos positivos que impactarão todas as fases da sua vida. Entretanto, crianças que se sentem rejeitadas podem desenvolver uma baixa autoestima, o que afetará aspectos da sua personalidade, temperamento e relacionamento com outras pessoas.

Algumas ações precisam ser tomadas, tanto pelos professores quanto pelos familiares, visando promover uma autoestima alta e consolidada. Primeiramente, não comparar a criança com outros alunos ou com outros irmãos. Não se deve jamais rotular a criança com adjetivos pejorativos como magrelo, gordo, baixinho etc, pois tais ações levam à prática de bullying, a qual deve ser repudiada. Valorizar sempre a conquista e as descobertas da criança, reconhecendo o seu esforço. Importante dar atenção à criança, compreendê-la e respeitar suas escolhas, estando atento às suas emoções. Importante, também, motivar sempre a criança em cada aprendizagem para que ela se sinta estimulada. Ações simples como estas podem aumentar a autoestima e evitar consequências trágicas no futuro.

Elaine Cristina Piffer é formada em Pedagogia e Biologia, com Pós-Graduação em Distúrbio de Aprendizagem, Docência no Ensino Superior e MBA em Gestão de Instituição de Ensino. É professora da Rede Pública de Diadema-SP.

CONSELHO EDITORIAL

Elaine Cristina Piffer
Rosana Gomes
Luciana de Moraes
Alcinda Ponce
Jorge Longuine Palhares
Talita Spadoni Piffer
Cezira Antonelli
Yara Cristina Nieri
Cláudia Duarte
Fernando Piffer
Miriam Aparecida Silva

EDITOR CHEFE

Fernando Piffer

NORMALIZAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Talita Spadoni Piffer

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Lyrio Teixeira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rosana Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIGITAL

Daniel Spadoni

COPYRIGHT

Revista Autênticos. Instituto P2G Educacional, Volume 3, Número 5 (Setembro, 2023) – SP

ISSN - VERSÃO DIGITAL

2675-9543

Publicação Bimestral coligada ao Instituto P2G Educacional.

Exceto o Editorial, todos os artigos publicados refletem a opinião dos seus autores. A responsabilidade pelos conteúdos é exclusiva dos mesmos, sendo que não expressam, necessariamente, a opinião deste Conselho Editorial.

É permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que as fontes sejam devidamente citadas.

SUMÁRIO

05– A MÚSICA COMO FERRAMENTA ÚTIL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TATIANE LEITE DE OLIVEIRA

22– A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JUCIENE RODRIGUES DE SOUZA

37– A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

**VIVIANE MARTINS DE ALBUQUERQUE
ROBERTA CONSANI FERNANDES VIEIRA**

46– SITUAÇÃO PROBLEMA COMO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

**DANIELLI APARECIDA GUEDES FELIPELI
EVELYN CRISTINA DA SILVA**

63– LUGAR AO SOL

**CRISTIANE DE OLIVEIRA SANTOS CORRÊA
THELMA APARECIDA CORRÊA BASTO
GERSONITA APARECIDA PEREIRA MARINS
MELO**

72– INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: RELEVÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

**MARIANE RODRIGUES BETTUZ
FERNANDA SILVA MARQUES CRISTALDO**

84– UTILIZAÇÃO DA QUÍMICA VERDE PARA TORNAR PROCESSOS

SILVANA RODRIGUES MANOEL RUFINO

88– AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DISLEXIA

CAROLINE PEREIRA

106– TECNOLOGIAS INFORMATIZADAS INCLUINDO HEALTH COACH ONCOLÓGICO NA OTIMIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS COM CÂNCER NOS SISTEMAS DE SAÚDE

LUCINEIA ANTUNES FERREIRA AMARAL

112– BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES COM MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS

**BRUNA MARINS
RENATA CORRÊA FIÊNCIO FERREIRA
VANÉLLI PIRES AMARO**

122– ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIFICULDADES E DESAFIOS DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

**LUCIANA DE CARVALHO CARDOSO
BRESSANE**

141– A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MITHYLENE DE ALMEIDA BATISTA

154– A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

**REJANE APARECIDA FERREIRA DA SILVA
HELEN ROSANA DE ARRUDA
CARLA RENATA BORTOLETO ROSATI**

169 CONHECENDO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**DANIELLE OTIS FERREIRA
TELMA STOCCO MARTINS**

183– A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

MISLAINE FERNANDES FLORENTINO

208– A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM CRIANÇAS COM TDAH

**ALESSANDRA NEGRÃO DOMINATO BARROS
SILVIANE OLIVEIRA
VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS GOES**

225– ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: O PAPEL DA ESCOLA

**SOLANGE ALVES DE MELO
EDILAYSE EDUARDO CAETANO DA SILVA
COSTA**



A MÚSICA COMO FERRAMENTA ÚTIL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tatiane Leite de Oliveira

Graduação em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento e Gestão Escolar.

RESUMO

É inquestionável que a música está presente no cotidiano da humanidade desde os tempos mais longínquos, fato que a história registra amplamente, podendo se constatar que tanto a voz quanto os instrumentos sempre foram utilizados para se comunicar e se expressar. A música tornou-se importante à medida que os homens começaram a se comunicar e a emitir sons ritmados que logo passaram a ser utilizados com muita frequência, especialmente em suas manifestações religiosas, visto que em todas as civilizações da Antiguidade a música era utilizada, tanto em seus momentos de festividades quanto nos próprios rituais religiosos, sempre buscando agradar e alcançar a providência das suas divindades. Com o passar do tempo, a música foi adquirindo maior sofisticação, sendo que na Idade Média, já fazia parte integrante dos cultos cristãos, tanto que o próprio Papa Gregório I elaborou uma regulamentação referente a utilização da música nos cultos católicos, no século VI. Todavia, alguns séculos depois, a música passou a não ser exercida apenas na igreja, e passou a incorporar o cotidiano das pessoas. A música, no universo infantil, já faz parte desse contexto desde antes mesmo do nascimento da criança, pois mesmo ainda no ventre materno a criança já recebe influência musical mediante a comunicação que a mãe estabelece com ela. Logo ao nascer, a música já começa a causar seu impacto sobre a criança, pois ao ouvir os primeiros acordes musicais, ela tende a se movimentar e a se manifestar. Isto ocorre visto que o cérebro começa a gerar estímulos em uma área que é responsável pela musicalidade, a qual vai sendo desenvolvida conforme a criança se familiariza com os sons e com os ritmos musicais. A música oferece inúmeros benefícios às crianças como: capacidade de raciocínio e memorização, poder de concentração, socialização, expressão corporal e desenvolvimento dos aspectos psicomotores, fatores que contribuem um bom aproveitamento escolar. Assim, é inquestionável que a música precisa ser trabalhada amplamente no contexto escolar, propondo sempre muitas atividades que envolvam a música na Educação Infantil.

Portanto, a importância que a musicalização impõe sobre os aspectos pedagógicos é imensa, pois a utilização dos elementos deste universo pode trazer uma diversidade de aprendizagens relacionadas às suas concepções auditivas. Além destes benefícios, há a contribuição da musicoterapia, uma área que vem se constituindo em um instrumento útil para o tratamento e inclusão de crianças com dificuldade de comunicação, como os autistas por exemplo. Todos estes componentes reforçam a importância da música como ferramenta útil para as crianças da Educação Infantil.

Palavras- Chave: Música; Musicalização; Musicoterapia; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Dentre as muitas definições, a que parece ser a mais adequada em relação à música é a que a apresenta como a arte de combinar sons e silêncio dispostos de maneira intercalada durante um determinado período de tempo. A essência e a forma da música carecem totalmente de um dos sentidos do corpo humano, ou seja, a audição, que é constituída mediante a interpretação realizada pelo cérebro. Dessa forma, a diversidade musical vai sendo adquirida e aprimorada mediante a aquisição de seus diferentes aspectos: O som, que pode ser grave, médio e agudo, o timbre, produzido por sopro, cordas, percussão ou voz, o ritmo, mediante velocidades curtas, médias ou longas, a intensidade, que pode ser forte, média ou fraca e a harmonia, que representa a combinação simultânea de sons. Quanto maiores forem os estímulos, maior será a repercussão que o cérebro do indivíduo desenvolverá. Historicamente, a música é uma das mais antigas manifestações de comunicação humana, e sempre associada a um contexto de alegria, prazer e religiosidade, e muitos povos já a incluíam como componente essencial em suas cerimônias religiosas. Essa ideia se evidencia ainda mais quando a própria palavra “música” apresenta, em sua origem, a ideia de algo transcendental ou relacionado a divindades, visto que ela provém do grego “mousiké”, transmitindo a ideia de “a arte das musas”, que eram deusas gregas relacionadas às artes e às ciências.

A música é um ingrediente plenamente presente na vida das pessoas desde a etapa de sua gestação, no qual a mãe se comunica com o bebê em seu ventre por meio de músicas que trazem relaxamento e paz. E, logo que nasce, já se consegue perceber como a criança demonstra sua relação com a música, seja balançando o corpo, seja sorrindo. Essa relação da criança com a música só tende a crescer, visto

que a música é um componente básico das famílias, permitindo que as crianças se habituem à musicalidade e se conectem com seus elementos (sons, ritmos, batidas e harmonia), e tudo se incorpora ao universo infantil à medida que as crianças aprendem, decoram e se alegram com as cantigas infantis.

Com este entendimento, é imprescindível que a música seja plenamente explorada no ambiente escolar, uma vez que ao propor atividades que utilizam componentes da música em seus conteúdos, a escola alcançará o desenvolvimento dos alunos em diversas áreas. A música contribui para aprimorar os sentidos, bem como sua relação com seus pares, com o meio ambiente, com aspectos psicomotores, em especial, o equilíbrio, mediante movimentos coordenados e ritmados, como dançar, bater palmas ou bater os pés. A música também é responsável por fortalecer aspectos sociais e afetivos, incentivando a liberdade de expressão e de emoções, gerando uma sensação de segurança, de pertencimento e de interação bastante eficaz.

Nesse cenário, se despontam dois componentes significativamente importantes, musicalização e musicoterapia. A musicalização compreende a aplicação da linha pedagógica que a música proporciona, ou seja, empregar os elementos musicais para oferecer aprendizagens às crianças segundo um planejamento estabelecido, trabalhando todos os aspectos musicais que possibilitem à criança absorver os conteúdos propostos, utilizando cantigas, desenhos animados, jogos e brincadeiras, todos repletos de alegria e de prazer. Essa relação pode produzir, em muitos casos, uma identificação da criança com a música de maneira que poderá despertar nela o interesse de tocar algum tipo de instrumento ou mesmo de se tornar um cantor ou cantora. A musicoterapia, no entanto, consiste em uma área relativamente nova do conhecimento, na qual um especialista utiliza os componentes da música para trabalhar com indivíduos que possuem alguma dificuldade física, emocional ou social, para que consigam retomar suas atividades normais e o convívio com outras pessoas.

A MÚSICA E SUAS ORIGENS

A palavra música possui sua origem na língua grega: “mousiké”, cujo significado é “a arte das musas”, e se constitui, essencialmente, por uma sucessão de sons emitidos, os quais são intercalados por períodos curtos de silêncio, organizada ao longo de um determinado período de tempo. Essa combinação de elementos e componentes sonoros, plenamente percebidos e captados pela audição, é que dão

forma à música, incluindo todas as possíveis variações dos sons, como intensidade, altura, timbre e duração, que podem ser emitidos em diversos tipos de ritmos, melodias e harmonias. Assim, a música é reconhecida como um dos elementos culturais principais de todas as civilizações em todas as épocas da história, havendo indícios bastante concretos que apontam que a música já existia desde os tempos pré-históricos, sendo que, a princípio, tinha o objetivo de reproduzir os sons da natureza, como chuva, trovões, vento, além dos sons emitidos pelas espécies animais. A evidência de uma possível flauta de osso foi datada de cerca de 60 mil A.C, e a existência de harpas e líras, ou seja, instrumentos considerados mais complexos, já eram encontrados por volta de aproximadamente 3 mil A.C na antiga Mesopotâmia.

“No panteão grego, por exemplo, Apolo é a divindade que rege as artes, por isso vemos várias representações suas, nas quais ele porta uma lira. Vale lembrar que na Grécia Antiga apenas a música e a poesia eram consideradas manifestações artísticas da maneira como as compreendemos atualmente. Assim, é uma combinação de elementos sonoros que são percebidos pela audição. Isso inclui variações nas características do som, tais como duração, altura, intensidade e timbre, que podem ocorrer em diferentes ritmos, melodias ou harmonias” (BLOG EDUCAÇÃO UOL, 2021).

As civilizações mais antigas, no decorrer de toda a sua história, estão repletas de intervenções e menções referentes à música. No Egito Antigo, a música aparece desde bem antes de 4 mil A.C, sendo manifestada com um forte aparato de ordem religiosa, uma vez que os egípcios atribuíam ao seu deus Thoth essa expressão de produção artística, e creditam ao seu deus Osíris, talvez o mais importante de sua crença, a utilização da música como uma ferramenta para civilizar o mundo e pacificá-lo. Nas civilizações antigas, a música também era utilizada de maneira abundante nos rituais destinados à agricultura, utilizando-se de harpas, flautas e instrumentos de percussão buscando garantir que os deuses lhes provessem fartas colheitas. A atividade musical também se estendia pela Ásia, em especial pela China, onde se constata inúmeras comprovações de sua prática datadas de aproximadamente 3 mil A.C.

“Podemos observar que a cultura musical na Grécia Antiga funcionava como uma espécie de elo entre os homens e as divindades. Tanto que a palavra "música" provém do termo grego *mousikē*, que significa "a arte das musas". As musas eram as deusas que guiavam e inspiravam as ciências e as artes. É importante ressaltar que Pitágoras, grande filósofo grego, foi o responsável por estabelecer relações entre a matemática e a música, descobrindo as notas e os intervalos musicais. Sabe-se

que na Roma Antiga, muitas manifestações artísticas foram heranças da cultura grega, como a pintura e a escultura. Supõe-se, dessa forma, que o mesmo ocorreu com a música. Entretanto, diferente dos gregos, os romanos usufruíam dessa arte de maneira mais ampla e cotidiana” (BLOG TODA MATÉRIA, 2021).

No decorrer da Idade Média, período que engloba aproximadamente mil anos da história ocidental, com início no século V, quando ocorreu a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e término no século XV, com a tomada de Constantinopla pelo Império turco-otomano, em 1453, sempre se identificou a presença da música, incentivada pela Igreja Católica que exercia fortíssima influência sobre a sociedade europeia, tanto na esfera da religião quanto nos aspectos morais, políticos, sociais, culturais e artísticos. A música era muito presente nas cerimônias católicas, tanto que o próprio Papa Gregório I veio a promover, no século VI, uma compilação de regras que determinavam de quais formas o canto deveria ser praticado nas celebrações da igreja, e foi daí que surgiu o conhecido “canto gregoriano”.

Já no período do Renascimento, que compreende a etapa de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, que vai do século XIV até meados do XVI, o modelo geral do pensamento cultural sofreu drásticas transformações, isto porque os interesses comuns passaram a se concentrar mais na esfera da razão, do autoconhecimento e da produção científica, e este entendimento teve reflexos na música, a qual passou a evidenciar características mais universais, e foi se afastando das práticas da Igreja. No período da Idade Moderna, que se estende até 1789, com a Tomada da Bastilha, surgiu um elemento bastante marcante que foi a polifonia, ou seja, uma técnica que combina duas ou mais vozes de forma simultânea. A ascensão da música ocidental se consolidou nessa fase, passando a apresentar novos contornos musicais, onde se destaca o surgimento de óperas, orquestras de câmaras e apresentações de músicos. Esta época marcou com muito destaque as orquestras e a música instrumental, notadamente com a criação das sinfonias, sonatas e concertos, e nomes como Mozart, Haydn e Beethoven foram grandemente evidenciados nesse período.

“Já no século XX, a música passa por mais uma transformação a partir da criação do rádio, um meio de comunicação que revolucionou esse século. A partir de então, a música passa a se popularizar, e cantores e compositores são projetados. O rádio contava com uma variedade expressiva de canções que chegavam aos ouvidos do público. Com isso, as pessoas começam a ter contato com diversos tipos de música. Instrumentos que até então não eram tocados por grande parte dos músicos, passam a integrar as composições musicais. Além

disso, artistas adotam objetos comuns capazes de emitir sons que auxiliam nas produções musicais, tais como pentes, chaleiras, pratos, copos e brinquedos, como faz o compositor brasileiro Hermeto Pascoal. Muitos músicos se destacaram nesse período, tais como Heitor Villa-Lobos, Chiquinha Gonzaga, o nigeriano Fela Kuti, a francesa Lili Boulanger entre muitos outros” (ESCOLA EDUCAÇÃO, 2022).

A MÚSICA E SUA PRESENÇA MARCANTE NA VIDA DAS CRIANÇAS

Todas as formas de manifestação artística oferecem uma contribuição considerável para o desenvolvimento infantil, e a música, como não poderia deixar de ser, possui uma função muito especial, uma vez que contribui para a construção de estímulos em áreas cerebrais vitais, as quais estão relacionadas tanto à cognição quanto ao desenvolvimento de outras habilidades importantes como a coordenação motora, a audição e a fala. Dessa forma, a música, contribui para o desenvolvimento das crianças fortalecendo a integração de aspectos relacionados à sensibilidade e à razão, cooperando nos aspectos da comunicação, expressão corporal e socialização. Ela auxilia na produção de estímulos referentes à concentração e à memória, além de proporcionar uma inspiradora oportunidade de diversão para as crianças. Portanto, toda criança que é estimulada musicalmente até os cinco anos de idade, pode desenvolver significativamente a área frontal do cérebro, promovendo o desenvolvimento do raciocínio lógico.

“A música integra corpo e mente, e neste tópico selecionamos alguns benefícios da música no desenvolvimento infantil:

1 – **Concentração** - A música exerce um poder de sensibilizar a criança e isso faz com que ela se envolva na melodia e se concentre no que está ouvindo. Essa atenção ao som potencializa o poder de concentração e, se ainda, ela for capaz de cantar um trecho ou aprender a música por completo, é sinal de que ela consegue focar naquela tarefa. Se a musicalização for acompanhada de aprendizado de algum instrumento, será ainda mais benéfica para desenvolver e aumentar a concentração.

2 - **Raciocínio e Memória** - Algumas áreas do cérebro que são ativadas com a musicalização na infância têm muito a ver com o processo educativo. Raciocínio e memória bem desenvolvidos são ferramentas importantes na escola e a música é capaz de desenvolver a percepção espacial e ativar a memória. A música no desenvolvimento infantil também faz com que as crianças tenham uma maior facilidade no aprendizado da matemática.

3 - **Expressão Corporal** - A música é uma fonte de estímulos inigualável para o desenvolvimento das expressões corporais. Ela integra corpo e mente, ativa a sensibilidade e também a razão, facilita a comunicação e a consciência do corpo, demonstrando seus sentimentos através dele. Com a música no desenvolvimento infantil, a criança pode melhorar comportamentos como a

indisciplina e a timidez e refinar sua coordenação motora, principalmente se também exercitar a dança juntamente com a música.

4 - **Segurança emocional** - Antes mesmo de iniciar a escolarização, a música é benéfica para desenvolver afetividade e confiança entre os pais e os filhos. Ela traz conforto e segurança emocional, facilita a socialização, a cooperação e a empatia nas crianças.

5 - **Aprendizado escolar** - Crianças em fase escolar se beneficiam de maneira importante do processo de musicalização. Ao cantarem ou ouvirem as músicas, por exemplo, palavras são entendidas nos seus significados e os sons produzidos são estimulantes para o aprendizado da linguagem e para a alfabetização. Além disso, a repetição de músicas melhora a dicção dos alunos” (BLOG MUSEU DA IMAGINAÇÃO, 2023).

A criança e a música estabelecem uma relação muito forte, a qual se inicia muito cedo, ainda no ventre materno, e é bastante perceptível como os bebês, quando ouvem uma música, já começam a se manifestar, seja sorrindo ou por meio do movimento do seu corpo. É constatado que, logo em seus primeiros anos de vida, o cérebro da criança estimula uma área responsável pela musicalização, e esta área se torna cada vez mais ativa. Considerando que a música está sobremodo presente no cotidiano das famílias, espalhando-se pelo ambiente familiar, é normal que as crianças ouçam e se familiarizem com os sons e com os ritmos, e à medida ela vai crescendo, a família introduz cantigas e músicas infantis, que passam a se incorporar ao seu universo infantil. Além disso, é importante que os pais ofereçam à criança total liberdade para cantar, brincar e improvisar instrumentos como batuque em objetos, permitindo que ela se desenvolva nessa importante etapa de descobertas.

“É impressionante como a música chama a atenção das crianças desde muito cedo. A quantidade de brinquedos com sons existentes no mercado, não é à toa, a música é fundamental no desenvolvimento das crianças em várias faixas etárias. A música possui um papel importante na educação das crianças, ela contribui para o desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e linguístico, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. A musicalização na educação infantil está relacionada a uma motivação diferente do ensinar, em que é possível favorecer a autoestima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase. Cantando ou dançando, a música de boa qualidade proporciona diversos benefícios para as crianças e é uma grande aliada no desenvolvimento saudável da criança (BLOG DICAS PAIS E FILHOS, 2013).

A música também se torna um meio de integração social de considerável eficiência, visto que proporciona a interação de elementos afetivos, estéticos e cognitivos, proporcionando uma comunicação social significativa, uma vez que a criança se socializa cantando, falando, ouvindo e observando. E este é, sem dúvidas, um dos maiores benefícios proporcionados às crianças pequenas por meio da música, visto que elas tem a possibilidade de se exercitar coletivamente, repetindo a mesma canção inúmeras vezes, ou desenvolvendo brincadeiras com instrumentos, gerando mais prazer e uma maior familiarização com a música.

“A música em termos específicos, deve tornar um indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, respostas de índole musical. Em termos práticos, é a pré-escola da música. É a música agindo pela música. Com a reunião e o desenvolvimento dos métodos é que buscamos atender musicalmente as vivências das crianças, através de sua participação criadora. Quando a criança se expressa cantando, ela está envolvida com papéis de interpretação sonora em coletividade, fazendo-a sentir-se integrada em um grupo e adquirindo a consciência de que seus componentes são igualmente importantes. Compreende a necessidade de cooperação frente aos outros, pois da conjunção de esforços dependerá o alcance de um objetivo comum”. (CARVALHO, 1997, p. 16).

Sendo a música um dos elementos mais presentes na vida das pessoas, é natural que as crianças se apropriem dela com muita ênfase, especialmente porque o cérebro humano é devidamente equipado para a música, diferentemente de outras espécies animais, que, mesmo emitindo sons tão belos, que muito se assemelham a uma melodia, para eles nada mais é do que uma simples manifestação que é característica de sua espécie. Somente a espécie humana é capaz de produzir música como elemento artístico, e é a única capaz de desenvolver instrumentos específicos com esta finalidade.

“Quando afirmamos que os pássaros (ou outros animais) estão fazendo música, estamos interpretando esse som com base na nossa experiência humana. Um dos motivos pelos quais fazemos isso está em um importante órgão do corpo: o cérebro. Nosso cérebro é equipado para a música, ou seja, a sua estrutura e o seu funcionamento são capazes de receber e converter os estímulos sonoros em música. Devido ao avanço de estudos da área da neurociência, foi possível constatar estruturas cerebrais específicas utilizadas para o processamento musical. Estes estudos mostram, inclusive, que o treinamento musical pode influenciar o desenvolvimento estrutural e funcional do cérebro. Isso contesta o que a crença popular sugere, que apenas quem tem dom pode desenvolver-se musicalmente. De acordo com os

estudos, o “dom” para a música é algo que todos possuímos (o nosso cérebro), e o que pode aperfeiçoar na nossa relação com ela são os estímulos, os aprendizados e as vivências”. (PENNA, 2008 p. 18).

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Desde muito novas as crianças aprendem e se habitam a ouvir músicas como as canções de ninar, por exemplo, e, de forma muito natural, elas passam a associar a música a uma sensação de bem-estar, de prazer e de alegria, e essa dinâmica tem sido plenamente aproveitada no ambiente escolar. Assim, utilizar a música na sala de aula oferece benefícios consideráveis para o desenvolvimento infantil. A música ajuda a melhorar a capacidade de concentração, a memória, a criatividade, a autonomia e a sensibilidade das crianças. Também auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, do processo de alfabetização, do vocabulário e do raciocínio matemático. Quando a música é aplicada na educação infantil, em suas diferentes disciplinas, ela é capaz de promover todos estes benefícios, sendo necessário apenas que os professores se envolvam nesse processo. A música também impacta um outro aspecto, que é o aprimoramento da percepção espacial e sonora, que engloba distâncias e movimentos, além do componente da socialização que, inegavelmente se evidencia significativamente nos momentos dos cânticos infantis no ambiente escolar.

“Ao propor atividades de música na Educação Infantil, a escola está contribuindo com diferentes facetas do desenvolvimento infantil: **Desenvolvimento cognitivo ou linguístico:** a música ajuda a desenvolver os sentidos, a criança tenta acompanhar o ritmo e trabalha sua coordenação motora. Repetir e imitar sons também faz com que ela estabeleça relações com o ambiente. **Desenvolvimento psicomotor:** o ritmo também ajuda no equilíbrio do sistema nervoso. A música pode aliviar tensões e desenvolver senso rítmico ao dançar, bater palmas e bater os pés. **Desenvolvimento sócio-afetivo:** a musicalização também ajuda a liberar as emoções, dando uma sensação de segurança. Nos trabalhos coletivos, melhora a cooperação e o conceito de grupo”. (JORNADA EDU, 2021).

Assim, a obrigatoriedade do ensino de música nos anos iniciais do Ensino Fundamental é visto de modo positivo pelos especialistas, os quais reconhecem ser este um enorme avanço na educação escolar. Eles compreendem a Arte e a Música como ações de integração política e social, e, assim, entendem que o processo de ensino da música jamais pode ser encarado como um fenômeno desvinculado dos

assuntos e problemas que permeiam a sociedade. Esta é a razão pela qual a música foi incluída e retirada do currículo escolar brasileiro muitas vezes no decorrer da história. Nos dias atuais, a música obtém maior reconhecimento como conteúdo ligado ao ensino de Artes, contemplado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), o qual apresenta as seguintes orientações:

“Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadãos é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que a música se inscreve no tempo e na história”. (BRASIL, 1997, p. 54).

Portanto, a área do conhecimento denominada Arte é muito importante no contexto do ensino, uma vez que ela representa também parte do patrimônio cultural e histórico da humanidade, cuja perspectiva histórica reconhece o ensino da Música como uma prática escolar corretamente inserida dentro do ensino de Arte, como uma de suas mais importantes representações. As modalidades pertencentes ao segmento Arte, além da Música, englobam as Artes Visuais, a Dança e o Teatro, sendo que todas estão devidamente inseridas no currículo das escolas nos anos iniciais da educação básica. E, com relação à Música, a Base Nacional Comum Curricular acrescenta:

“A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio da cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para a sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade”. (BNCC, 2017, p. 154).

A utilização da Música nas aulas da Educação Infantil passa, primeiramente, pelo fato de se reconhecer que não é necessário ser um professor de Música, mas que haja uma boa parcela de criatividade. Valendo-se disso, qualquer professor conseguirá facilmente incorporar elementos musicais em suas aulas. Assim, mesmo que o

professor não saiba tocar nenhum instrumento, ele sempre poderá recorrer ao uso de músicas disponíveis em pen drives, aplicativos de música, ou até mesmo providenciar a participação de algum professor que saiba tocar um violão ou outro instrumento qualquer. É imprescindível, porém, que haja desprendimento e muita disposição para se aventurar no universo da música para as crianças. Entretanto, as atividades requerem sempre planejamento e objetividade.

“Abaixo destacamos algumas sugestões: **Filmes e Desenhos:** Uma opção fácil e rápida para iniciar. Procure por filmes educativos e que tragam curiosidades sobre natureza, ciência, matemática e outros conteúdos. Mas, lembre-se de escolher aqueles que se adequam para a idade dos alunos. **Brincar de Roda:** Essa atividade é uma ótima proposta para trabalhar a música na Educação Infantil, já que faz o aluno cantar, dançar, apurar sua percepção de afinação, ritmo e melodia. **Contação de Histórias:** Crianças adoram ouvir histórias e ficam ainda mais interessadas quando misturamos com músicas. Existem vários CDs e vídeos com histórias cantadas disponíveis na internet e o professor também pode usar fantoches e fazer dramatizações. **Aulas de Canto e de Instrumentos:** É interessante que a escola também ofereça aulas focadas em música, proporcionando um ensino integrado e interdisciplinar. Os estudantes conseguem desenvolver suas habilidades musicais, além de instigar a criatividade e abrir as portas para a arte. **Bater Bola:** Para os alunos menores, bater bola no chão, como no basquete, desenvolve o senso rítmico e a manutenção dos movimentos. É um desafio divertido que pode ser mais avançado ao jogar a bola na parede, fazer malabarismo ou brincar enquanto canta. **Músicas e Cantigas Tradicionais:** podemos utilizar cantigas mais tradicionais que já passaram de geração para geração. O professor pode aproveitar para estimular a sensibilidade, explorar o sentido das palavras e sensações de cada vocabulário” (JORNADA EDU, 2021).

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE MUSICALIZAÇÃO E MUSICOTERAPIA

Reconhecendo que a música exerce um aspecto cultural, e possui uma participação bastante ativa no cotidiano das pessoas desde sua mais tenra idade, torna-se plenamente possível utilizá-la dentro do ambiente escolar para oferecer benefícios de aprendizagem e socialização. Nesse sentido, cabe destacar a importância da musicalização para as crianças, considerando o caráter altamente pedagógico que esta prática proporciona. Utilizando os exercícios já considerados anteriormente, sempre trabalhados segundo um planejamento previamente estabelecido, caberá ao professor orientar este viés pedagógico, como por exemplo, empregar determinados instrumentos e apresentar às crianças não apenas o som que eles emitem, mas também abordar aspectos como o formato destes instrumentos, se

eles são retangulares (como uma sanfona), circulares (como um tamborim), triangulares (como um triângulo), ou multiformes (como um violino). Pode-se trabalhar, ainda, as cores dos instrumentos, ou partes deles, como as teclas de um piano, por exemplo. Também se os instrumentos são de percussão, de sopro ou de corda. Estas exposições podem exercer uma influência nas crianças, as quais poderão se identificar com algum tipo de instrumento, despertando o interesse em aprender a tocá-los.

É interessante destacar a importância pedagógica de se ensinar música às crianças, para que elas conheçam e aprendam a cantar, sendo que isto, inevitavelmente, fará com que as elas decorem a letra, assimilando os seus significados. Essa prática, na verdade, acompanhará a criança para sempre, exemplo disso, são os professores de cursinhos pré-vestibulares que elaboram canções com o propósito de fazer com que o aluno decore determinadas fórmulas ou conceitos para utilizarem nas provas. Nesse sentido, é plenamente favorável ensinar as músicas com seus conceitos previamente estabelecidos às crianças, ensinando-as a cantar e a fazer gestos que estejam relacionados ao tema que a música propõe. É interessante, também, ensinar os diferentes estilos musicais como forró, valsa, rock, samba, etc. Isto permitirá que as crianças associem estes estilos musicais com aspectos regionais e temporais importantes, manifestando o viés pedagógico que é o de, por meio da musicalização, apresentar diversas aprendizagens.

Uma das funções mais importantes da musicalização é a de aprimorar a percepção auditiva das crianças. Um exercício bastante útil e eficaz é o de, apresentar determinados sons específicos para as crianças, as quais deverão estar acomodadas, de olhos fechados e em silêncio, para elas ouvirem e identificarem que som é aquele. Exemplo: som de um carro ligando, som de um apito, som de um choro de bebê, som de um instrumento, sons de vento e de chuva, som de um animal específico ou de um pássaro. Este exercício, além de proporcionar muito prazer e participação coletiva, ele promove o desenvolvimento da percepção auditiva da criança.

Nesse sentido, a musicalização é reconhecida como o processo pelo qual é possível sensibilizar as crianças a identificarem e a compreenderem os sons e, dessa maneira, apreciá-los, desenvolvendo sua percepção auditiva e estendendo o seu conhecimento musical de uma maneira agradável e positiva. A musicalização também pode ser definida como sendo um conjunto de momentos que expressam e transmitem a musicalidade na primeira infância, construindo uma vivência musical por meio das práticas cotidianas, reconhecendo que, no ambiente escolar, estas práticas sempre estarão associadas à aplicação de conteúdos pedagógicos. Para desenvolver a musicalização, a criança necessita de estímulos que a levem a descobrir os sons,

melodias, ritmos, timbres, harmonias e movimentos, visto que ao experimentar atividades repletas de elementos musicais, as crianças estarão muito mais sensíveis e capacitadas a conviverem com os diversos componentes do universo musical. Nesse sentido, é muito importante o fato de se preparar a criança, desde sua formação, para receber os benefícios proporcionados pela música, especialmente no período gestacional, quando as mães começam a conversar e a cantar músicas para o bebê em seu ventre, entendendo que os bebês estão ouvindo, o que é correto, visto que a audição é, reconhecidamente, o sentido mais apurado dos bebês no ventre materno.

“Existem cinco passos principais para promover a musicalização na primeira infância. **Ouçã músicas durante a gravidez** - Se você gosta de ouvir músicas, as chances de o seu pequeno gostar também aumentam ainda mais. Ao fazer isso durante a gestação, você estimula a audição do bebê e contribui para o desenvolvimento da musicalização desde cedo. **Estimule atividades sonoras desde a primeira infância do bebê** - Após o nascimento do pequeno, que tal adicionar atividades com som na rotina? Vale brincar com objetos sonoros e animais de estimação, tocar um instrumento, cantar para ele, ligar o som ou até mostrar animações musicais para bebês na televisão. **Aposte em aulas de musicalização** - Ao completar 6 meses de idade, os bebês já podem participar de aulas de música, sabia? Quanto mais cedo eles entrarem em contato com instrumentos musicais, maior será a facilidade para aprimorar as habilidades necessárias para tocá-los. Lembre-se: estudar e brincar são atividades que devem andar sempre de mãos dadas para favorecer o desenvolvimento emocional e mental dos pequenos. **Invista em brincadeiras com cantigas de rodas** - Que tal estimular o aprendizado fora da sala de aula? Apesar de as cantigas de rodas já não serem mais tão comuns no dia a dia das crianças, é válido investir nessas brincadeiras e cantar as músicas que você já conhece: além de estreitar os laços familiares, essa é uma ótima opção para despertar o interesse por atividades que envolvem música. **Apresente diferentes instrumentos para saber por quais a criança tem interesse** - Algumas crianças não demonstram tão cedo os seus interesses por música devido à falta de interação musical no meio em que vivem. Por isso, é recomendável mostrar instrumentos de diversos tipos, como flauta, teclado e violão, para estimular a musicalização” (BLOG NOVOS ALUNOS, 2021).

Além destes benefícios proporcionados pela música, existe, também, aquele que a utiliza de uma forma terapêutica, para viabilizar uma ação mais efetiva para se combater necessidades físicas, emocionais, sociais e intelectuais. Nesse sentido, a musicoterapia passa a ser uma inovação que trabalha mediante duas frentes, ela atua na arte e na saúde. Trata-se de uma ciência relativamente recente, visto que passou a ser reconhecida oficialmente como terapia somente no ano de 1972, por esta razão ainda são poucas as pesquisas e trabalhos. No entanto, a musicoterapia deve ser praticada por um profissional especializado, que possua graduação ou especialização

em Musicoterapia, e seu tratamento consiste em elaborar melodias, batidas e ritmos, construindo uma dinâmica que produza os benefícios capazes de promover nos pacientes uma pronta recuperação e retomar a sua autoestima.

A música exerce, reconhecidamente, um papel fundamental na saúde mental das pessoas, pois quando elas estão enfermas, em condição de internação ou reclusão, muitas instituições promovem a visita de músicos voluntários, os quais atuam em clínicas, hospitais, creches ou asilos. O intento desta ação é o de suprir as carências emocionais e afetivas, acalmar o coração e trazer paz e alegria às pessoas nessas condições. Nesse contexto, a musicoterapia é capaz de trazer diversos benefícios nas áreas da mente e do corpo, atuando no tratamento específico, mas também atuando na prevenção de doenças, e na qualidade de vida dos pacientes.

“Tratamento de doenças degenerativas - A música ativa regiões do cérebro responsáveis pela memória, de acordo com um estudo publicado em 2014, que mostra como o cérebro se comporta em relação à música. Assim, a musicoterapia pode atuar na prevenção, tratamento e diminuição de efeitos de doenças degenerativas como o Alzheimer. A música é capaz de estimular partes do cérebro que estavam adormecidas e que não eram utilizadas há muito tempo, sendo muito eficaz para diversos tipos de demência. **Melhora no quadro clínico de câncer** - A musicoterapia já foi comprovada como um elemento que pode diminuir os efeitos da dor, da ansiedade e da fadiga, o que pode colaborar muito para pacientes com casos de câncer. Pessoas que fazem tratamentos dolorosos, se o fazem com acompanhamento musical, podem sentir menos dor. Além disso, a música melhora o quadro psicológico dos pacientes, tornando a recuperação mais provável. Estudos mostram que a musicoterapia é capaz de diminuir, em longo prazo, a quantidade de medicamentos necessários para os pacientes com câncer. **Doenças cardíacas** - Em um estudo publicado pelo Cochrane Library, a música melhora a frequência cardíaca e respiratória, pode reduzir a pressão sanguínea e diminuir os níveis de estresse. Além disso, ela pode melhorar o quadro de Doença Arterial Coronária. **Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)** – Estudos recentes indicam que a musicoterapia tem efeito no tratamento de vítimas de traumas que desenvolveram o quadro de TEPT. Esse é um avanço recente, que propõe um caminho para melhora de um quadro que antes era visto como irreversível. **Autismo** – Estudos que observam o estudo da música no cérebro apontam que as mesmas partes da comunicação do cérebro são ativadas com estímulo musical. As pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista possuem enorme dificuldade de se comunicar, e a musicoterapia pode desenvolver e melhorar este quadro” (GUIA DA CARREIRA, 2023).

Outro aspecto da musicoterapia que também tem se mostrado bastante eficaz é sua atuação visando recuperar pessoas que passaram por um quadro de derrame,

buscando recuperar sua comunicação social, também no tratamento da amnésia, visto que trabalha com a memória e também no combate aos problemas do sono, pois a música relaxa e proporciona a higiene do sono. Muitos são os benefícios da musicoterapia, podendo contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, e pode ser utilizada tanto em pacientes individuais quanto em grupo. Assim, a musicoterapia ressalta o quanto a evolução científica pode apresentar formas inovadoras de se tratar distúrbios e enfermidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo um componente extremamente presente no cotidiano das pessoas nos tempos atuais, a música se torna um dos elementos mais marcantes e que mais caracterizam a espécie humana em toda sua existência. Isto acontece porque o cérebro humano é equipado para esta finalidade, pois seu funcionamento e sua estrutura são preparados para receber estímulos sonoros convertendo-os em música. Nesse contexto, a criança vai conhecendo e se identificando com o universo musical desde muito cedo. Ouvindo as cantigas de ninar e as músicas infantis, sentindo-se à vontade para também poder cantar e se expressar livremente, seja cantando, seja improvisando batidas em algum objeto, ela estará apta a descobrir as sensações que o universo musical oferece.

Uma vez que a criança se apropria da música de maneira bastante natural, essa relação deve ser amplamente utilizada pelas instituições de ensino, as quais devem reforçar as práticas lúdicas voltadas para a música, para que os conteúdos pedagógicos sejam assimilados de uma maneira alegre, prazerosa e agradável. A escola deve promover sempre brincadeiras e jogos relacionados à música com planejamento focado, para que os conteúdos sejam assimilados, e conceitos como memorização, participação coletiva, concentração e desenvolvimento psicomotor sejam aprimorados no ambiente escolar, o qual é totalmente apropriado para as práticas da musicalização, as quais possuem uma carga pedagógica intensa.

Ao se envolverem no universo da música, as crianças estão aprendendo conceitos das demais disciplinas, ou seja, História, Matemática, Gramática. Ciências, Geografia, enfim, todas estas matérias podem ser ensinadas por meio da utilização da música, seja em qual idade for. Este envolvimento que as crianças tem com a musicalização possibilita a elas uma identificação com os diversos aspectos do universo musical, podendo, inclusive, adquirir o gosto por algum instrumento e desejar aprender a tocá-lo ou mesmo desenvolver uma aptidão pelo canto.

Além disso, cabe ressaltar a importância da musicoterapia, um campo da ciência inovador cujos profissionais se credenciam a trabalhar mediante a utilização da música no tratamento e reabilitação de indivíduos que estejam acometidos por necessidades emocionais, físicas e sociais. A musicoterapia tem sido usada no tratamento de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, sendo que essa abordagem científica, trabalhada mediante a atuação de um profissional, auxilia professores e pacientes a lidarem com esta deficiência, contribuindo para que haja um aproveitamento muito mais significativo na sua aprendizagem e no seu relacionamento com as demais pessoas. Dessa forma, a música se destaca como uma excelente ferramenta para a Educação Infantil, contribuindo para a aprendizagem e desenvolvimento dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**, Brasília, MEC/SEF, 1997.

BLOG DICAS PAIS E FILHOS, **A Importância da Música para as Crianças**. Disponível em: <https://dicaspaisefilhos.com.br/bebes-e-criancas/a-importancia-da-musica-para-as-criancas/>. Acesso em 06 ago 2023.

BLOG MUSEU DA IMAGINAÇÃO, **Os benefícios da Música para o Desenvolvimento Infantil**. Disponível em: <https://www.museudaimaginacao.com.br/blog/conheca-os-beneficios-da-musica-no-desenvolvimento-infantil>. Acesso em 01 ago 2023.

BLOG NOVOS ALUNOS, **Musicalização na Educação Infantil: Entenda a Importância para o Aprendizado**. Disponível em: <https://novosalunos.com.br/musicalizacao-na-educacao-infantil/>. Acesso em 06 ago 2023.

BLOG UOL EDUCAÇÃO, **Música, Origem, Sons e Instrumentos**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/artes/musica---origem-sons-e-instrumentos.htm>. Acesso em: 01 ago 2023.

BLOG TODA MATÉRIA, **História da Música**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-musica/>. Acesso em 03 ago 2023.

CARVALHO, M. F, **Pré-escola da Música: Musicalização Infantil**. Curitiba, Martins Fontes, 1997.

ESCOLA EDUCAÇÃO, **A História da Música**. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/historia-da-musica/>. Acesso em 07 ago 2023.

GUIA DA CARREIRA, **Musicoterapia: O que é, benefícios e como trabalhar nessa área**. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/blog/musicoterapia/>. Acesso em 07 ago 2023.

JORNADA EDU, **A Importância da Música na Educação Infantil**. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/musica-na-educacao-infantil/> Acesso em 08 ago 2023.

PENNA, M. **Música e seu Ensino**. Porto Alegre, Sulina, 2008.



A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Juciene Rodrigues de Souza

Formada em Educação Física, com Pós-graduação em Educação Física Escolar, com Ênfase em Inclusão e em Educação Física Escolar, com Ênfase em Educação Infantil.

RESUMO

Este artigo teve como objetivo desenvolver algumas reflexões sobre as práticas de Educação Física dentro do contexto da Educação Infantil, principalmente levando em conta que nessa etapa as crianças entendem que a Educação Física é somente um momento para brincar, jogar, se divertir e passar o tempo. Entretanto, inúmeras são as aplicações que a Educação Física apresenta para uma efetiva formação dos alunos, promovendo grande impacto no seu crescimento e desenvolvimento como indivíduos ativos na sua vida em sociedade. Os elementos básicos que a Educação Física apresenta estão relacionados ao lazer, à descontração e à espontaneidade, e, quase sempre, as atividades são praticadas fora do ambiente da sala de aula, por isso, a Educação Física se torna menos valorizada do que outras matérias. Todavia, trata-se de uma disciplina de fundamental importância no currículo escolar, contendo grade, objetivos e aplicabilidades que devem ser trabalhadas com bastante foco para atingir os resultados esperados. Assim, este trabalho busca destacar a importância da Educação Física considerando alguns aspectos relevantes, inicialmente, um breve histórico sobre como ela foi instituída no Brasil, em meados do século XIX, e o seu desenvolvimento até o tempo presente. Em seguida, uma abordagem sobre as características da Educação Física na Educação Infantil, cuja ênfase é o movimento corporal com o foco em ações que reforcem o autoconhecimento, a compreensão do outro, o respeito às regras e a participação coletiva, especialmente desenvolvidas mediante atividades lúdicas, brincadeiras e jogos, as quais são reconhecidas como essenciais na Educação Infantil. Nesse contexto, foram ressaltados aspectos relacionados à psicomotricidade, a qual se desenvolve grandemente nesta etapa educacional, e que, portanto, demanda bastante atenção por parte dos professores. Por fim, foram abordados os diversos benefícios que a Educação Física proporciona às crianças da Educação Infantil, notadamente no desenvolvimento físico, uma vez que

estimula o crescimento saudável da criança, além de contribuir grandemente para a prevenção de doenças e enfermidades consequentes da obesidade infantil e do sedentarismo que tem aumentado de modo alarmante junto ao público infantil.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; Psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe abordar aspectos da Educação Física em si, porém trazendo um enfoque mais direcionado aos alunos da Educação Infantil, cujas instituições de ensino buscam atender crianças até seis anos de idade, as quais são geralmente conhecidas como creches ou pré-escolas. Nas escolas de Educação Infantil as descobertas e as experiências individuais, culturais e sociais das crianças, acontecem num contexto totalmente diferente ao qual elas estavam acostumadas. Na Educação Infantil o ambiente é preparado de tal forma que possibilite o desenvolvimento da criança, tanto nos aspectos do seu crescimento físico, mental, psicológico e emocional, quanto na evolução da sua aprendizagem, pois nessa etapa a criança começa a aprimorar aspectos importantes na construção da sua formação e do seu caráter.

A Educação Física possui um papel de profunda responsabilidade no âmbito da Educação Infantil, visto que ela pode proporcionar às crianças uma grande variedade de experiências por meio de atividades que permite a elas efetivar todo o seu potencial criativo, mediante práticas voltadas ao movimento corporal, à liberdade de expressão e tarefas em grupo. A Educação Física oferece experiências que possibilitam que as crianças conheçam o seu corpo, os seus limites, seus sentimentos, suas vontades e seus desafios, aprendendo a valorizar práticas que fortaleçam os relacionamentos com outras crianças, apropriando-se das percepções fornecidas pela linguagem do corpo e do movimento.

A Educação Física tem adquirido relevância e notoriedade no decorrer dos anos, vindo a tornar-se uma disciplina importante no currículo regular das escolas. Foi instituída no Brasil em meados do século XIX, e foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Inicialmente, a Educação Física era destinada especialmente aos homens, ainda mais no período da ditadura militar, época em que eram defendidos ideais nacionalistas, os quais se pautavam na formação de uma juventude saudável e preparada para defender os interesses da pátria, fortalecendo um conceito de que as

práticas da Educação Física e do Esporte capacitariam os jovens aos interesses militares. Entretanto, nos tempos atuais, a Educação Física deixou de lado essa característica adestradora, em que os exercícios físicos eram praticados de maneira repetitiva e sem uma clara conscientização dos motivos e objetivos propostos, e passou a valorizar e a investir no conhecimento corporal e nos métodos e objetivos pretendidos.

Os conteúdos desenvolvidos na Educação Física, em primeiro lugar, são aqueles que consideram as atividades relacionadas a ginásticas, jogos, esportes e jogos. Existe também a área da Educação Física que está ligada às atividades rítmicas e expressivas, e, ainda, a que trabalha conhecimentos relacionados ao corpo. Todavia, conforme orientação das autoridades governamentais, a Educação Física deverá trabalhar, no âmbito da Educação Infantil, com o direcionamento focado nos conceitos: brincar, explorar, participar e expressar, sempre valendo-se de elementos lúdicos, por meio de atividades descontraídas, mas bem planejadas, que considerem as individualidades, as preferências e os sentimentos de cada criança.

Com este entendimento, a importância da Psicomotricidade ganha ênfase, principalmente por abordar de maneira simultânea aspectos relacionados ao corpo e à mente. Assim, no período da Educação Infantil, no qual as crianças estão em processo de formação e evolução, a Educação Física potencializa o aspecto psicomotor. Dessa forma, educar a pessoa para uma utilização correta do seu corpo, desenvolvendo elementos como lateralidade, esquema corporal, percepções visuais e auditivas e coordenação motora, irá gerar um forte impacto no aproveitamento da aprendizagem da criança.

A Educação Física promove melhorias significativas relacionadas à saúde e ao bem estar, mediante atividades físicas, proporcionando benefícios inquestionáveis para os alunos da Educação Infantil, uma vez que contribuem na prevenção de enfermidades físicas e emocionais provocadas pelo sedentarismo. Além destes benefícios, a Educação Física promove socialização, alívio do estresse, aprimoramento de valores individuais como cooperação, empatia e autoestima. Dessa forma, a Educação Física para os alunos da Educação Infantil se torna extremamente relevante, e abordar alguns aspectos sobre esta temática é o que este artigo pretende refletir.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A Educação Física, como uma disciplina regular nas escolas brasileiras, parece ser algo bastante recente, porém, ela já está incorporada aos programas escolares

desde o século XIX, quando o então ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), em meados de 1854, aprovou uma legislação que incluía a ginástica nas instituições de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Para esta determinação, o ministro sofreu a influência do que já vinha sendo praticado em diversos países da Europa, os quais já adotavam essa prática, notadamente na Alemanha, que começou a enxergar a importância de se realizar atividades como correr, saltar, arremessar, transportar objetos e escalar paredes como exercícios importantes para serem ensinados mediante técnicas e objetivos mais apurados e estudados. A Dinamarca é reconhecida como o primeiro país a implementar a Educação Física em sua rede pública de ensino como disciplina regular.

Vale ressaltar que as atividades relacionadas à ginástica, nesse período, eram destinadas somente aos homens, uma vez que os costumes que eram adotados na época impediam as mulheres de realizar qualquer tipo de práticas corporais ou intelectuais. Além disso, os exercícios físicos ainda permaneciam bastante vinculados à cultura militar, e acabava por receber enorme influência deste segmento da sociedade.

“A Educação Física no Brasil teve seu marco inicial, de fato, com a Reforma Couto Ferraz, em 1854, quando as práticas corporais ainda se intitulavam “ginástica”. Diante disso, as escolas de formação na área de Educação Física estavam atreladas às escolas militares. Assim, em função das influências militares e da filosofia positivista (filosofia que busca a construção da ciência com base em dados concretos), o intuito era auxiliar na manutenção da ordem social, fator que ia de encontro ao almejado “progresso”, indispensável para a “referência do homem” que se pretendia formar: forte, apto e saudável, condições imprescindíveis para o desenvolvimento de uma nação que buscava construir sua verdadeira identidade” (DANIACHI, 2019 p. 25).

O notável erudito Rui Barbosa desempenhou papel de grande relevância no campo da Educação, do Direito e das Relações Internacionais, tendo idealizado diversos conceitos, sendo que, no âmbito das ações necessárias para a Educação como um todo, publicou, em 1882, um parecer cuja pretensão era organizar o ensino no Brasil, com o título de: Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior. No que diz respeito à Educação Física, o seu parecer apontava que:

“...a Ginástica é um elemento indispensável para a formação integral da juventude, e instituiu uma sessão semanal obrigatória em todas as instituições de ensino brasileiras, estendendo sua obrigatoriedade para todos os gêneros, conferindo a equiparação em categoria e autoridade dos professores de Ginástica, em relação aos docentes de outras disciplinas escolares. No entanto, a implementação nas escolas veio a ocorrer, apenas, em parte do

Foi somente por volta de 1930 que mudanças mais substanciais começaram a surgir, isto ocorreu uma vez que, nesta mesma época, as ideologias nazistas e fascistas começaram a florescer, e elas associavam a soberania da raça ariana à Educação Física. O exército brasileiro desenvolveu um movimento que visava fortalecer o ideal da Educação Física, o qual consistia em associá-la aos objetivos patrióticos visando uma preparação pré-militar. Tal intento pretendia produzir um alto nível de higiene visando prevenir doenças e capacitar jovens. Entretanto, incluir a Educação Física oficialmente nos currículos não havia garantido a sua implantação efetiva, em especial nas escolas primárias, pois a falta de recursos humanos capacitados para lidar com as aulas de Educação Física nas escolas era muito grande. Mas em 1937, quando da elaboração da Constituição, é que foi feita a primeira menção explícita à Educação Física incluída em textos constitucionais federais, considerando-a como prática educativa curricular obrigatória, juntamente com os trabalhos manuais e o ensino cívico.

Na década de 70, no auge do governo militar, constatou-se um investimento bastante significativo na Educação Física proveniente das diretrizes que buscavam fortalecer aspectos referentes ao nacionalismo, à integração nacional e à segurança nacional, que serviria tanto para a construção de um exército formado por uma juventude forte e saudável quanto para a possível necessidade de se desmobilizar as forças políticas opositoras. Logo descobriu-se o potencial que as atividades esportivas eram capazes de angariar. Nesse período, o esporte e nacionalismo adquiriram um vínculo extremamente forte. A conquista da Copa do Mundo de Futebol, em 1970, deixou claro como o governo militar se utilizaria destes aspectos nacionalistas, produzindo frases como: “a pátria de chuteiras”, ou “com brasileiros não há quem possa”, entre outras semelhantes.

Entretanto, nos dias atuais, a Educação Física deixou de lado a metodologia ultrapassada que se utilizava frequentemente de movimentos mecânicos que os alunos repetiam à exaustão, por meio de uma ordem de um professor, sem conhecimento dos objetivos e propósitos daquele exercício. Esta metodologia, que apresentava características tão próprias do regime militar, realizadas de maneira adestradora, é totalmente diferente da que se pretende praticar nos dias de hoje. *“A real função da disciplina é introduzir o aluno na cultura corporal de movimento, assim tornando-o um ser autônomo e crítico para que possa absorver o esporte-espetáculo. Assim, o esporte não será visto como produto acabado por si só, sendo exclusivo das aulas de*

educação física, dessa forma, não passará a ser visto como o esporte na escola, mas como o esporte da escola” (BETTI, 2002, p.78). Uma concepção que também merece apreciação é:

“no século XXI, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual)” (DARIDO, 2001 p. 16).

ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS

A Educação Física escolar está inserida, no contexto educacional brasileiro, em todas as etapas da educação básica, tanto, na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Todavia, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no ano de 1996, a Educação Física estava presente nas escolas, mas não de forma obrigatória, uma vez que era considerada uma disciplina extracurricular. A LDB, entretanto, orientou que *“seu ensino possui um objeto de estudo e conhecimentos próprios presentes nos jogos, esportes, lutas, danças, capoeira e conhecimentos sobre o corpo”* (BRASIL, 1996). No entanto, não era exigida uma formação específica para a ministração das aulas, principalmente na educação infantil, e também não definia os conteúdos que deveriam ser ensinados, nem o objeto de estudo da Educação Física, assim, cada instituição se estruturou conforme seu próprio entendimento.

De acordo com o PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, documento oficial do Ministério da Educação que determina quais devem ser as diretrizes para os educadores em cada disciplina, os conteúdos relacionados à Educação Física devem ser dispostos em três blocos e trabalhados dessa forma em todo o ensino fundamental. O primeiro bloco é composto por jogos, ginásticas, esportes e lutas. O segundo é composto por atividades rítmicas e expressivas e o terceiro bloco refere-se a conhecimentos sobre o corpo.

“Juntando todos os ensinamentos propostos pela Educação Física, a principal função é incentivar e estimular as crianças a praticar esportes, dançar e se movimentar para melhorar a qualidade de vida. A disciplina ajuda a desenvolver habilidades cognitivas e comportamentais. Através das atividades físicas,

auxilia no combate a doenças ligadas ao sedentarismo, além de fortalecer músculos e articulações. Mas a atividade não está ligada apenas a área física em si. A Educação Física é importante também para a formação social das crianças, pois além de contribuir com a autoconfiança, através de jogos e brincadeiras os alunos podem interagir e se socializar” (UNIBRASIL, 2020).

Importante destacar que a Educação Física se ocupa com o desenvolvimento integral dos alunos, englobando todas as esferas humanas, ou seja: física, mental, social, cultural e intelectual. Assim, torna-se responsabilidade da instituição de ensino, dentro do possível, ensinar o aluno a conhecer e a lidar com o seu próprio corpo. Nesse sentido, a Educação Física contribuirá para a construção de aspectos relacionados a experiências que abordem lazer, saúde e cultura. Dessa forma, a Educação Física escolar se propõe a promover a saúde mediante a prática de atividades físicas que terão impacto, inclusive, na prevenção de várias anomalias provocadas pelo sedentarismo que afeta grande parte das crianças. Além dos aspectos físicos, os exercícios físicos também promovem a melhoria da saúde mental e psíquica, estimulando funções cognitivas como a memória, o raciocínio lógico e a atenção, contribuindo grandemente para que a aprendizagem do aluno alcance um desempenho muito maior.

Na atualidade, uma das perspectivas mais destacadas sinaliza que a Educação Física escolar deve potencializar práticas corporais com enfoque na atuação que trabalhe três conceitos fundamentais, *“o Movimento Corporal, elemento essencial na Educação Física atual; Organização Interna, com uma lógica específica, de graus variados e Produto Cultural, associado ao lazer, ao entendimento, ao cuidado e à saúde do corpo. Com este entendimento, torna-se impossível imaginar que a Educação Física escolar seja apenas um simples movimento recreativo relativo à prática de esportes e exercícios físicos”* (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Na esfera de Educação Infantil, os parâmetros da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, na temática da Educação Física, oferece importantes orientações:

“A Educação Física deverá ser desenvolvida com base nos direitos de aprendizagem e nos campos de experiência que se adequam às propostas dessa área do conhecimento, como propor atividades físicas e a prática de esportes específicos para a faixa etária, com base nos direitos de aprendizagem: Brincar; Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se a si mesmo e ao outro.” (BRASIL, 2017). Cabe exercer uma breve reflexão sobre cada um desses pontos, “assim, **BRINCAR**, atividade cotidiana realizada de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade,

suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. As atividades físicas e esportivas se realizam com as brincadeiras e exercitam o corpo por meio do lúdico. **PARTICIPAR**, é se envolver ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. A prática de atividades físicas permite às crianças que participem em grupo da escolha das brincadeiras e dos jogos que gostariam de realizar. **EXPLORAR**, com o corpo em movimento, as crianças exploram o próprio corpo e o espaço, bem como as relações com as outras crianças e os professores. **EXPRESSAR**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, expressam suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, opiniões, descobertas, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. A criança consegue se expressar por meio do corpo ao realizar atividades físicas e recreativas, abordando o exercício físico de forma lúdica como uma brincadeira, em que a linguagem sempre está presente (corporal e oral). **CONHECER-SE**, isto é, construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. As atividades físicas permitem às crianças que conheçam o próprio corpo e se identifiquem com ele ao se expressarem por meio do movimento” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Todas as experiências que a criança pode desfrutar nas atividades da Educação Física permitirão a elas o desenvolvimento de uma compreensão mais completa de si mesmas e dos outros, aprimorando o conceito de participação, de colaboração e de inclusão. Estes conceitos são muito importantes, tendo em vista que a criança chega ao ambiente escolar totalmente centrada no “eu”, mas a partir da interação e convivência com outras crianças ela começa a construir uma identidade em que a figura do outro se torna presente. Assim, no contexto escolar, a criança passa a perceber as pessoas à sua volta como colegas e, ao interagir com elas, vai adquirindo a perspectiva da participação coletiva, tão importante para sua vida futura. Ao desenvolver atividades físicas em grupo, a criança ampliará as percepções que ela tem de si mesma e dos seus pares, valorizando e aprendendo a respeitar as regras de convívio que o ambiente escolar apresenta. De igual modo, explorando positivamente os espaços e ambientes de convivência e os objetos à sua volta relacionados ao seu corpo, por meio dos sentidos e dos movimentos, apropriando-se das linguagens próprias das brincadeiras, música e dança, a crianças começam a estabelecer relações e a desenvolver aprendizados que serão de grande importância para elas.

As atividades físicas trabalhadas de maneira lúdica possibilitam às crianças experimentar uma série de movimentos como engatinhar, rastejar, escorregar, pular, escalar, equilibrar-se, correr, alongar-se, dar cambalhotas, etc. As aulas de Educação Física devem explorar as práticas corporais com enfoque no seu aspecto dinâmico, trabalhando todas as possíveis maneiras de expressão dos alunos, bem como nos aspectos emocionais, cognitivos e, principalmente, os relacionados à psicomotricidade.

A PSICOMOTRICIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A origem do termo “psicomotricidade” tem sua formação na conjunção das palavras gregas “psico”, representando o ser humano em seu interior, sua alma, espírito, sentimento e seu intelecto, e a palavra “motricidade”, que apresenta um sentido de movimento, domínio do corpo, destreza e agilidade. Dessa forma, a Associação Brasileira de Psicomotricidade, ABP, oferece a seguinte definição para a psicomotricidade:

“Uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através de seu corpo em movimento e sua relação com o mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Psicomotricidade é, portanto, um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito, cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua localização” (ABP, 2017).

A psicomotricidade apresenta três áreas fundamentais de atuação, que são: a Educação Psicomotora, a Reeducação Psicomotora e a Terapia Psicomotora. A psicomotricidade engloba todos os aspectos do ser humano seguindo a ótica do desenvolvimento motor, afetivo e social, porém de forma integral, uma vez que todas essas esferas e características estão interligadas entre si.

“Assim, no âmbito da Educação Psicomotora, o objetivo é educar a pessoa para a utilização correta do corpo, ao conhecer, organizar e explorar seu corpo, ela estará apta a usá-lo como uma ferramenta capaz de absorver a aprendizagem adequadamente. Dessa forma, a psicomotricidade é de grande importância para a aprendizagem escolar, pois ela trabalha de maneira integrada as funções cognitivas, socioemocionais, simbólicas, psicolinguísticas e motoras, promovendo a capacidade de ser e agir em um contexto psicossocial” (ABP, 2017).

Na esfera da reeducação psicomotora encontra-se a ação desenvolvida em indivíduos que sofrem com perturbações ou distúrbios psicomotores. Seu objetivo é retomar as vivências anteriores ou as fases da educação que foram completadas de forma indevida devido ao distúrbio. *“O objetivo da reeducação psicomotora é a reintegração da pessoa com seu corpo. Nessa área podem atuar profissionais da Educação Física, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Psicólogos, cuja finalidade será restabelecer os gestos, as posturas e os movimentos, por meio de práticas corporais, nos variados métodos e técnicas, evitando uma estruturação patológica da personalidade dos sujeitos”* (DAL PAZ e MORAES, 2019 p. 17).

Enquanto a abordagem educativa da psicomotricidade consiste em estimular as crianças para um desenvolvimento adequado, a reeducativa se ocupa em trabalhar estímulos capazes de suprir imperfeições no desenvolvimento, já a Terapia Psicomotora está mais vinculada a aspectos psicológicos do indivíduo *“destinada a indivíduos com conflitos mais profundos na sua estruturação psíquica, associados aos conceitos funcionais ou com desorganização total de sua harmonia corporal e pessoal. Nesse sentido, dificuldades e falhas devem ser analisadas considerando a história da criança, suas experiências anteriores ou a falta delas, que podem incidir em problemas de comportamento ou de aprendizagem”* (BUENO, 2014 P. 71).

A instituição escolar desempenha um papel importantíssimo para o desenvolvimento da psicomotricidade das crianças, tendo em vista que elas permanecem um período bastante significativo no ambiente estudantil, o qual ainda é repleto de desafios.

“a expressão corporal, se torna o ponto inicial a ser trabalhado na infância (Escolas de Educação Infantil) considerando a enorme amplitude de variáveis de linguagem corporal disponíveis, pois mediante esse processo ela descobre um universo de possibilidades, o mundo a sua volta, o outro e a si mesmo. Importante destacar a importância do brincar, do lúdico nas aulas, sendo um espaço no qual as práticas corporais, brincadeiras, ginásticas, danças e atividades diversas cooperam para o desenvolvimento psicomotor das crianças. O brincar é a forma pela qual as crianças aprendem sobre seus corpos além do enriquecimento afetivo e cognitivo e, não menos importante, contribuem, também, para o desenvolvimento das habilidades motoras finas e grossas” (AYOUB, 2001 p. 73).

A Educação Infantil é a etapa da educação que compreende alunos até seis anos de idade, é a primeira fase formal do ensino e o local no qual ocorrem os primeiros contatos da criança com o ensino estruturado, conforme as determinações legais no âmbito da Educação Infantil brasileira. Nesta fase, o aluno está descobrindo o seu corpo, permanecendo em contato constante com os desafios motores, e

interagindo com seus pares no ambiente no qual ele está inserido. Portanto, oferecer atividades desafiadoras nessa etapa é muito importante, todavia, os exercícios precisam respeitar a capacidade individual dos alunos, e sempre que possível, trabalhá-los por meio de ações lúdicas que estimulem as brincadeiras e a fantasia. *“Com crianças muito pequenas, atividades manipulativas e de deslocamento do corpo no espaço podem ser desenvolvidas pelos professores. Essas atividades podem ter diferentes objetivos, como a coordenação motora ampla e fina, o esquema corporal, o tônus, ou o desenvolvimento das percepções visuais e auditivas, entre outros conceitos funcionais psicomotores”* (DAL PAZ e MORAES, 2019 p. 82).

No entanto, as crianças um pouco maiores, tanto na faixa de 2 a 4 anos, quanto na faixa dos 4 a 6 anos, já apresentam outros interesses que podem ser explorados com grande proveito:

“Na fase dos 2 a 4 anos, a criança aprecia música e canto, tico-tico, caminhões grandes, carrinhos, locomotivas, balanças e redes, tintas, cola, lápis de cera grossos, quadro-negro, papéis grandes para desenhar, fantoches, panos, almofadas, pneus, caixas, bijuterias, dominós, quebra-cabeças simples, casa com mobiliário, panelinhas, bonecas com roupas, água, terra e areia. As crianças de 4 a 6 anos possuem interesse por jogos de encaixe, sequência lógica, quebra-cabeça, jogos de praia, modelagem, construções, números, letrinhas, fantasias, jogos geométricos, loto, bandinha, livrinhos, lápis de cor, pincéis, recortar e colar” (BUENO, 2014 P. 77).

Neste sentido, torna-se fundamental para os alunos da Educação Infantil desempenhar atividades que estimulem o desenvolvimento perceptivo e espacial, como sentir e compreender as diferentes texturas das coisas (água, areia, madeira e mato). Também perceber o sabor e o cheiro dos alimentos, aprender a diferenciar os sons do ambiente, dos objetos, dos instrumentos e aqueles que podem ser produzidos pelo próprio corpo. Entretanto, quanto mais lúdicas forem essas atividades, mais prazerosas elas serão para os alunos, trazendo melhores resultados nos aspectos psicomotores das crianças.

OS BENEFÍCIOS QUE A EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECE PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Inúmeros são os benefícios que a Educação Física proporciona aos alunos da Educação Infantil, sendo que o principal deles é o de proporcionar um estilo de vida ativo e saudável para as crianças, por meio das atividades físicas praticadas na escola, seguindo um planejamento apropriado. Os objetivos planejados são alcançados à

medida que os alunos vão desenvolvendo um autoconhecimento corporal obtido pelo movimento, envolvendo aspectos psicomotores em conexão com aspectos sociais e culturais. Este contexto favorece as crianças numa compreensão do quanto as atividades físicas são importantes e o quanto elas contribuem para a saúde delas.

“As atividades físicas são essenciais para saúde física e mental, direito fundamental de todo ser humano. Promover essas práticas também é um dever do estado, da sociedade, e, sobretudo, da escola. Nesse sentido, a Educação Física na escola se propõe a promover a saúde por meio de atividades físicas, sob um caráter preventivo de diversas doenças provocadas pelo sedentarismo. Os exercícios físicos também contribuem com a saúde do cérebro, pois estimulam funções cognitivas, como a atenção, a memória e o raciocínio lógico, o que melhora o desempenho escolar” (BLOG SAE DIGITAL, 2021).

Além destes benefícios que a Educação Física proporciona aos alunos da Educação Infantil, ainda existem outros como: socialização, conhecimento do próprio corpo, alívio do estresse, crescimento da autoestima, cooperação, empatia e desenvolvimento motor. A relevância destes benefícios se acentua ainda mais quando se observa que a própria OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda ao menos 60 minutos diários de atividade física de intensidade moderada para crianças. Esta ação tem por objetivo não apenas considerar os aspectos físicos, apesar de ser uma das mais efetivas ferramentas para o combate à obesidade infantil, mas também o fato de que realizar atividades físicas permite que as crianças tenham uma boa noite de sono, sofram menos lesões, reduzam o risco de depressão e aprimorem seu desenvolvimento psicomotor.

“Estimular o crescimento e o desenvolvimento corporal mediante o fortalecimento da coordenação motora, e em consequência, melhorar a concentração, a autoestima, e a interação social. Fortalecimento da musculatura, das articulações e a parte óssea com impacto no equilíbrio, lateralidade e coordenação motora. Reduzir as chances de obesidade, diminuição da ansiedade, aumento da autoconfiança inibindo a depressão. Todos estes benefícios valem para crianças de todas as idades. Ao praticar atividades físicas, as crianças desfrutam de um melhor aproveitamento acadêmico, em comparação aos alunos sedentários” (BLOG DR JOÃO FERRO, 2022).

Todas as atividades físicas exercidas na etapa da Educação Infantil são direcionadas ao movimento do corpo. Tais movimentos são fundamentais, pois também expressam emoções, desenvolvem aspectos como a postura corporal e a capacidade relacional, afetiva e intelectual.

“Assim, habilidades motoras do desenvolvimento, adquiridas mediante o caminhar, correr e saltar, as habilidades manipulativas do movimento adquiridas pó meio do arremesso de objetos,

chutes na bola, recepção de algum item, ou mesmo cortando papel, e habilidades estabilizadoras do movimento, adquiridas mediante as tentativas de manter a postura vertical, ter domínio do corpo, rolar, andar sobre uma faixa ou uma corda no chão, enfim, todas essas habilidades devem ser estimuladas dentro das atividades de Educação Física na infância, e uma vez que esta etapa não seja trabalhada, a criança perde, e infelizmente não recupera na idade adulta” (BLOG EDUCAÇÃO FÍSICA, 2021).

As atividades físicas planejadas para os alunos da Educação Infantil devem trabalhar conteúdos cujos processos de ensino e aprendizagem considerem sempre as características individuais dos alunos, respeitando e concentrando a atenção nas esferas cognitiva, corporal, ética, afetiva, estética, interação social e relações interpessoais do alunos. Dessa forma, as crianças da Educação Infantil alcançarão um desenvolvimento físico e uma aprendizagem plenamente favoráveis, preparando-os para se tornarem cidadãos ativos e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi o de apresentar algumas reflexões sobre a importância da Educação Física no contexto da Educação Infantil, destacando seus impactos na vida das crianças, mediante práticas bem estruturadas, visando o desenvolvimento dos aspectos psicomotor, social, cognitivo, relacional, e afetivo. Cabe resaltar as muitas inovações tecnológicas e incremento científico que surgem quase que diariamente, os quais tem produzido atualizações que também atingem a área da Educação Física, ainda mais considerando ser ela uma ciência relativamente nova, e que com o passar do tempo vem alcançando maior relevância e notoriedade na sociedade. Assim, torna-se importante destacar a Educação Física como disciplina efetiva, devidamente inserida no contexto educacional brasileiro, tendo sua relevância reconhecida há bastante tempo, mesmo que se utilizando, inicialmente, de modelos adestrativos e com foco exclusivo no público masculino, com o objetivo de formar cidadãos fortes e saudáveis, aptos e preparados para defender a pátria e os ideais políticos da época. Assim, a importância da Educação Física só tende a crescer, isto porque já existe um grande reconhecimento quanto aos impactos positivos que ela exerce no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das crianças.

Nesse contexto, torna-se fundamental cumprir os objetivos propostos pelas escolas na aplicação das atividades físicas planejadas e plenamente adequadas a cada faixa etária da Educação Infantil, considerando sempre as preferências e

interesses de cada faixa, por meio de atividades lúdicas compatíveis e bem elaboradas, para, assim, obter os resultados planejados. Para isso, a Educação Física deverá se empenhar em oferecer sempre práticas que trabalhem o movimento corporal associado ao lazer, ao cuidado com a saúde e com o bem-estar, mantendo sempre o foco no desenvolvimento da criança, e jamais como uma atividade voltada para o mero entretenimento.

Compreender estes conceitos e aplicá-los de forma objetiva e estruturada possibilitará que se alcancem os resultados planejados, os quais são facilmente identificados, além de proporcionar benefícios inquestionáveis para as crianças. A Educação Física oferece aos alunos da Educação Infantil uma proposta de vida saudável, que promove a construção dos aspectos psicomotores, emocionais e sociais, além de contribuir para a prevenção de distúrbios e disfunções como obesidade, depressão e autoestima baixa, fortalecendo o estímulo das funções cognitivas como a memória, o raciocínio lógico e a atenção, e, em consequência, promovendo um maior aproveitamento estudantil dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABP, Associação Brasileira de Psicomotricidade. **Histórico da Psicomotricidade**. Disponível em <http://psicomotricidade.com.br/histórico-da-psicomotricidade/>. Acesso em 28 jul 2023.

AYOUB, E. **Reflexões sobre a educação física da educação infantil educativas**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo. 2001.

BETTI, M.; ZULIANI, L. **Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte, 2002.

BLOG DR JOÃO FERRO, **Benefícios da atividade física para crianças**. Disponível em <https://drjoaoferro.com.br/blog/3-beneficios-da-atividade-fisica-para-crianca>. Acesso em 02 ago 2023.

BLOG SAE DIGITAL, **Educação Física na Escola**. Disponível em <https://sae.digital/educacao-fisica-na-escola/>. Acesso em 20 jul 2023.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1.996, **Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília-DF, Disponível em <http://www.psicomotricidade.com.br/sobre.br/civil-03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 03 ago 2023 .

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos>. Acesso em 05 ago 2023.

BUENO, J. M, **Psicomotricidade, teoria e prática**. São Paulo, Cortez, 2014.

DAL PAZ, CLAUDINARA B.; MORAES, Vera L. R. de, **Psicomotricidade no contexto escolar**. Curitiba: IESDE, 2019.

DANIACHI, Heloísa F. T, **Introdução à Educação Física**. Curitiba, IESDE, 2019.

DARIDO, S. **Os Conteúdos da Educação Física escolar: Influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. *Perspectivas em Educação Física Escolar*, Niterói, v. 2, nº 1, 2001.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física (Pensamento no magistério)**. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física**. São Paulo, Brasiliense, 2014.

UNIBRASIL – Centro Universitário, **A Importância da Educação Física na Educação Infantil**. Disponível em <https://www.unibrasil.com.br/a-importancia-da-educacao-fisica-na-educacao-infantil/>. Acesso em 05 ago 2023.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO



Viviane Martins de Albuquerque

Formada em Biologia e Pedagogia, com Pós-graduação em Pedagogia Sistêmica, Gestão e Mediação de Conflitos, Ludopedagogia, Ensino Lúdico, Alfabetização e Letramento, Neurociência na Educação e Inteligência Emocional.



Roberta Consani Fernandes Vieira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Gestão e Mediação de Conflitos, Pedagogia Sistêmica, Ludopedagogia e Neurociência na Educação

RESUMO

O artigo tem como objetivo demonstrar a importância da Educação Infantil para o processo de alfabetização e letramento visto que, atualmente, pesquisas tem identificado problemas na alfabetização de crianças no contexto escolar e insatisfações e inseguranças ente alfabetizadores, diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar. O processo de apropriação da escrita e da leitura por crianças tem sido objeto de pesquisas e estudos e, de acordo com Soares (2009), por exemplo, na educação infantil devem estar presentes tanto atividades de introdução da criança ao sistema alfabético quanto as práticas de uso social da leitura e escrita – letramento. Dessa forma, é dentro desse contexto que o professor deve inserir atividades significativas para proporcionar o desenvolvimento das potencialidades das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Alfabetização; Letramento; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Ao longo de tempo o atendimento às crianças brasileiras de zero a seis anos passou por intensas transformações. No Brasil, as instituições pré-escolares são

instituições que surgem no final do século XIX e início do século XX, marcadas pelas mudanças sociais, principalmente no que concerne às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família. Voltadas a atender à infância, essas instituições tiveram na sua origem um modelo assistencialista, filantrópico, como nos moldes europeus, acrescido de outro fator: o atendimento às crianças abandonadas, órfãos e filhos de mães solteiras (KRAMER, 1992; KUHLMANN, 1991; CIVILETTI, 1991)

Nos dias atuais, a educação infantil é vista como um espaço pedagógico de suma importância, onde a criança, desde os primeiros anos de vida, vai desenvolvendo sua autonomia, sua independência, em vista da cidadania plena e vai adquirindo habilidades e competências importantes para seu desenvolvimento integral e para a continuidade de seus estudos.

Contudo, um olhar histórico sobre a alfabetização escolar no Brasil também revela uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e, conseqüentemente, metodológicas. Atualmente, parece que de novo enfrenta-se um desses momentos de mudança – é o que prenuncia o questionamento a que vêm sendo submetidos os quadros conceituais e as práticas deles decorrentes que prevaleceram na área da alfabetização nas últimas três décadas: pesquisas que têm identificado problemas nos processos e resultados da alfabetização de crianças no contexto escolar, insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores, perplexidade do poder público e da população diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar, evidenciada por avaliações nacionais e estaduais, vêm provocando críticas e motivando propostas de reexame das teorias e práticas atuais de alfabetização (SOARES, 2012).

Dessa forma, esse processo de apropriação da escrita e da leitura por crianças tem sido objeto de pesquisas e estudos. De acordo com Soares (2009), por exemplo, na educação infantil devem estar presentes tanto atividades de introdução da criança ao sistema alfabético e suas convenções – alfabetização – quanto as práticas de uso social da leitura e da escrita – letramento. Smolka (1993) ressalta a importância de considerar a escrita como um momento de interação e interlocução entre os sujeitos envolvidos nesse processo e Baptista (2010) ressalta essa apropriação como um direito da criança.

Assim, visando essa ideia, esse trabalho teve como objetivo demonstrar a importância da educação infantil para o processo de alfabetização e letramento.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil foi reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96) não só como direito da criança e dever do Estado, mas também como uma etapa da educação básica. Isso significa que não apenas a sociedade e o Estado assumem responsabilidades diante das crianças pequenas, mas também reconhecem essa etapa de ensino como parte integrante da estrutura e funcionamento da educação escolar brasileira.

Esse documento define na Sessão II, que trata da educação infantil, de seu artigo 29 que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (CURY, 2002, p. 37).

A abrangência da educação infantil reduziu-se às crianças de até cinco anos de idade após a promulgação da Lei nº. 11.114, de maio de 2005. Ela tornou obrigatória a matrícula das crianças de 6 anos de idade no ensino fundamental, ampliando-o, obrigatoriamente, para nove anos de duração a todos os brasileiros (BRASIL, 2005).

A mudança, principalmente na idade de ingresso da criança no ensino fundamental, trouxe grandes desafios às escolas e aos educadores, como escreve Barreto (2004, p. 15):

Dimensionar a complexidade e sua implantação, apontando aspectos da estrutura e funcionamento das escolas, do currículo, da formação e envolvimento dos professores nas mudanças pretendidas, da participação dos pais e de outros atores, enfim, da cultura da escola, que são profundamente afetadas [...] um confronto que tradicionalmente tem faltado de modo dominante a organização escolar. (BARRETO, 2004, p.15).

De acordo com Abramovay e Kramer (1987), a pré-escola apresentou algumas funções, ao longo de sua história. Inicialmente, no século XVIII ela assumiu a função de guardiã, com o objetivo apenas de guardar as crianças órfãs e filhas de mães trabalhadoras. Pouco depois, no século XIX, a pré-escola adotou uma função preparatória. Isto é, cabia à pré-escola compensar “as ‘carências’ e ‘deficiências’ culturais, linguísticas e afetivas das crianças provenientes das camadas populares”, preparando-as para o sucesso escolar (ABRAMOVAY; KRAMER, 1987).

Na tentativa de contrapor a essa função da pré-escola, após as críticas feitas aos pressupostos da educação compensatória, inclusive no Brasil, tendo em vista que foi essa concepção de pré-escola que chegou ao nosso país na década de 1970, é atribuída à pré-escola uma nova função. Assim, surgiu a pré-escola com objetivos em si mesma. Nessa nova concepção, a pré-escola deve promover o desenvolvimento global e harmônico das crianças sem, contudo, definir critérios mínimos de qualidade para o atendimento nas instituições públicas das crianças das camadas populares (ABRAMOVAY; KRAMER, 1987).

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

De acordo com Soares (2008), a entrada da criança no mundo da escrita, ocorre simultaneamente por esses dois processos “alfabetização e letramento”. No Brasil, como em diversos outros países, o termo letramento é diferente do termo alfabetização.

De acordo com Batista (2006, p.16), a alfabetização, em sentido estrito “[...] designa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da língua, transformando-os em sinais gráficos. ”

Entretanto, esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado em função das necessidades sociais e políticas e hoje já não se considera alfabetizado quem apenas codifica ou decodifica os sinais gráficos. Essa ampliação no conceito de alfabetização resultou em um novo conceito, o de letramento, que podemos definir como: [...] o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo (VAL, 2006, p.19).

Diante disso, conforme Magda Soares (2009), a alfabetização e o letramento devem ter sua presença na Educação Infantil. Os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental, devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções – a alfabetização, como também práticas sociais de uso da leitura e da escrita – o letramento.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO

Sabe-se que durante muito tempo, a educação infantil restringiu o contato das crianças com a escrita, acreditando que se tratava de uma atividade escolarizada, mais pertinente às crianças maiores e não as pequenas que ainda precisavam brincar. Atualmente, já se reconhece que, assim como tudo que está em seu entorno, as crianças notam a presença da escrita e se interessam por desvendá-la. Portanto, cabe aos professores, cuidar para que o contato com a escrita seja prazeroso, desafiador, encantador, mantendo aceso o desejo da criança de aprender a escrever.

Embora a alfabetização não seja uma exigência de aprendizagem da educação Infantil, observa-se com Vygotsky (1991) que o ensino da linguagem escrita pode ter lugar, desde a pré-escola, e que se respeite todo o processo de desenvolvimento pelo qual cada criança deve passar. O importante na aquisição da linguagem escrita é que ela seja percebida como algo importante e necessário pela criança. Essa é a primeira conclusão a que o autor chega, “[...] a leitura e a escrita devem ser algo de que a criança necessite.” (id, p.156) e que sejam percebidos como algo relevante para sua vida.

Desde cedo as crianças convivem com diversas formas de informações produzidas e interpretadas pelos adultos, que são jornais, televisão e letreiros. Para que a criança entenda melhor tudo isso que ela convive ela precisa ter contato fora da escola e dentro então é necessário apresentar todo tipo de material escrito que for possível na sala de aula.

Scarpa (2006), coloca que embora algumas crianças façam parte de um mundo letrado, ainda existem os alunos que vivem na zona rural, onde a escrita não é tão presente e que, mesmo morando em centros urbanos, não tem contato com pessoas alfabetizadas e com os usos sociais da leitura e da escrita. Neste caso então, práticas dentro da escola de educação infantil, fariam com que estas crianças tivessem o acesso que as outras tem em suas casas.

Como afirma Emília Ferreiro. "*Em cada classe de alfabetização deve haver um "canto ou área de leitura" onde se encontrem não só livros bem editados e bem ilustrados, como qualquer material que contenha escrita...*" (FERREIRO, 2002, p.33)

Deste modo, ela vai tendo contato com o material escrito e percebe as coisas de que ela convive no mundo, então vai naturalmente se alfabetizando, sendo muito importante a estimulação para a pré-leitura e pré-escrita.

De acordo com Teberosky (2005), o ambiente alfabetizador "*é aquele em que há uma cultura letrada, com livros, textos digitais ou em papel, um mundo de escritos*

que circulam socialmente. A comunidade que usa a todo momento esses escritos, que faz circular as ideias que eles contêm, é chamada alfabetizadora”.

Ziegler (2007) diz que “fazer de cada criança um leitor requer atividades diárias em que a garotada tenha a oportunidade de ler, trocar ideias, comentar notícias e muito mais”.

Diante disso, é função da Educação Infantil incentivar o desenvolvimento de comportamentos leitores antes mesmo de a turma aprender formalmente a ler. Comentar ou recomendar algum texto, e compartilhar a leitura de um livro ajuda a estabelecer gostos e reconhecer finalidades dos materiais escritos. Não obstante, de acordo com Soares:

(...) a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, por que não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada. (2004, p.24)

Assim, a partir da contribuição de Soares, pode-se perceber o quanto é importante e significativo propiciar às crianças um contato frequente com diferentes tipos de material escrito.

Não obstante, Ferreiro (2002) defende a ideia de que o ambiente alfabetizador possa trazer ao cotidiano da criança a linguagem escrita e então poderia contribuir para que essas crianças pudessem ter oportunidades de construir esses conhecimentos. E a alfabetização aconteceria naturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da educação infantil, todos aqueles que trabalham dentro desse espaço pedagógico, funcionários da limpeza, da alimentação, da secretaria, equipe gestora, professores e auxiliares da educação (ou outro nome dado a esses, dependendo da Rede de Ensino) devem olhar a infância como um período privilegiado, onde, desde a idade mais tenra, o ser humano precisa ser estimulado e motivado a assumir seu protagonismo, sua história, com direito a autonomia, independência e buscando sempre mais evoluir, dentro de um processo de ensino e aprendizagem, dentro de uma cultura e de uma sociedade específica.

A creche deve ser o espaço de saber e de sabor, onde, a criança seja estimulada a fazer suas primeiras descobertas, a entender a importância do convívio

social com o grupo do qual faz parte, a perceber a ética, a estética que direcionam sua vida e suas experiências e construir aprendizagens significativas, ou seja, que façam sentido para seu momento presente e para toda sua vida.

Se no passado a educação infantil tinha caráter meramente assistencialista, atualmente está claro que ela possui sim fins pedagógicos, com essa visão foi inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) como a primeira etapa da educação básica, o que reforça o caráter pedagógico da educação infantil e ainda mais justifica os projetos de letramento iniciados com as crianças pequenas.

De fato, o letramento exige uma série de habilidades por parte da criança, no entanto, estas são adquiridas de forma natural, conforme as interações sociais ganham corpo e se estabelecem na vida do pequeno aprendiz, isto significa dizer, que mais do que buscar adquirir habilidades que facilitem a apropriação das características do letramento, deve-se primar pelas boas relações e interações das crianças, vez que estas sim é que darão suporte ao letramento e conseqüentemente à alfabetização. É neste sentido que Bartom e Hamilton, 2004 afirmam que o letramento:

[...] não reside simplesmente na mente das pessoas como um conjunto de habilidades a serem aprendidas, e não apenas jaz sobre o papel, capturado em forma de texto para ser analisado. Como toda atividade humana, o letramento é essencialmente social e se localiza na interação interpessoal. (p. 109)

Compreende-se, então, a educação infantil como primeira etapa da educação básica e de tal forma com especificidades próprias devido à faixa etária que atende, assim devem oferecer um trabalho pedagógico de qualidade que envolva o cuidar e brincar que são essenciais à infância. É dentro desse contexto que deve acontecer o letramento das crianças pequenas, isto é, através dos cuidados diários e das brincadeiras o professor deve inserir atividades significativas de acordo com a compreensão das crianças proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sônia. **Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade?** Caderno de Pesquisa, São Paulo, 1985.

BAPTISTA, M. C. **Alfabetização e letramento em classes de crianças menores de sete anos.** In: Ângela Dalben et al (org). **Convergências e tensões no campo da**

formação e do trabalho docente: alfabetização e letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educação. Pesquisa.** v.30, n.1, São Paulo: jan./abr. 2004.

BARTON, D. & HAMILTON, M. (2004). **LA LITERACIDAD ENTENDIDA COMO PRÁCTICA SOCIAL.** In Zavala, V. NIÑO-MURCIA, Mercedes.; AMES, Patrícia. Escritura y sociedad. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas. Lima: Red para el desarrollo de las Ciências Sociales en el Peru. Pp. 109-139.

BATISTA, Antônio A. G. **Alfabetização, leitura e escrita.** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). *Práticas de leitura e escrita.* Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 13-17.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394,** 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 11.114, de maio de 2005.** Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, 16 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 23 maio. 2023.

CIVILETTI, M. V. P. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 76, p. 31 – 40. Fev. 1991.

CURY, Carlos R. J. **Lei de diretrizes e bases da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899 – 1922).** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 78, p. 17 – 26. Ago. 1991.

SCARPA, Regina. **Alfabetizar na Educação Infantil. Pode?** Revista Nova escola. Ed. 189. Fev. 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/alfabetizar-educacao-infantil-pode-422867.shtml> Acesso em 25 maio. 2017.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 6. ed., 1993.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** ed. 6. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Oralidade, alfabetização e letramento.** Revista Pátio. Educação Infantil, ano VII, n. 20, jul/out.2009.

_____. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil.** São Paulo: Global, 2004. p 287.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da Linguagem Escrita.** São Paulo, Unicamp/Trajatória Cultural, 2005.

VAL, Maria G. C. **O que é ser alfabetizado e letrado?** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). *Práticas de leitura e escrita.* Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 13-17.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

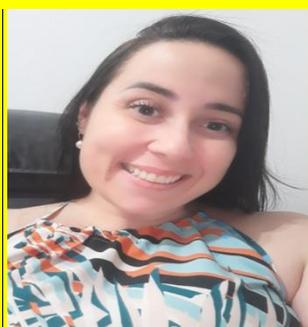
ZIEGLER, Maria Fernanda – **Revista Nova Escola** Ed. Especial no. 15, (agosto, 2007).

SITUAÇÃO PROBLEMA COMO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I



Danielli Aparecida Guedes Felipeli

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento, Alfabetização na Matemática e Ludopedagogia.



Evelyn Cristina da Silva

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Atendimento Educacional Especializado e Alfabetização na Matemática .

RESUMO

O artigo a seguir trata sobre o apontamento de algumas das dificuldades que os educadores do ensino fundamental I encaram ao propor atividades matemáticas de situações problemas. Baseadas nos autores Fernandes (2010), Soares (2011), Fonseca (2005), Lira (2006), Tfouni (2010), Rios (2009), discutiremos, a princípio, sobre a importância da alfabetização e letramento, no que diz respeito ao ler e assimilar o que foi lido. Posteriormente serão discutidas perspectivas de autores como Damasceno (2011), Dante (1989), Leite (2010), Onuchic (2004), Pereira (1980), Polya (1995), Pozo (1998), acerca de como se dá o processo de resolução de situações problemas, com o propósito de serem esclarecidas as dificuldades que tanto o educador quanto o educando experimentam. Por fim, serão apresentadas possibilidades de melhorar o desempenho dos educandos em situações problemas a partir da utilização de jogos. Com este artigo, pretendemos colaborar com a proposição de estratégias para o desenvolvimento produtivo de situações problemas com educandos do fundamental I.

Palavras-chave: Alfabetização; Dificuldade; Letramento; Matemática; Resolução.

INTRODUÇÃO

Este artigo abrange o tema Alfabetização Matemática: Dificuldades e Metodologia, especificamente acerca das problemáticas existentes no processo do educando em ler e compreender as inúmeras situações problemas que integram os conteúdos de Ensino Fundamental I.

Para a resolução de situações problemas, faz-se necessário que o educando consiga primeiramente ler e interpretar a informação. No entanto, se esta não for compreendida, o estudante não apresentará condições suficientes para a resolução da atividade. Não é o bastante o educando saber ler e escrever mecanicamente - o que chamamos de analfabeto funcional -, pois ao sabe apenas o que é mecânico, não se assegura a capacidade de ir além da decifração. Diante disso é que se afirma que é de extrema importância que haja o desenvolvimento do conhecimento dos conceitos do uso da leitura e da escrita nos diversos contextos. Por conseguinte, não é eficiente que estudante apenas realize a decifração da leitura, mas é importante assimilar e compreender o que está lendo, e isto torna-se imprescindível na resolução de situações problemas. Evidentemente, nesse processo, também é importante que o educador apresente diversas metodologias para ajudar este educando a atingir ao objetivo nas resoluções de situações problemas.

A falta de diversificação das estratégias por parte do educador é um fator complicador para o desenvolvimento deste educando? Ou será que a falta de parceria entre família e escola tem contribuído para este agravante? São diversos os precedentes a serem investigados.

A temática é relevante, pois é notável a dificuldade dos educandos de ensino fundamental I, no que tange a resolução de situações problemas, e aos educadores a importância de diversificar no momento de difundir seus conhecimentos, atendendo as especificidades de cada educando.

Diante desse grande desafio, este artigo tem a finalidade de contribuir para a identificação das dificuldades no momento da exploração de situações problemas na matemática, e abordar a gameificação como ferramenta para esta abordagem.

Pretende-se deste modo sustentar este artigo com embasamento teórico com autores como Tfouni (2010), sobre alfabetização e letramento, Lira (2006), Soares (2001 e 2011), Fernandes (2010), Brousseau (1996), Rios e Libânio (2009) e Cafiero (2005). Sobre o ensino-aprendizagem da matemática Nuñez; Ramalho (2004), Onuchic

e Allevato (2004), Pozo (1998), Leite e Araújo (2010). E no que diz respeito à resolução de problemas, Onuchic (1999), Damasceno (2011), Pereira (1980), Azevedo (2002), Fonseca e Cardoso (2005) e Polya (2006), com a finalidade de apresentar as posições destes autores sobre o assunto em questão, e assim dar-nos uma visão mais abrangente.

O QUE É ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA COM O APRENDIZADO DA MATEMÁTICA

Alfabetizar é a ação de ensinar a ler e a escrever, instruir sobre as primeiras letras e palavras, conduzir o educando a obter o conhecimento quanto aos códigos da língua e escrita. Diante desse fato nota-se a relevância desta aprendizagem para que o educando consiga efetivamente interpretar as comandas dentro do ensino matemático.

De acordo com Tfouni (2010, p. 16): *“Existem duas formas segundo as quais comumente se entende a alfabetização: ou como um processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita, ou como um processo de representação de objetos diversos de naturezas diferentes”*. Estas duas formas encontram-se entrelaçadas e são dois processos difíceis de separar. A alfabetização acontece de forma única, individual, mas se torna improvável de ocorrer sem a codificação e decodificação.

Todavia, antes de começar o processo de seriação da alfabetização, deve-se abarcar que a mesma acontece de forma consecutiva, e é explanada dentro do ambiente escolar como fora dele, um ato de convívio.

Ferreiro e Teberosky, ao pesquisarem a psicogênese da língua escrita, revelam a maneira pela qual a criança e o adulto constroem seu sistema interpretativo para compreender esse objeto social complexo que é a escrita. Mesmo quando ainda não escrevem ou lêem da forma convencionalmente aceita como correta, já estão percorrendo um processo que os coloca mais próximos ou mais distantes da formalização da leitura e da escrita (Lira, 2006, p. 44).

As ocorrências rotineiras incentivam as crianças a realizarem leituras, e no campo matemático podemos citar exemplos como: leitura de números de casa, de sapatos, idade, preços, o sistema matemático está presente em todos os lados permitindo que as pessoas familiarizem com os numerais antes mesmo de serem alfabetizados, proporcionando assim o letramento.

Soares (2001, p.47) diz que “Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e

escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo alfabetizado e letrado”

Deve-se refletir que o conjunto de metodologias na alfabetização deve ser acompanhado pelo letramento, ainda que apresentem dois conceitos diferentes, eles devem estar unificados, precisamos instruir de como decifrar e traduzir os códigos levando em consideração o que o indivíduo vive e suas experiências.

Quando ensinamos as crianças sobre a existência de letras, palavras, frases e posteriormente os textos, precisamos mostrar-lhes a importância e necessidade de aprender sobre isso, e onde será possível exercitar esses conhecimentos, conduzindo a exemplos que envolvam o dia a dia deles, proporcionando assim a prática social, permitindo ao estudante ser simultaneamente alfabetizado e letrado.

De acordo com Soares (2011), “[...] o termo letramento é uma tentativa de tradução do inglês Literacy, significando “o estado ou a condição de se fazer usos sociais da leitura e da escrita”. O letramento difere da alfabetização, que é o processo formal de ensinar a ler e a escrever”. [...]

Desde o início da alfabetização é necessário incorporar as vivências e experiências do educando, formando-o como um indivíduo social. Só podemos considerar que atingimos a Educação quando o indivíduo entende qual é o seu lugar perante a sociedade em que vive, por isto a alfabetização e o letramento, mesmo sendo procedimentos diferentes, devem ser introduzidos em conjunto. Trabalhando desta forma, o educando consegue facilmente compreender o conteúdo matemático, pois consegue codificar e decodificar, aprende como usar a leitura e escrita, e transforma-se em um ser participante ativo na sociedade, convertendo seus conhecimentos em práticas sociais.

Hoje, os grandes objetivos da Educação são: ensinar a aprender, ensinar a fazer, ensinar a ser, ensinar a conviver em paz, desenvolver a inteligência e ensinar a transformar informações em conhecimento. Para atingir esses objetivos, o trabalho de alfabetização precisa desenvolver o letramento. O letramento é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia (Fernandes, 2010, p.19).

De acordo com Rios e Libânio (2009, p. 33) “a alfabetização e o letramento são processos que se mesclam e coexistem na experiência de leitura e escrita nas práticas sociais, apesar de serem conceitos distintos”. O letramento inicia-se a partir do momento que a criança convive em sociedade e faz uso da língua escrita, é rodeada de códigos de escrita e números.

Como educadores precisamos explicar metodologias de como correlacionar o letramento na hora da leitura de um texto, acionando conhecimentos prévios, fazer suposições da nossa vivência em cima de um texto, tudo isso são formas de praticar o ser social na hora de organizar informações. E acerca ao ensino da matemática, não é diferente, quando o educando entende o que lê e encontra em determinada situação problema algo relacionado ao seu convívio, tem conhecimento para resolvê-lo.

DIFICULDADES DOS EDUCANDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM LER E INTERPRETAR SITUAÇÃO PROBLEMA

Pode se dizer que a situação problema é uma metodologia ativa, pois requer que o estudante pense, debata e analise ideias. E essa forma de trabalho traz aos estudantes um recurso onde eles se tornam protagonistas do seu próprio desenvolvimento. Dante (1989, p.8) afirma que:

[...] embora tão valorizada, a resolução de problemas é um dos tópicos mais difíceis de serem trabalhados na sala de aula. É muito comum os alunos saberem efetuar os algoritmos e não conseguirem resolver um problema que envolva um ou mais desses algoritmos. Isso se deve à maneira com que os problemas matemáticos são trabalhados na sala de aula e apresentados nos livros didáticos, muitas vezes apenas como exercícios de fixação dos conteúdos trabalhados. (DANTE, 1989, p. 8)

A grande maioria dos educandos mostram dificuldade em ler e interpretar problemas matemáticos, pois a matemática requer, como em qualquer outra disciplina o ato da leitura.

Fonseca e Cardoso (2005, p.65) consideram a necessidade de alguns recursos para um trabalho com leitura dentro das aulas de matemática como “[...] *Atividades textuais para o ensino da matemática e textos que contemplem conhecimentos matemáticos. Elas destacam as especificidades dos textos próprios da matemática, e também como a existência de seu próprio gênero textual [...]*”. Elas ainda afirmam que é importante conhecer as distintas formas em que um determinado conteúdo do texto pode ser escrito. Essas formas também contam com características do gênero da matemática, com o qual o reconhecimento é primordial para a atividade de leitura.

O texto presente em um problema matemático apresenta não somente a linguagem, mas também os elementos matemáticos e, muitas vezes, a dificuldade está relacionada ao entendimento destes elementos para a percepção de um texto. É preciso pensarmos que dados conceitos que são compreensíveis para o educador,

nem sempre são compreensíveis para o educando. Se um educando não compreende o conteúdo de aprendizado não é possível avançar em uma proposta de solução de problemas da disciplina de Matemática. Com tudo, é importante levarmos em conta que nem todos os educandos possuem as mesmas capacidades de compreender um determinado conceito, por isso, a necessidade de um educador apresentar diversas metodologias de ensino, ou seja, diversas formas de se chegar à um mesmo resultado matemático.

Ainda de acordo com Fonseca e Cardoso (2005), os desafios que podem aparecer no processo de interação dos educandos para com os textos matemáticos, devem-se ao vocabulário incomum, à ambiguidade de significados, à falta de conhecimento funcional do conteúdo matemático. Porém, é considerável também, que certas dificuldades que surgem no processo de resolução de problemas, estão interligados à decodificação dos termos matemáticos que estão presentes nos enunciados. Tais termos tornam-se obstáculos para o aprendizado efetivo visto que não possibilitam a interação dos educandos (leitores) para com o texto, pelo simples fato de não fazerem parte do cotidiano deles.

“A dificuldade que os alunos encontram em ler e compreender textos de problemas está, entre outros fatores, ligada à ausência de um trabalho específico com o texto do problema [...]” (FONSECA e CARDOSO, 2005, p.64).

Quando falamos de uma disciplina específica, neste caso, da matemática, a atividade com texto traz a relação entre duas linguagens distintas, as palavras e os símbolos matemáticos. O educando pode realizar um trabalho satisfatório se este, levar em consideração a prática de diversas e variadas estratégias de leitura e de resolução.

Fonseca ainda pontua a existência de vários tipos de textos matemáticos, segundo ela, *“são textos com poucas palavras, que recorrem a sinais não só com concordância própria, mas com uma esquematização também diferenciada. Para a realização de uma atividade de leitura típica de aulas de Matemática, é necessário conhecer as diferentes formas em que o conteúdo do texto pode ser escrito”* (FONSECA, 2005, p. 65). Entende-se, portanto, a presença de textos visuais que também são utilizados nas aulas de matemática com a finalidade de ajudar o aluno para com o entendimento do conteúdo em si.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA E METODOLOGIAS COM JOGOS

Desde muito tempo a matemática tem sido uma disciplina vista com certo temor, mesmo aos olhos dos educadores, existe uma problemática em assinalar a dificuldade que as crianças encaram nesse contexto.

Uma das dificuldades encontradas para o ensino da matemática é que os educadores não estão preparados para ensinar aos educandos de forma lúdica, representando a eles algo significativo, mostrando no concreto algo que parece ser tão necessário à sua vida. Além disso, os educadores estão preocupados não com o aprendizado em si, mas com a regra geral a ser seguida, ao currículo que precisa e deve ser cumprido.

Faz-se necessário, que os educadores façam uso dos jogos de matemática durante suas aulas, e esse número deve crescer cada vez mais, a utilização dos jogos como proposta pedagógica é algo importante e valioso. Partindo do pressuposto da importância da matemática sendo ensinada através de jogos, é que precisamos reconhecer e entender o nosso papel como educador.

À medida que foi se passando o tempo, notou-se a importância de levar em consideração o modo como cada grupo cultural expande o conhecimento matemático, nesse caso cada grupo lida com a matemática conforme a sua necessidade, esta expressão chama-se etno matemática e este é mais um método de aprendizagem onde os educandos são convidados a indagar e averiguar por meio da matemática.

Essas conjecturas têm sido confirmadas com base em teorias construtivistas, a certeza da necessidade de se considerar os conhecimentos dos indivíduos. E é a colaboração dos estudos de Piaget e Vygotsky que terminantemente apontam inovadoras propostas de ensino em base científica.

A lógica que o educando aprende através de jogos acontece através do trabalho do educador dentro da sala de aula, primeiramente o educador aprimorou os ambientes de ensino baseados em teorias construtivistas e disponibiliza aos educandos para que estes possam interagir com o meio.

Essa teoria nos remete a ideia de que o educando deve ter conhecimentos prévios e estes serão trabalhados individualmente e coletivamente. Desta maneira o jogo é considerado como um ótimo elemento para práticas pedagógicas, pois através dos jogos é possível aumentar o nível de desenvolvimento do educando. O jogo deve sim ser utilizado nas atividades dentro e até mesmo fora da sala de aula para ensinar matemática. E a forma como vem aumentando o uso dessas novas práticas, vem na mesma proporção que o aumento do desenvolvimento dos educandos. Aumentar a construção desse conhecimento, mostra que o jogo tem sido um grande aliado e que ele está cada vez mais inserido no meio da educação.

O jogo matemático ajuda a trabalhar também outras variáveis, pois ajuda a criança a controlar a ansiedade, aprende-se a rever limites, a obedecer a regras, pois atualmente persistem as dificuldades por causa da falta de educação familiar, aprimora-se a capacidade criativa, desenvolve-se a autonomia, aprimora-se a coordenação motora, dentre outros. Como Piaget cita, o jogo é crucial a criança:

O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação da real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem a todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais e que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil. (Piaget, 1976, p.160).

Aos educadores competem a função de selecionar os conteúdos e ensinar e este conteúdo deve ser ensinado de forma que seja útil para os seus educandos, com atividades lúdicas é possível uma maior assimilação e as atividades serão significativas para os estudantes. É importante que o educador não se preocupe em representar os números apenas, e sim todo o conjunto, que não se prenda aos registros em folhas e sim a atividade expressiva e relevante aos seus educandos.

Um papel importante do corpo docente é ensinar aos educandos desde pequenos a linguagem matemática, que no início da vida aparece como linguagem materna, e a escola introduzirá aos educandos a percepção de que a linguagem matemática possui signos e símbolos, estes que aparecerão nas operações, na geometria, gráficos e assim por diante. É crucial que o educador traga para o ambiente educativo, materiais aos seus educandos que demonstrem a matemática e a sua linguagem como instrumentos para interação no meio em que se vivem.

Entende-se que as dificuldades na aprendizagem matemática se relacionam à diversos fatores, mas mesmo diante desses obstáculos, o corpo docente pode atuar e fazer do ensino da matemática algo muito significativo ao seu educando, permitindo ao mesmo que se desenvolva por completo e possa atuar na sociedade como um cidadão crítico e polivalente.

APROPRIAÇÃO DE METODOS QUE FACILITEM O PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE SITUAÇÃO PROBLEMA

A resolução de problemas está presente em vários momentos na vida em sociedade, exigindo que soluções sejam apresentadas mediante ao uso de estratégias.

O aprendizado de estratégias ajuda o educando a lidar com novas situações até mesmo em outras áreas do conhecimento, não somente o da matemática.

Situação problema pode envolver bem mais que uma simples operação, porque ajuda o educando a pensar e desenvolver estratégias distintas a fim de alcançar uma solução.

De acordo com Nuñez e Ramalho (2004), a característica de um problema “*é ser produto da internalização da contradição (entre o conhecido e o não conhecido); ser de interesse do aluno, favorecendo a sua motivação, por isso a importância do seu vínculo com o dia-a-dia.*”

O educador tem a difícil, mas não impossível, tarefa de repensar sua metodologia de ensino a todo tempo, de forma que essas mudanças ajude o educando no processo de resolução de situação problema.

Focado na contextualização dos conteúdos de ensino é muito importante levar em consideração o ambiente de sala de aula e a existência da heterogeneidade, e por este motivo entra-se no dilema de que o que é um problema para o educando pode não ser para o outro, a grande dificuldade é trazer propostas para um grupo grande de educandos com dificuldades tão peculiares.

De acordo com Sacristán e Gomez (1998):

“Da perspectiva da organização escolar e da metodologia pedagógica, a escolarização de alunos/as heterogêneos estabelece a importância de que os professores/as atendam a grupos com uma grande variedade interna, na qual essas diferenças individuais são observadas em termos de interesses, ritmos de aprendizagem, predisposição para aprender, apoio familiar, etc.” (Sacristán e Gomez, 1998, p.187).

Educadores e Unidades escolares tem que se conscientizar de que a heterogeneidade se faz presente a todo momento, em cada grupo de educando e com isso há uma necessidade em desenvolver um trabalho de acordo com os educandos que contemplam diferentes interesses, histórico familiar e até mesmo peculiaridades, sempre respeitando cada educando presente em sala de aula e sua determinada singularidade.

Portanto o educador deve inicialmente, pensar e analisar sobre a utilização de uma prática pedagógica de ensino não tradicional, que seja diferenciada, que tenha como meta respeitar os diferentes ritmos dos educandos, e para isso torna-se necessário o trabalho com sondagens e avaliações diagnósticas, com a finalidade de reconhecer os avanços e também mais importante as necessidades individuais dos

alunos, seguindo isto, será possível a aplicação de atividades diversificadas que estimulem os alunos no processo de aprendizagem.

Na prática vivida no dia a dia, vimos muitas vezes que o educando pode até ter conhecimentos sobre a matemática, mas não consegue fazer uma ligação com o seu cotidiano e com suas experiências, por isso, podemos destacar que o ensino deve acontecer de forma contextualizada, com uma aprendizagem significativa contribuindo então para a sua formação completa de cidadão, ou seja, no âmbito social, familiar, profissional e intelectual.

Um dos pontos mais importantes para a ampliação de repertórios na “arte” de resolver situações problema é incentivá-los a buscar modos e recursos para tal resolução, é questionar-se o tempo todo e garantir momentos de socialização dessas estratégias. A atividade de resolver problemas está presente na vida das pessoas, exigindo soluções que muitas vezes requerem estratégias de enfrentamento.

Pozo (1998) diz que, *“Ao final da Educação Básica deve-se conseguir que o aluno elabore e desenvolva estratégias pessoais de identificação e solução de problemas nas principais áreas de conhecimento, através da utilização de alguns hábitos de raciocínio objetivo, sistemático e rigoroso, e que as aplique espontaneamente a situação da vida cotidiana.”*

O educador precisa entender que a principal função dentro da sala de aula é ensinar o educando a pensar, e não somente a reproduzir de maneira automática. Quanto mais formas o educador ensinar, mais eficiente seu educando será, pois ele terá conhecimento de que não existe apenas uma estratégia para resolver um problema, e sim maneiras variadas.

De acordo com Mendes (2009), *“desenvolver habilidades metacognitivas, favorecendo a reflexão e o questionamento. Aprender a pensar por si mesmo, levantando hipóteses, testando-as, tirando conclusões e até discutindo-as com os colegas.”*

O educador tem que deixar o educando tentar resolver o problema por conta própria, ele tem que se questionar, se indagar, fazendo intervenções e pontuações que o auxilie na reflexão, a fim de que ele aprenda testando suas próprias teorias e hipóteses e chegando a uma conclusão com a qual poderá ser discutida com os colegas de classe.

Polya (1995) diz que, existem quatro etapas para a resolução de um problema, *“compreender o problema, elaborar um plano, executar o plano e fazer o retrospecto ou verificação”*.

Resolver um problema é entendê-lo em sua complexidade, é pensar primeiramente para depois executar e por último, mas não menos importante fazer um retrospecto, verificar se conseguiu chegar a uma solução correta, ou coerente. O educador precisa saber questionar o educando fazendo perguntas boas que irão ajudá-lo a resolver o problema.

Em uma outra dimensão de estratégias para resolução de problema temos Onuchic e Allevato (2009) que relatam uma sequência didática a ser seguida, “[...]1. *preparação do problema*, 2. *Leitura individual*, 3. *Leitura em conjunto*, 4. *Resolução do problema*, 5. *Observar e incentivar* e 6. *Registro das resoluções na lousa*. 7. *Plenária*, 8. *Busca de consenso* [...]”

Primeiro é importante que o educador ao preparar o problema, pense na construção e no desenvolvimento de um novo conhecimento e nas habilidades que pretende alcançar. Segundo, a leitura individual é imprescindível, para que o educando tenha o primeiro contato com o problema. Terceiro, na leitura coletiva o educador ajudará na leitura e interpretação do problema. Quarto, a resolução é uma etapa em que os educandos irão buscar alternativas para resolvê-lo. Quinto, é importante que o educador incentive seus educandos, observando e analisando o comportamento dos mesmos e os instigando a pensar para resolver. Em sexto, com o registro na lousa os educandos poderão perceber o uso de diversas estratégias para chegar em um mesmo resultado. Sétimo, os educandos podem discutir as diferentes formas de resolução. E por último, buscar um consenso.

São estratégias que visam amparar o educador da melhor forma, com o objetivo de que estes consigam ajudar seus educandos a enfrentarem as dificuldades matemáticas.

Já o autor Brousseau (1996), apresenta quatro estratégias para a resolução de problemas, “[...] *Ação, formulação, validação e institucionalização* [...]”. No momento da “ação”, os educandos devem sentir-se livres para tomada de decisões. Na “formulação”, os educandos devem explicar as estratégias que adotaram. Na “validação” eles vão constatar se é verdadeiro o caminho que tomaram. E na “institucionalização” é a síntese de tudo o que fizeram.

De acordo com Soares (2005):

[...] Metodologicamente, a criação de um ambiente alfabetizador implica em inserir a criança em fase de alfabetização a usar a linguagem escrita, mesmo antes de dominar "as primeiras letras", organizando a sala de aula com base na escrita (registro de rotinas, uso de etiquetas para organização do material, emprego de quadros para controlar a frequência, por exemplo). [...] (Soares, 2005, p. 53).

Não é uma tarefa fácil ensinar a resolver problemas matemáticos, pois, requer inúmeros conhecimentos que devem ser construídos para desafiar o raciocínio do educando, colocando-o em ação para a Resolução de Problemas e não só para a verificação dos resultados finais. A estratégia elaborada para a Resolução de Problemas é importante, já que dela depende o êxito para se chegar à solução esperada.

O educador ao fazer uso de uma metodologia que prioriza a construção coletiva do conhecimento, e o respeito as diferenças presente em uma sala de aula, como também o tempo que cada educando tem de raciocínio no processo de aquisição do conhecimento, provavelmente conseguirá atingir seus objetivos, e enfim ajudar seus educandos.

Hoje em dia, muito se conversa sobre a necessidade do educador de refletir sobre sua prática em aula, mas, para que isso aconteça, verifica-se também a necessidade, de uma valorização dos profissionais da área da educação, tanto no aspecto salarial, quanto no aspecto de qualificação profissional.

RESOLVENDO PROBLEMAS DE MATEMÁTICA NA PRÁTICA

À medida que os educandos aprendem sobre resolução de problemas, desenvolvem-se não somente no que se diz respeito ao aprendizado matemático, mas para a vida toda. Se tornam protagonista da sua história, do seu aprendizado.

A análise de uma situação problema é um importante instrumento para o processo de aprendizagem matemática, pela circunstância de possibilitar ao educando em praticar seu potencial em sala de aula, não esquecendo-se de descrever o contexto com a vivência do educando tanto dentro como fora do ambiente escolar.

Para iniciar devemos abranger o significado de “o que é um problema?” e quais suas suposições. De acordo com Nuñez e Ramalho (2004), *“Problema é uma palavra de caráter polissêmico, tendo como noções mais comuns, na linguagem cotidiana, uma dificuldade, uma questão por resolver, um obstáculo, um conflito, um dano, a causa de uma situação não desejada, etc.”*

Isto quer dizer, problema pode trazer diversos significados, porém trata-se de uma situação complicada a ser enfrentada, algo que necessita de um olhar diferenciado, um pensar sobre tal, com a finalidade de solucioná-la.

Nuñez e Ramalho (2004) ainda completam que, *“Nessas noções, implícita ou explicitamente, o termo problema se associa a algo difícil, cuja resposta é desconhecida”*.

Claramente, resolver um problema não é um afazer fácil a ser executado, e sua resposta não está tão subentendido, necessita de um entendimento, um estudo aprofundado acerca da situação.

Onuchic e Allevato (2004) ressaltam que *“a Matemática têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento da sociedade e que problemas de Matemática têm ocupado um lugar central no currículo escolar desde a Antiguidade”*.

No entanto, a resolução de tais problemas não tem apresentado um papel de relevância. Em uma ampla visão mundial, a resolução de problemas só ganhou visibilidade curricular no início da década de 1970, e no Brasil, foi somente valorizada na metade da década de 1980.

E no que diz respeito à resolução de situação problema, Pozo (1998) diz que:

“Uma situação somente pode ser concebida como problema na medida em que não dispomos de procedimentos automáticos que nos permitam solucioná-la de forma mais ou menos imediata, sem exigir, de alguma forma, um processo de reflexão ou tomada de decisões sobre a sequência de passos a serem seguidos.” (Pozo, 1998, p.16).

Infere-se, portanto, que uma situação problema deve abranger a reflexão diante da mesma, ela deve fazer o educando refletir, para então explaná-la, e não fazer apenas de maneira involuntária, pois, deste modo ela somente será um exercício de fixação, algo feito instantaneamente.

Um problema matemático exige que o indivíduo faça uma reflexão diante da questão, pense e teorize sobre as estratégias que podem ser utilizadas. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, *“um problema matemático é uma situação que demanda a realização de uma sequência de ações ou operações para obter um resultado. Ou seja, a solução não está disponível de início, no entanto é possível construí-la.”* (Brasil, 1997, p.33).

Diante das adversidades e reconhecendo que cada educando tem suas especificidades, a situação problema deve não apenas ser um exercício e sim uma problemática que faça o educando pensar. *“O que é problema para um aluno pode não ser para outro, em função do seu nível de desenvolvimento intelectual e dos conhecimentos de que dispõe.”* (Brasil, 1997, p.33).

Leite e Araújo (2010) dizem que:

“O conhecimento matemático ganha significado quando os alunos se defrontam com situações desafiadoras e trabalham para desenvolver estratégias de resolução. Daí a importância de tomar a resolução de problemas como ponto de partida da atividade matemática e não mais como uma série de exercícios para aferir se os alunos apreenderam determinado conteúdo ou não. (Leite; Araújo, 2010, p. 03).

Trazer para a sala de aula a solução de problemas, orienta o educando a investigar suas respostas, ele utiliza de seus conhecimentos prévios para resolver aquele problema, ele entende que para um determinado problema, há formas diversas de soluções e que o importante é solucioná-lo.

Dante (1989) contempla que:

“Um problema é qualquer situação que demande uma forma matemática de pensar e conhecimentos específicos para solucioná-lo, e o mesmo deve: ser desafiador para o aluno, ser real, ser interessante, ser o elemento de um problema realmente desconhecido, não consistir na aplicação evidente e direta de uma ou mais operações aritméticas e ter um nível adequado de dificuldade.” (Dante, 1989, p.9).

Com o propósito de estimular o educando, o problema tem que se fazer atraente a ele, que impliquem circunstâncias que lhe são já conhecidas em seu dia a dia para que ele compreenda que este conhecimento é relevante em sua vivência. Segundo Onuchic (1999, p215), *“problema é tudo aquilo que não se sabe fazer, mas que se está interessado em resolver”*.

A vista disso, um problema para ser eficiente, deve instigar o educando, promover o mesmo interesse em resolvê-lo, além do mais, fazer parte do cotidiano dele, do seu convívio, para que seja significativo para o mesmo.

O intuito da resolução de problemas dentro da sala de aula é permitir que o educando trace estratégias pessoais, cujo sua base será o seu contexto de vida. E que ele empregue naturalmente as situações matemáticas a sua rotina diária.

“Muitas vezes alguns temas vêm sobrecarregados de informações, conceitos, definições, enfim, é inevitável que em muitos casos aconteça um bloqueio da aprendizagem de alguns alunos. Isso acontece, porque eles não conseguem associar esse novo conhecimento em virtude da bagagem de informações que eles possuem. Entretanto, com a boa escolha do problema é possível fazer uma ponte com o conhecimento que o aluno já tenha adquirido promovendo uma maior compreensão para a introdução do novo conteúdo desejado”. (Damaceno et al, 2011, p. 07).

Alguns métodos inconvenientes de ensino da matemática num geral, tem causado nas pessoas uma antipatia pelos conteúdos, e isto acontece porque a

disciplina está associada as dificuldades em resolver situações e conceitos básicos, persistindo em suas complexidades e contribuindo para um dos fatores do insucesso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador deve compreender os objetivos que deseja alcançar, com a finalidade de fazer o uso correto da resolução de situações problemas. Trabalhar com problemas com os quais existam mais de uma solução possível, trabalhar com problemas gerados a partir de situações do dia a dia, de jogos ou da interpretação de dados estatísticos.

A resolução de problemas é uma excelente ferramenta para o educador praticar em sala de aula, pois o educando tem a chance de construir seu próprio conhecimento com base em conhecimentos já adquiridos previamente em sua vivência.

É importante o educador ser um incentivador, e que sua prática leve em consideração a individualidade de cada educando, as suas diferenças e a realidade de cada um, pois somente assim, o educador conseguirá de forma efetiva ajudar seus educandos no processo de ensino e aprendizagem da matemática. O educador deve fazer o seu educando pensar, refletir e compreender que existem diversas estratégias para se resolver um mesmo problema.

O aprendizado de estratégias auxilia o educando a enfrentar novas situações em outras áreas do conhecimento. Sendo assim, vale ressaltar a importância que os educadores têm de compreender como trabalhar esta metodologia, com a finalidade de desenvolver no educando a habilidade de resolver situações desafiadoras, interagir entre o grupo, desenvolver a comunicação, a criatividade e o senso crítico.

O Educadores precisa desenvolver contextos significativos para os educandos, levando em consideração os conhecimentos prévios e de interesse a eles, pois o conhecimento e aprendizado é construído no coletivo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. Q de. **Ensino-aprendizagem das Equações Algébricas através da Resolução de Problemas**. Rio Claro, SP: Dissertação de Mestrado, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Matemática / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BROUSSEAU, G. **Didáctica das Matemáticas**. Direção: Jean Brun. Trad: Maria José Figueredo, Lisboa: Instituto Piaget. .1996.

CAFIERO, D. **Leitura como processo: caderno do professor**. - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

DANTE, L. R. **Didática da resolução de problemas de Matemática: 1ª a 5ª séries**. São Paulo: Ática, 1989.

DAMACENO, D. S.; ALVES, V.; S, T. S. **A resolução de problemas e os aspectos significativos da sua prática nas aulas de matemática**. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2011.

FERNANDES, M. **Os segredos da alfabetização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FONSECA, M. C. F. R.; CARDOSO, C. A. **Educação matemática e letramento: textos para ensinar matemática, matemática para ler texto**. In: NACARATO, A. M.; LOPES, C. E. (org). Escritas e Leituras na Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp.63-76.).

LEITE, A. S.; ARAÚJO, M. C. S. **Resolução de problemas x metodologia de ensino: como trabalhar matemática a partir da resolução de problemas**. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 10., 2010, Salvador. Anais... Salvador, 2010.

LIRA, B. C. **Alfabetizar letrando: uma experiência na Pastoral da Criança**. São Paulo: Paulinas, 2006.

NUÑES, I. B. e RAMALHO, B. L. **Fundamentos do Ensino-Aprendizagem das Ciências Naturais e Matemática: O novo Ensino Médio**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ONUCHIC, L. L. R. **Ensino-Aprendizagem de Matemática através da Resolução de Problemas**. In: BICUDO, M. A. V (org.). Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e Perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

ONUCHIC, L. L. R.; ALLEVATO, N. S. G. **Novas reflexões sobre o ensino-aprendizagem de Matemática através da Resolução de Problemas**. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (Orgs.). Educação matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, W. C. de A. **Resolução de Problemas Criativos - Ativação da Capacidade de Pensar**. Brasília, EMBRAPA-DID, 1980.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Trad. Por Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

POLYA, G. **A arte de resolver problemas: um novo aspecto matemático**. Rio de Janeiro: Interciência, 1995.

POZO, J. (org). **A solução de problemas: Aprender a resolver, resolver para aprender**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

RIOS, Z; LIBÂNIO, M. **Da escola para casa: alfabetização**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

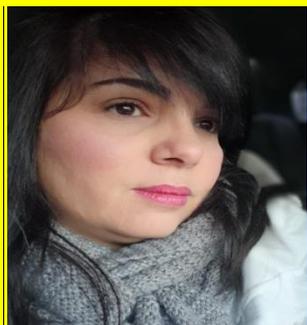
SACRISTÁN, J. G; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.p. 187.).

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. - São Paulo. Cortez, 2002. (9ª ed., 1ª reimpressão, 2010).

LUGAR AO SOL



Cristiane de Oliveira Santos Corrêa

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo, Gestão e Mediação de Conflitos e Neuropsicopedagogia.



Thelma Aparecida Corrêa Basto

Formada em Pedagogia e em Geografia, com Pós-Graduação em Educação Especial, Neurociência na Educação, Inteligência Emocional, Contação de Histórias e Resolução de Conflitos na Educação.



Gersonita Aparecida Pereira Marins Melo

Formada em História, Pedagogia e Letras, com Pós-Graduação em Planejamento Educacional, Gestão Escolar, Alfabetização e Letramento e Neurociências.

RESUMO

O presente artigo visa dar ênfase aos escritos do professor Maurice Tardif voltados para evolução e real situação da profissão docente, requerendo uma análise das formações anteriores, desde o momento que o aluno inicia a vocação para o ensino, da formação específica e da maneira que as formações se convergem e sincretizam nas concepções traduzidas em sala de aula. A profissão exige, além das técnicas, uma predisposição para competências, que é uma meta a ser alcançada através de habilidades, atitudes e valores despertados nos estudantes. Não basta plantar o conhecimento, é preciso alimentá-lo, irrigá-lo, e os frutos são colhidos nas realizações pessoais, profissionais e sociais do indivíduo; o conhecimento é pleno se estiver

voltado à autonomia levando o educando a ter consciência do seu papel social, sendo assim, existe um relacionamento estreito que vai além do conteúdo científico, pois são vivências e formações que corroboram na prática pedagógica para existir um sentimento de proximidade e de benquerer. Essa afetividade tem permeado as formações na educação formal, sendo o educador um encantador que, na relação professor e aluno, visa do seu labor alcançar uma nobre e autêntica missão.

Palavras- Chave: Formação de professores; Saberes Docentes

INRODUÇÃO

Quando os autores educacionais, Maurice Tardif e Antoni Zabala reportam aos saberes provenientes das formações anteriores do professor, da vida pessoal e da formação escolar anterior à prática pedagógica, além da classe, referindo-se ao sincretismo, eles traduzem as múltiplas concepções que um professor leva à sala de aula, sendo um conjunto da realidade cotidiana e biográfica do educador, aliado à parte teórica que sincretiza em recursos e necessidades.

DESENVOLVIMENTO

Nessas reflexões conseguimos entender o porquê um professor ama tanto o seu labor, pois são caminhadas percorridas cujo pódio é o palco composto por plateias que se renovam, das quais seus destinos estão traçados nos bancos escolares. Fazendo um parêntese, quem não se recorda, quase todos os dias, da labuta que foi chegar até aqui?

Uns lutaram para entrar na escola e muito mais para permanecerem nela; eram tempos difíceis que esperavam da criança e do adolescente produção liberalista. O trabalho era o triunfo, e estudar privilégio de poucos. Era difícil transpor as etapas da educação básica, ir para o ginásio um desafio, primeiro pela repetência, depois pela inviabilidade de implantar num bairro carente, ou por falta de quórum ou por escassez de profissionais. Diga-se de passagem, que formar-se professor era privilégio de poucos.

O antigo colegial exigia um exame seletivo, vestibulinho, ou como na atualidade, altos recursos para financiar os estudos. Muitos sobreviventes estão hoje

em sala de aula, sobreviveram utilizando muitas vezes as luzes dos postes da rua, não havia energia elétrica na maioria das casas ou era proibido gastar além da conta, portanto, cada ser em si carrega o dom, cada docente trouxe o doce e o amargo e tem diversos saberes, ávidos por transformações lutam com a tecnologia digital, ou para aprender habilidades, ou para rebater o uso indevido em sala de aula das mesmas.

Um professor não é só composto somente de um cognitivo com deduções teóricas, mas sim um herói de guerra, guerras estas travadas para levar a paz, encontrando assim seu lugar ao sol, mas para que este sol brilhe constantemente a clientela não pode evadir-se, não pode jamais faltar as aulas. O grande desafio é aquecer esse sol, o discente precisa descobrir o amor pelo conhecimento, e o professor só consegue isto porque passou por muitas etapas e modalidades e pelo crivo da valorização de ter esse lugar junto aos raios solares, buscando através do educando aquecer sua alma de forças para lutar em tempos difíceis. Enfrentar uma pandemia em pleno século XXI, ensinar através do híbrido, fez o professor se capacitar; só não imaginava que a luta principal iniciaria no pós pandemia, o desafio passou a ser o reestabelecimento de regras e condutas, perpassando por barreiras já superadas, trazendo ao professor a certeza de que os saberes pessoais eram lanças a ser atiradas para buscar a oportunidade de ensinar, e a borracha teria que ser utilizada de maneira contínua e recorrente, apagando a memória do luto e dificuldades, e reescrevendo com suor e lágrimas novos sonhos e objetivos.

Quem encontra seu lugar ao sol, jamais desiste, mas renova-se a cada amanhecer na missão digna e majestosa; ser professor no Brasil representa a universalização de todos os saberes plurais e heterogêneos advindos de fontes variadas do conhecimento, desde os curriculares, os adquiridos no contexto de uma história de vida da carreira profissional, além dos saberes adquiridos na inspiração de transformação social, traduzidos por Tardif de saberes humanos a respeito de seres humanos.

A educação formal no Brasil perpassa por diversas fases desde seu implemento na década de trinta quando reivindicava uma educação pública, gratuita e obrigatória, atendendo ao pujante capitalismo sedento por captar mão de obra. A educação no Brasil até então tinha um cunho elitista e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932 vinha ao encontro de um país com vistas às necessidades de reconstrução do sistema educacional por conta da industrialização com conotação de desenvolvimento. O ensino conteudista e tecnicista foi tomando forma, cujo protagonista era o ensino em detrimento das aprendizagens. Segundo Emília Ferreiro os cursos de formação de professores pouco ensinava sobre o discente, sendo ela a

precursora nas pesquisas de Jean Piaget acerca do desenvolvimento da criança. Na década de oitenta causou grande impacto sobre a concepção que se tinha do processo de alfabetização, influenciando os parâmetros curriculares advindos do governo brasileiro. Ao afirmar que “a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta a inteiração social na escola e fora dela”, o processo de ensino e aprendizagem tem que partir das aprendizagens e do conhecimento prévio do educando, cujo significado, o ensino, ganha significado, a partir da identificação e sentidos efetivando as aprendizagens de acordo com as necessidades do estudante.

O sistema de ensino brasileiro atravessou décadas de descrença na população, e a evasão escolar sempre foi latente, na qual a responsável também era a falta de preparo da formação de educadores que seguiam o norte de um desenvolvimento econômico pautado num ensino técnico entendido pelas políticas públicas, aliando a educação ao mercado de trabalho, sem desconfiar das necessidades humanas de compreender um ensino voltado ao bem-estar social.

O analfabetismo, aliado à pobreza e à falta de oportunidades de gerações remanescentes da colonização e da escravidão, tomou grandes proporções, e cursos de alfabetização de adultos vieram cambaleando até a experiência de Paulo Freire tornar-se mundial e, embora tenha colaborado para a alfabetização no norte e nordeste brasileiro, por questões partidárias em 1964, com o golpe militar, todo o projeto de atender a dois milhões de analfabetos foi ceifado. Na atualidade Paulo Freire é o autor mais citado nos artigos acadêmicos em todo o mundo com a sua obra *Pedagogia do Oprimido*, e nos seus relatos traz a mágica da educação interacionista quando expõe seus ensinamentos acerca de uma educação libertadora “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo Mundo” (*Pedagogia do Oprimido*, 1987).

O saber profissional na educação brasileira emerge, portanto, na necessidade de entender o processo histórico da educação, compreender as fontes que influenciaram um modelo ideal para a demanda liberal, sem considerar a emergência e a especificidade da população em busca de autonomia que o colonizador por missão retirou-lhe e as ditaduras não lhe proporcionou, corroborando assim, com o famigerado modelo colonialista.

Os índices e indicadores mostram que há muito a investir na formação de um projeto de vida para educação ambiental, que o modo de produção capitalista desenfreou e ultrapassou limites, condenando a humanidade a perecer. E a mobilização dos saberes está na confluência da preocupação da vida em sociedade,

da história de vida de cada discente, da instituição escolar e, principalmente, em despertar o espírito crítico e a consciência do papel social, responsabilidade esta que põe em voga o protagonismo do pensamento humano, acima das conjunturas e estruturas. Nesses saberes a história é revisionista, e os autores educativos devem ser pesquisados.

O mestre Paulo Freire ao afirmar que a educação se faz na troca de experiência, e esse intercâmbio tem que ocorrer de forma globalizante. A educação Informal foi a incrível aliada ao homem para que este sobrevivesse, para que a espécie perpetuasse e a inteligência abstrata do homo sapiens pudesse se desenvolver; as aprendizagens estavam ligadas a apropriação das linguagens, que por sua vez, a cada assimilação e acomodação, o processo corroborava para novos avanços e perspectivas cognitivas e intelectuais.

“Na teoria sociointeracionista as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são aspecto muito importantes, pois o desenvolvimento é promovido pela aprendizagem, e a interação entre meio e indivíduo é essencial nesse processo. A criança internaliza as interações com o ambiente e assim ocorre o desenvolvimento, que acontece de fora para dentro. A cultura é uma das principais influências para que ocorra o desenvolvimento mental, ela indica os caminhos e também as peculiaridades da sua conexão com o mundo”. (VIGOTSKI, 1984 p. 101).

Sendo assim podemos entender as intenções de Freire ao classificar a educação como construção cultural e podemos relacionar a história oral que contribuiu para que as comunidades e sociedades se organizassem e crescessem. Sem funcionalidade não há interesse em aprender e se o ensino não tem propósito que contribua para a promoção pessoal do educando, logo vem o desinteresse. Nesse ponto remetemos a educação propedêutica que visa ingressar o aluno num curso de graduação elitizado, nesses propósitos estão englobados conhecimentos que atendem apenas a classe dominante. A educação popular precisa estar a favor dos interesses de uma sociedade da qual o conhecimento científico precisa convergir aos saberes e aperfeiçoá-los. Que em situações problemas o conhecimento promova os principais avanços e descobertas para emancipação e autonomia do ser social.

“A partir de uma visão propedêutica e instrucional do ensino questiona-se que sua finalidade educacional que seja o desenvolvimento de competências para a vida; por considerá-la utilitaristas, ao centrar nos problemas ou em situações reais, cotidianas e desvinculadas da essência do saber. A partir de uma função do ensino baseada na formação integral da pessoa, o termo mais apropriado para expressar o caráter das competências

é a funcionalidade. Funcionalidade define que o que é aprendido faz sentido para os alunos e pode ser utilizado para compreender ou responder a alguma questão, ou pode ser usado para resolver qualquer tipo de situação que possa surgir, seja cognitiva, afetiva ou comportamental. Toda atuação competente começa com uma situação-problema que exige uma intervenção para resolvê-la. Para isso, será necessário analisar essa situação em toda a sua complexidade e, uma vez que seu alcance seja compreendido, selecionar o esquema de atuação mais adequado entre os disponíveis. O próximo passo será aplicar o esquema de atuação selecionado, composto por um conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes” (ZABALA, 2020 p. 73).

Quando Freire afirma, que os homens educam entre si, ele coloca no educador a responsabilidade da interatividade na relação professor e aluno. Sem imaginar que esta educação estava no breve porvir das necessidades das interações entre um multiculturalismo que nos levasse ao conhecimento global, das necessidades de encontrar nas outras culturas nuances que justificassem as diversidades para ser compreendidas e assimiladas de acordo com os aspectos morais e étnicos.

O autor conheceu as tecnologias de comunicação, como rádio e as comunicações televisivas, mas nelas o expectador era um mero receptor e não conseguia atingir um grau de interação que o proporcionasse a troca de significados e pudesse interagir, daí a necessidade de uma educação que levasse o discente a ser protagonista no processo ensino e aprendizagem. Era uma alerta para que o docente se preparasse para um nova educação. Na virada do milênio, com as tecnologias digitais, a famosa web 2.0, a interação fez com que o emissor e o receptor estivessem em inteiração constante. Nessa diapasão surgiram o conhecimento a disposição de todos com sites, redes de conhecimentos, criando uma rede de habilidades disponíveis.

“No início do uso da web, tínhamos um caráter unidirecional, isto é, a distribuição controlada da informação, podemos chamá-la de web 1.0. A web como conhecemos hoje é mais colaborativa, interativa, dinâmica (web 2.0), essa mudança de uso afeta as práticas que têm lugar nos ambientes digitais, levando, de acordo com lankshear e knobel, ao desenvolvimento de uma ‘nova técnica’ e um ‘novo ethos’. Sobre ‘nova técnica’ os pesquisadores apontam que com os computadores conectados à internet, alguém com conhecimentos básicos pode criar inúmeros artefatos, com um pequeno número de operações simples como ‘clicar, recortar, arrastar’, essas habilidades, no entanto, não configuram novos letramentos, para os autores, os novos letramentos se constituem por uma nova mentalidade, chamada de ‘mentalidade 2.0’, relacionada a web 2.0, termo utilizado para demonstrar que permite distribuição, colaboração, autoria compartilhada, dentre inúmeras outras práticas” (SEDUC, 2019 p. 121).

E o grande desafio passou a ser transformar a educação tradicional em métodos pedagógicos que venham a convergir com narrativas catalogadas. O estudante hoje é produtor de histórias, produz, compara, é conhecedor de conteúdos disponíveis na mídia digital, gerações que nasceram em um tempo cujas fontes de conhecimento estão disponíveis, ele pode optar por conteúdos que se identifica, e cabe ao docente acompanhar essa conjuntura. O grande desafio é despertar nos professores um senso de necessidade que os métodos de conhecimentos se transformaram, e que não depende dele demonstrar as fontes indicando as literaturas e autores. Mas conhecer o processo histórico, e fazer analogias do conhecimento científico com situações cotidianas, do bairro, da escola, nação e universo, em fim do contexto em que seu público está inserido.

Estudar o currículo proposto com cuidado e devoção. Nos saberes curriculares estão contidos os indicadores de avanços e deficiências, mas é o currículo real, aquele construído através do saberes docente juntamente com o currículo oculto, que ocorre na troca de experiências em sala de aula é que ocorrem as aprendizagens efetivas. Estas precisam ensinar que o protagonismo do estudante está em conhecer a história das sociedades e fazer analogias com contexto em que vivem, compreender que o universo digital deve ser baseados em fontes pautadas nas experiências humanas, que não podem acreditar em fontes criadas através de intenções que levem as ilusões ou a crenças aleatórias, os chamados fakes news, que intencionam confundir de forma proposital aos receptores desinformados ou em muitos momentos manipular as massas para verdades que visam projetar a população para um determinado propósito que não seja promover a veracidade dos fatos e promover a cidadania.

O saber profissional está, de um certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação etc. Quando estes saberes são mobilizados nas interações diárias em sala de aula, é impossível identificar imediatamente suas origens: os gestos são fluidos e os pensamentos, pouco importam as fontes, convergem para a realização da intenção educativa do momento.

Na utilização do termo sincretismo, significa que seria em vão procurar um unidade teórica, ainda que superficial, nesse conjunto de conhecimentos, de saber-fazer, de atitudes e de intenções. Um professor não possui habitualmente uma só e única “concepção” de sua prática, mas várias concepções que utiliza em sua prática, em função, ao mesmo tempo, de sua realidade cotidiana e biográfica e de suas necessidades, recursos e limitações. Contudo, a relação entre os saberes e o trabalho docente não pode ser pensada segundo o modelo aplicacionista da racionalidade

técnica utilizado nas maneiras de conceber a formação dos profissionais e no qual os saberes antecedem a prática, formando uma espécie de repertório de conhecimentos prévios que são, em seguida, aplicados na ação. Significa que o ensino exige do trabalhador a capacidade de utilizar, na ação cotidiana, um vasto leque de saberes plurais. Ao agir, o professor se baseia em vários tipos de juízos práticos para estruturar e orientar sua atividade profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, professores e professoras, não são caçadores de ilusões, eles são condutores de aliados, que sem eles não haveria vida, buscam a luz solar, sol que germina, floresce e produz, a luminescência é a garantia de futuro para a raça humana e ela tem que continuar na temperatura adequada cuja regulagem é a educação, o efeito está no trabalho docente.

O sol que aquece os nossos corações são os educandos que nos iluminam por uma estrada cheia de determinação, aprendizados e desafios. Ter um lugar ao sol é, na acepção da palavra, levar através do processo de ensino e aprendizagem: habilidades, atitudes e valores; e se aquecer desse vínculo, na certeza de que a competência foi efetivada.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. **Ler e escrever num mundo em transformação. In: Passado e presente dos verbos ler e escrever.** 2.ed.Tradução de Claudia Berliner. São Paulo. Cortez. 2005.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1994

NOVA, **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em 11 ago 2023.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e Representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Diretriz Curricular de Tecnologia e Inovação. São Paulo: SEDUC, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZABALA, Antoni. **Métodos Para Ensinar Competências**. Porto Alegre. Penso, 2020.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: RELEVÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR



Mariane Rodrigues Bettuz

Formada e em Pedagogia e em Matemática, com Pós-graduação em Gestão Educacional e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



Fernanda Silva Marques Cristaldo

Formada em Pedagogia, Educação Especial e Administração Pública, com Pós-Graduação em A.B.A., Atendimento Educacional Especializado, Pedagogia Sistêmica e Mediação de Conflitos.

RESUMO

A inteligência emocional é considerada uma das habilidades mais valiosas atualmente em diversas áreas da vida, aqueles que são capazes de dominar o próprio temperamento e influenciar positivamente as pessoas, são bem vistos. No ambiente escolar, lidar com as emoções de forma positiva é fundamental, visto que todos os processos envolvem pessoas, cada qual com suas percepções, características e habilidades. Além de ser um espaço propício para a aprendizagem e, tanto a inteligência emocional pode ser ensinada, assim como ela interfere na aprendizagem. Incorporar atitudes que incentivem e promovam a inteligência no ambiente escolar, serve para construir relacionamentos mais satisfatórios, de um lado temos a equipe escolar (gestão, coordenação, corpo docente e equipe de apoio) com mais habilidades para controlar o estresse, saber agir em momentos de pressão e lidar com os discentes e de outro, formamos discentes capazes de gerenciar suas emoções, assim como reconhecer e respeitar a do outro, além de aumentar o desempenho escolar. Este trabalho descreve o conceito de inteligência emocional e seus pilares, tendo em vista a importância do uso inteligente e adequado das emoções no contexto escolar para a

geração de resultados positivos. Como desenvolver e estimular tais habilidades na tríade da escola: equipe escolar, discentes e famílias.

Palavras-chave: Inteligência emocional, competências socioemocionais, relacionamento interpessoal.

INTRODUÇÃO

As emoções sendo bem conduzidas aperfeiçoam as chances de uma vida bem-sucedida, possibilitando ao indivíduo absorver novos conhecimentos, melhorar o relacionamento interpessoal e intrapessoal, aumentar a produtividade, elevar a autoestima, a automotivação. Essa educação emocional deve estar presente o tempo todo em nossas vidas. As pessoas que possuem essas habilidades tornam o seu entorno mais agradável. Em situações profissionais, o uso da inteligência emocional reduz os conflitos que não são necessários em equipe, mantém-se maior foco nos objetivos e metas, favorecendo que as pessoas tenham maior possibilidade de se sentirem felizes e satisfeitos em sua carreira, no seu local de trabalho. O uso inteligente pode ser ensinado e alcançado, assim, utilizam suas emoções como competências, dominando sua rotina. Os que não possuem essa habilidade podem ter falta de atenção em suas atividades.

Os profissionais de hoje necessitam conhecer, aprender e a dominar as funções da inteligência e da inteligência emocional, visto que vivem em uma sociedade com alto índice de estresse emocional e com significativo número de resultados desastrosos que são frutos evidentes desse descompasso. Usando a Inteligência Emocional na solução de conflitos, os líderes conseguem ser objetivos e encontrar meios de tranquilizar os ânimos, não deixando que o clima de tensão se espalhe por toda a equipe mostrando ao mesmo tempo a importância da harmonia para o trabalho em equipe, direcionando os esforços de todos para se atingir os objetivos da organização.

Assim como os adultos que convivem nas escolas, fundamental é engajar os alunos com a educação emocional. O ambiente escolar é responsável pelo desenvolvimento integral do aluno, isso inclui a esfera emocional. A nova geração é um desafio para as famílias e educadores e não conseguem compreender e agir emocionalmente de forma coletiva, pensando em comunidade. E aí entra o papel da escola e das famílias na vida desse aluno, oferecendo educação emocional, onde o aluno consiga mobilizar competências e fazer uso inteligente das emoções.

CONCEITO DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Inteligência emocional pode ser conceituada como a capacidade de mobilizar competências relacionadas as emoções e lidar da melhor maneira possível, gerenciando-as. A inteligência emocional, de acordo com Weisinger (2001, p. 14), “é simplesmente o uso inteligente das emoções – isto é, fazer intencionalmente com que suas emoções trabalhem a seu favor, usando-as como uma ajuda para ditar seu comportamento e seu raciocínio de maneira a aperfeiçoar seus resultados”. É ter autocontrole das emoções, administrar sentimentos e expressá-los de forma adequada.

Falando especificamente do ambiente escolar, seu bom uso permite um ambiente de trabalho produtivo e tranquilo, buscando metas e alcançando o sucesso. Goleman (2007) em seu artigo Inteligência Emocional: Gerir emoções “As emoções orientam a nossa navegação pelas nossas deliberações [...] a chave para tomar boas decisões pessoais é ouvir os sentimentos. ” É uma habilidade que permite que as pessoas gerenciem melhor seus sentimentos e a forma que agirão com base neles. Comenta Goleman (2007):

“Inteligência emocional é a capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar de percalços, de controlar impulsos e aguardar pela satisfação dos seus desejos, de se manter em bom estado de espírito e impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar, de ser empático e autoconfiante”. (GOLEMAN, 2007 pg. 58).

Para compreender a inteligência emocional, é necessário antes abordar o que é a emoção. Elas são geradas a partir de eventos internos ou externos ao indivíduo, dependendo que do cada um tem como subsidio, conquistado através de suas vivências. Bisquerra (2000) aponta algumas coisas que auxiliam na compreensão de quando uma emoção ocorre:

Uma pessoa, consciente ou inconscientemente, avalia um evento tão relevante em relação a um objetivo pessoal que é valorizado como importante. A emoção é positiva quando o evento é um avanço em direção à meta e é negativo quando um obstáculo. Portanto, emoção e motivação estão relacionadas. A experiência de uma emoção tende a ser acompanhada por reações involuntárias (mudanças corporais de caráter fisiológico) e (expressões faciais e verbais, comportamentos, ações) voluntárias. Em suma, o processo de experiência emocional pode ser resumido da seguinte forma: Evento – avaliação – As alterações fisiológicas – predisposição para a ação (BISQUERRA, 2000, p. 61).

RELEVÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar tem que ser um espaço de bem-estar coletivo para toda comunidade escolar, um tempo prazeroso, produtivo e harmonioso. Sendo assim, a inteligência emocional, o agir intencionalmente, tem grande relevância tanto para equipe escolar quanto para corpo discente e suas famílias. Por essência, seu papel é o de educar pessoas e esse processo é realizado também por pessoas, os profissionais da educação, que tem grandes desafios: ensinar/educar alunos/crianças entendendo suas dificuldades, suas potencialidades e organizar a gestão dos diversos espaços escolares, interagir com as famílias e suas demandas, agir sob pressão e estresse, visto que escola é um espaço dinâmico, ativo, que tem intercorrências não planejadas, reagir as diversas situações impostas pela sociedade atual, pela sociedade moderna, que afeta diretamente nossas escolas. Esses desafios exigem que qualquer pessoa que opte por trabalhar em escolas, tenha equilíbrio mental e emocional, tanto para acolher as demandas, as problemáticas atuais das escolas, que são complexas.

O ambiente escolar é responsável pelo desenvolvimento intelectual, cognitivo, social e mental da criança. A nova geração tem se tornado um desafio para famílias e educadores, com o avanço da tecnologia observa-se um novo perfil comportamental. Falta habilidade social, de convivência, falta habilidade para lidar com frustração, além de um egoísmo exagerado, centrado nas individualidades. Falta empatia e saber conviver em grupos com respeito, assim como ferramentas para lidar com situações desafiadoras, mantendo a pacificidade e a autoestima. Bisquerra discorre sobre como a escola deve desenvolver o aluno integralmente:

“A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento de toda a personalidade dos alunos. Neste desenvolvimento podem ser distinguidos pelo menos dois aspectos principais: o desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento emocional. O primeiro tem tradicionalmente dado uma ênfase especial em detrimento do segundo, que foi praticamente esquecido da prática educativa. Educação emocional é uma proposta para colocar uma ênfase especial a este aspecto, a fim de dar-lhe a importância que merece. A partir do processo educacional: A educação é um processo caracterizado pela relação interpessoal. Qualquer relacionamento interpessoal é permeado por fenômenos emocionais. No processo de aprendizagem individual e autônomo também está presente a dimensão emocional. Tudo isto exige que seja dado uma atenção especial pelas múltiplas influências que as emoções têm no processo educacional. A partir da

autoconsciência: "Conhece a ti mesmo" foi inscrita na entrada do templo de Delfos e foi adotado como um lema por Sócrates. Desde então, este tem sido um dos objetivos do ser humano e está presente no ensino. Dentro deste autoconhecimento, um dos aspectos mais importantes do processo educacional. A partir do fracasso escolar: Altas taxas de insucesso escolar, dificuldades de aprendizagem, o stress antes dos exames, abandono da faculdade e outros fenômenos relacionados são observados. Estes eventos causam estados emocionais negativos, como apatia e em alguns casos, vir a tentativas de suicídio. Tudo isto está relacionado com déficits na maturidade e equilíbrio emocional. A partir das relações sociais: Sabe-se que os relacionamentos podem ser um conflito forte, tanto na profissão como na família, comunidade, lazer e qualquer contexto em que a vida de uma pessoa desenvolve. Estes conflitos afetam os sentimentos, de modo que às vezes podem tornar-se respostas violentas e descontroladas" (BISQUERRA, 2000, p. 22.)

Ainda, para Cury:

"As crianças e jovens aprendem a lidar com fatos lógicos, mas não sabem lidar com fracassos e falhas. Aprendem a resolver problemas matemáticos, mas não sabem resolver conflitos. São treinados para fazer cálculos e acertá-los, mas a vida é cheia de 125 contradições, as questões emocionais não podem ser calculadas, não tem conta exata". (CURY, 2003, p.15).

É nessa realidade que a educação socioemocional consegue seu espaço, tornando-se fundamental para que a criança desenvolva ferramentas emocionais que as ajudem na convivência no ambiente escolar, na vida, no mundo do trabalho, em todas as suas relações, privilegiando principalmente a tolerância e respeito entre todos. Uma criança que vivencia, que tem oportunidade de conhecer sobre as emoções e seu uso inteligente, tem condições de primeiramente ter uma vida equilibrada, se afastar de problemas, de vícios, e, lidar com seu entorno, com suas adversidades, com a adversidade do outro. Fortalece-se assim relações saudáveis. No entanto, as emoções, a compreensão do que são, o reconhecer no outro e principalmente, saber como lidar, são habilidades aprendidas e a escola é primordial nesse processo, assim como a inteligência emocional é primordial no ambiente escolar.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA EQUIPE ESCOLAR

Atualmente, os espaços escolares são permeados por muitas demandas. O tempo todo é exigido de seus profissionais destreza para lidar com mais diversas situações. A cada dia que passa vai surgindo uma necessidade urgente de que pessoas recebam ensinamentos com foco no controle das emoções, uma solução

tranquila, equilibrada e pacífica e com a capacidade de compreender conflitos para uma boa convivência no ambiente social e no ambiente de trabalho. Nos dias atuais existem métodos que podem ser utilizados na prática para treinar as emoções de forma a prevenir graves consequências e isso é dizer da possibilidade de aprender, a saber, agir emocionalmente, independente da questão que cause o conflito.

Segundo Cury (2008) o indivíduo que aprende a controlar suas emoções torna-se mais resiliente, solidário, maleável, sensível, compassivo, paciente, generoso e magnânimo. Quanto mais estável emocionalmente, mais o profissional torna-se um ser humano e deixa de ser um “Deus” rígido e suficiente. A pessoa pode controlar suas emoções e saber usá-las de forma inteligente, acaba mudando muita coisa em suas atitudes, decisões e aprende a entender outras pessoas mais claramente. O controle das emoções pode trazer transformações significativas, tanto no ambiente profissional quanto familiar, uma vez que o indivíduo se torna mais consciente de suas responsabilidades, isso gera um bem-estar pessoal, transformando o ambiente de trabalho. O uso inteligente das emoções, de modo que haja um equilíbrio entre a razão e emoção ao lidar com adversidades, conflitos, pessoas, seja no contexto profissional ou no pessoal. É uma capacidade que pode ser desenvolvida e proporciona o crescimento individual, gerando resultados positivos para o indivíduo e para o meio em que está inserido.

As competências socioemocionais devem fazer parte do dia a dia de uma equipe escolar e essa educação emocional pode ser incentivada através de:

- Encontros formativos, focando na educação emocional e na sua relevância para o ambiente escolar;
- Valorização do profissional;
- Escuta- feedback, a equipe escolar precisa ser ouvida, compartilhar suas angústias;

Por meio de um planejamento eficaz é possível organizar encontros regulares para desenvolver as habilidades necessárias na equipe, zelando assim pelo bem-estar geral.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NOS ALUNOS

As competências socioemocionais nos alunos é um caminho que precisa ser construído e percorrido. Em um mundo cada vez mais exigente e competitivo, a

formação educacional do indivíduo desde a sua infância, requer para além da aprendizagem cognitiva dos conteúdos curriculares desenvolvidos nas escolas, uma formação integral voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais, que possibilite aos alunos uma vida emocionalmente equilibrada, é o que se denomina de Educação Socioemocional. A educação socioemocional visa desenvolver várias competências do aluno, trabalhando com a sua formação integral, tornando-o consciente de sua responsabilidade consigo e com os outros, possibilitando adquirir habilidades necessárias para reconhecer e gerenciar emoções, estabelecer relações sociais positivas e ser capaz de administrar situações desafiadoras de forma eficaz. Além disso, a educação socioemocional procura estimular as seguintes habilidades nos alunos, como: autoconhecimento, criatividade, resiliência, empatia, pensamento crítico e colaboração.

A Base Nacional Comum Curricular –BNCC, homologada no ano de 2017 é o instrumento de caráter normativo que disciplina os elementos essenciais de aprendizagem necessários à trajetória escolar dos alunos, e é utilizada para orientar os currículos e propostas pedagógicas de escolas públicas e privadas, da educação infantil ao ensino médio. Dentre as dez competências expressas na BNCC, quatro delas são dedicadas ao desenvolvimento da educação socioemocional, são elas: autogestão, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, e por fim, a autonomia. Sobre elas podemos destacar a competência que trata da Autogestão do estudante, e estabelece que este deve ser capaz de:

“Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta”. (BNCC, 2017, p. 9).

A competência que prioriza o Autocuidado e o Autoconhecimento, diz:

“Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”. (BNCC, 2017, p. 10).

A competência que busca o desenvolvimento da Empatia e Cooperação, busca:

“Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao

outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza”. (BNCC, p. 10).

Por fim, a competência que prioriza desenvolver a Autonomia do estudante e preconiza que:

“Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. (BNCC, p. 10).

A BNCC demonstra através dessa vasta menção ao desenvolvimento das competências socioemocionais, que a sala de aula deve pretender formar o aluno integralmente, preparando-o para a vida. Dentro desse contexto, o papel do professor é determinante na prevenção e desenvolvimento da saúde mental dos alunos. Devemos considerar que a escola de antigamente é muito diferente dos tempos atuais, a escola contemporânea se preocupa em formar seres autônomos, independentes, criativos e seguros, e é por meio das competências socioemocionais que esse tipo de conhecimento será concretizado. Nesse sentido o professor pode desenvolver em sala de aula algumas ações relacionadas com as competências socioemocionais. Uma das maneiras que pode ser trabalhado pelo professor em sala de aula é por meio do diálogo, jogos e brincadeiras que estimulem as crianças a falarem sobre suas emoções.

Para Coleman (2012), umas das principais habilidades da inteligência emocional é motivar-se (Automotivação), que significa: saber adiar a satisfação e conter a impulsividade. É a capacidade de ter autocontrole emocional, de entrar em estado de “fluxo” que possibilitam excepcionais desempenhos. As pessoas que têm essa capacidade tendem a ser mais produtivas e eficazes em qualquer atividade que exerçam. Utilizar nossas preferências mais profundas para impulsionar-nos e guiar-nos na direção de nossas metas, a fim de ajudar a termos iniciativa e a sermos altamente eficazes, perseverando diante de reverses e frustrações.

Uma das habilidades mais importantes de desenvolver é o reconhecimento das emoções nos outros – empatia. Desenvolvendo essa habilidade emocional fundamental ao empreendedor o indivíduo passa a entender os motivos de determinadas ações dos outros e desenvolve assim, formas e mecanismos para lidar com ela, aumentando também a empatia necessária para compreender seu universo. Além disso, passa a aceitá-la, sem julgamentos, o que melhora ainda mais os relacionamentos

interpessoais que necessita desenvolver para ter um empreendimento bem-sucedido. GOLEMAN destaca:

“Reconhecer emoções nos outros. A empatia, outra capacidade que se desenvolve na autoconsciência emocional, é a “aptidão pessoal” fundamental. As pessoas empáticas estão mais sintonizadas com os sutis sinais do mundo externo que indicam o que os outros precisam ou o que querem. Isso as torna bons profissionais no campo assistencial, no ensino, vendas e administração”. (GOLEMAN, 1995, p. 74).

Trabalhando as competências socioemocionais, a escola estará oferecendo aos alunos ferramentas antibullying, que é outro tema urgente nas escolas. Saber lidar com as diferenças, com a diversidade, não causar ofensas aos colegas e saber agir diante de ofensas recebidas, são alguns dos benefícios de trabalhar as emoções. Há também impactos positivos na aprendizagem dos alunos, visto que as competências socioemocionais desenvolvem habilidades de responsabilidade e organização.

FAMÍLIA: A PRIMEIRA A GERENCIAR AS EMOÇÕES DAS CRIANÇAS E COMO ESSA EDUCAÇÃO IMPACTA NA ESCOLA

Desde o nascimento, uma criança é cercada de emoções, é no seio familiar que a criança tem o primeiro contato com o mundo, com as emoções. A família é a primeira a educar a criança emocionalmente. Através de experiências, a criança vai consolidando algumas reações e emoções, tanto de maneira saudável quanto na aquisição de alguns desajustes de comportamento. Visto que a família é primeira escola de aprendizado emocional cabe aqui apresentar como os problemas familiares podem influenciar no processo de desenvolvimento do indivíduo e como essas influências vão se apresentar diante de todas as situações da vida. Assim como uma criança que é influenciada positivamente, acreditará em sua capacidade diante dos obstáculos da vida, do relacionamento com outras pessoas.

É fundamental que a família invista na saúde emocional de seus filhos, contribuindo para a prevenção da depressão, ansiedade, fobias, agressividade, entre outros transtornos psicológicos, assim como saberem lidar com situações adversas. Para isso, primeiramente a família deve permitir que a criança vivencie sua infância com todos os obstáculos que surgirem. É preciso que se frustrem, que percam, que inventem, que encontrem soluções em suas brincadeiras, que corram riscos e despertem por si mesmos. É preciso que a família acompanhe sua criança, mas que a permita tomar decisões.

Uma grande etapa dessa conquista emocional que pode ser oferecida pelas famílias está em permitir que as crianças passem por situações, por exemplo, de frustração. Permitir que uma criança vivencie esse processo e ajudá-la a encontrar caminhos de superação é um ganho inigualável para a vida adulta dessa criança. Assim, ela vai aprendendo a gerenciar suas emoções, a compreender que o outro tem emoções e respeita-las.

Estimular a autonomia e resolução de conflitos é outro ponto importante que faz com que a criança cresça responsável por suas ações. Os conceitos vivenciados pela criança em sua casa, determinarão o que ela vai aprender, como vai lidar em cada situação e, que adulto se tornará. Daí a importância de a família repensar como são as situações em casa, o que sua criança presencia, como as questões são resolvidas e permitir que sua criança também lide com as emoções de maneira a aprender com suas atitudes, seja repeti-las ou alterar a maneira de resolver. Sobre isso, Gottman diz:

“Trabalhe junto com seu filho para achar uma solução para o problema. As ideias dos pais podem ser uma benção, sobretudo para uma criança pequena que costuma pensar para imaginar soluções alternativas. Mas é importante se controlar para não assumir o comando. Se você realmente quer que seu filho seja o dono da solução, deve pensar por ele para que apresente ideias”. (GOTTMAN, 1997, p. 110).

Diante desse papel fundamental no desenvolvimento da criança, a família deve buscar uma comunicação assertiva, onde a escuta faça parte, favorecendo um ambiente em que haja confiança para a expressão de suas necessidades, seus desejos e particularidades, oferecendo recursos para que nossas crianças se tornem adultos inteligentes emocionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou agregar conhecimento acerca do tema inteligência emocional no ambiente escolar e perceber sua relevância neste espaço, tanto para uso na escola, quanto para desenvolver tais competências. É preciso pensar a educação para além do desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes sendo a educação socioemocional um elemento cada vez mais imprescindível para a prevenção dos transtornos mentais que estão ligados diretamente à saúde mental do estudante.

As ferramentas que são usadas para se desenvolver uma inteligência emocional cada vez mais são essências para que os profissionais utilizem as informações, os sentimentos e as emoções de um modo inteligente e que as mesmas

sejam transformadas em ações positivas. O relacionamento é, em grande parte, a capacidade de lidar com as próprias emoções e as dos outros e isso não é nada fácil. Portanto, a inteligência emocional é muito importante para o âmbito organizacional, pois funcionários e principalmente líderes que possuem as habilidades da inteligência emocional se tornam mais eficientes, produzem mais, se relacionam melhor e tomam decisões mais assertivas, assim tendo como consequências melhores resultados, ambiente mais agradável e menos conflitos. Profissionais tomando decisões assertivas, diminuindo conflitos no ambiente de trabalho, resistir a tensões, otimizar os processos tudo isso é resultado do uso da inteligência emocional.

Alunos com habilidades socioemocionais são mais propensos a alcançar sucesso na vida, seja no âmbito pessoal, quanto profissional. Reconhecer suas emoções, reconhecer a emoção do outro e maneiras de lidar, trazem múltiplos benefícios. Trabalhando as competências socioemocionais, a escola estará oferecendo aos alunos ferramentas *antibullying*, que é outro tema urgente nas escolas, assim como impactos positivos na aprendizagem dos alunos. A educação emocional deve ser oferecida pela escola e também pela família do educando, que é o primeiro contato social da criança e o modo como ela é educada, impactará em toda sua vida.

REFERÊNCIAS

BISQUERRA, R. A., **“Educación emocional y bienestar”**. Barcelona, Práxis, 2000, pp. 22-66.

_____, **“Atividades para o desenvolvimento da inteligência emocional nas crianças”**, Barcelona, Arteplural, 2010, p. 243.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 jun. 2023.

CASASSUS, J., **“Fundamentos da educação emocional”**, Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, 2009, pp. 201-206.

COOPER, R. Sawaf, A., **“Inteligência Emocional na Empresa”**, Rio de Janeiro, 1997, Campus, p. 19.

CURY, A, **“Pais brilhantes, professores fascinantes”**, Rio de Janeiro, 2003, Sextante, p. 15.

GOLEMAN, D , **“Inteligência Emocional”**, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 1995, pp. 73 a 75.

_____, **“Inteligência Emocional. A teoria revolucionária do que é ser inteligente”**, Rio de Janeiro. Objetiva, 2007, p. 384.

GOTTMAN, J. C., **“Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos”**, Rio de Janeiro, Objetiva, 1997, pp. 110 a 143.

OLIVEIRA, M. **Inteligência emocional nas organizações: estudo de caso**. São Paulo, 2010.

WEISINGER, H. Inteligência emocional no trabalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



UTILIZAÇÃO DA QUÍMICA VERDE PARA TORNAR PROCESSOS

Silvana Rodrigues Manoel Rufino

Formada em Farmácia.

RESUMO

Este trabalho aborda a aplicação da química verde como uma abordagem promissora para tornar os processos químicos mais sustentáveis e amigáveis ao meio ambiente. A química verde busca atingir a sustentabilidade no nível molecular, visando reduzir a dependência de produtos petroquímicos, minimizar impactos ambientais e melhorar a eficiência econômica. Ao longo das últimas décadas, esse campo emergente tem recebido considerável atenção da comunidade científica devido à sua capacidade de integrar inovação química com metas ambientais e econômicas.

Palavras- Chave: Química Verde, Sustentabilidade, Processos Químicos, Impacto Ambiental.

INTRODUÇÃO

A indústria petroquímica desempenha um papel central na vida moderna, fornecendo produtos essenciais como medicamentos, plásticos e tintas. No entanto, os métodos atuais de fabricação frequentemente resultam em resíduos poluentes e elevado consumo de recursos não renováveis. A química verde surge como uma alternativa, visando aprimorar a eficiência dos processos e reduzir os impactos ambientais.

OS 12 PRINCÍPIOS DA QUÍMICA VERDE

1 PREVENÇÃO: É mais barato evitar a formação de resíduos tóxicos do que tratá-los depois que eles são produzidos;

2 SÍNTESE SEGURA: Deve-se desenvolver metodologias sintéticas que utilizam e geram substâncias com pouca ou nenhuma toxicidade à saúde humana e ao ambiente;

3 USO DE SOLVENTES E AUXILIARES SEGUROS: A utilização de substâncias auxiliares como solventes, agentes de purificação e secantes precisa ser evitada ao máximo; quando inevitável a sua utilização, estas substâncias devem ser inócuas ou facilmente reutilizadas;

4 USO DE FONTES DE MATÉRIA-PRIMA RENOVÁVEIS: O uso de biomassa como matéria-prima deve ser priorizado no desenvolvimento de novas tecnologias e processos;

5 CATÁLISE: O uso de catalisadores (tão seletivos quanto possível) deve ser escolhido em substituição aos reagentes estequiométricos;

6 EFICIÊNCIA ATÔMICA: As metodologias sintéticas devem ser desenvolvidas de modo a incorporar o maior número possível de átomos dos reagentes no produto final;

7 DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS SEGUROS: Deve-se buscar o desenvolvimento de produtos que após realizarem a função desejada, não causem danos ao ambiente;

8 BUSCA PELA EFICIÊNCIA DE ENERGIA: Os impactos ambientais e econômicos causados pela geração da energia utilizada em um processo químico precisam ser considerados. É necessário o desenvolvimento de processos que ocorram à temperatura e pressão ambientes;

9 EVITAR A FORMAÇÃO DE DERIVADOS: O uso de biomassa como matéria-prima deve ser priorizado no desenvolvimento de novas tecnologias e processos;

10 PRODUTOS DEGRADÁVEIS: Os produtos químicos precisam ser projetados para a biocompatibilidade. Após sua utilização não deve permanecer no ambiente, degradando-se em produtos inócuos;

11 ANÁLISE EM TEMPO REAL PARA A PREVENÇÃO: O monitoramento e controle em tempo real, dentro do processo, deverá ser viabilizado. A possibilidade de formação de substâncias tóxicas deverá ser detectada antes de sua geração;

12 QUÍMICA SEGURA, PREVENÇÃO DE ACIDENTES: A escolha das substâncias, bem como sua utilização em um processo químico, devem procurar a minimização do risco de acidentes, como vazamentos, incêndios e explosões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A química verde apresenta doze princípios que guiam a abordagem para tornar os processos químicos mais sustentáveis, abrangendo desde a prevenção de resíduos até a criação de produtos degradáveis. Esses princípios são aplicáveis em diversos setores industriais, incluindo aeroespacial, automotivo, farmacêutico e mais.

DESCRIÇÃO:

O aumento dos custos dos produtos petroquímicos, devido à escalada dos preços do petróleo, impulsiona a busca por fontes sustentáveis e alternativas baseadas em biomassa. Além disso, a eliminação de substâncias perigosas e a preocupação com a poluição reforçam a necessidade de abordagens mais ecológicas.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA:

A dependência dos produtos petroquímicos e os impactos ambientais resultantes da disposição inadequada de resíduos representam desafios significativos para a indústria química.

DESAFIO:

Por meio da aplicação da química verde, é possível enfrentar o desafio de reduzir a dependência de produtos petroquímicos, minimizar resíduos tóxicos e promover a sustentabilidade nos processos industriais. Exemplos práticos demonstram como essa abordagem pode contribuir para diversos setores, melhorando a eficiência e reduzindo os impactos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A química verde desempenha um papel crucial na busca por processos químicos mais sustentáveis, alinhando inovação e responsabilidade ambiental. A aplicação de seus princípios em diferentes indústrias promove avanços significativos em direção a um futuro mais ecologicamente equilibrado.

REFERÊNCIAS

WELLS, S.L.; DESIMONE, J. **Utilização de CO₂ supercrítico como solvente "verde"**. Angewandte Chemie International Edition, 2001, v. 40, p. 518.

COSTA, D. A. **Métricas de avaliação da química verde – Aplicação no ensino secundário**. Tese de Doutorado em Ensino e Divulgação das Ciências, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Portugal, 2011. Disponível em: <http://educa.fc.up.pt/v2/ficheiros/investigacao/61/ver%20tese%20de%20dominique%20a.%20costa.pdf>. Acesso em 16 jul 2023.

MENDES, Samuel Rodrigues; SILVA, Thiago Barcellos da. **Os 12 princípios da química verde**. Universidade Federal de Pelotas, Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, Laboratório de Síntese Orgânica Limpa - LASOL. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/wwverde/os-doze-principios-da-quimica-verde/>. Acesso em: 04 ago 2023.



AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DISLEXIA

Caroline Pereira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em ABA - Análise do Comportamento Aplicado ao Autismo, Alfabetização Matemática, Práticas de Alfabetização e Intervenções e em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

RESUMO

O artigo tem a finalidade de retratar um pouco sobre a dislexia que é um transtorno de escrita e de leitura, portanto, um déficit linguístico que dificulta a aprendizagem de leitura, escrita, soletração e decodificação das palavras. A dislexia está muito presente nas escolas hoje e faz-se necessário que os professores estejam capacitados para atender essas crianças da melhor maneira possível. A dislexia, antes de qualquer definição, é um jeito de ser e de aprender; reflete a expressão individual de uma mente, muitas vezes engenhoso e até genial, mas que aprende de maneira diferente das mentes ditas normais. Muito pouco se sabe sobre as causas da dislexia, o que se tem de concreto é que possui fatores genéticos como principal causa e é uma das responsáveis pelo fracasso escolar, trazendo consequências na área social, afetiva e cognitiva do educando, principalmente se ele não for motivado. Cabe ao professor e a família compreender e apoiarem as crianças portadoras de dislexia e é isso que este artigo vem mostrar. Além disso, este artigo trata das dificuldades de aprendizagem encontradas em crianças com dislexia e as principais técnicas que podem pelos professores durante o processo para garantir um processo de ensino e aprendizagem eficaz para as crianças disléxicas. Através do artigo foi possível aprender muito sobre a dislexia e como atuar com essas crianças. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Palavras-chave: Aprendizagem; Escola; Dislexia;.

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado tem a finalidade de mostrar o que é dislexia, como ela atua dentro da mente humana e principalmente quais as dificuldades de aprendizagem encontradas pelas crianças com dislexia, e algumas técnicas para se trabalhar o com essas crianças a fim de diminuir tais dificuldades.

Nas primeiras páginas deste artigo veremos que a dislexia é um transtorno de aprendizagem que compromete a capacidade de ler, de entender as palavras manuscritas ou impressas, de escrever e de soletrar palavras. No entanto na literatura educacional já disponível, há exemplos de intervenções que surtem efeito satisfatório no processo de ensino aprendizagem dos disléxicos.

Nas páginas finais percebemos que as escolas, os professores, e a família têm um papel muito importante na aprendizagem das crianças com dislexia, principalmente com relação ao lado psicológico da criança quanto a sua autoestima.

E para que os alunos com dislexia aprendam verdadeiramente é preciso que o professor use algumas técnicas como as citadas no decorrer do trabalho, isso se faz preciso, pois as crianças disléxicas aprendem diferente das crianças ditas normais e por isso é preciso que os professores desenvolvam técnicas de ensino diferenciadas para esses alunos, principalmente durante o processo de alfabetização.

No artigo percebe-se que o professor tem um papel chave no processo de ensino/aprendizagem da criança com dislexia é ele quem vai direcionar a criança na leitura e na escrita.

Além disso, o educador deve também estar atento desde as primeiras dificuldades enfrentadas pelos educandos, nos primeiros passos dados durante o processo de alfabetização, para que seja iniciado o diagnóstico e a intervenção devida pelos multiprofissionais, para que assim se evitem problemas mais graves futuramente. Quanto mais precoce é o diagnóstico mais rápido a criança pode ser tratada.

As dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças com dislexia foi o tema escolhido, pois trata de um problema que está virando até “modismo”, hoje, pois qualquer tipo de déficit é entendido como dislexia e tratado como, sem um diagnóstico adequado, é por isso que o trabalho visa mostrar o que é dislexia realmente e quem pode diagnosticar e as técnicas que devemos usar com os disléxicos verdadeiros durante o processo de ensino e aprendizagem.

Para realiza o artigo foi feito uma pesquisa bibliográfica em busca dos principais autores como Bombonato, Bossa, Emília Ferreiro, entre outros. Qual o papel

do educador na identificação da dislexia em sala de aula e quais as atividades voltadas para essas crianças?

O professor deve estar atento a qualquer tipo de dificuldade encontrado por seus alunos durante o processo de aprendizagem, principalmente durante o processo de alfabetização, pois assim ele pode ajudar a diagnosticar os distúrbios e propor intervenção. Pois, quanto mais cedo houver intervenção por profissionais capacitados, menos dificuldades esse aluno terá em aprender.

Após a identificação da dislexia, gestão escolar e o educador devem procurar meios para incluir de fato essa criança na sala de aula, para isso o professor deve pesquisar e propor atividades para que seja amenizado esse tipo de distúrbio. O professor deve realizar um trabalho em conjunto com os profissionais que realizarão o tratamento e a família do educando.

Mesmo realizando atividades diferenciadas, e fazendo tratamento multiprofissional a criança portadora de dislexia, sempre terá o distúrbio, mas com estímulos corretos, e tratamento ela terá uma vida dita “normal”, podendo exercer futuramente a profissão que quiser.

Para realizar um bom trabalho com crianças portadoras de dislexia, o professor deve estar capacitado, isto é deve conhecer o que é dislexia, seus sintomas e os meios de intervenção. Para que com essas informações ele pode trabalhar com o aluno em sala de aula, não deixando que este se sinta excluído e com autoestima baixa e propondo atividades próprias.

Quanto mais cedo a dislexia for diagnosticada, mais cedo acontecerá a intervenção e o tratamento, pois não adianta nada reforços e aulas particulares, pois a dislexia tem todo um tratamento a ser realizado com profissionais capacitados nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional e neuropediatra. Como menciona BOSSA,

“Quando se trata de problemas de aprendizagem escolar, de nada adianta medidas como reforço ou a aula particular apenas. Seria como ministrar o antitérmico sem o antibiótico, ou seja, combater a febre sem tratar a infecção”. (BOSSA, 2000, p. 12).

Pois, é preciso que haja tratamento adequado a essas crianças a fim de que possam aprender com qualidade.

Infelizmente muitos educadores ainda possuem um conceito errôneo sobre a dislexia ao acabam rotulando o aluno de preguiçoso, desatento, que não tem vontade de aprender. Fazendo com que o educando se sinta incapaz, tenha sua autoestima diminuída e perca o interesse pela escola, as vezes até ocorre casos de depressão. O

quadro agrava ainda é agravando quando acontece a repetência e como consequência muitas vezes a evasão escolar, tudo isso muitas vezes por não ter um diagnóstico conclusivo de dislexia.

Por isso se faz tão necessário que o professor entenda um pouco sobre os principais distúrbios de aprendizagem e quais os principais sintomas apresentados. E assim possa ajudar no diagnóstico e também propor atividades que o aluno consiga desenvolver e que assim aconteça um aprendizado significativo.

Existem inúmeros casos de pessoas com dislexia que conseguiram vencer os obstáculos e almejar seus objetivos, entre eles pode ser citado Einstein, Picasso, Thomas Edson, Robin Willians e tantos outros. A dislexia não é nenhum empecilho, ela é um distúrbio que deve ser tratado para diminuir os sintomas. E o professor tem um papel importante nesse processo, pois ao mesmo tempo em que ele pode auxiliar o aluno, ele também pode prejudicar se não propor atividade coerentes com a realidade dessas crianças e também se julgar e discriminar.

Por isso se faz tão necessário que o professor entenda o que são os distúrbios de aprendizagem, principalmente os mais comuns como Dislexia e TDAH.

DISLEXIA UM BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO

O termo dislexia foi mencionado pela primeira vez em 1896, quando o Dr. W. Pringle Morgan relatou no jornal, British Medical, o caso de um garoto de 14 anos, que era um menino brilhante e inteligente, porém o garoto possuía uma grande incapacidade em ler. Ele não tinha dificuldades alguma com números, o problema era somente em decifrar as palavras impressas ou escritas, até então esse tipo de transtorno era conhecido como cegueira verbal. Dr. Morgan foi o primeiro a considerar a cegueira verbal sendo uma falha no desenvolvimento em crianças saudáveis e não uma doença que comprometesse todo o desenvolvimento da criança.

Mas foi um médico francês chamado Paul Broca, que através de suas observações, concluiu que o córtex cerebral era base para leitura, ou seja, para linguagem e fala, esse foi o primeiro passo para que se pudesse buscar o mapeamento do sistema neural responsável pela leitura. Pois até então, acreditava-se que a língua era responsável pela capacidade que temos de falar e os olhos responsáveis pela leitura.

Os estudos do neurologista Drake Duane foram os responsáveis para a compreensão da dislexia, pois os estudos mostravam as diferenças entre cérebros de

peessoas consideradas portadoras de dificuldades em decodificação das palavras desde pequenos e daqueles considerados normais. As diferenças apresentadas foram nas estruturas associadas à formação da linguagem e essas se localizam no lado esquerdo do cérebro. (HOUT; ESTIENNE, 2001).

A partir desses estudos, é que se concluiu que a dislexia é proveniente de um erro geneticamente programado, ou seja, mal conectado. É por esse motivo que as crianças passam a ter um problema na decodificação das palavras e possivelmente em sua fala e escrita.

Hoje em dia os estudiosos do tema consideram a dislexia como um distúrbio específico da linguagem, que tem como principal característica a dificuldade de um educando em decodificar ou compreender palavras. Para a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) o transtorno é uma insuficiência do processo fonológica e está incluída geralmente entre as dificuldades de leitura e aquisição da capacidade de escrever e soletrar, ou seja, podemos entendê-la como uma alteração de leitura e da escrita.

A escrita é uma das maneiras pela qual o ser humano se comunica, e existe para o ser humano a partir do momento em que este adquire a leitura. Porém, quando a criança se depara com sinais gráficos que não pode ler nem compreender, a comunicação perde sua função assim como a escrita. A leitura tem o papel de tornar a escrita significativa e deve ser valorizado dentro processo de alfabetização, pois é uma prática social.

A Dislexia é marcado pela dificuldade na aquisição e/ou desenvolvimento da linguagem escrita. Normalmente são crianças que apresentam déficits tanto na decodificação fonológica quanto de compreensão da linguagem oral e/ou escrita que possuem esse distúrbio Essa distúrbio recebe o nome de Dislexia. Segundo Luczinnsky:

Dislexia é muito mais do que uma dificuldade em leitura, embora muitas vezes, ainda lhe seja atribuído este significado circunscrito. Refere-se à disfunção ou dano no uso de palavras. O prefixo “dys” do grego significando imperfeita, como disfunção imperfeita, isto é uma função anormal ou prejudicada; “lexia”, do grego, referente ao uso de palavras (não somente em leitura) (2003, p.134)

Portanto, segundo o autor a dislexia é um distúrbio das palavras e da leitura, e as manifestações do distúrbio de escrita e leitura são evidentes durante o aprendizado da leitura e escrita, já nos anos pré-escolares podem aparecer alguns sinais de

dificuldades mais amplas de linguagem tais como vocabulário pobre, uso inadequado da gramática e dificuldades no processamento fonológico.

Vale ressaltar que é nos anos iniciais da escolaridade durante o processo de alfabetização, que eles aparecem com mais intensidade, pois além de dificuldades no reconhecimento das palavras e de compreensão na leitura, podem aparecer também dificuldades em manter a atenção e narrar fatos e acontecimentos, e problemas de compreensão do discurso, com frequência, as crianças apresentam uma relação de sofrimento com a escrita, desinteresse pelas atividades de leitura e escrita, desconhecimento acerca de suas funções, frustrações e até inseguranças geradas pelos erros que cometem enquanto estão na posição leitor e escritor.

A dislexia possuem causas diversas, que podem ser orgânicas, psicológicas, pedagógicas ou socioculturais.

Alguns estudiosos acreditam que pode haver distúrbios de leitura e escrita que vai além do processamento fonológico, comprometendo o vocabulário, a morfossintaxe e até a própria compreensão do texto. Porém esses sintomas ficam mais visíveis na época da alfabetização, porém esses transtornos podem já estar presentes desde muito cedo na vida da criança, com limitações até mesmo na compreensão oral. Neste sentido, o que está sendo descrito como distúrbios de leitura e escrita parece corresponder à categoria dos transtornos ou distúrbios de aprendizagem uma vez que configuram problemas que vão muito além do domínio específico de aprender a ler e a escrever, com prejuízos em vários aspectos da linguagem, tanto oral quanto escrita.

Com a intervenção dos profissionais capacitado promovendo o entendimento da funcionalidade da escrita e da leitura, e no estabelecimento de uma relação satisfatória e prazerosa na elaboração, interpretação e organização de textos, a criança consegue aprender a ler e a escrever, porém é preciso um diagnóstico precoce para que a criança sofra as intervenções corretas, no período correto.

O distúrbio da leitura e escrita pode ser denominado também como dislexia, embora alguns estudiosos acreditar ser equivocado chamar esse distúrbio de dislexia.

Nos casos de Distúrbios Específicos de Leitura e Escrita (ou Dislexias), o processo de desenvolvimento inicial da criança não apresenta alterações. Dificuldades significativas começam a surgir no aprendizado da leitura escrita, desde o início do processo de alfabetização.

As crianças com dislexia apresentam dificuldades na correspondência entre som e letra, o que ocasiona prejuízos significativos para a escrita e para a leitura. O nível de leitura é geralmente abaixo do esperado para a escolaridade do educando, ele também troa muitas letras como por exemplo: d, pelo t, entre outras. Na criança com

dislexia não há problemas neurológicos, cognitivos, emocionais ou educacionais que justifiquem tais dificuldades apresentadas.

As dificuldades encontradas pelas crianças com dislexia se apresentam na leitura e na escrita, porém, pode haver comprometimento das funções expressivas e de processamento de informações.

Catts e Kahmi (1999) acreditam que a dislexia que é a um distúrbio de desenvolvimento da linguagem, marcado por um déficit no processamento fonológico, o qual seria o responsável pelas dificuldades na decodificação e correspondência entre letras e sons. As dificuldades procedem de compreensão de textos, nestes casos, das limitações na decodificação. Mas se, esses mesmos textos, forem apresentados oralmente, poderiam ser bem compreendidos, revelando que os aspectos semânticos estão preservados.

DIFERENTES FORMAS DA DISLEXIA

Os estudiosos apresentam basicamente três tipos de distúrbios específicos relacionados à dislexia: o distúrbio da leitura, o distúrbio da matemática, o distúrbio da expressão escrita.

Distúrbio de leitura e de escrita: é uma denominação bem genérica, usada para definir as alterações que impedem ou dificultam a aquisição e continuidade do processo de leitura e escrita, variando segundo a etiologia e sintomatologia pode apresentar-se de muitas formas. O distúrbio da escrita: são aqueles distúrbios neurológicos que afetam especificamente a produção da escrita e podem aparecer de maneira isolada ou combinados a outras patologias como, por exemplo, a dislexia (uma dificuldade na aprendizagem da leitura, na escrita ou no cálculo). Ou seja, é a forma de dislexia mais comum que encontramos. E com as principais características já citadas acima.

A discalculia é um distúrbio que afeta o aprendizado de matemática por parte do educando, porém ele não afeta a contagem de números, mas assim o raciocínio lógico matemático, bem como na resolução de situações problemas e expressões numéricas.

Segundo Kosci (1974) a discalculia é uma desordem estrutural das habilidades matemáticas e sua possível origem são desordens genéticas nas partes cerebrais onde se desenvolvem as habilidades matemáticas.

Já para BOMBONATTO, (2006, s/p.) “A discalculia apresenta-se como uma imaturidade das funções neurológicas ou uma disfunção sem lesão”.

O que se sabe é sobre a discalculia que ela é um o distúrbio que afeta a capacidade da criança em operar com os números e de calcular de forma ágil e precisa. Esse distúrbio atinge ente 5 a 8% da população geral.

O distúrbio apresenta inúmeros sintomas, porém, o diagnóstico só poderá ser feito profissionais habilitados como psicopedagogos, psicólogos, etc. As discalculia possui uma série de sintomas que podem aparecem em conjunto ou não.

A criança permanece usando estratégias de contar todos os números para realizar operações como $3 + 6$, a criança conta 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,8. 9), isso podemos perceber nas séries mais avançadas ainda após o 4º ano.

Além disso o educando apresenta dificuldade em armazenar e recuperar fatos básicos, das quatro operações como, por exemplo, o resultado das tabuadas. A criança com discalculia também apresenta dificuldade em alinhar os numerais na contas verticais; como por exemplo colocar dezena embaixo de dezena e assim por diante.

Apresenta também dificuldade em entender e lembrar os diferentes procedimentos sequenciais em cálculos com números multidígitos. Além disso, o educando apresenta também dificuldade em compreender e usar conceitos e fórmulas tais como expressões numéricas, a criança parece entender o problema o educador está demonstrando, porém quando ele próprio precisa usar o conceito, fica confuso e a informação não pode ser acessada em seu cérebro. O educando com discalculia apresenta inconstância no desempenho em cálculos aritmético, em certos momentos sabe e em outros momentos não consegue realizar os cálculos sozinho. Esses segundo Johnson e Myklebust (1987), são as principais características encontradas na discalculia.

Ainda não há uma definição precisa sobre as causas desse distúrbio, o que provoca uma discussão sobre a influência dos fatores genéticos e/ou ambientais no seu desenvolvimento. Alguns estudiosos acreditam que a discalculia, assim como os demais transtornos de aprendizagem, tem um forte componente familiar, sugerindo o papel da genética durante a evolução desse tipo de transtorno, outro item a ser considerado é o uso de álcool durante a gravidez. Porém, alguns componentes ambientais tem se mostrado como possível causa, como características dos alunos (como falta de motivação), o papel do professor, problemas relacionados com a prática instrutiva e com o currículo escolar, além do contexto, no qual a criança aprende e ansiedade em relação à aprendizagem de matemática.

O diagnóstico desse tipo de transtorno ainda é clínico, e ocorre através de uma avaliação do desempenho da criança em relação à matemática, para verificar se ela está abaixo do nível esperado para sua faixa etária, também é avaliado se a criança não apresenta nenhum outro tipo de transtorno ou síndrome que justificariam a dificuldade em matemática, esse diagnóstico só pode ser fechado após a 3ª série, antes disso podem aparecer dificuldades evolutivas do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação deve ser realizado por meio de profissionais qualificados como psicólogos e psicopedagógicos. Depois de feito o diagnóstico é necessário realizar a intervenção por parte de uma equipe multidisciplinar que ajudará o aluno a enfrentar tais dificuldades relacionadas ao ensino de matemática.

Não há ainda meios de se prevenir esse tipo de transtorno, mas as pesquisas já mostram possibilidade de identificação precoce dos transtornos de matemática, com a identificação precoce da discalculia a escola pode organizar situações de ensino que amenizem o transtorno e as repercussões que ele traz para a vida dos educandos afetados pelo transtorno. O professor deve proporcionar auxílios específicos que amenizem ou até mesmo resolvam o problema, ou pelo menos possamos prevenir pelo menos nas crianças em situação de riscos.

Depois que a criança passa por todas as fases de aquisição da escrita e chega à fase alfabética, pode-se dizer que teve início o processo de alfabetização, sendo que o desafio passa a ser o domínio das regras que determinam as convenções da escrita, isto é, a ortografia e como correto de se escrever as palavras. E é nesse período que esse transtorno começa a surgir.

No transtorno da expressão escrita, existe uma combinação de dificuldades na capacidade de se compor textos escritos, evidenciando muitos erros de gramática e pontuação das frases, má organização dos parágrafos, muitos erros ortográficos e ainda pode haver uma fraca caligrafia, além de outros prejuízos na expressão escrita.

Em comparação com outros Transtornos de Aprendizagem, sabe-se relativamente menos acerca do Transtorno da Expressão Escrita e sobre o seu tratamento, particularmente quando ocorre na ausência de Transtorno de Leitura. Existem evidências de que déficits de linguagem e perceptomotores podem acompanhar o transtorno de expressão escrita.

No distúrbio de leitura a capacidade de expressão escrita apresenta-se muito inferior a idade cronológica, a capacidade intelectual e o nível de escolaridade da criança. Além disso a criança apresenta dificuldade na expressão escrita da criança, de modo muito significativo e nas atividades cotidianas que requerem habilidades de

escrita, como por exemplo, escrever frases gramaticalmente corretas e parágrafos organizados.

Se a criança apresenta algum outro tipo de déficit sensorial, as dificuldades de escrita se excedem ainda mais do que a eles estão associados; As pessoas portadoras desse distúrbio têm dificuldade de aprender e de desenvolver as habilidades de escrita. É uma alteração na planificação da linguagem escrita, causando dificuldades no aprendizado da ortografia, gramática e redação.

Além, de muitos erros gramaticais a pessoa com esse distúrbio possui um traçado incorreto da letra, lentidão na escrita, alteração no espaço, sujeira e falta de clareza na escrita.

Muitas crianças também reclamam de dores nas mãos e nos braços, pois, realizam muita força para escrever. As pessoas que sofrem com esse transtorno também denominado de disortografia, tendem a escrever textos curtos, tendem a ter dificuldade no uso de coordenação e subordinação das orações, além de dificuldade na percepção de sinais de pontuação, e falta de vontade para escrever. As pessoas tendem a trocaras letras, como exemplo a invés de escrever todos, escreve totos, além da omissão de letras como no caso chuva forte, por chua fote, etc.

A disortografia pode aparecer sozinha, isso ocorre quando a pessoa lê e escreverem, porém não consegue desenhar a letra de forma clara e limpa, ou pode aparecer junto com a dislexia.

Quando a disortografia aparece sozinha ela pode ser ajudada com um caderno de ortografia, que pode auxiliar a percepção de coordenação motora da criança e, conseqüentemente melhorar o desempenho na escrita. Mas algumas pessoas com precisam de atividades mais específicas e mais eficazes necessitam de intervenção fonoaudiológica o quanto antes possível, para evitar o fracasso escolar e a diminuição da autoestima dessas crianças.

O distúrbio é avaliado por fonoaudiólogas e a crianças terão um tratamento para que o distúrbio não seja o vilão de sua aprendizagem. É importantíssimo que a criança seja estimulada com exercícios para os ombros, cotovelos, punhos, mãos e dedos, para isso pode se usam bolas, petecas, brinquedos, exercícios de relaxamento, percepção corporal, pranchas de equilíbrios, materiais como tinta, massa de modelar, jogos, etc.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS DA CRIANÇA COM DISLEXIA: A DISLEXIA NA ESCOLA

A criança com dislexia tem dificuldade de compreender o que está escrito e de escrever o que está pensando. Quando tenta expressar-se no papel o faz de maneira incorreta fazendo com que o leitor não compreenda suas ideias e por muitas vezes nem a sua letra é de fácil compreensão.

O cérebro das crianças disléxicas, devido às falhas nas conexões cerebrais do lado esquerdo, não funciona da mesma forma que as crianças ditas normais. No processo de leitura os disléxicos só recorrem à área cerebral que processa fonemas. Por isso, as crianças com dislexia têm dificuldade em diferenciar fonemas de sílabas, pois a região cerebral responsável pela análise de palavras permanece inativa. Suas ligações cerebrais não incluem a área responsável pela identificação de palavras e, portanto, a criança disléxica não consegue reconhecer palavras que já tenha lido ou estudado. A leitura se torna um grande esforço para ela, pois toda palavra que ela lê aparenta ser nova e desconhecida.

Por causa dessa diferença no funcionamento cerebral detectada nas crianças com dislexia, cabendo à escola e ao professor, ser verdadeiramente uma escola inclusiva e, introduzir o educando com dificuldades dentro da sala de aula e fazendo com que o educando sinta-se parte da escola e da sala e interaja com os demais alunos e com os adultos. Porém o educador deve realizar um trabalho diferenciado, onde garanta atividades diferenciadas que condizem com o grau de compreensão do aluno, porém a criança nunca deixará de ser disléxica, mas poderá ter uma vida escolar quase “normal”, podendo aprender a ler e escrever como os demais, apesar das dificuldades que possui. Existem grandes nomes da história que tiveram dislexia com Albert Einstein, Van Gogh, entre outros. Portanto, com o auxílio da família, dos professores, dos profissionais qualificados e da escola o educando pode aprender e ter muito sucesso na carreira que escolher.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DURANTE A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DISLÉXICAS

É preciso que o educador seja muito paciente para lidar com as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, principalmente não os rotulando e os motivando diária, e atendendo as necessidades que eles apresentam propondo atividades diferenciadas. As crianças que têm dislexia não devem ser alfabetizadas pelo método tradicional, pois elas não conseguem internalizar o todo, precisam ter um trabalho individualizado, com atividades lúdicas e que tenham bastante repetição, para alfabetizar tais crianças pode e usar o método fonético, pois sua dificuldade está,

principalmente, em fixar os fonemas. O professor deve propor leitura de livros que tenham uma simples compreensão, aumentando devagar o conteúdo dos mesmos e só chegar a livros mais complexos quando achar que o educado já está preparado ou capacitado para ter esta compreensão.

O trabalho de alfabetização deve ser realizado juntamente com a família da criança disléxica. Primeiramente, para que a criança com dislexia seja bem atendida e consiga se alfabetizar é preciso um diagnóstico real do problema se a escola perceber que a criança tem algum problema relacionado à aprendizagem, o educador deverá encaminhar a criança para profissionais qualificados para que esse emitam um laudo.

É preciso valorizar todo e qualquer esforço e interesse demonstrado pela criança dislexia, respeitando seu ritmo, pois ela necessita de mais tempo para compreender o que é para ser feito, do que uma criança dita normal, e para isso o educador precisa ser paciente e ter força de vontade para ajudar este educando, pois não existe um método específico e único para alfabetizar as crianças com dislexia.

Mas, para que isso aconteça o professor primeiro precisa conhecer o assunto e buscar informações com pessoas conhecedoras do assunto como, por exemplo, profissionais qualificados para daí elaborar atividades para esta criança, sendo que, nenhuma criança com dislexia é igual, todos tem suas peculiaridades bem como pontos positivos e pontos a ser desenvolvidos, para isso o professor deve desvenda o seu educando. O professor acima de tudo precisa ter calma com este aluno, pois ele será mais lento que os demais, e é preciso dar mais tempo para ele fazer a prova, copiar a

Para que o educando com dislexia seja alfabetizado com qualidade e aprenda durante todo o processo de ensino aprendizagem no decorrer dos anos letivos é preciso que a escola esteja verdadeiramente aberta a receber as diferenças e que ocorra a colaboração e troca de ideias incessante de professores e colegas, em busca do prazer em ler e aprender das crianças disléxicas, pois os professores é que farão a diferença na vida de cada criança disléxica.

ESTRATÉGIAS QUE PODEM AJUDAR CRIANÇAS COM DISLEXIA DURANTE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os alunos com algum tipo de dislexia não são crianças incapazes, apenas apresentam alguma dificuldade para aprender, por inúmeros fatores. São crianças que tem um nível de inteligência bom, não apresentam problemas de visão ou audição, são emocionalmente bem organizadas e fracassam na escola.

Para Guerra (2001) crianças com dislexia não são deficientes, não são incapazes e, ao mesmo tempo, demonstram dificuldades para aprender. Incapacidades de aprendizagem não devem ser confundidas com dificuldades de aprendizagem.

As crianças com tais dificuldades de aprendizagem precisam de apoio multidisciplinar paralelo ao ensino regular para garantir aprendizagem; diagnóstico só pode ser concluído após os 9 (nove) anos de idade, pois o erro normal naturais das fases iniciais do processo de alfabetização devem ser confundidos com os distúrbios de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garante a esses alunos atendimento educacional especializado, cabendo a cada prefeitura desenvolver esse trabalho, precisamos saber se as Prefeituras realmente estão desenvolvendo.

As crianças, que seguem apresentando dificuldade mesmo após concluir o primeiro ciclo do ensino fundamental, dificuldades intensas e persistentes para ler textos, sempre trocam as letras das palavras e não consegue transmitir o que aprendeu por meio da escrita pode apresentar dislexia ou disortografia, ou até ambas. Já o educando que, na mesma etapa do ensino, não consegue memorizar tabuadas e sequer fazer contas simples talvez seja portador de discalculia.

A dislexia, a disortografia e a discalculia trazem dificuldades ao processo de ensino e aprendizagem e pode até ser agravado dependendo de como ele for tratado. Mas, se atendidos da forma correta, e estimulando corretamente por meio do suporte de equipes pedagógicas multidisciplinares, os educandos com esses transtornos tendem a superar os obstáculos e a concluir a vida estudantil.

Alguns sintomas que costumam estar associados à dislexia e disortográfica - entre eles a escrita espelhada, os erros ortográficos e a dificuldade na separação de sílabas - fazem parte do processo natural de aprendizagem.

Todas as crianças passam por essas fases. Porém, os educandos disléxicos, no entanto, geralmente são aqueles que cometem erros não esperados à série em questão, e a faixa etária que estão.

Assim, para fazer um diagnóstico correto, é preciso ter uma compreensão complexa da situação da criança, descobrindo os fatores emocionais que influenciam o processo de aquisição da linguagem, de que forma ela aprende e o método que está sendo usado. A relação da família da criança com a linguagem também deve ser considerada, pois muitas não têm acesso à leitura e à escrita em casa é isso é algo que pode dificultar a alfabetização.

Pois, como afirmado em Ferreiro (1998), a criança aprende a importância da escrita e leitura vendo os outros lendo e tendo contato com materiais escritos e se isso não acontece em casa pode dificultar no processo de aprendizagem.

O professor deve estar atento aos sintomas dos distúrbios, porém ele não tem condições de realizar um diagnóstico, pois é preciso o envolvimento de psicopedagogos, fonoaudiólogas, neuropediatras, pois a dislexia, a disortografia e discalculia são distúrbios neurológicos. Além disso, hoje em dia, qualquer dificuldade de aprendizagem é tida como dislexia ou discalculia precisou tomar muito cuidado com diagnósticos equivocados que podem atrapalhar as crianças com dificuldades.

Após o diagnóstico já concluído o professor deve tomar certas atitudes em relação aos alunos com distúrbios de aprendizagem, como por exemplo:

1-Não chamar a atenção para os erros da criança com dislexia, disortográfica ou discalculia perante o resto da sala;

2-Não devolver trabalhos ou avaliações com várias correções em vermelho;

3-Não pedir que as crianças leiam ou façam operações de matemática perante a sala toda;

Isso quer dizer que a correção das avaliações feitas, por exemplo, deve ser feita em conjunto com o aluno, para que ele saiba onde errou e não se sinta reprimido pela escrita ou pelos números.

No caso das avaliações, o ideal é realizá-las oralmente, ou por meio da mediação de um professor, que pode ler as questões em voz alta para o educando, que também deve ter mais tempo para concluir as avaliações, ou trabalhar com textos mais curtos em relação ao resto da classe.

Além disso, a equipe gestora da escola precisa apoiar os educadores que tenham alunos com distúrbios de aprendizagem, prevendo no planejamento letivo tempo a mais para que ele passe com os educandos que apresentam tais transtornos.

O professor que tem alunos com distúrbios de aprendizagem deve desenvolver algumas estratégias para que eles consigam aprender. Mesmo adotando estratégias diferenciadas para os alunos com transtornos de aprendizagem, o professor deve tomar cuidado para não estigmatizá-los nem excluí-los das atividades propostas para o restante da sala.

No caso da elaboração de um cartaz, por exemplo, o estudante pode ser incumbido de ilustrá-lo. Se os educandos precisam ler textos em voz alta na sala de aula, o professor deve passar um dia antes um trecho menor a esse jovem, para que ele treine em casa e, na sala de aula, consiga realizar a tarefa pedida sem sofrer constrangimento. Não se pode pedir a um educando com dislexia que leia um texto em voz alta de improviso, já que ele precisa organizar essa leitura antes. Caso contrário, corre o risco de ser ridicularizado pelos demais alunos da sala.

O professor deve sempre repensar suas metodologias e técnicas de ensinar, para que não atrapalhe seus alunos e que consiga fazer com que seus alunos aprendam de forma eficaz e com qualidade. O aluno deve perceber no professor um aliado alguém com quem possa tirar dúvidas, pedir-lhe opinião ou mesmo ajuda.

Para isso, as escolas devem buscar formas de prevenção nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos, diferenciar um a um, respeitar o ritmo de cada um. A escola deve ser um ambiente onde as crianças possam se sentir amadas, alegre e incluídas numa sociedade. Não exclusas e tristes como acontece em muitas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do artigo concluiu-se que a dislexia é um transtorno de aprendizagem que tem como causas atualmente estudadas hoje, a genética e neurológica, ou seja, os últimos trabalhos desenvolvidos a respeito da dislexia resultam que existem processos cognitivos e psicolinguísticos que se desenvolvem na etapa pré-escolar e que são decisivos para o aprendizado da leitura na criança e que as crianças disléxicas tem esse aprendizado comprometido.

O mais importante nos casos de dislexia é que a criança se sinta confiante e segura e com a sua autoestima elevada, para que consiga superar os problemas causados pelo transtorno da dislexia e consiga aprender de forma plena.

Como pudemos perceber durante a execução deste artigo, é que existem inúmeras atividades que podem ser adotadas para alfabetizar as crianças disléxicas e até no tratamento de crianças disléxicas, incluindo-se fatores como, animar e elogiar sempre a criança pelos seus talentos e atitudes mesmo que sejam mínimos, evitando colocá-la em situações de fracasso ou de expô-la de mais, como pedir para que ela leia em voz alta perante a sala no começo do seu tratamento; outro ponto é favorecer a aprendizagem através da utilização de métodos baseados nas faculdades auditivas, visuais, táteis e de movimento; bem como dar tempo extra na realização das atividades e tarefas, além de períodos de descanso, permitindo a utilização de equipamentos como calculadoras e tablets se necessário ou avaliações e atividades orais.

Com a execução deste artigo, observamos também que já foram desenvolvidos diversos programas para auxiliar pessoas com dislexia, porém não existe um só método que seja adequado para todas as crianças, pois, existem diferentes tipos de dislexia como a disgrafia, discalculia, etc., porém a maioria dos métodos enfatizam a assimilação de fonemas, o desenvolvimento do vocabulário, a melhoria da

compreensão e fluência na leitura. Através desses itens, é possível auxiliar a criança disléxica a reconhecer sons, sílabas, palavras e frases. É recomendável e de grande importância que elas realizem leitura em voz alta com um adulto para que ele possa corrigi-la, porém deve se tomar muito cuidado com isso, para que a criança não se sinta intimidada ou constrangida com essa situação.

Por fim, é importante mencionar que o auxílio às crianças com dislexia quanto à leitura é bastante, árduo e exige muita atenção e repetição, porém um bom tratamento exige atenção, carinho, respeito e pode resultar em bons resultados.

REFERÊNCIAS

ABD - **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA**. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em: 10 jul 2023.

ALMEIDA, Mariana S. Rodrigues. **Dislexia** In: E-aprender. 2002. Disponível em: <http://eaprender.ig.com.br/ensinar.asp?RegSel=115&Pagina=1#materia>. Acesso em: 20 jul 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 2006. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BOMBONATTO, Q. & MALUF, M. I. M. **História da Psicopedagogia e da ABPp no Brasil. de um estilo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BOSSA, Nádia. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artimed, 2000. CIASCA, S. M. (org.) **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, 220p.

CATTS, H.W., KAHMI, A.G. **Language and reading disabilities**. Boston: Allyn Bacon, 1999.

CORREIA, L. M. **Escala de Comportamento Escolar**. Porto: Porto Editora, 1983.

CIASCA, S. M.; RIBEIRO, M. V. L. de M. **Avaliação e manejo neuropsicológico da dislexia**. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. dos S. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

CHESS, S.; MAHIN, H. **Princípios e Prática da Psiquiatria Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

COELHO, D. T. **Dislexia, disgrafia, disortográfica e discalculia**. Portugal. Porto: Areal Editores, 2012.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem**. Campinas: Papyrus, 1993. p. 31-48.

FELIPE, Sione Maschio; BENEVENUTTI, Zilma Sansão. **Dificuldade de aprendizagem**. UNIASSELV. Revista Maiêutica pedagogia, v. 01, n. 01, 2013. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/index/index> Acesso em: 03 ago. 2023.

FERREIRO, Emília, **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada: Uma abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2ª Ed, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRANÇA, C. apud NUTTI, J. Z. **Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GARCIA, J.N. **Las dificultades de aprendizaje y otros transtornos Del desarrollo**. In Futuro Eventos (org.) Livro do 6º Simpósio Nacional sobre Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo, 2003, 157-17.

GARCIA, J.N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre, Artimed, 1998.

GARCIA, V. **Disléxicos Famosos 2010**. Disponível em: <http://www.deficienteciente.com.br/2010/05/lista-de-dislexicos-famosos.html> Acesso em: 09 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOUT, Anne Von; ESTIENNE, Françoise. **Dislexias: descrição (avaliação), explicação e tratamento**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

JOHNSON, D.J e MYKLEBUST, H.M. **Distúrbios de aprendizagem: princípios e práticas educacionais**. Tradução Marília Zanella Sanvicente. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

KIRK, S. A. **Educating Exceptional Children**. Boston: Houghton Mifflin, 1962

KOSC, Ladislav. **Developmental dyscalculia**. *Journal of Learning Disabilities*, v. 7, p. 164-177, 1974.

MARTINS, V. **O papel da família na aprendizagem da leitura.** Revista Espaço Acadêmico, v.2, n.22, mar. 2003.

MARTINS, V. **Dislexia e mau-leitor: as diferenças.** In: Centro de Referência Educacional. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/mauleitr.htm>. Acesso em: 15 jul 2023.

OLIVEIRA, Roberto de. **Maioria tem diagnóstico tardio de dislexia.** Folha de São Paulo, 04 jul. 2004. Cotidiano

PESTUN, Magda S. V. **Avaliação psicopedagógica em dislexia: Um estudo de caso.** Revista de Psicologia Social e Institucional, Londrina, v.1, n.1, Jan. 1999.

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem – Crianças de 8 a 11 anos.** Bauru: EDUSC, 1996.

STOWE, Cynthia M. **How to reach & teach children & teens with dyslexia.** San Francisco: Jossey-Bass, 2000

STRICK, C. e SMITH, L. **Dificuldades de aprendizagem de A Z – Um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: ARTMED, 2001

TAVARES, H. V. **Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais,** São Paulo, 2008, disponível em <http://www.crda.com.br/tccdoc/43.pdf> Acesso em 11 jul 2023.

VIZIM, M. **“Educação Inclusiva: O Averso e o Direito de uma mesma realidade”**, In: Políticas Públicas: Educação, Tecnologias e Pessoas com Deficiências, Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, Campinas/SP, p. 49-71, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.



TECNOLOGIAS INFORMATIZADAS INCLUINDO HEALTH COACH ONCOLÓGICO NA OTIMIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS COM CÂNCER NOS SISTEMAS DE SAÚDE

Lucineia Antunes Ferreira Amaral

Formada em Enfermagem e em Health Coach, com Mestrado em Gestão de Cuidados para a Saúde.

RESUMO

Sabemos que quem encontra-se doente, tem pressa. O tempo é um aliado valioso nas mais diversas terapêuticas dos processos de doença. Com o avanço das tecnologias, as perspectivas de prognósticos positivos dispararam e a qualidade de vida dos pacientes é rediscutida e reconsiderada. A equipe multidisciplinar e o uso de tecnologias, são cada vez mais amplamente utilizados e principalmente comprovados em questões de melhora de qualidade de vida dos pacientes. As questões acerca de qualquer tipo de doença, envolvem muito mais que quimioterápicos (quando se trata de cliente oncológico), vermelhos ou brancos, que caem ou não cabelos, que emagrecem, que desfiguram, que engordam, que mutilam, mas sim, de uma revisão de vida num sentido literal, pois numa assistência multidisciplinar, as múltiplas abordagens envolvem o terapêutico, social, emocional e assistencial do cliente. Nesse contexto, surge uma nova perspectiva de mercado de trabalho, que contribui para melhoria dos estados de saúde dos clientes que são os Health Coach (treinadores em Saúde). Estes profissionais são agentes de mudanças, sob forma digital e também presencialmente, com pacientes e familiares e a digitalização dos sistemas que assistem ao paciente, são de importância real e inovadora, em que cada um da equipe multidisciplinar pode acessar os dados do cliente e todos se envolvem nessa individualização do tratamento, dando sequência, rediscutindo caminhos, metas, agilizando e sistematizando essa assistência.

INTRODUÇÃO

Com o perfil de nossa população que caminha para sua maioria de idosos, a incidência de cânceres e outras doenças decorrentes do declínio das células e

fisiologia, tem-se percebido a necessidade de inovação não somente tecnológica, empregando e agregando outros profissionais de informática e hotelaria, por exemplo, que não fazem jus à área da saúde, mas também aqueles que colaboram para a elevação da qualidade de vida dos clientes enquanto passam por seus momentos de vulnerabilidade, que é o processo de doença e pós doença.

Com tantos estudos tecnológicos, empregos de fármacos alvo, assistência individualizada, os investimentos são necessários e renovados a cada dia. Por exemplo, os médicos oncologistas de cinco anos para cá, descobrem a cada dia, formas de personalizar a assistência/terapêutica e dessa forma surgem novas formas e empregabilidades de tecnologias, como TICs, Telemedicina, Health Coach, e medicina baseada em evidências.

Segundo Star Reynolds (2011), a expressão SIS “sistema de informação”, descreve um sistema automatizado ou manual que coleta, reúne, analisa dados e entrega resultados para um usuário que, baseado nestes, pode organizar planejar e otimizar os serviços. Antigamente os sistemas de informações eram baseados em arquivos de forma manual. Atualmente, esses dados são informatizados e por meio de algoritmos, os dados são coletados, organizados e com isso possibilita uma visão abrangente dos processos. Mesmo após a informatização, essa área não pára de avançar em recursos que a cada dia facilitam mais e mais a vida de profissionais e pacientes. TIC é um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem, com isso o monitoramento e comunicação com os pacientes, melhoram e muito, isso sem contar no fator custo e tempo, tanto do profissional quanto do cliente, que pode ser atendido em sua comodidade e intimidade de seu lar.

O Coaching de saúde (Health Coach) é uma abordagem profissional, cujo objetivo é apoiar os pacientes a adquirir conhecimento, habilidades e confiança para se tornarem intervenientes ativos em seu autocuidado. A velha narrativa de “ser preferível ensinar alguém a pescar do que dar-lhe o peixe”, mostra com perfeição a diferença entre ‘resgatar um paciente’ e ‘orientar um paciente’.

Pacientes precisam ‘aprender a pescar’, e o Health Coach existe para isso. O médico será sempre o protagonista da terapêutica, mas o Health Coach vai coadjuvar cada vez a jornada do paciente em busca de alívio, bem-estar, perenidade e continuidade em seus planos, ainda que estes tenham dias contados.

Passamos por mudanças tecnológicas rápidas e disruptivas, assim como no passado, nossos avós, pela revolução industrial e como o caso do surgimento de

motoristas de aplicativo , no qual os taxistas e até mesmo cidades, quiseram lutar contra, na área da saúde não é diferente, pois na contrapartida da evolução terapêutica e tecnológica, temos o impasse com as fontes pagadoras, as agências reguladoras.

Nesses novos moldes encontramos várias formas de inovação tecnológica aplicadas a saúde, que são em resumo e aqui discutidas: Sistemas de informações em hospitais, clínicas e planejadamente na atenção primária; telemedicina; Health Coach, pretendendo-se com isso personalização de assistência integral, diminuição de custos por aumento de bem-estar, diminuição de emprego de terapêuticas e promoção de qualidade de vida.

Trata-se de revisão bibliográfica, nos quais foram levantados 12 artigos de plataformas oficiais, 6 acessos a sites com artigos publicados, artigos de estudo do mestrado Health Care da Must University. Acesso ao site da secretaria de saúde do governo federal. Desses foram selecionados 3 artigos e 3 sites de interesse.

DISCUSSÃO

Iniciaremos falando sobre o avanço na assistência com coadjuvantes digitais e inovadores. O avanço descomunal das tecnologias digitais em saúde, as E-Health, como Tele Health, Telemonitoramento, Inteligência Artificial, e a diligente Ciência de Dados, está claro que o arsenal tecnocientífico em digital Health será o eixo amplificador da função de Health Coaching. Nessa direção, surge o Digital Health Coach, também um ‘agente de mudança’, mas ‘turbinado pelo bioma digital’. Seus vetores coincidem com o Coaching presencial: (1) ajudar as pessoas a descobrir o “porquê” das mudanças necessárias à sua saudabilidade; (2) capacitar os indivíduos no suporte aos seus corpos, mentes e circunstâncias; (3) ajudar as pessoas a identificar desafios e pontos cegos que estão impedindo a mudança de seus hábitos; (4) prover suporte e responsabilidade nas verticais que podem desequilibrar seu bem-estar; e (5) usar a “experiência assistencial” para ajudar as pessoas a navegar por uma colossal variedade de preocupações com a saúde (Guilherme S. Hummel).

O Coaching digital em saúde tem, enfim, a função do cuidador/orientador, mas com um sólido suporte cibernético e científico capaz de promover uma comunicação online baseada em evidências e experiências. O psicólogo americano Carl Rogers (1902-1987) foi um dos pioneiros na modalidade de “apoiador funcional”, quando desenvolveu o conceito de person-centered counselling (‘aconselhamento centrado na pessoa’). Ele mudou radicalmente o modelo predominante de tratar doenças psicológicas, acreditando fortemente na capacidade do próprio paciente em alcançar o

seu potencial de cura e de crescimento interior. Carl Rogers não está vivo para responder a parte da comunidade médica que acha o modelo de Health Coaching é elitizado, inconsistente e totalmente fora da excelência médica. Da mesma forma, não faltam aqueles que acreditam que os mais necessitados não serão alcançados pelo cuidador/orientador formal. Segundo a AMA (American Medical Association): “um Health Coach é alguém cuja principal responsabilidade é fornecer orientação personalizada aos pacientes enquanto eles se movem pelo sistema de saúde. O termo, também conhecido como ‘patient navigator’, é frequentemente usado de forma intercambiável com a expressão ‘advogado do paciente’, Hummel (2021).

No Brasil existe a ESF (Estratégia de Saúde da Família), no qual os ACS, atuam em sistema personalizado, que remete ao trabalho do Health Coach, porém para que assim fossem caracterizados, teriam de haver investimentos na formação e atuação dos mesmos com as famílias.

Em função da pandemia, milhões de pessoas assumiram sozinhas o cuidado de familiares próximos, uma vez que outros parentes deixaram de atendê-los por medo do coronavírus. Segundo o IBGE, a população brasileira superou a marca de 30,2 milhões de pessoas idosas, apresentando um crescimento de 18% nos últimos cinco anos (4,8 milhões de novos idosos). Essa expressiva demanda de ‘cuidadores de idosos’ (independentemente de suas morbidades) fez crescer a necessidade dos “cuidadores formais”, que recebem carga de habilitação, são remunerados e passaram a ser relevantes no cuidado domiciliar. Já existem ações e intervenções legislativas para regular a profissão no Brasil, mas caminham a passos lentos (como quase sempre na regulação sanitária). Desde novembro de 2012, por exemplo, o Projeto de Lei no 4.702 de 2012, que visa regulamentar a profissão do cuidador (ABVD - Atividades Básicas de Vida Diária), se arrasta.

Nesse sentido, o cuidador - voluntário, que é cada vez mais açodado por uma sociedade que precisa trabalhar insanamente, cede espaço ao Health - Coaching-business. Os empreendimentos nessa direção esquentam as turbinas para ser um dos grandes negócios utilitaristas do ecossistema de saúde. A lei é um passo inicial mas definitivo para tornar o Health Coaching uma iniciativa remunerada. Em se tratando de telemedicina, tele saúde, E Health e informática em saúde, foi largamente difundida com a pandemia e os avanços tem sido ainda mais rápidos e aderidos.

Existem muitos conceitos sobre os novos métodos de assistência, a tele saúde , que é um termo que define a ampliação da esfera de ação da Telemedicina para a promoção e prevenção em Saúde, para além dos aspectos clínicos e de atenção médica. Este tem avançado em sua utilização mais e mais, envolvendo e agregando a

equipe multidisciplinar como enfermagem, nutrição, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e Health Coaches. Neste sistema, há a possibilidade de tele-assistência sistematizada, registrada e seguida sequencial e criteriosamente pelos membros da equipe multidisciplinar, individualizando a assistência, priorizando o tempo, fator muitas vezes determinante nos quadros clínicos.

O uso da telemedicina durante a pandemia foi ampliado pela Lei N°13.989, de 15 de abril de 2020, sendo esta uma atividade privativa dos médicos, abarcando também a prevenção de doenças e a promoção geral da saúde. De forma geral, os Conselhos Regionais entenderam que a lei permitiria a prática de tele consultas e outras modalidades de telemedicina anteriormente não autorizadas. Para isso, o médico deve informar ao paciente as limitações ocasionadas pela falta de exame físico, sendo mantidas todas as normas éticas do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Atualmente, o CFM defende a assinatura eletrônica com certificação digital para a prescrição médica, pois acredita que permitirá o rastreamento dos receituários e a redução do risco de fraudes.

O vice-presidente do Conselho expressou o entendimento de que as primeiras consultas devem ser presenciais. Caso tenham sido feitas virtualmente, um atendimento presencial deve ser marcado em um curto prazo. Como anteriormente dito, os tele atendimentos por outros membros da equipe multidisciplinar são a cada dia mais efetivamente utilizados, uma vez que existam critérios éticos, anamneses e protocolos instituídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias avançam todos os dias numa velocidade na qual os profissionais estagnados ou não disponíveis ao crescimento, não só não evoluem nas questões financeiras, como também na realização diária de trabalho. Com o foco na individualização da assistência, os resultados são cada dia mais positivos, há uma diminuição da mortalidade, empoderamento e informações ao paciente e com isso, a medicina baseada em multidisciplinaridade e baseada em evidências , não somente traz benefícios ao cliente, como também aos trabalhadores da saúde em todos os seus âmbitos. Não há como não lembrar da qualidade de trabalho dos profissionais , uma vez que são também possíveis pacientes, caso atuem sob condições precárias de trabalho e forte pressão psicológica causada pelo conjunto de escassezes. No Brasil, no SUS ainda lutamos com a conectividade de dados. Ainda se atua com prontuários físicos, no qual o cliente agenda uma consulta, ganha uma receita, outro “papelzinho”

com a data do agendamento para retorno e etc e com isso a morosidade no sistema e fragilidade nos diagnósticos e tratamentos dos pacientes. A fragilidade de dados com as quais trabalha-se no SUS, é fator relevante, pois não são fidedignos, uma vez que populações mais distantes, ribeirinhas, sertanistas, não possuem sistemas de informação para a compilação dos dados estatísticos quanti/qualitativos. Muitas evoluções terapêuticas são aprovadas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), é porém há outras esferas, fontes pagadoras, que acabam sendo uma fina peneira para a implantação efetiva, o que leva os pacientes a optarem por processos judiciais, a fim de conseguirem tecnologias inovadoras propostas pelos médicos e conseqüentemente um atraso em seu tratamento. Conclui-se que os avanços caminham, ainda que lentos, porém sempre a frente e a cada dia mais ampliando a gama de tipos de atendimentos qualificados ao paciente.

REFERÊNCIAS

BARROS DE MELO, Maria do Carmo; SENA SILVA, Eliane Maria. **1.Aspectos Conceituais em Telessaúde**. In: SANTOS, Alaneir de Fátima dos; SOUZA, Cláudio de; ALVES, Humberto José;

HUMMEL, Guilherme. **Health Coach, os conselheiros da Saúde farão parte de nossas vidas**. Disponível em : <https://www.saudebusiness.com/ti-e-inovao/health-coach-os-conselheiros-de-sade-faro-parte-de-nossa-vida>. Acesso em 30 jun 2023.

HOFF, Paulo. **Personalizado e high tech, mercado de hospitais de luxo cresce em São Paulo**. Disponível em : www.istoedinheiro.com.br/personalizado-e-high-tech-mercado-de-hospitais-de-luxo-cresce-em-sao-paulo. Acesso em 02 jul 2023.

MATHEU, M.; WHITTEN, P.; ALLEN, A. E-Health, **Telehealth and Telemedicine**, 2000.

PROJETO DE LEI N.º 4.702, DE 2012. (Do Senado Federal). Disponível em camara.gov.br. Acesso em 30 jun 2023.

SILVA, Carlos Gustavo Lopes da. (Material da Must University) (2018). **Tecnologias da Informação no Século XXI – Um Breve Histórico** –Disponível em <https://jrmcoaching.com.br/blog/o-que-e-health-coaching/>. Acesso em 27 jun 2023.

SANTOS, Simone Ferreira dos. **Telessaúde: um instrumento de suporte assistencial e educação permanente**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 502.

TOMÉ, Lorenzo. **Telemedicina**. Disponível em <https://saudedigital.tech/telemedicina/#o-que-e-telemedicina>. Acesso em 11 jun 2023.

BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES COM MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS



Bruna Marins

Formada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Física.



Renata Corrêa Fidêncio Ferreira

Formada em Pedagogia



Vanélli Pires Amaro

Formada em Pedagogia, com Mestrado em Educação.

RESUMO

Na sociedade atual, a brincadeira é uma ação relacionada à infância. Com os avanços nos estudos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem, percebe-se cada vez mais que esta atividade pode ser uma experiência potente e rica em possibilidades de aprendizagem nesta fase inicial da vida. A educação infantil deve considerar a brincadeira como um eixo norteador das práticas pedagógicas, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), sendo uma atividade intencional e que demanda planejamento dos educadores. Assim, é necessário que nas instituições de educação infantil, considerando a relevância da brincadeira, sejam oportunizadas diferentes experiências com a brincadeira para as

crianças. Nesse sentido, o brincar heurístico, por meio de materiais não estruturados, configura-se uma possibilidade de criar contextos lúdicos para brincadeiras ricas em possibilidades de exploração e investigação para as crianças, colaborando com seu desenvolvimento e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincadeira e Brincar Heurístico.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, apresenta-se com características e organizações distintas de outras etapas da educação, principalmente pelas às especificidades da faixa etária. Com os avanços nas pesquisas e estudos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem, verifica-se cada vez mais que a brincadeira pode ser uma experiência rica em possibilidades de descobertas, interações, desenvolvimento e aprendizagem. Brincar não é apenas um momento presente na rotina da educação infantil, mas faz parte dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas desta etapa, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). No entanto, é imprescindível que as propostas com brincadeiras sejam intencionais e planejadas, atendendo às necessidades e potencialidades das crianças. Assim, no cotidiano escolar a brincadeira deve estar presente de diferentes formas e com diferentes organizações e materiais, proporcionando oportunidades de aprendizagem. Nessa perspectiva, o uso de materiais não estruturados apresenta-se como uma forma de proporcionar experiências de pesquisa, investigação e criatividade nas brincadeiras.

BRINCAR

Ao falar de infância não há como desvincular a brincadeira como algo muito presente nesta fase da vida. Em diferentes culturas e contextos, podemos encontrar as crianças brincando de diversas maneiras. Apesar de ser uma atividade que para as crianças seja um momento de satisfação, prazer e alegria, a brincadeira também é considerada como uma atividade importante durante a infância, tanto que segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – (BRASIL, 1990), em seu artigo 16º, a brincadeira é também um direito a ser garantido.

O brincar tem recebido cada vez mais ênfase nos estudos e pesquisas sobre a educação infantil. Esta etapa da educação, que muitas vezes ainda recebe influências de outras etapas, com práticas escolarizantes e que antecipam conteúdos que ainda serão vivenciados pelas crianças no Ensino Fundamental, tem sido foco de estudos que buscam revisar suas concepções e identificar propostas que realmente atendam às necessidades dessa faixa etária, bem como o objetivo da educação infantil, trazendo a brincadeira como uma ação de grande importância na infância, conforme destaca Kishimoto:

“Para a criança, o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver”. (KISHIMOTO, 2010, p. 1)

Presente também nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), a brincadeira deve compor as práticas pedagógicas da educação infantil, fazendo parte do planejamento das propostas. Sua realização demanda organização que envolve tempo, espaço e materiais que devem ser pensados intencionalmente, como destaca a BNCC:

“Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais”. (BRASIL, 2018)

Desde bebês percebemos o interesse e o prazer das crianças ao brincar. Porém esta não é uma ação simplesmente natural, mas aprendida por meio das interações que as crianças estabelecem com os adultos e com outras crianças. Deste modo, o espaço institucional de creches e pré-escolas pode ser um ambiente muito potente em proporcionar experiências com a brincadeira.

Para tanto, o conhecimento sobre o modo como as crianças dessa faixa etária se desenvolvem e aprendem e como proporcionar situações lúdicas adequadas e

diversificadas para a brincadeira torna-se essencial para os educadores que atuam na educação infantil.

BRINCAR NA ESCOLA

Ao observar uma instituição de educação infantil possivelmente serão encontrados diversos momentos em que a brincadeira está presente. Mas quando o objetivo é que a brincadeira favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem é necessário considerar a intencionalidade das propostas.

No contexto de vida atual é comum que muitas crianças tenham acesso a meios tecnológicos para brincar e entreter-se. As telas e brinquedos tecnológicos, que realizam muitas funções já programadas, têm feito parte da rotina familiar como meios de estimular ou mesmo manter as crianças “mais calmas” sem a atenção dos adultos. Perante essa realidade, também se destacam estudos sobre os riscos que as telas trazem para as crianças e a importância de evitar ou limitar o seu uso, principalmente para as crianças pequenas, conforme destaca A Sociedade Brasileira de Pediatria no Manual de Orientações Menos Telas Mais Saúde (2019).

Diante desse panorama, o brincar na escola pode ser uma atividade ainda mais necessária para muitas crianças, pois pode contemplar experiências diversificadas que muitas vezes as crianças só terão oportunidade de vivenciar nesse espaço.

“A possibilidade de a criança pequena crescer, de modo social, cognitivo e afetivo, está estritamente ligada à qualidade das suas experiências lúdicas.” (BECCHI, p. 24). Assim, é imprescindível que as propostas de brincadeiras sejam planejadas e priorizadas pelos educadores. A escolha do espaço, dos materiais e brinquedos, do tempo que vai durar a proposta devem ser feitos com intencionalidade educativa, pautada em conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil.

Ao realizar propostas com os bebês e crianças pequenas é preciso ainda compreender que detalhes podem fazer muita diferença na brincadeira. A escolha dos materiais e brinquedos é um dos aspectos que pode favorecer ou limitar o brincar das crianças.

É comum ao pensar na brincadeira nas instituições de educação infantil que sejam necessários muitos brinquedos para que as brincadeiras possam acontecer. Os brinquedos industrializados ou artesanais realmente possibilitam muitas formas de brincar. Qual criança não aprecia brincar com bonecas, carrinhos, dinossauros, panelinhas, entre outros brinquedos tão conhecidos? Mas apesar de possibilitar muitas brincadeiras, estes brinquedos já inspiram um contexto pronto para brincar,

apresentando certa função já prevista para a brincadeira, por exemplo: panelinhas para brincar de fazer comida. E apesar de essa previsibilidade de como brincar com os brinquedos não ser um aspecto negativo, há ainda mais possibilidades de brincar que as crianças precisam vivenciar para estimular outras habilidades.

Nesse sentido, podemos diversificar o recurso utilizado para as brincadeiras com materiais que não sejam brinquedos. As crianças apresentam em geral muita curiosidade por aquilo que não é brinquedo. Quando bebês, tentam explorar as panelas dos armários, uma caixa de papelão, o controle remoto da TV; ao ficarem maiores, podem ter interesse por outros objetos ou materiais presentes em suas casas ou nas instituições de educação infantil.

Isso se deve ao interesse de explorar o mundo o ao seu redor, conhecer os materiais, suas formas, texturas, sons, enfim, suas características e possibilidades de exploração. “Os materiais definem-se, então, como objetos mediadores das diversas situações, com referência ao incremento das competências e às novas curiosidades infantis.” (BECCHI, p. 34). Assim, aproveitando esse interesse e curiosidade natural da infância, temos a possibilidade de oferecer esses materiais para as crianças criarem formas de brincar. Materiais como: sucatas, utensílios de cozinha, caixas, elementos da natureza (como galhos, pedras, folhas, etc.), são alguns tipos de materiais que as crianças podem utilizar para brincar, respeitado os aspectos de segurança e adequação para faixa etária.

Estes materiais têm sido chamados de materiais não estruturados, por não terem uma função específica, como o brinquedo, por exemplo, mas possibilitam a exploração e a brincadeira de forma distinta do que geralmente as crianças têm com os brinquedos, ampliando suas descobertas e aprendizagens, pois elas precisam descobrir os materiais para criar formas de brincar.

MATERIAIS NÃO ESTRUTURADOS E O BRINCAR HEURÍSTICO

Os materiais não estruturados são “materiais que não foram concebidos como brinquedos ou material didático e não têm, no cotidiano das crianças dentro da escola, uma função pré-estabelecida ou uma utilização exclusiva.” (CEDUC, 2020). Assim, esses materiais podem ser objetos do cotidiano, restos de materiais da indústria, elementos da natureza, materiais de construção, enfim, uma grande variedade de possibilidades.

Estes materiais podem ser considerados mais acessíveis se comparados com alguns brinquedos e materiais pedagógicos. Alguns podem ser até mesmo reaproveitados ao invés de serem descartados.

Todavia, para que a brincadeira com os materiais não estruturados possa acontecer de forma potente é necessário planejar essa proposta não somente oferecendo os materiais, mas criando um contexto favorável para que as crianças possam brincar de forma livre. É importante considerar a possibilidade de “combinação” entre os materiais selecionados para que possam possibilitar diferentes formas de brincar, como empilhar, encaixar, fazer construções, etc.

A organização da brincadeira com materiais não estruturados pode se configurar em uma proposta de brincar heurístico. Uma das principais referências sobre o brincar heurístico é a abordagem de Elinor Goldschmied, sendo uma proposta muito interessante para as crianças pequenas, conforme destaca Paulo Fochi (2018):

“Trata-se de um jogo de descobrir de grande importância para o desenvolvimento das crianças bem pequenas pela oportunidade de potencializar a ação autônoma e sua liberdade em investigar. O termo heurístico tem sua origem etimológica na palavra grega “heúreka”, que significa “encontrei” ou “descobri”. (FOCHI, 2018, p. 88).

Apesar de o brincar heurístico ser realizado com materiais acessíveis e simples, somente fornecer materiais não estruturados às crianças não garante uma proposta de brincar heurístico, pois existe a demanda de organização e planejamento dos educadores. Além disso, o brincar heurístico, segundo Fochi (2018) pode acontecer em três modalidades: o Cesto de Tesouros, o Jogo Heurístico e a Bandeja de Experimentações.

Na modalidade Cesto de Tesouros, são selecionados objetos que possuam características diversificadas para que os bebês possam explorar e investigar. Tais objetos devem ser acomodados em um cesto ou outro recipiente que comportem os objetos e permitam que os bebês retirem ou coloquem os objetos sozinhos. Esta proposta atende a necessidade de bebês que já conseguem sentar. “O propósito destas coleções de objetos é despertar, ao máximo, o sentido dos bebês, instigar a curiosidade, a pesquisa, a investigação, ou seja, provocar a ação sobre os objetos e desenvolver a capacidade de concentração.” (FOCHI, 2018 p. 90). No material Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica (BRASIL, 2012) propõe que cerca de 3 crianças brinquem com cada cesto. Também sugere algumas listas de objetos e materiais que podem compor um cesto dos tesouros.



Figura 1: Cesto dos Tesouros

Fonte: Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica (BRASIL, 2012).

O Jogo Heurístico é uma modalidade que amplia as possibilidades de exploração e brincadeiras, com a disposição dos objetos no chão, utilizando alguma forma de delimitação como o uso de tapetes ou tatames, para que as crianças possam interagir ao brincar. Nessa proposta, os materiais também são elementos importantes.

“Os materiais ocupam um papel muito importante nas sessões do Jogo Heurístico. Além de selecionar, com atenção, cada um dos materiais, é importante pensar na organização estética para que a sessão seja convidativa. Os materiais são eleitos e colocados, intencionalmente, em um espaço para seduzir e provocar a ação da criança”. (FOCHI, 2018, p. 91).

Esta organização dos materiais de forma atrativa e com materiais com potencial de combinações entre si pode possibilitar ricas investigações e construções pelas crianças. É importante que a quantidade de materiais também seja adequada e bem distribuída entre os tapetes ou tatames para que todos os grupos possam brincar.



Figura 2: Organização dos materiais para o Jogo Heurístico

Fonte: Arquivo pessoal

A Bandeja de Experimentação é uma proposta também de descobrir e investigar. Nesta modalidade os materiais ofertados são organizados em bandejas ou recipientes maiores, para que as crianças possam investigar suas possibilidades.

“(…) podemos definir as Bandejas como um momento no qual as crianças, em um espaço de tempo, com materiais contáveis (contínuos) e não contáveis (descontínuos), com intencionalidade e previamente organizados, realizam ações com vistas a nomear os fenômenos matemáticos e físicos que vão ocorrendo. Nesse brincar a criança tenta compreender o resultado de suas ações e as consequências das mesmas na interação com os materiais”. (FOCHI, 2023, p. 109).



Figura 3: Bandejas de experimentação
Fonte: Oficina Criar e Brincar – página do Facebook

Nas três modalidades apresentadas, as crianças precisam poder brincar de forma livre, sem serem dirigidas pelo adulto, tendo mínimas interferências (FOCHI, 2018). Os educadores devem estar disponíveis, mas sem ficar fazendo muitas intervenções. Estes são ainda momentos importantes em que as crianças devem ser observadas e os educadores podem realizar registros para o acompanhamento das propostas, por meio de fotos, vídeos ou anotações. Tais registros podem ser instrumentos para avaliar as propostas e delinear novos planejamentos. “O ato de registrar poderá ajudar no exercício de desabituar-se. Escrevendo poderemos limpar os olhos, clarear a visão, para melhor percebermos as crianças que estão no nosso grupo, assim como as relações que vamos construindo. (OSTETTO, 2012)

Ampliar as possibilidades do brincar por meio dos materiais não estruturados é uma possibilidade acessível para as instituições de educação infantil proporcionem diferentes contextos lúdicos e possível de ser adaptado conforme cada local, pois a diversidade de materiais que podem ser utilizados é muito ampla. Estas propostas

podem contribuir muito com o desenvolvimento das crianças, estimulando a pesquisa e investigação dos materiais, bem como a criatividade e a imaginação para criar brincadeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo buscamos trazer algumas reflexões sobre a importância da brincadeira para o desenvolvimento e aprendizagem na infância, bem como a necessidade garantir este direito preconizado por vários documentos legais.

Considerando a instituição de educação infantil um espaço muito relevante para promover propostas com a brincadeira de forma diversificada e intencional, destacamos a possibilidade de utilizar os materiais não estruturados como uma proposta para criar diversos contextos lúdicos para que a brincadeira desenvolva-se de modo potente.

Para tanto, é necessário que os educadores tenham conhecimentos sobre com os bebês e crianças pequenas desenvolvem-se e aprendem, bem como os princípios para a realização do brincar heurístico utilizando os materiais não estruturados. Essa proposta não é simplesmente uma técnica a ser reproduzida, mas uma proposta pedagógica que precisa ser construída, sendo sempre permeada pela reflexão dos educadores, apoiando-se nos registros realizados durante as propostas.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA PELA INFÂNCIA. **Materiais naturais e não estruturados e pouca intervenção externa: conheça o brincar heurístico**. Disponível em <<http://aliancapelainfancia.org.br/inspiracoes/materiais-naturais-e-nao-estruturados-e-pouca-intervencao-externa-conheca-o-brincar-heuristico/>> Acesso em 20 ago. 2023.

BECCHI, E. et al. **Ideias orientadoras para a creche: a qualidade negociada**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. Trad. Maria de Lourdes Tambaschia Menon. (Coleção Formação de Professores. Série Educação Infantil em Movimento).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica**. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacaobrinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf Acesso em 17 ago. 2023.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em 5 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Nº 20/2009: **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009c. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf> Acesso em 4 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular – Educação Infantil**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>>. Acesso em: 5 set. 2023.

CEDUC. Entrelaçamento de experiências de crianças e adultos com materiais não estruturados. CEDUC – Centro de Formação Profissional e Educacional Ltda. Edição 1. Jundiaí SP: 2020.

FOCHI, Paulo. **O brincar heurístico na creche: percursos pedagógicos no Observatório da Cultura Infantil – OBECI/ Organização Paulo Fochi**. Porto Alegre: Paulo Fochi. Estudos Pedagógicos, 2018.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>> Acesso em 2 set. 2023.

MAJEM, Tere. ÔDNA, Pepa. **Descobrir brincando**. Campinas: Autores Associados, 2010.

OSTETTO, L. E. Observação, registro, documentação: nomear e significar experiências. In **Educação infantil: Saberes e fazeres da formação de professores**. Luciana Esmeralda Ostetto (org.) - 5ª ed. Campinas, SP: Papiros, 2012. p. 13-32.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Grupo de Trabalho Saúde na era digital **Manual de Orientação: Menos telas. Mais saúde**. Disponível em <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c>. Acesso em 21 ago. 2023.

TEMPO DE CRECHE. **Atividades para bebês: aprendizados com jogo heurístico e cesto de tesouros**. Disponível em <<https://tempodecreche.com.br/recursos-tempo-espaco-e-materiais/atividades-para-bebes-aprendizados-com-jogo-heuristico-e-cesto-de-tesouros/>> Acesso em 31 ago. 2023.



ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIFICULDADES E DESAFIOS DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Luciana de Carvalho Cardoso Bressane

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento, Dificuldades na Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial, Psicomotricidade, Neurociência e Aprendizagem e Libras.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo compreender como vem ocorrendo o processo de alfabetização em tempo de pandemia pela Covid-19, as dificuldades e desafios da rede pública municipal durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), buscando ressaltar a realidade social deste grupo, a dificuldade ao acesso digital e os desafios vivenciados pelos professores alfabetizadores com o fechamento das escolas. Também observando o apoio familiar no processo de aprendizagem durante o ensino remoto. A abordagem empírica foi construída através de pesquisas bibliográficas, a partir de artigos científicos, palestras on-line, BNCC, estratégias realizadas em escolas da rede municipal de ensino e a partir de análise de dados coletados com pesquisas realizadas com pais e professores da rede pública municipal,

Palavras-chave: Alfabetização. Ensino Remoto. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Na segunda quinzena do mês de março de 2020, o mundo vive um momento de alerta ocasionado pela pandemia por conta de vírus da Covid-19, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde - OMS, passamos a conviver com o isolamento social, adquirindo novas práticas de convívio, como uso de máscaras e práticas de higienização, fechamento do comércio e de instituições. Assim, as escolas, faculdades e cursinhos se viram obrigadas a suspenderem as aulas presenciais, o que a princípio pensou-se em 15 dias, se prorrogou por tempo indeterminado, visto que em alguns estados, ao final deste período, o retorno presencial se fez de forma facultativa e o ensino híbrido passou a fazer parte da realidade das escolas. Inicia-se, então, um grande desafio para os professores, gestores e famílias, diante do medo e pânico.

Diante deste novo quadro da educação, esta pesquisa busca revelar como a escola pública da rede municipal se comportou diante da nova realidade, as dificuldades e desafios dos professores no processo de alfabetização, considerando a falta de recursos tecnológicos dos alunos assistidos, bem como os recursos pensados pela escola, com o intuito de atingir o maior número de alunos possível, sempre preocupados em amparar as famílias e as crianças, proporcionando, dentro das possibilidades, um aprendizado significativo e diminuir as posteriores dificuldades de aprendizagem e evasão escolar. Assim, este artigo está organizado por temas:

Primeiro tema - Os desafios da escola pública em tempos de pandemia - ressaltando as carências educacionais já existentes anteriormente a pandemia; O acesso às tecnologias digitais por parte dos alunos da educação básica, buscando demonstrar, por meio de dados estatísticos, a carência de tais recursos tecnológicos e o de acesso a internet por grande parte da população. Ressaltando a urgência de políticas públicas, para amenizar a inegável desigualdade social e educacional existente no Brasil, que se manifestou nitidamente durante este período de pandemia. Os desafios do ensino remoto para o professor e o apoio das famílias, questões como – como estão vivendo estas crianças longe das escolas? Seus cuidadores estão acompanhando? Elas estão ficando em casa sem o cuidado de um adulto? Elas estão sofrendo algum tipo de violência? Há na casa pessoas capacitadas para auxiliar seus menores com o conteúdo a ser aprendido? Estas questões inquietaram gestores e professores, que buscavam meios de atender as crianças de suas unidades.

O segundo tema – Pesquisa, Metodologia e Resultados – vêm apresentar dados da pesquisa de caráter exploratório e a análise de dados informados.

As considerações finais tratam de forma sucinta, o papel do educador em proporcionar no ensino remoto, com ou sem uso das tecnologias digitais, abrandar os prejuízos de aprendizagem diante do ensino á distância. Identificando sinais de dificuldade de aprendizagem e utilizando diferentes recursos para alfabetizar.

DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diante da nova realidade mundial com a Covid-19, a escola vivencia um novo momento, visto que a maior preocupação é garantir o direito ao ensino, conforme determina a Constituição Federal de 1988, artigo 205 que diz:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Primeiramente, algumas ações foram realizadas para que não houvesse prejuízos no número de dias letivos obrigatórios, correspondentes a 200 dias letivos, visto que em primeiro de abril de 2020, em caráter emergencial, é publicada no diário oficial a Medida Provisória 934, estabelecendo que as 800 horas definidas em lei, poderiam ser redistribuídas nos 200 dias letivos, conforme segue na edição extra do diário oficial da união de 01 de abril de 2020:

“Art. 1º O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1.º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.
Parágrafo único. A dispensa de que trata o caput se aplicará para o ano letivo afetado pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” (BRASIL, 2020).

Conforme investigação da CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira, as secretarias receberam orientações para seguir algumas providências como suspensão temporária das aulas, adiantamento de férias e recesso escolar. Visto que as secretarias tomaram diferentes ações conforme demonstrado. (figuras 1 e 2)

Figura 1-As Secretarias respondentes já emitiram normativa legal (Decreto, Portaria, etc.) sobre o fechamento das escolas por conta do Corona vírus (COVID-19)?



Fonte: CIEB,2020

Figura 2 – Qual foi a determinação das orientações/normativas dadas pelas Secretarias Municipais?

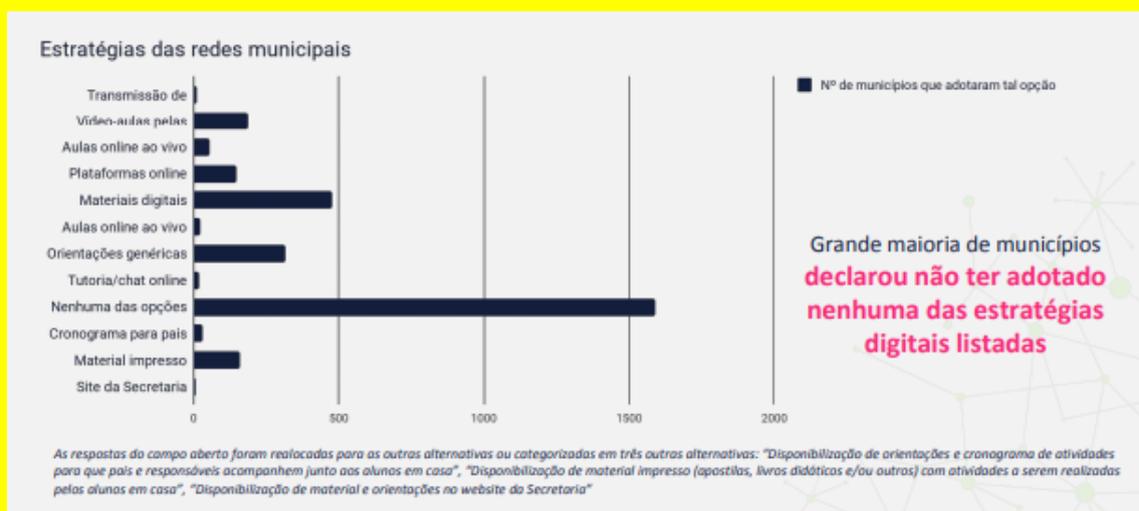


Fonte: CIEB 2020

Com antecipação de férias e feriados, conforme as medidas normativas estabeleceram, pois não havia muito conhecimento sobre a situação e por quanto tempo ela perpetuaria, lança-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE) que são estratégias didáticas e pedagógicas criadas sobre a aprendizagem, a partir dos impactos das medidas de isolamento, mediadas por tecnologias preocupadas em manter os vínculos intelectuais e emocionais dos estudantes e da comunidade escolar.

Tendo em mente que o acesso à internet não era realidade de todos os alunos da rede pública, fez-se necessário o desenvolvimento de planos para atender a todos. Conforme investigação do CIEB, vários foram os meios utilizados pelos municípios para garantir a aprendizagem aos estudantes da rede pública de forma não presencial: a transmissão de conteúdos educacionais via TV; disponibilização de vídeo aulas dos professores aos estudantes pelas redes sociais; aulas on-line (transmitidas por redes sociais) ao vivo com professores de etapas de ensino específicas, disponibilização de plataformas on-line, com conteúdos segmentados por etapa de ensino; envio de materiais digitais específicos pelo professor, via redes sociais a sua turma; aulas on-line (transmitidas por redes sociais) ao vivo com professores; envio de orientações genéricas via redes sociais para que seus estudantes acessem em casa com apoio de livros didáticos; disponibilização de tutoria/chat on-line com professores para dúvidas e/ou apoio na resolução de atividades. Conforme demonstra gráfico disponibilizado pela CIEB. (figura 3).

Figura 3- Quais foram as opções escolhidas pelas Secretarias Municipais para continuar garantindo a aprendizagem dos estudantes?



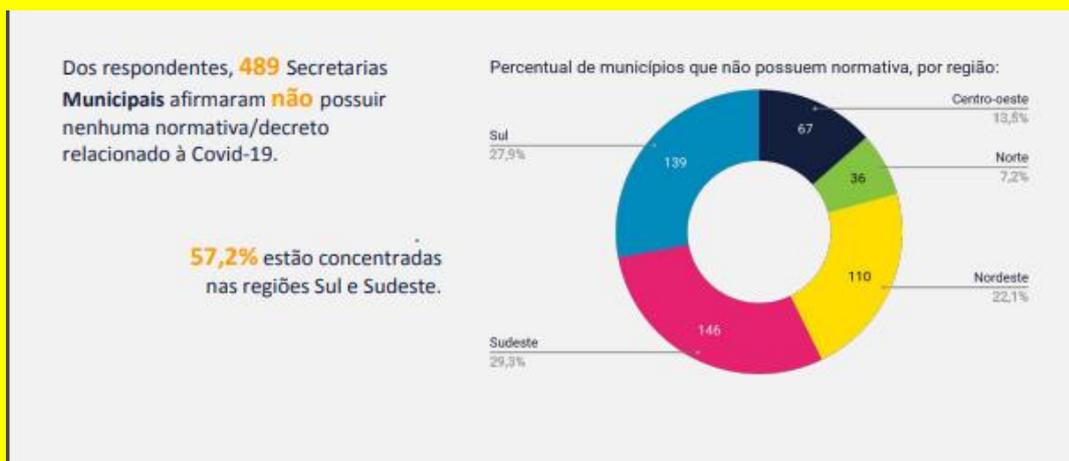
Fonte: CIEB,2020

Visando atender todos os estudantes, em todos os graus e níveis, durante o período de pandemia da Covid-19. Emergencialmente fizeram-se necessárias providências para manter o vínculo com a escola, evitando o desamparo educacional e a posterior evasão escolar. Assim, explica Hodges, 2020.

“Em contraste com as experiências que são planejadas desde o início e projetadas para serem on-line, o ensino remoto de emergência (ERE) é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos e que retornariam a esse formato assim que a crise ou emergência diminuísse. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas, sim, fornecer acesso temporário à instrução e aos apoios instrucionais de uma maneira rápida de configurar e estar disponível de maneira confiável durante uma emergência ou crise. Quando entendemos a ERE dessa maneira, podemos começar a separá-la do "aprendizado online" (HODGES, 2020 p. 29).

Segundo informe da CIEB. 60% das escolas da rede municipal dos estados brasileiros pesquisados, não desenvolveram com urgência, nenhum plano de ação com propósito inclusivo, para amparar os alunos fora da sala de aula. (Figura 4,5,6 e 7). Dados esses que, apresentam um quadro preocupante e mostra, explicitamente, uma realidade de desigualdade da educação pública, que se vê sem ações rápidas, enquanto o contrário acontece no ensino privado.

Figura 4 – Onde estão as Secretarias respondentes que não publicaram normativa sobre suspensão das aulas?



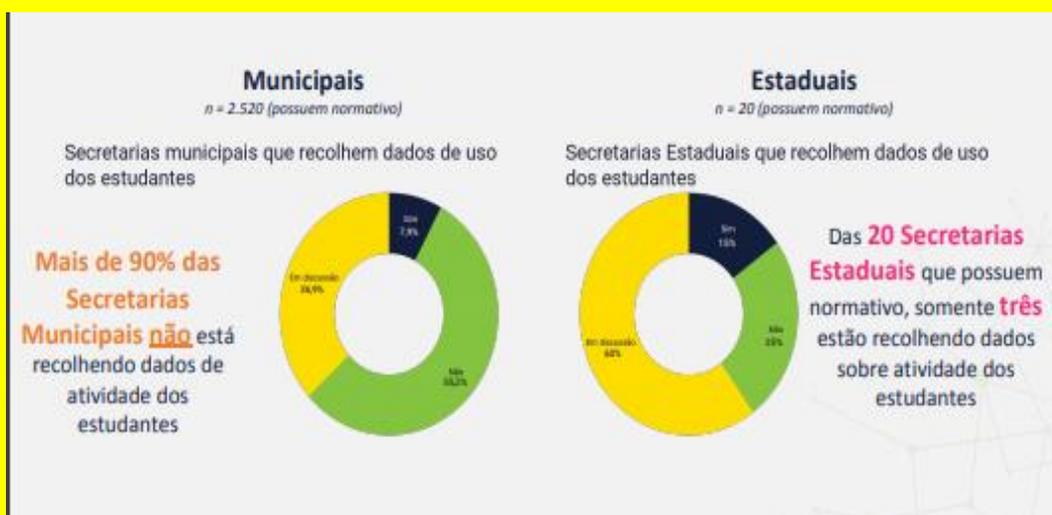
Fonte: CIEB,2020

Figura 5 – Em qual estágio se encontram as opções pelas Secretarias?



Fonte: CIEB,2020

Figura 6 – Em caso de já possuírem em andamento, as Secretarias já possuem instrumentos/ferramenta para recolhimento das atividades dos estudantes, para que futuramente, permitam a avaliação e controle de presença?



Fonte: CIEB 2020

Figura 7 – Principais achados a partir das 3.032 respondentes.



Fonte: CIEB 2020

Diante de dados referentes a leitura e escrita já apresentados anteriormente à pandemia, a educação pública no Brasil já vivenciava grandes desafios. Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), revelam que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Encontram-se nos níveis 1 e 2 (elementares). Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8. Consoante a ANA, os níveis de alfabetização dos brasileiros em 2016 são praticamente os mesmos que em 2014. O desempenho dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas permaneceu estatisticamente estagnado na avaliação durante esse período. Os resultados revelam ainda que parte considerável dos estudantes, mesmo havendo passado por três anos de escolarização, apresentam níveis de proficiência insuficientes para a idade. A terceira edição da ANA foi aplicada pelo Inep entre 14 e 25 de novembro de 2016. Foram avaliadas 48.860 escolas, 106.575 turmas e 2.206.625 estudantes.

Com as mudanças na BNCC, que antecipa do 3º ano para o 2º ano o tempo para que a criança aprenda a ler e escrever, já apontava que novas práticas já se faziam necessário.

A BNCC determina que:

“Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁹, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo”. Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente” (BRASIL, 2010).

Vivenciando este momento transformador, ainda diante de um mapa não satisfatório, a escola se vê obrigada a trocar a vivência física, pela virtual, com uso dos smartphones e computadores, a partir das aulas remotas. Inicia-se neste momento, o primeiro grande desafio da escola pública, atingir todas as crianças, considerando a falta de recursos tecnológicos dos seus alunos.

Diante da necessidade das aulas remotas, novas questões são evidenciadas, como proporcionar a todos a mesma qualidade de educação? Como garantir a todos o acesso às tecnologias? Como proporcionar aos professores, rapidamente, o conhecimento tecnológico, com recursos que auxiliassem o aluno no seu processo de aprendizagem a distância? O que antes era uma realidade distante da escola pública, agora se torna uma necessidade.

O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS

A BNCC prevê o uso das tecnologias na educação básica pelos alunos de forma crítica e responsável em duas competências:

“Competência 4: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar in formações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. Competência 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa,

reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BRASIL, 2017).

Mesmo que a BNCC contemple o uso das tecnologias na escola, ainda não é possível confirmar tal realidade em todas as escolas públicas, não consistindo como recurso essencial na complementação do conteúdo. Durante o momento que a sociedade brasileira passa por algo ainda não pensado pela população leiga, ficou claro a discrepância do ensino particular com relação ao público, que depende de ações públicas que permitam a acesso à internet para todos e assim, garantir o direito a educação assegurado por Lei. A realidade dos estudantes e das famílias, social e economicamente, levantou debates acerca das possibilidades que são criadas ao público de baixa renda, para que o acesso ao ensino on-line acontecesse. Políticas públicas são programas governamentais voltados a uma ou mais áreas específicas de governo, visando o desenvolvimento e cumprimento de metas que influenciam na vida dos cidadãos (Peters, 1986 apud CARDOSO; FERRERIA; BARBOSA, 2020, p. 40).

Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020), são sensatas em falar das diferentes realidades que passa a educação no Brasil e que providências públicas devem ocorrer distintamente, procurando atender a todos.

“Se comparados estados e municípios, é evidente que cada região apresenta problemas diferentes, em graus diferentes, o que requer planos de ação por vezes diversos. A realidade local, a nível econômico e cultural, é disparitária, e tais setores, fundamentais no desenvolvimento de projetos educativos, devem ser devidamente contabilizados no processo de surgimento de políticas públicas” (CARDOSO, FERREIRA E BARBOSA, 2020 p. 33).

A respeito da desigualdade socioeconômico cultural que vivenciamos no Brasil, o pensamento geral é que:

“De modo geral, a criação de condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social também esbarra em uma realidade marcada pela desigualdade socioeconômico cultural das regiões, localidades, segmentos sociais e dos sujeitos envolvidos, sobretudo dos atuais sujeitos-usuários da escola pública, o que exige o reconhecimento de que a qualidade da escola seja uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. [...] Por outro lado, faz-se necessário implementar políticas públicas e, entre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas socioeconômico

culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia”.(CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 40).

Fica clara a urgência de políticas públicas educacionais, para garantir uma educação de qualidade, mesmo no ensino remoto, pois é sabido que a desigualdade cresce, quando as oportunidades se limitam apenas a um grupo. Dados estatísticos apresentam informações desoladoras quando ao crescimento da pobreza em nosso país e previsões futuras pós-pandemia. Conforme publicação eletrônica da FGV Social – Centro de Políticas Sociais, estudos recentes mostram a alta vulnerabilidade dos mais jovens brasileiros em tempos de crise. Estes choques podem deixar marcas permanentes, o chamado efeito-cicatriz, sobre a trajetória de ascensão social de toda uma geração.

Pesquisas apresentam dados preocupantes, conforme segue:

“De acordo com projeções feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada em março de 2021. Existiam no Brasil, entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas que voltaram à pobreza, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões em fevereiro (12,8% da população)”. (BOG ECO, 2021).

Conforme constata a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 1,5 bilhões de estudantes em 191 países ao redor do mundo foram atingidos pela suspensão das aulas e da rotina escolar habitual. A UNESCO também aponta que mais de 800 milhões desses estudantes que estão com as aulas suspensas não possuem computador em casa, bem como 43% do total destes estudantes não têm acesso à internet (UNESCO, 2020).

O quadro de desigualdade socioeconômico e consequentes acessos à tecnologia, registrado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, registra que a quantidade de alunos da rede pública de ensino sem acesso a computador em casa é de 39%, sendo que na rede privada de ensino, este número cai substancialmente para 9%.

Os dados demonstram o que os estudantes de baixa renda que frequentam a rede pública de ensino vivenciam neste período de pandemia. Mesmo que o acesso a aparelhos eletrônicos seja provável nas famílias, ainda há a dificuldade em acessar a internet, além de problemas causados pela pandemia como: impactos emocionais, crise financeira, falta de um ambiente propício para o estudo, o auxílio de um adulto com os conteúdos, falta de internet com boa velocidade, a violência doméstica e até

mesmo o sofrimento pela perda de alguém querido, vítima da Covid-19. Todas essas dificuldades impactam de forma negativa na aprendizagem dessas crianças.

O desafio do ensino remoto também não foi fácil para os professores da rede pública, onde muitos não apresentavam habilidades para as tecnologias e acesso a aparelhos digitais e internet com velocidade adequada, necessários para uma aula de qualidade. Este foi um momento de se reinventar e se adequar a uma nova realidade, sem planejamento prévio, os professores e gestores se viram em uma situação que dependida de algo maior que força de vontade e desejo de ensinar. A pandemia da Covid-19, deixou clara a necessária aplicação de políticas públicas, para proporcionar a inclusão digital. A Lei 9.998 de 17 de agosto de 2020 declara que:

“Art. 1º É instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), com as finalidades de estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, reduzir as desigualdades regionais e estimular o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade para promoção do desenvolvimento econômico e social. Os recursos do Fust serão destinados a cobrir, no todo ou em parte, investimentos e custos de:

I - programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações para serviços de telecomunicações;

II - políticas para inovação tecnológica de serviços de telecomunicações no meio rural, coordenadas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), prevista na Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013;

III - programas, projetos e atividades governamentais voltados a ampliar o acesso da sociedade a serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado e suas utilidades.

§ 2º Na aplicação dos recursos do Fust será obrigatório dotar todas as escolas públicas brasileiras, em especial as situadas fora da zona urbana, de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas.

I - apoio não reembolsável (BRASIL, 2020).

A pandemia da Covid-19 evidencia a desigualdade social, educacional e tecnológica e continua aguardando ações públicas efetivas para mudanças deste quadro, pois diferente de outros momentos, as relações pessoais foram substituídas pelas digitais e a escola deixa de ser aquela antiga estrutura física, onde as relações se formam presencialmente, onde o giz, a lousa e os livros são os únicos instrumentos de trabalho e conhecimento, agora ela se dá pelas redes sociais, com recursos digitais que se tornam essenciais para o desenvolvimento da educação, onde o professor, nas várias tentativas de acertar, prepara suas aulas com vídeos, jogos digitais, festas online, para chamar a atenção de suas crianças e proporcionar a efetivação da aprendizagem, com o desejo de atender a todos. Assim, fica claro que neste momento

o direito a educação, garantido por lei, só acontece quando o acesso a recursos digitais for permitido.

PESQUISA, METODOLOGIA E RESULTADOS

Foi efetivada pesquisa de campo exploratória, que descrever o sujeito pesquisado, suas práticas com o ensino remoto e análise dos dados informados, procurando averiguar como se deu o processo de alfabetização no período de pandemia pelo Covid-19 com o fechamento das escolas, quais foram às maiores dificuldades e conseqüentemente efeitos para o aprendizado das crianças de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental I.

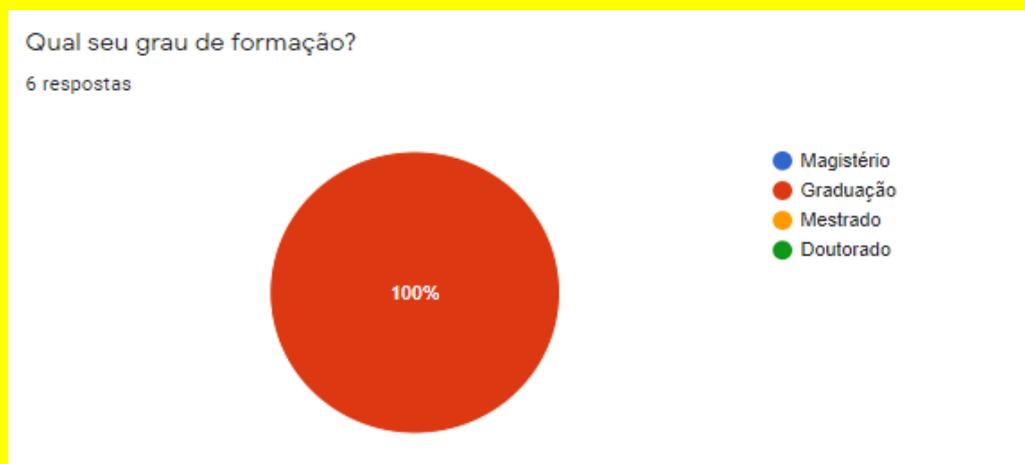
A pesquisa se deu em forma de questionário (anexo1) com dez perguntas de múltipla escolha e caixa de seleção através da plataforma Google forms, enviadas às professoras alfabetizadoras, de primeiro a terceiro ano do ensino fundamental I, da rede pública municipal. Foram formuladas questões tendendo sobre a formação e tempo de experiência das professoras, equipamentos tecnológicos que possuem e como se deu o processo de alfabetização com o ensino remoto, logo as dificuldades e desafios encontrados.

Serão apresentados resultados da análise dos dados pesquisados, buscando salientar as dificuldades e desafios encontrados pelos professores durante a pandemia, em seguida, os recursos utilizados para que se consolidasse a leitura e escrita dos alunos em idade de alfabetização.

Conforme apresentado em pesquisa, todas as professoras participantes possuem graduação em pedagogia, de seis a dez anos de experiência como docente, 14,3% lecionam no primeiro ano do ensino fundamental e 42,9% lecionam com segundo e terceiro ano, respectivamente. Do universo analisado, 100% possuem aparelho celular com acesso à internet; 100% possuem computador ou tablet, sendo que 85,7% possuem internet de qualidade. Quanto ao acesso às atividades remotas oferecidas pela rede Municipal de ensino, as professoras declaram que 100% foram realizadas por entrega de atividade impressas retiradas nas escolas e 71,4% somente mediante plataformas digitais. Em relação aos recursos de suporte para a realização do trabalho pedagógico durante o período de pandemia devido à Covid-19, 100% responderam parcialmente e 100% mencionou ter utilizado a plataforma google meet, disponibilizada gratuitamente, sendo que 85% dos professores pesquisados, utilizaram o WhatsApp. Quanto a maior dificuldade enfrentadas nas aulas não presenciais, 100% mencionaram o fato da dificuldade ao acesso à internet por parte dos alunos e 85,7% a

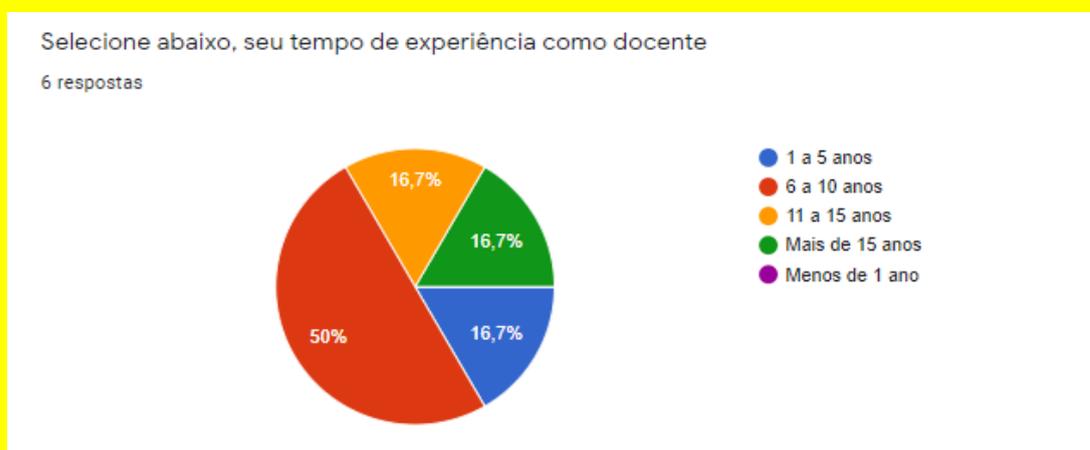
falta motivação e o apoio da família. Em relação à consolidação da alfabetização nas aulas remotas, 71,4% responderam parcialmente e 28,6% que as crianças não efetivaram a escrita e leitura. Finalizando os tópicos questionados, quanto a interação com professor X alunos por meio de vídeo, áudio e plantão se foram eficientes no processo de alfabetização neste período de pandemia, 85,7% responderam parcialmente e 14,3%, não.

Figura 1- Gráfico de respostas do Formulários Google



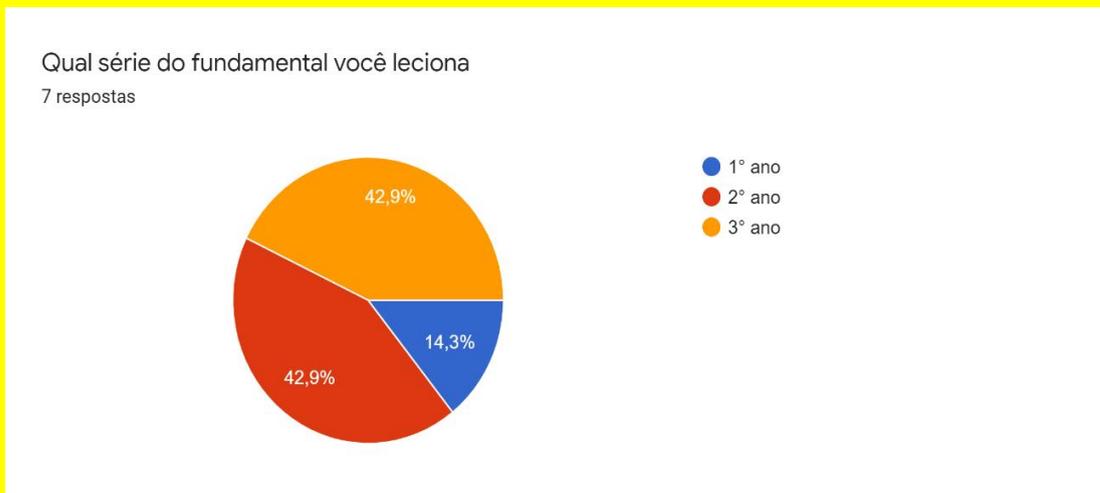
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 2- Gráfico de respostas do Formulários Google



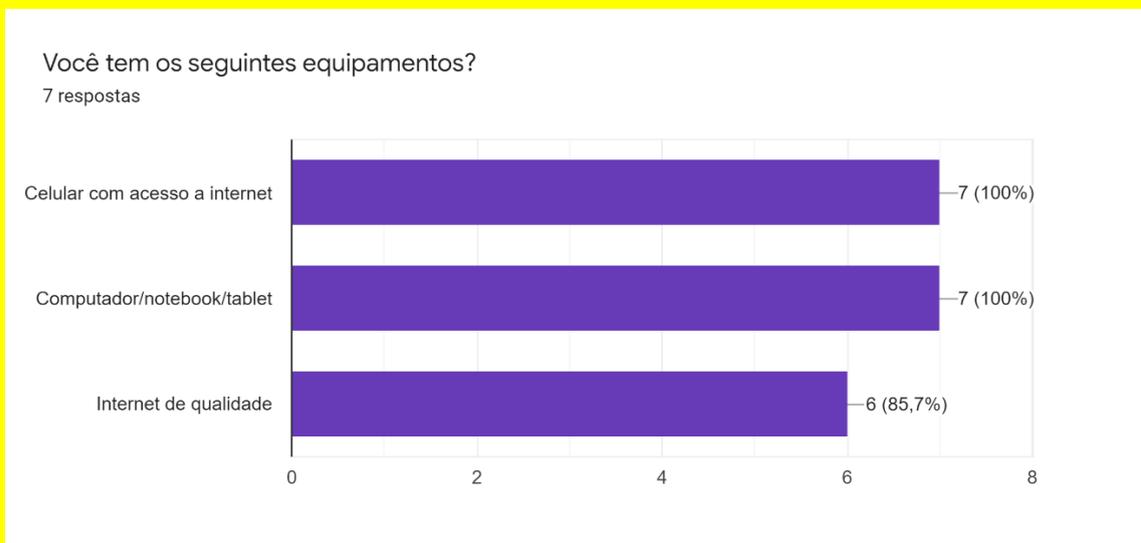
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 3- Gráfico de respostas do Formulários Google



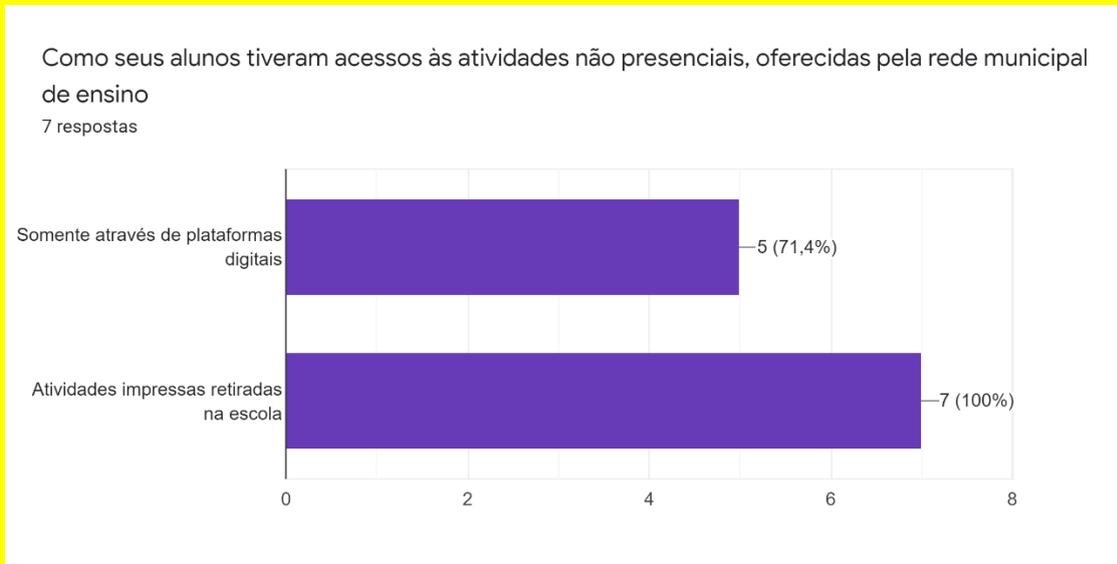
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 4- Gráfico de respostas do Formulários Google



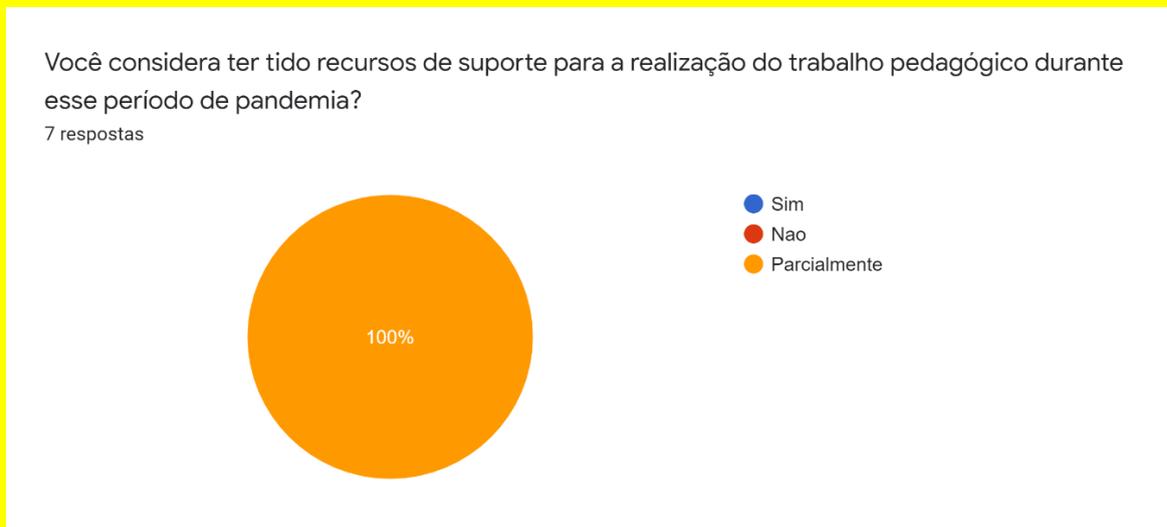
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 5- Gráfico de respostas do Formulários Google



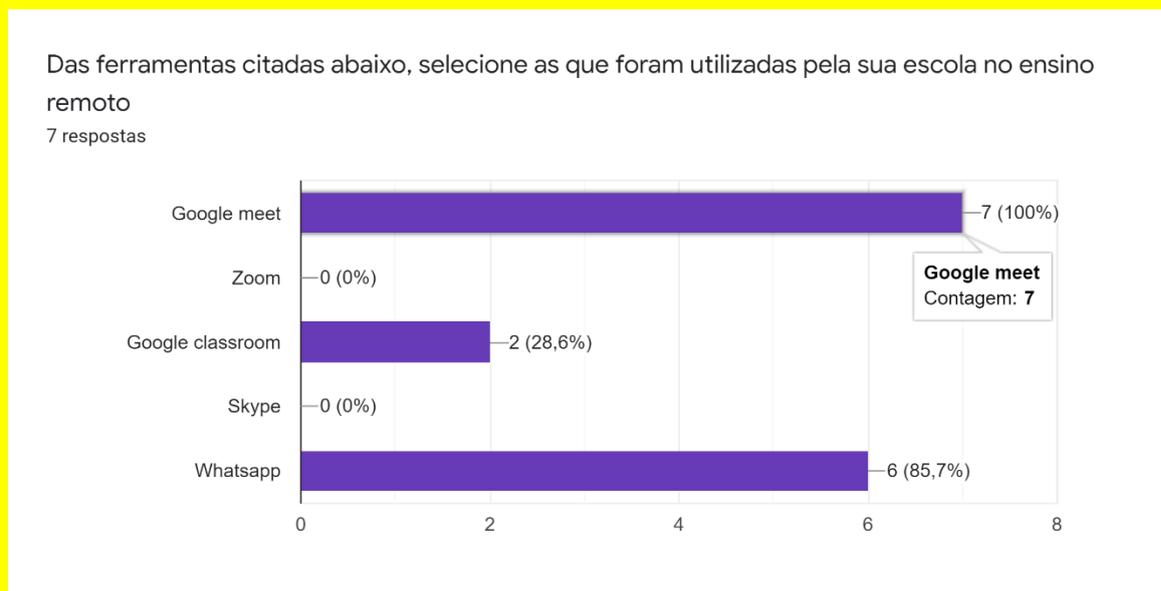
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 6- Gráfico de respostas do Formulários Google



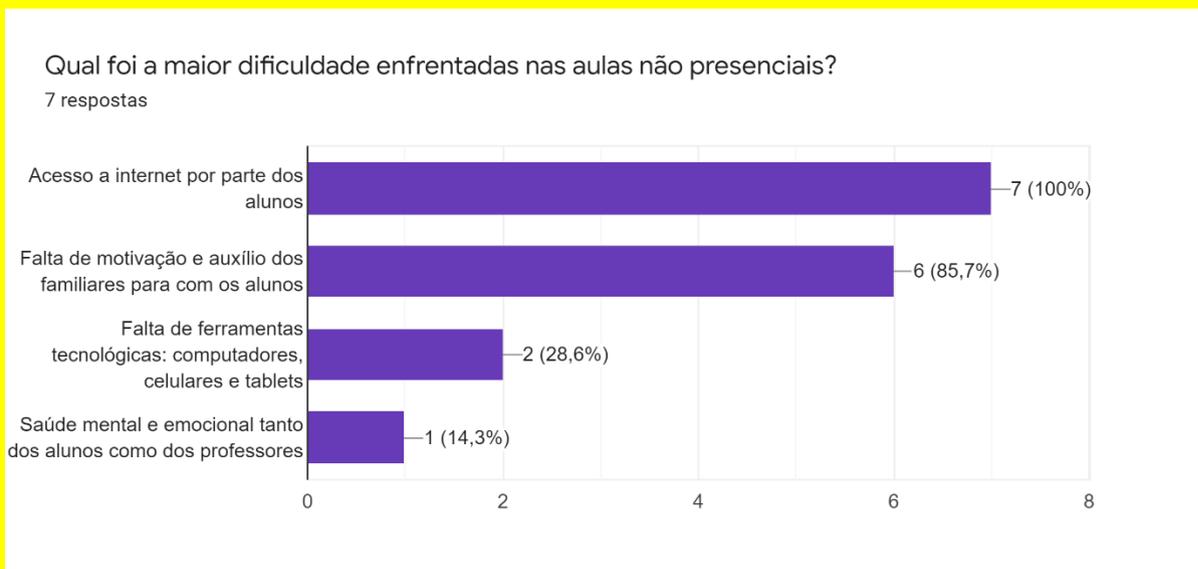
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 7-Gráfico de respostas do Formulários Google



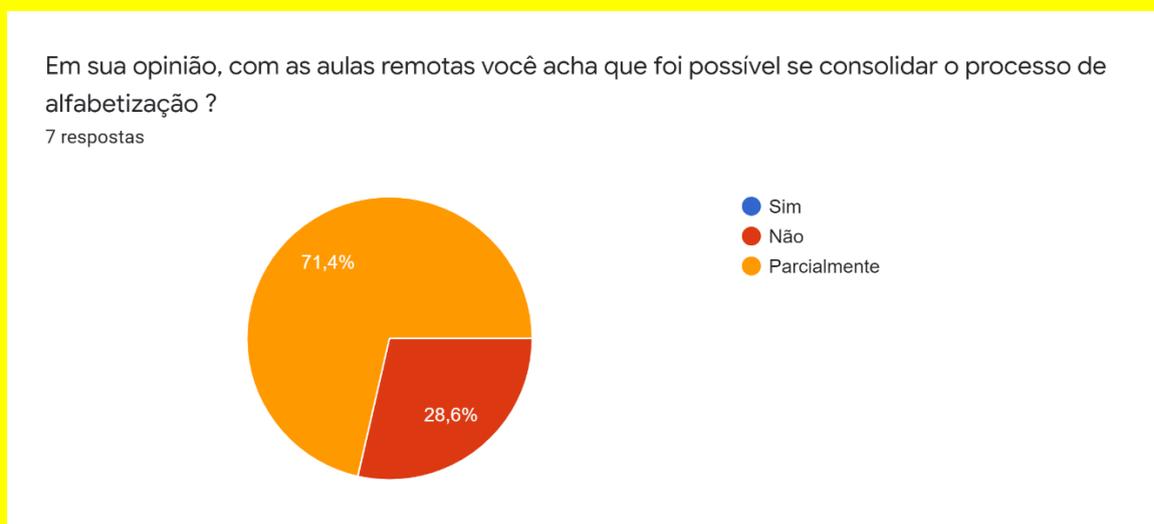
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 8 - Gráfico de respostas do Formulários Google



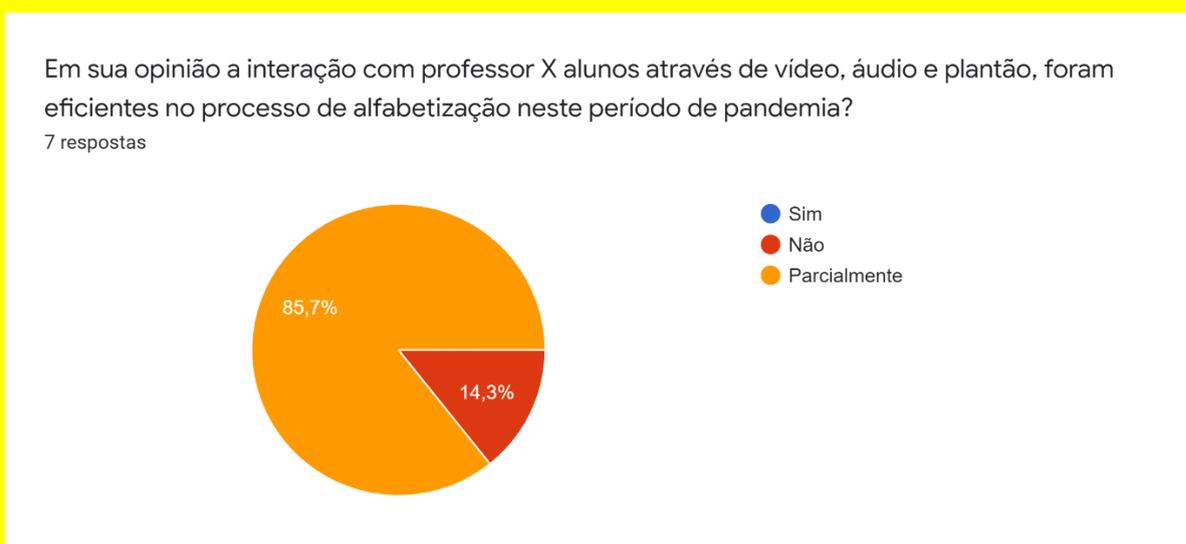
Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 9- Gráfico de respostas do Formulários Google



Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

Figura 10 -Gráfico de respostas do Formulários Google



Fonte: Questionário de pesquisa exploratória

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar no processo de realização da pesquisa, que o período de pandemia pela Covid-19, trouxe muitos prejuízos aos alunos da rede pública de educação, que já passava por um momento de recuperação da aprendizagem focando

na leitura e escrita, conforme foi observado em dados estatísticos a partir das avaliações ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) aplicados aos alunos da rede. Neste momento, os aparelhos digitais e o acesso à internet, foram prioritários na continuidade do processo de alfabetização.

Que o direito a educação somente será para todos, quando o acesso à internet de qualidade acontecer. Os professores e gestores, conseguiram alternativas, como atividades impressas entregues aos alunos nas unidades escolares, esperando-se, o apoio da família para a realização, a qual também não estava preparada para atender seus filhos, sobrinhos ou irmãos, com o conhecimento do profissional professor. Sendo que, deve haver um olhar observador para as dificuldades de aprendizagem, que precocemente possa-se diagnosticar aspectos no comportamento, como compreensão auditiva, orientação espacial e temporal, no equilíbrio, estruturação rítmica, coordenação e com atenção importante ao comportamento social que podem caracterizar dificuldade de aprendizagem.

Vale ressaltar que não existe ensino sem haver aprendizagem, e que está só se concretiza quando de fato são ofertadas condições para que a criança possa desenvolver o cognitivo, afetivo e o emocional. E com o ensino remoto, poucas trocas foram possíveis, principalmente aos alunos impossibilitados de assistir aulas on-line, perdendo o vínculo com a escola. Que por mais que os professores se esforcem para não perder o vínculo com seus alunos, disponibilizando suas redes sociais e ficando disponíveis para atendê-los, o fato de não haver o contato on-line ou presencial impossibilitou o aprendizado da escrita e leitura de muitas crianças. Podemos perceber no resultado, não satisfatório por parte dos professores entrevistados, quanto a efetivação do processo de alfabetização. Que ficou notória a discrepância quanto a qualidade de ensino do particular, que logo se organizou e manteve-se conectado aos seus alunos, enquanto a escola pública aguardava políticas públicas para dar continuidade ao ano letivo.

Contudo, fica clara a urgência de políticas públicas educacionais, para garantir uma educação de qualidade, visto que diante da situação atual, estas devem fomentar meios que a educação seja garantida para todas as crianças durante o período em que o ensino deve acontecer à distância, disponibilizando meios tecnológicos para que a desigualdade educacional, não se torne ainda maior, e, conseqüentemente, diminuindo as oportunidades das classes menos favorecidas, tão prejudicadas neste momento oriundo da nova realidade e o aumento da pobreza em nosso país, que tende a perpetuar por mais tempo, devido á falta de oportunidades geradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Lei 9988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9998.htm acesso 02 ago 2023.

BRASIL - <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educac%C3%A3o-para-Ensino-Remoto-030420.pdf> acesso em 20 ago 2023.

BRASIL - <https://cps.fgv.br/pesquisas/juventudes-educacao-e-trabalho-impactos-da-pandemia-nos-nem-nem>. Acesso em 10 ago 2023.

BRASIL, <https://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Inclus%C3%A3o-Digital-como-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-IRIS.pdf> Acesso em 30 jul 2023.

BRASIL - <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=600&pagina&data=01/04/2020&totalArquivos=1>. Acesso em 20 ago 2023.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, BNCC – Disponível em <https://www.competenciasnabncc.org.br>. Acesso em 01 ago 2023

BLOG ECO, **Pesquisa sobre Pobreza no Brasil**. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/> Acesso em 01 ago 2023.

MEC – Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio; Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacaosuperior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211..>Acesso em 01 ago 2023



A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mithylene de Almeida Batista

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado- AEE.

RESUMO

Este artigo teve como objetivo trazer algumas reflexões a respeito da contribuição do ensino lúdico para o desenvolvimento psicomotor no período da Educação Infantil, reconhecendo que por intermédio de jogos, brincadeiras e demais atividades lúdicas, a criança se expressa, brinca e se alegra ao mesmo tempo em que aprende, visto que é pelo movimento corporal que vai evidenciar seus gostos e os seus sentimentos. A psicomotricidade contribui para a formação do esquema corporal da criança, e estimular atividades repletas de intensidade e movimento, nas diversas etapas do crescimento da criança, causará impacto positivo no seu desenvolvimento. A ludicidade já se incorporou às diversas áreas do conhecimento, pois apresenta uma relação direta com o prazer, alegria, e espontaneidade, gerando uma forte carga de satisfação durante a execução das atividades, e esta é, sem dúvida, uma maneira excelente para as crianças se identificarem com o mundo, com a cultura e com os sentimentos das pessoas. Importante destacar que as atividades lúdicas não podem ser enxergadas como atividades desprovidas de objetivo, ou aplicadas apenas para passar o tempo, visto que a criança, mesmo durante as brincadeiras, está desenvolvendo seus aspectos psicomotores e sua aprendizagem. Ao brincar, a criança experimenta ações que a levam a expressar sua criatividade construindo, fantasiando e imaginando, e este movimento é altamente proveitoso, pois ao jogar, brincar, correr, cantar e dançar, a criança está desenvolvendo fatores importantes da sua personalidade como memória, atenção, afetividade, inteligência, criatividade e imaginação. Além disso, as atividades lúdicas permitem às crianças adquirirem um conhecimento gradativo sobre seus próprios corpos, seus limites e suas capacidades. Assim, é importante que o professor se torne um agente mediador do processo, interagindo com a criança, apresentando a ela novos conceitos e novos espaços. O professor deve, ainda, estimular e motivar seus alunos para as atividades que explorem a criatividade e a liberdade de expressão,

e que proporcionem troca de experiências entre as crianças, entretanto, deve considerar sempre as limitações e a capacidade individual dos seus alunos. Portanto, as práticas pedagógicas preparadas mediante o ensino lúdico, proporcionarão diversas experiências com impacto positivo na aprendizagem e no crescimento dos aspectos psicomotores dos alunos da Educação Infantil.

Palavras-chave: Ensino Lúdico; Psicomotricidade; Brincadeiras; Aprendizagem

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é, reconhecidamente, uma das mais fundamentais etapas dentro do processo de formação dos indivíduos, pois trata-se de um período no qual o seu desenvolvimento educacional está se formando. *“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, completando a ação da família e da comunidade”* (LDBEN - BRASIL, 1996). Tais aspectos são abordados de maneira completa durante a realização de atividades lúdicas, e que, por isso, não podem de forma alguma ser empregadas como passatempo ou distração aos alunos, mas desenvolver os exercícios sempre com foco e objetividade. As atividades promovidas pelo ensino lúdico na educação infantil possuem uma significativa função pedagógica, uma vez que viabilizam experiências repletas de prazer, inserindo a criança num contexto de participação coletiva que a integra ao grupo e que proporciona um sólido desenvolvimento psicomotor.

Normalmente, o lúdico é encarado como algo sem compromisso e pouco produtivo, porém, para a Educação Infantil, a realidade é bem outra:

“...brincar é agir lúdica e criativamente, e tal fenômeno acontece em todas as fases da vida humana, fugindo a restrição da esfera da infantilidade, o brincar faz parte de um fenômeno psicológico de transição entre a subjetividade e a objetividade. Assim fazem cientistas, artistas, criadores e inovadores, portanto, o exercício da criatividade e da ludicidade por intermédio do brincar são de fundamental importância para a formação de indivíduos capazes de inovar e administrar melhor a vida individual e social. A importância do brincar é enfatizada em todas as fases da vida, portanto, este exercício de criar, brincar e imaginar, agindo ludicamente, está longe de ser algo improdutivo” (PORTO, 2002, p. 52).

Na Educação Infantil, o conceito de brincar não significa apenas recrear, mas sim atingir propósitos estabelecidos para o desenvolvimento da criança, e cada atividade deve buscar alcançar estes objetivos.

“Através do brincar a criança pode desenvolver áreas da personalidade como inteligência, afetividade, criatividade além de capacidades importantes como atenção, memória, a imitação e a imaginação. Acrescenta-se que as brincadeiras são o modo básico pelo qual elas tomam consciência de seus corpos e de suas capacidades motoras. Assim, brincar também serve como importante facilitador do crescimento cognitivo e afetivo da criança pequena, bem como importante meio de desenvolver as habilidades motoras e rudimentares” (GALLAHUE, 2013 p. 49).

À medida que as brincadeiras e atividades lúdicas são introduzidas nas práticas pedagógicas, vão ocorrendo uma diversidade de contribuições para a construção da aprendizagem e para a ampliação de aspectos relacionais e emocionais da criança.

“As brincadeiras funcionam como exercícios vinculados ao prazer de viver e aprender de forma natural e agradável e elas passaram a ser vistas com seriedade, tanto que hoje, a importância das brinquedotecas e espaços para desenvolvimento de jogos e brincadeiras é cada vez maior. A infância é um conjunto de possibilidades criativas que não devem ser abafadas. O ser humano tem uma necessidade vital de saber, de pesquisar, de trabalhar. Essas necessidades se manifestam nas brincadeiras, que não são apenas diversão, mas um efetivo trabalho” (GADOTTI, 1994 p. 53)

É inquestionável que, enquanto brinca, a criança está vivenciando uma grande variedade de experiências intensas, por isso, torna-se uma atribuição fundamental do educador incentivar e promover brincadeiras na Educação Infantil, considerando que no ensino lúdico o mais importante não é a atividade em si, mas o que é possível extrair delas, como o próprio movimento corporal e seus efeitos. Dessa forma, as brincadeiras e as demais atividades lúdicas são indispensáveis para um desenvolvimento adequado dos aspectos relacionados à psicomotricidade das crianças.

“A criança, ao explorar o ambiente no qual está inserida, passa por experiências concretas, indispensáveis ao seu desenvolvimento intelectual, e é capaz de tomar consciência de si mesma e do mundo que a cerca. E a educação psicomotora para ser trabalhada necessita que sejam utilizadas as funções motoras, perceptivas, afetivas e sócio-motoras” (BARRETO, 2000 p.49).

PRINCIPAIS CONCEITOS ENVOLVENDO A PSICOMOTRICIDADE

A psicomotricidade pode ser definida, de uma maneira bem simples, como a área da ciência que estuda as relações que ocorrem entre a atividade psíquica e as práticas motoras. A atividade psíquica abrange conceitos muito importantes como as emoções, os afetos, as sensações, os medos, as ideias e as simbolizações. No entanto, a prática motora diz respeito à relação existente entre os cinco subsistemas motores neurológicos principais: piramidal, extrapiramidal, cerebelar, reticular e medular. Nesse sentido, a atividade psicomotora pode ser considerada como a materialização da atividade psíquica.

“Ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, biológicos, fisiológicos e neurológicos que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o intento de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e das pessoas” (FONSECA, 2008, 86).

O desenvolvimento psicomotor está atrelado ao processo contínuo de amadurecimento e aprimoramento que começa a acontecer ainda na concepção, na qual o corpo se configura como a origem das aquisições biológicas e cognitivas. Sua dinâmica envolve três sistemas que são: Estimulação, em que todas as informações do ambiente, tanto interno quanto externo, são coletadas pelos órgãos sensoriais. Integração, responsável por executar o armazenamento e o processamento dessas mesmas informações, as quais formarão o alicerce para ativar os aspectos relacionados às sensações, à memória, à consciência, ao planejamento e à percepção. E, o terceiro, é Resposta, que procede a exteriorização mediante a ação motora de tudo o que foi processado pelo indivíduo.

Dessa forma, as atividades psicomotoras também favorecem a construção de um desenvolvimento afetivo entre as pessoas, por meio do contato físico, das emoções e das ações coletivas. Portanto, o propósito fundamental da psicomotricidade é desenvolver as possibilidades motoras e criativas do indivíduo, de uma forma completa, considerando o seu corpo e desenvolvendo ações que estejam totalmente fundamentadas no movimento.

“O principal objetivo da psicomotricidade é incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida da criança. Esta abordagem da psicomotricidade na educação infantil permite que a criança tenha consciência do seu corpo e a possibilidade de se expressar por meio deste. Uma das suas funções mais importantes é desenvolver o aspecto comunicativo do corpo, o que equivale a dar ao indivíduo a possibilidade de dominar seu

corpo, de economizar sua energia, de pensar seus gestos a fim de aumentar-lhes a eficácia e a estética, de completar e aperfeiçoar seu equilíbrio” (GONÇALVES 2009, P.21).

A psicomotricidade, até bem pouco tempo atrás, ocupava-se tão somente com a correção de debilidades, fragilidades, dificuldades ou deficiências. Entretanto, no tempo presente, a psicomotricidade já ganhou maior reconhecimento, ocupando um lugar de destaque no cenário da educação infantil, especialmente na primeira infância, devido ao reconhecimento da forte relação existente entre os desenvolvimentos motores, afetivos e intelectuais. Assim, a psicomotricidade é reconhecida como a ação do sistema nervoso central que processa os movimentos praticados pelas pessoas por intermédio dos padrões motores, como espaço, velocidade e tempo. Trata-se de um conceito de movimento integrado e estruturado, mediante as experiências vividas por este indivíduo, seja coletivamente ou individualmente.

Portanto, a psicomotricidade viabiliza ao aluno desempenhar as condições mínimas necessárias para que ele tenha um aproveitamento escolar favorável.

“Neste sentido, ela pretende aumentar o potencial motor do aluno, dando-lhe recursos e ferramentas para que desenvolva com maior grau de satisfação suas potencialidades cognitivas e pedagógicas. Na medida em que dá condições à criança de se desenvolver melhor em seu ambiente, a psicomotricidade é vista como preventiva. E, também, como reeducativa, quando trata de indivíduos que apresentam dificuldades cognitivas e motoras desde o mais leve retardo motor até problemas mais sérios” (LE BOULCH, 1984 p. 101).

A psicomotricidade não se ocupa somente dessa dinâmica relacionada ao corpo e ao movimento em si, mas, ela é responsável pela mente e pelo comportamento, inclusive.

“A psicomotricidade como seu nome indica, trata de relacionar os elementos aparentemente desconectados, de uma mesma evolução: o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento motor. Parte, portanto, de uma concepção do desenvolvimento que coincide com a maturação e as funções neuromotoras e as capacidades psíquicas do indivíduo de maneira que ambas as coisas não são duas formas, que até então eram desvinculadas, na realidade trata-se de um mesmo processo” (COSTALLAT, 2002 p. 22).

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A contribuição que as atividades lúdicas promovem na educação infantil, nos dias de hoje, é inquestionável, sua prática é estimulada, praticada e reconhecida por

séculos, e para a criança, as brincadeiras, os jogos e as atividades lúdicas não apresentam somente um momento de diversão, pelo contrário, quando está brincando, mesmo sem possuir esse entendimento, a criança executa vários movimentos que estarão contribuindo para o seu desenvolvimento psicomotor e para sua plena integração ao ambiente escolar.

Nesse sentido, a prática de brincadeiras, jogos e atividades lúdicas que a criança executa possibilitará a ela o aprimoramento de vários aspectos físicos e sensoriais, contribuindo para desenvolver sua percepção, resistência, força e habilidades motoras. As brincadeiras também exercem impacto positivo considerável no processo de aprendizagem da criança, especialmente na Educação Infantil.

“Por meio da brincadeira podemos trabalhar a linguagem e a comunicação da criança, pois até mesmo sozinha ela se comunica com seu imaginário e no faz de conta, pois acaba conversando com seus brinquedos ou com algum amiguinho de sua imaginação. Através da brincadeira a criança cria a zona de desenvolvimento proximal, dando um salto no desenvolvimento e na aprendizagem infantil, pois durante a brincadeira ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico infantil” (CORDAZZO, 2007 p. 4).

Além disso, outra perspectiva relevante é considerar que as atividades lúdicas propiciam à criança conhecer e respeitar regras, aprimorando sua forma de se relacionar com outras crianças. Por meio da ludicidade a criança seguramente passará a se expressar mais facilmente, se disponibilizando a ouvir, manifestar sua opinião, respeitar e discordar.

“A criança brinca daquilo que vive; extrai sua imaginação lúdica de seu dia a dia. Portanto, as crianças, tendo a oportunidade de brincar, estarão mais preparadas emocionalmente para controlar suas atitudes e emoções dentro do contexto social, obtendo assim melhores resultados gerais no desenrolar da sua vida” (ZANLUCHI, 2005, p.91). Brincando, a criança se prepara para a vida, pois é por meio da atividade lúdica que ela vai experimentando aspectos do mundo à sua volta, e descobrindo como as coisas funcionam. Quando a criança brinca, ela adentra, de forma simbólica, no mundo dos adultos, fazendo com que ela tenha que lidar com situações complexas e tenha de tomar decisões difíceis. “Brincando a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo de desenvolver suas capacidades inatas, podendo vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca à vontade tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente e afetuoso” (VELASCO, 1996 p 78).

Importante considerar que as atividades lúdicas desenvolvidas na Educação Infantil, como as brincadeiras, os jogos, os cânticos, as danças, teatro e tantas outras

atividades mais, possuem papel importantíssimo no desenvolvimento infantil, possibilitando que a criança tenha liberdade para se expressar, criar e conhecer novos significados e novas possibilidades de maneira constante.

Portanto, as atividades lúdicas praticadas pelas crianças no ambiente escolar proporcionam uma enorme contribuição para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral dos aspectos cognitivo, físico, cultural, social e afetivo, permitindo, assim, o desenvolvimento completo e integral da criança. Dessa forma, torna-se imprescindível que os educadores compreendam que a Educação Infantil é uma etapa fundamental e enxerguem o lúdico como parceiro potencial, e aproveitem este conceito para aprimorar o desempenho dos seus alunos.

O PROFESSOR E A LUDICIDADE

É impressionante o quanto as atividades lúdicas oferecem de valor educativo para as crianças da Educação Infantil, e os especialistas reconhecem plenamente que os jogos e as brincadeiras são considerados indispensáveis para a aprendizagem da criança. Com este entendimento, é muito importante que os professores passem a incluir as brincadeiras dentro do contexto escolar, reconhecendo que se trata de uma ferramenta bastante útil no desenvolvimento da criança, a qual vai aprender brincando e se alegrando.

Por isso, o brincar desenvolve o conceito ensino-aprendizagem de uma maneira mais envolvente e muito mais próxima da vida real, permitindo que se estabeleça uma relação bastante intensa entre a realidade e a fantasia. Assim, torna-se fundamental compreender a ludicidade como uma ferramenta estrategicamente positiva na sala de aula, sendo importante reforçá-la como um forte instrumento de orientação pedagógica. Considerando que o ensino lúdico promove o aprimoramento dos aspectos físicos e sensoriais, além dos aspectos emocional, social e da personalidade da criança, utilizar este recurso como método pedagógico torna-se altamente recomendável.

“O notável poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade disse: Brincar com as crianças não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentadinhos e enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem” (FORTUNA, 2000 p.1).

É necessário, portanto, que o professor se torne parte integrante e efetiva do processo, interagindo com a criança e sempre buscando intervir, facilitar e aplicar ideias novas. Ele deve se dedicar em obter recursos que sejam apropriados para as

atividades lúdicas, sempre estimulando as crianças e motivando-as em suas dificuldades e necessidades, bem como na compreensão das coisas. Essa cooperação entre o professor e a criança se transforma num contexto de experiências e descobertas.

“Quando o educador compartilha uma brincadeira ou um jogo com a criança, ele pode ajudá-la a enfrentar eventuais insucessos, estimular seu raciocínio, sua criatividade, reflexão e autonomia. Isto quer dizer que, quando o educador tem a intenção de brincar junto com a criança, pode criar diversas situações que estimulem o seu desenvolvimento, sua inteligência e afetividade” (MACHADO & NUNES, 2011, p.29).

O professor poderá adequar as salas de aula transformando-as em espaços efetivos de brincadeiras e jogos, podendo ser dividido utilizando cadeiras, mesas ou algum objeto apropriado. Já no contexto de fora da sala de aula, especialmente no pátio, as brincadeiras ocorrem de uma forma inteiramente espontânea, com um predomínio da atividade física. Dessa forma, as atividades lúdicas, os jogos e as brincadeiras devem constar no programa de atividades curriculares, principalmente na Educação Infantil, disponibilizando um tempo pré-determinado durante o planejamento, para que ele seja colocado em prática, e alcance os resultados esperados.

“É de fundamental importância selecionar brinquedos que levem os alunos a transformarem, criarem e ressignificarem sua realidade, estimulando não só a criatividade, por meio da atividade lúdica, mas também a resolução de problemas, tomada de decisões e cooperação no trabalho em grupo. A proposta de utilização do brinquedo e da brincadeira em sala de aula, como recurso pedagógico, objetiva então estimular o desenvolvimento dos alunos por meio de um elemento comum. Mas qual seria o papel do professor nesse contexto do brincar? Para que o brincar aconteça, é necessário que o professor tenha consciência do valor das brincadeiras e dos jogos para a criança, o que indica a necessidade desse profissional conhecer as implicações nos diversos tipos de brincadeiras, bem como saber usá-las e orientar sua realização” (TEIXEIRA, 2010, p. 65).

Portanto, é muito importante que o professor compreenda a necessidade de incluir o máximo de atividades lúdicas durante suas práticas pedagógicas. Ele deve ter a compreensão de que o brincar não deve fazer parte da rotina infantil somente no período do intervalo escolar, praticado como uma mera distração, mas é necessário que passe a se tornar uma atividade cotidiana no trabalho do professor, o qual pode organizar e dimensionar a sua sala de aula de forma lúdica e adaptada para atingir este propósito.

O LÚDICO EMPREGADO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

Conforme já apresentado, as atividades lúdicas devem ser preparadas com foco e objetividade, e não devem, em hipótese alguma, ser jogadas ao acaso, de forma displicente, acreditando que a descontração e a diversão já são suficientes, pelo contrário, as atividades lúdicas precisam estar sempre sendo aprimoradas e contextualizadas.

“A atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorados, compreendidos e encontrar maior espaço para serem entendidos como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo” (CARVALHO, 1992, p. 28-29).

“As atividades lúdicas devem permitir aos alunos novas descobertas. Cabe ao professor buscar em diversas fontes, materiais que possam auxiliá-lo em sua prática. É necessário ter sempre em mente que atividades lúdicas podem (e devem, sempre que possível), ser interdisciplinares, haja vista a abrangência maior de possibilidades de aprendizagem por parte do aluno, e de possibilidades de desdobramentos da aula, por parte do professor” (KISHIMOTO, 1993, p.60).

Cabe ressaltar que as atividades lúdicas propostas pelo professor devem estar coerentemente embasadas, pois o jogo não pode ser proposto se não tiver objetivo definido, visto que o processo de ensino-aprendizagem começa a se estabelecer no momento em que o aluno percebe, vivencia e compreende a proposta do jogo. Quando o jogo é inserido na rotina da sala, o professor precisa ter em mente que não se trata de uma simples distração, mas um recurso para se alcançar objetivos previamente planejados. O professor se colocará na função de mediador, e, portanto, estará ali para fazer todas as intervenções necessárias para cumprir os seus intentos pedagógicos.

“Quando refletem sobre as possibilidades de intervenção e de ensino com a utilização do lúdico, os educadores sempre relatam experiências sobre sentimentos e posicionamentos que evidenciam a relação entre educador e educando, adulto e criança. Nessa perspectiva, se o educador souber observar as perguntas que seus alunos fazem, a maneira como exploram objetos e brinquedos, ele irá perceber que existem inúmeras possibilidades de intervenção durante as atividades pedagógicas desenvolvidas na sala de aula. A ludicidade como prática pedagógica requer estudo, conhecimento e pesquisa por parte do educador” (RAU, 2011, p. 42).

É fundamental que as atividades lúdicas contenham objetivos pedagógicos claros e definidos, e existe uma grande variedade de possibilidades: Cabra-Cega, Siga o Mestre, Amarelinha, Empilhar Caixas, Quebra-Cabeças, Jogo da Memória, Cordel Encantado, Labirinto etc. Os materiais são relativamente poucos, e plenamente suficientes para as atividades: caixas, bexigas e fitas, entre outros, o que é necessário somente é definir quais os objetivos pedagógicos que se pretende alcançar e deixar que a criatividade faça o restante do trabalho.

É fato que jogos recreativos despertam a curiosidade da criança, potencializando o desenvolvimento de suas habilidades e seus conhecimentos básicos, numéricos e de raciocínio lógico. As músicas infantis desenvolvem a memorização e estimulam a socialização e o relacionamento com seus pares ao cantarem em conjunto. Já as brincadeiras de roda oferecem à criança momentos de socialização, em que os laços de amizade e de afetividade se consolidam. As histórias de Faz de Conta, Contos de Fadas ou Fábulas (Leituras de Histórias Infantis) aguçam os conceitos de concentração e atenção da criança, e isto aprimora sua capacidade de imaginação e compreensão.

O jogo da memória é um excelente exemplo da aplicação de estratégias pedagógicas, que se estabelece como um recurso didático-pedagógico importantíssimo para a alfabetização, tanto na construção da base alfabética (desenvolvimento dos níveis da escrita e leitura pré-silábica, silábico-alfabética e alfabética), quanto na consolidação da base ortográfica (ortografia correta). Assim, o jogo da memória possui como objetivo observar e analisar o desempenho de cada aluno nas perspectivas de relações e esquemas que utilizam, forma como tratam as dificuldades que se apresentam, a linguagem verbal que empregam, como lidam com o cumprimento efetivo das regras e as tentativas de burlar essas regras, a capacidade de concentração, de memorização, além do grau de socialização e afetividade.

Os jogos, em geral, tornam bastante possível a identificação de alguns elementos importantes para os alunos da Educação Infantil, como: participação, respeito aos direitos dos colegas, respeito às regras do jogo, liderança, timidez, interesse, etc.

“Os jogos como atividades que envolvem disputas ou desafios são considerados sucessos garantidos. Além de estimularem o raciocínio e a concentração, os jogos ajudam a compreender regras importantes na escola e na vida. O jogo possibilita ao aluno se expressar de forma verbal, romper barreiras com a timidez, vencer as inabilidades, a vergonha e também perceber seu erro para reforçar a aprendizagem, percebendo que todos podem errar

e aprender a respeitar os erros dos outros” (SOARES, 2005, p.57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi propor algumas considerações básicas a respeito da importância de se aplicar atividades lúdicas na Educação Infantil, especialmente considerando o desenvolvimento psicomotor e os inúmeros benefícios obtidos por meio da utilização deste recurso, e como estas atividades produzem impacto positivo nos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores das crianças nas suas primeiras experiências com o ambiente escolar. Entendendo a contribuição que estes benefícios proporcionam, os educadores tem procurado introduzir as atividades lúdicas, especialmente jogos e brincadeiras, no currículo pedagógico das suas instituições. Nesse sentido, os jogos são propostos para apresentar situações-problema, para aprimorar conteúdos e para preparar o aluno para aprender conceitos que o professor irá propor. Já as brincadeiras, sendo uma linguagem bastante comum ao universo infantil, é fundamental que estejam presentes também no ambiente escolar desde os anos iniciais. Dessa forma, o aluno poderá se expressar livremente por meio das atividades lúdicas, das brincadeiras, dos jogos, da música, da arte, da expressão corporal, ou seja, por meio de práticas repletas de espontaneidade e que as mantenham concentradas e focadas.

Ao brincar, a criança expressa toda sua individualidade, nesse sentido, ela não está preocupada em errar, ela participa das brincadeiras se divertindo, sonhando e fantasiando, e isto tende a contribuir beneficentemente para o desenvolvimento do seu aprendizado de uma maneira mais significativa. A imaginação se transforma em criatividade e realização, portanto, estimular essa liberdade e espontaneidade, experimentando o simples fato de ser criança na sua mais profunda essência, levará os educadores a investir no desenvolvimento integral da criança. Enquanto brinca, a criança se predispõe a aprender, e esta aprendizagem se torna algo interessante e repleta de significados.

Assim, o educador deve assimilar a ideia de que a educação pelo movimento é um instrumento estratégico bastante eficaz no processo da construção pedagógica, e ele possibilitará à criança resolver mais facilmente os problemas relativos ao seu aprendizado.

Dessa forma, as atividades lúdicas não devem mais ser vistas como algo secundário, principalmente quando os professores e educadores já estão plenamente conscientizados de que esse instrumento educativo, produzido pela dinâmica do

movimento, já se constitui numa excelente ferramenta para desenvolver os aspectos psicomotores das crianças, oferecendo a elas uma evolução constante do desenvolvimento da sua aprendizagem. Todas essas características, quando trabalhadas de maneira descontraída e espontânea, bem próprias de alunos dessa faixa de idade, contribuem significativamente para a construção sólida dos aspectos cognitivo e psicomotor das crianças.

Professores qualificados e conscientes dos inúmeros benefícios da aplicação das atividades lúdicas aos alunos da Educação Infantil estarão aptos a utilizarem estes recursos para atingir os objetivos propostos em cada uma das atividades lúdicas desenvolvidas, e logo identificarão a evolução dos seus alunos nos aspectos psicomotor, cognitivo e social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Sidirley de Jesus. **Psicomotricidade: educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação infantil (LDBEN)**, n. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Brasília, Diário Oficial, 23 dez. 1996, p. 27833.

CORDAZZO, Scheila T. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. Estudos e Pesquisas em Psicologia: UERJ: Rio de Janeiro, ano 7, n.01, 1ºSemestre de 2007.

COSTALLAT, D. M. M. **A psicomotricidade otimizando as relações humanas**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FORTUNA, T. R. **Sala de aula é lugar de brincar?** In: XAVIER, M. L. M.; DALLAZEN, M. I. H. (org.). Porto Alegre: Mediação, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Histórias de ideias pedagógicas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

GALLAHUE, D. J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor dos bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

GONÇALVES, F, **Do andar ao Escrever. Um caminho psicomotor**. São Paulo: Cultural RBL, 2009.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor – do nascimento até 6 anos.** Trad.: Ana G. Brizolara, 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

LIMA, A. S.; BARBOSA. S. B. **Psicomotricidade na Educação Infantil – desenvolvendo capacidades.** Expoente, 2007.

MACHADO, J. R. M. e NUNES M. V. S. **245 Jogos Lúdicos: para brincar como nossos pais brincavam.** Rio de Janeiro: Walk Editora, 2011.

PORTO, Bernadete de Souza (Org.). **Educação e Ludicidade – Ensaio 02.** Bahia: GEPEL/FACED/ UFBA, 2002, p. 22-60.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica.** 2ª ed. Curitiba, PR, Ibpex, 2011.

SOARES, Carlos. **Artigo para o Site da Revista Nova Escola.** São Paulo: Abril, 2005.

TEIXEIRA, Sirlândia. **Jogos Brinquedos, Brincadeiras e Brinquedoteca.** Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010.

VELASCO, Cacilda Gonçalves, **Brincar: o despertar psicomotor,** Rio de Janeiro: Sprit, 1996.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade.** Londrina: 2005.

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR



Rejane Aparecida Ferreira da Silva

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Gestão Escolar, Alfabetização e Letramento, Atendimento Educacional Especializado e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



Helen Rosana de Arruda

Formada em Pedagogia e Administração de Empresas, com Pós-graduação em Recursos Humanos e Desenvolvimento Gerencial, Alfabetização e Letramento, Alfabetização Matemática, Atendimento Educacional Especializado, Inteligência Emocional no Ambiente Escolar, Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional e Clínica.



Carla Renata Bortoleto Rosati

Formada em Pedagogia e Letras, com Pós-graduação em Psicopedagogia.

RESUMO

Num contexto em que a baixa autoestima e uma autoconfiança reduzida tem alcançado níveis alarmantes, especialmente entre as crianças, gerando um quadro de depressão em cerca de quase 2% da população infantil mundial, torna-se demasiadamente urgente desenvolver mecanismos que trabalhem as emoções e os sentimentos das crianças. Assim, a Inteligência Emocional vem adquirindo cada dia mais relevância nos diversos segmentos da sociedade. O mercado de trabalho já se rendeu a essa prerrogativa, visto que as empresas tem buscado cada vez mais profissionais que possuam habilidades socioemocionais e que saibam ser empáticos e lidar com a pressão que as corporações enfrentam em seu cotidiano. Todavia, essas competências

emocionais não foram trabalhadas com as pessoas em suas fases iniciais da vida, ocasionando enormes dificuldades para estes indivíduos em sua fase adulta. A Inteligência Emocional costuma ser definida como a capacidade de saber identificar as próprias emoções, e saber lidar com elas, e o mesmo vale em relação às pessoas do seu convívio, tudo de uma forma sóbria e saudável. Nesse sentido, é fundamental desenvolver a Inteligência Emocional junto às crianças desde muito cedo, para que elas tenham uma infância produtiva e feliz, visto que nessa etapa da vida as aprendizagens são muitas e constantes, aprender a conhecer e a controlar seus impulsos e emoções contribuirá para que as crianças tenham menos percalços no decorrer da sua jornada. Dessa forma, a participação da família no desenvolvimento da Inteligência Emocional é inegável, no acolhimento, na atenção, no envolvimento, no aconselhamento, sempre buscando auxiliar a criança a compreender suas emoções e sentimentos, para poder lidar com eles sem medo e sem pressão. Entretanto, a falta desse apoio no seio da família pode desestruturá-la e trazer sérios prejuízos emocionais, dentre os principais são as dificuldades de autocontrole emocional, problemas de relacionamento, falta de empatia, dificuldades na resolução de problemas, baixa autoestima e falta de confiança. Nesse sentido, as escolas compreenderam a importância de trabalhar adequadamente todos os aspectos da Inteligência Emocional, reconhecendo os benefícios gerados que são: maior concentração e atenção, maior controle dos impulsos e repentes, redução de atos violentos, melhora dos vínculos afetivos, aceitação das diferenças, e todo esse quadro impactará positivamente no aproveitamento escolar destes alunos.

Palavras-chave: Inteligência Emocional; Criança, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A Inteligência Emocional consiste em uma perspectiva que contribui para compreender e lidar melhor com as emoções, e, assim como qualquer outra forma de inteligência, deve ser desenvolvida desde muito cedo, desde os primeiros anos da educação básica, tanto no ambiente escolar, quanto no próprio contexto familiar. Sendo uma abordagem educacional, a Inteligência Emocional pode ser aplicada a partir dos primeiros anos escolares, por meio de um exercício contínuo de compreensão dos sentimentos negativos e da formação de um conjunto de fatores e abordagens para lidar da maneira mais adequada possível com eles. Esta ação tem como objetivo fazer

com que os alunos, por meio de condutas, atitudes e do próprio conhecimento das suas emoções, possam expressá-las e vivenciá-las de uma maneira apropriada. A Inteligência Emocional, ou seja, a aplicação prática do autoconhecimento e da maneira como a pessoa interpreta suas emoções e as aplica no seu cotidiano, na interação com as pessoas, transcende as disciplinas acadêmicas. Sendo a sala de aula um dos componentes mais influentes, o desenvolvimento emocional se torna um processo de construção e formação dos seus alunos, por isso a escola tem um papel potencialmente ativo. Por isso, o papel dos educadores é fundamental, utilizando sua sensibilidade, disposição e capacitação, eles auxiliarão seus alunos a transporem as barreiras e dificuldades que o trabalhar com suas emoções apresenta.

“Em outras palavras, além de propostas focadas diretamente no desenvolvimento emocional, esse aprendizado é acompanhado permanentemente em todas as atividades da grade curricular. Música, teatro e atividades coletivas e individuais podem, por exemplo, atuar de forma complementar. Como professora especializada em IE, na minha prática diária, faço o acompanhamento em tempo real dos estudantes, procurando entender as razões das reflexões e dos questionamentos, dando *feedbacks* constantes e orientações pontuais. A sociedade como um todo, incluindo professores, pais, funcionários e até mesmo as próprias crianças, encontram-se sensivelmente afetadas pela falta de coesão social, ligada à corrupção de valores. Segundo o psicólogo Yves de La Taille, especialista em desenvolvimento moral, a real influência da escola no desenvolvimento moral e ético dos pequenos é responsabilidade de todos. A família desempenha uma função muito importante, principalmente até o fim da adolescência, enquanto tem mais controle sobre os filhos. Da mesma forma, a escola também exerce influência, na medida em que apresenta experiências de convívio diferentes das que existem no ambiente familiar” (REVISTA EDUCAÇÃO, 2019).

Alguns dos fatores mais importantes a se destacar são os aspectos relacionados à autoestima e autoconfiança, que são características importantíssimas que a Inteligência Emocional ajuda a desenvolver nas crianças da educação infantil, uma vez que à medida que a criança vai se tornando capaz de reconhecer e expressar suas emoções, ela obtém uma consciência mais realista a respeito de seus sentimentos, seus desejos e suas expectativas. Quando a autoestima é trabalhada, a criança se torna mais segura de si, e isto traz uma ampla contribuição para fortalecer a capacidade de concentração e atenção, permitindo que ela saiba lidar com suas emoções e, conseqüentemente, alcance um aproveitamento escolar bastante satisfatório. Em contrapartida, a baixa autoestima, resultado de um desenvolvimento da Inteligência Emocional abaixo do esperado, acarretará na ausência das habilidades necessárias ao progresso pessoal, tanto profissional quanto acadêmico. Assim,

crianças com autoestima elevada podem estar capacitadas a reconhecer suas próprias emoções e sentimentos, tornando-as mais seguras, mais concentradas, mais equilibradas emocionalmente e mais produtivas em suas tarefas escolares.

“Faz parte do trabalho de suporte à inteligência emocional receber um nível de solicitação frequente e lidar com uma alta necessidade de intervenções para abordar problemas que surgem entre os alunos e muitas vezes tem por trás a ausência de uma relação harmoniosa, falhando os principais valores pessoais, sociais e morais. Portanto, o quanto antes a inteligência emocional de uma pessoa é desenvolvida, mais facilidade ela terá nas relações interpessoais e consigo mesma. Essa sensibilização começa em atos simples, como assimilar a importância de dizer “obrigado”, “por favor”, pedir desculpas e, licença, ser cortês é o primeiro passo para uma boa convivência em grupo. Uma educação que não passa pelo resgate de valores “adormecidos” na consciência humana durante o processo de desenvolvimento do indivíduo é ineficiente. Por meio da IE inserida transversalmente na grade curricular, incentivamos uma reflexão no mundo atual, fortalecemos e renovamos crenças, inserindo no processo educacional valores que possibilitem a formação integral de nossos alunos, sempre pontuando o autoconhecimento” (REVISTA EDUCAÇÃO, 2019).

Considerando que a Inteligência Emocional proporciona que as crianças da educação infantil reconheçam e aprendam com suas próprias emoções e sentimentos, ao ser trabalhada nos primeiros anos da jornada estudantil, trará impacto positivo significativo, preparando-a para sua formação acadêmica e cidadã dentro de uma sociedade que se transforma rapidamente.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

Uma área do conhecimento que vem ganhando mais espaço a cada dia é a Inteligência Emocional, que tem obtido grande destaque no mercado de trabalho, uma vez que as corporações passaram a exigir habilidades socioemocionais que estão relacionadas às competências: empatia, foco e responsabilidade, lidar com estresse e pressão, ser criativo, ter agilidade na solução de problemas e estarem aptos para se tornarem excelentes líderes. Entretanto, o que se constatou é que tais habilidades, na grande maioria das vezes, não foram trabalhadas de maneira correta, ou seja, estas capacidades não foram administradas de uma maneira qualificada durante a infância do indivíduo, e, quando adulto, a pessoa sente a pressão e as dificuldades decorrentes dessa carência.

Muitas são as definições atribuídas à Inteligência Emocional, as mais comuns retratam-na como a capacidade de saber identificar as emoções próprias e aprender

como lidar com elas, e, da mesma forma, reconhecer os sentimentos do próximo e trabalhar com eles de uma maneira equilibrada e sensata.

“Inteligência Emocional nada mais é que a habilidade de gerenciar as próprias emoções, através da descoberta, compreensão e modulação de cada emoção e sentimento que surgir no dia a dia, bem como a habilidade de reconhecer, compreender e lidar com o outro, ou seja, a habilidade social. É um processo de autoconsciência e consciência social, onde a pessoa que se auto avalia percebe o que sente, entende o porquê sente e procura os meios de lidar com as sensações que surgem (e muitas vezes estão desequilibradas). Sendo assim, a característica mais marcante de pessoas emocionalmente inteligentes se dá através do simples fato de que elas percebem, entendem e principalmente: gerenciam de maneira altamente eficaz todos os efeitos que os acontecimentos do dia a dia causam em sua mente, podendo, assim, trabalhar o autocontrole e a evolução pessoal” (SBPNL, 2022).

Apesar de recente, a Inteligência Emocional já havia sido abordada por estudiosos no século XIX, todavia, a partir de 1920, o termo ganhou maior projeção quando o psicólogo norte-americano, Edward Thorndike publicou uma matéria abordando a Inteligência Emocional. Outra pesquisa referente ocorreu em 1966, pelo também psicólogo norte-americano Hanskare Leuner, que também aludiu essa temática. Algumas décadas depois, o psicólogo e professor de Harvard, o norte-americano Howard Gardner, apresentou a Teoria das Inteligências Múltiplas, na qual ele segmenta a inteligência humana em oito tipos, sendo que alguns deles estão relacionados à capacidade de controle das emoções. Todavia, a primeira menção direta do conceito de Inteligência Emocional ocorreu quando da publicação de um artigo na revista científica “Imagination, Cognition and Personality”, apresentado pelos professores John D. Mayer e Peter Salovey, que trouxe notoriedade ao conceito perante a comunidade acadêmica. Por fim, quando o jornalista e escritor Daniel Goleman publicou seu best-seller “Emotional Intelligence”, o conceito se popularizou por completo. Nesse livro, o autor apresenta a ideia de Quociente Emocional (QE), que seria algo comparável ao (QI), Quociente de Inteligência (QI), o qual o autor considera ser superior e mais relevante.

Outra concepção significativa é a que aponta que a Inteligência Emocional consiste na capacidade de sintonizar o mundo mediante os estímulos oferecidos pelo nosso cérebro, o qual possui dois hemisférios, sendo o esquerdo, responsável pelo aspecto racional, lógico, matemático, analítico e crítico, enquanto que o direito pelas emoções, intuição e sentimentos. Este é o hemisfério que trabalha a compreensão emocional. Interessante notar que a Inteligência Emocional transita

por estes dois hemisférios, o que significa que aprender a potencializá-la é algo crucial para qualquer pessoa, pois mediante o controle dos sentimentos e dos ímpetos e repentes é que torna-se possível dominar reações de explosão, ansiedade ou depressão. Reconhecendo que o ser humano é extremamente influenciado pelos sentimentos, mesmo que inconscientemente, torna-se mais necessário conhecer e trabalhar com a Inteligência Emocional, a qual apresenta cinco pilares fundamentais:

1-Conhecimento das Emoções - À medida que você pratica o autoconhecimento, melhora a percepção de à medida que você pratica o autoconhecimento, melhora a percepção de suas emoções. As pessoas não costumam pensar em suas ações e palavras no calor do momento. Por isso, sofrem consequências muito desagradáveis depois. Quando você consegue perceber as suas emoções, nota facilmente as oscilações em seu humor e os estados emotivos que o levam a cometer erros. **2-Controle** - Após a identificação das emoções, vem à gestão das mesmas. Isso significa tomar decisões assertivas sobre o que fazer para melhorar a sua realidade. Se você está frustrado com um imprevisto ou uma pessoa, o que pode fazer para mudar essa situação? Um exercício que pode ajudá-lo a fortalecer o controle das emoções é escrever os seus sentimentos acerca de um acontecimento ou um indivíduo numa folha de papel. Depois, escreva as possíveis ações que podem ser tomadas para solucionar o conflito. **3-Automotivação** - A automotivação é um dos pilares da inteligência emocional por uma razão simples: ela é necessária para impulsioná-lo a agir. Se não somos capazes de encontrar a motivação por conta própria, não conseguimos sair do lugar. Na verdade, precisamos procurar motivadores externos para correr atrás do que é importante para nós. Mas esses nem sempre são bons ou constantes em nossas vidas. Desenvolver essa competência não é fácil para a maioria das pessoas. Nem todo mundo consegue encontrar uma boa razão para fazer o que faz. O desejo de tomar uma atitude até pode ser latente, mas a motivação para transformá-lo em realidade não é forte o bastante. **4-Empatia** – Ela diz respeito às relações interpessoais. Quando você consegue se colocar no lugar das outras pessoas, consegue entendê-las como realmente são. Você adquire uma nova perspectiva sobre suas personalidades e visões de mundo. A empatia é uma habilidade socioemocional indispensável para subir na carreira, cultivar um relacionamento afetivo saudável e construir amizades duradouras. Novamente, os questionamentos podem ajudá-lo a dar início a essa prática. Quando encontrar alguém cujo comportamento é um enigma, comece a se perguntar por que a pessoa age daquela determinada maneira. O que pode tê-la levado a ser assim? Como você agiria na mesma situação? Com o tempo, você desenvolverá uma forma totalmente nova de lidar com as pessoas. **5-Habilidades Sociais** - Reflita consigo mesmo: como você trata as pessoas que gosta e as que não gosta? Você pede desculpas ou é muito orgulhoso? Você se comunica com suavidade, ou com palavras ásperas? A inteligência emocional também tem como pilar as habilidades sociais. Assim como a empatia, elas ajudam a consolidar e a melhorar relacionamentos. Mesmo quem se considera

socialmente inadequado pode perder a vergonha e aprender a se socializar sem causar estresse a si mesmo. É impossível fugir da convivência em sociedade. Ironicamente, uma das maiores queixas das pessoas é a necessidade de interagir com outras. É indispensável aprender a lidar com personalidades distintas e defeitos alheios sem que isso cause ansiedade ou sentimentos desagradáveis” (BLOG PSITTO, 2022).

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL INFANTIL

Considerando que a Inteligência Emocional é uma capacidade que as corporações esperam encontrar em seus colaboradores nos dias de hoje, e que tais habilidades nem sempre são encontradas, uma vez que não foram trabalhadas adequadamente durante a infância e adolescência do indivíduo, ela tem sido encarada como uma necessidade, não apenas por preparar melhor a pessoa para o mercado de trabalho, mas porque foram constatados os enormes benefícios que trabalhar as emoções nas primeiras etapas da vida oferecem. Dessa forma, é importante ressaltar que a Inteligência Emocional Infantil refere-se à capacidade que a criança apresenta em identificar seus sentimentos, expressar o que sente, se relacionar com as pessoas lidando com todos estes aspectos de uma forma equilibrada e respeitosa. Dessa forma, desenvolver a Inteligência Emocional junto às crianças é crucial para que elas possam desfrutar de uma infância tranquila, e com um relacionamento saudável com as pessoas à sua volta, tanto crianças quanto adultos, seja no ambiente familiar ou no ambiente escolar.

Nesse contexto, a Inteligência Emocional se consolida como um dos principais instrumentos do desenvolvimento infantil, sendo necessário compreender que cada experiência vivida pela criança, por mais frustrante e negativa que tal experiência tenha sido, sempre trará algum aprendizado. Esta engrenagem de aprendizados começa a ser construída desde os primeiros anos de vida da criança, quando ela ouve um “não”, quando a hora de mamar não chega no momento que ela quer, coisas simples como essas a fazem aprender a administrar e a contornar suas emoções e a ter uma vida menos traumática. Essa habilidade em lidar com adversidades contribuirá para que ela aprenda a desenvolver relacionamentos sociais saudáveis. A criança sempre possui um senso de engajamento e uma vontade de resolver sozinha os problemas que lhe aparecem, ela acredita que é capaz de achar uma solução sem a necessidade de um adulto vir auxiliá-la, a autoconfiança também começa a ser construída nos primeiros anos de vida.

Nesse sentido, a participação da família tem um valor extremamente significativo durante o desenvolvimento emocional da criança, e essa condição pode

trazer aspectos altamente favoráveis à criança, todavia, uma participação familiar negativa pode prejudicá-la muito no aspecto emocional, levando a criança a não ter estrutura para lidar com as decepções e frustrações cotidianas. Isso ocorre, principalmente quando os pais são ausentes ou promovem um ambiente familiar agressivo, todavia, mesmo em ambientes saudáveis, pode haver algum tipo de negligência com relação aos aspectos emocionais, e isso também causará danos e dificuldades para a criança.

“O objetivo ao se criar um filho é permitir que ele, em primeiro lugar, descubra quem quer ser e, depois se torne uma pessoa capaz de satisfazer-se consigo mesma e com sua maneira de viver. Eventualmente deve ser capaz de fazer na vida o que lhe pareça importante, desejável e conveniente; de desenvolver relações construtivas, satisfatórias e mutuamente enriquecedoras com outras pessoas, e de suportar bem as pressões e as dificuldades que, inevitavelmente, encontrará durante a vida. Em relação a tudo isso os pais não são apenas os primeiros professores do filho, são aqueles a partir de quem e através de quem ele se orienta ; ele os observa e estuda todo o tempo para ver o que estão fazendo, como estão fazendo e com que sentimentos, exibidos abertamente, oras negados ou até mesmo reprimidos. Assim os pais mostram-lhe quem ser e como ser o último sempre decorrendo do primeiro. Esse conhecimento é muito mais importante para a vida presente e futura da criança do que a aquisição de fatos ou habilidades” (BETTELHEIM, 1992 p. 40).

Dessa forma, a Inteligência Emocional não consiste em saber bloquear as emoções, ela diz respeito à capacidade de reconhecer, compreender e a lidar com os próprios sentimentos, fazendo o mesmo com as pessoas à sua volta. Portanto, desenvolver a Inteligência Emocional proporciona benefícios às crianças como: melhora da autoestima, das relações interpessoais, do autoconhecimento e da capacidade de superação. No contexto familiar, é importante atentar para alguns aspectos importantes que os pais podem desenvolver com seus filhos visando aprimorar os aspectos relacionados à Inteligência Emocional.

1-Reforce os vínculos afetivos - Muitas vezes, os pais têm uma rotina corrida e ocupada. Porém, é importante separar um tempo para dedicar-se e dar atenção às emoções de seus filhos. Os momentos de conversa sobre a escola, os amigos e seus sentimentos, por exemplo, bem como a orientação sobre situações cotidianas, reforçam os vínculos afetivos. Assim, os pequenos ficam mais seguros com a sua rotina e têm a consciência de que podem contar com a família quando precisarem de um conselho. Os pais devem desenvolver a empatia para entender as emoções das crianças. Além disso, eles mesmos devem demonstrar atitudes e opiniões que condizem com os ensinamentos que estão sendo passados para os filhos.

Nessa fase, as crianças constroem muitos aprendizados pela observação, e os pais são grandes exemplos para elas. Por isso, fique atento ao seu próprio comportamento! **2-Seja um bom exemplo** - As crianças têm seus responsáveis como modelos de como pensar, falar e agir, por isso os pais devem prestar atenção às atitudes que têm em casa e também com outras pessoas. Seja gentil com as pessoas, esteja aberto para falar sobre sentimentos, chame o seu filho para conversar sobre como foi o dia de vocês e apoie-o quando necessário. As atitudes que estimulam o desenvolvimento da inteligência emocional das crianças devem partir de você. **3-Incentive o compartilhamento das emoções** - Desde cedo, os pais devem incentivar os filhos a falar sobre as suas emoções, tanto as boas quanto as ruins. Por vezes, pode ser difícil para as crianças colocar os sentimentos em palavras, já que ainda estão aprendendo sobre eles. Por isso, esses momentos são fundamentais para realizar a prática do diálogo sobre as emoções. Isso desenvolve a capacidade da criança de falar sobre o que está sentindo e chegar a uma solução, além de não guardar suas impressões só para si mesma. Se a criança perceber que você está triste ou feliz, por exemplo, converse com ela sobre isso de maneira compreensível, de acordo com a sua idade. Geralmente, os adultos têm a tendência de esconder as emoções, sob a justificativa de não preocupar a criança. Porém, também é importante que ela compreenda o que está acontecendo, já que faz parte da vida familiar. Explique como você lida com momentos chatos e que a sensação ruim passa, que é possível aprender com essas situações e que devemos buscar aprimorar nosso lado emocional e ter estratégias para contorná-las. **4-Permita a expressão por meio dos esportes e das artes** - As diversas formas de arte, como dança, música, pintura e teatro, são ótimos caminhos para o desenvolvimento da inteligência emocional. A prática dessas atividades facilitam a expressão dos sentimentos que as crianças não conseguem definir em palavras, por exemplo, proporcionam a descoberta de novas sensações e permitem a convivência com outras pessoas. Atividades esportivas também são alternativas para desenvolver habilidades emocionais e comunicativas, além do trabalho em equipe. As interações que as crianças têm nesses ambientes são muito importantes para desenvolver as relações interpessoais e o autoconhecimento. A empatia, capacidade de compreender os sentimentos do outro e se colocar no lugar, também é trabalhada, pois essas atividades proporcionam trocas de experiências. **5-Ajude a identificar as emoções** - Os pais podem realizar atividades lúdicas com as crianças, o que as auxilia na identificação das próprias emoções. Nesses momentos, elas aprendem a identificar expressões faciais geradas por sentimentos, como medo, raiva, tristeza e alegria. Criar uma lista de emoções e encená-las com o seu filho, ou mostrar figuras das expressões faciais e pedir para que identifiquem cada uma, são exemplos de atividades bastante interessantes. E você se lembra que falamos sobre fortalecer os vínculos afetivos? Com certeza propor essas atividades para seus filhos é um ótimo momento para acontecer esse fortalecimento! **6-Incentive a autonomia** - Seu filho aprenderá muito com você, mas é importante que ele saiba o que fazer quando os adultos não estão por perto. Além de trabalhar a autonomia, os desafios exercitam a capacidade de superar esses obstáculos. No papel de pai ou mãe, apoie os seus filhos, mas não resolva os problemas por eles. Incentive-os a resolver sozinhos alguns de seus conflitos,

assim as crianças têm a chance de raciocinar sobre as suas possíveis soluções. Além disso, com essa postura os pais demonstram confiança nos pequenos, o que evita a sensação de insegurança e melhora a sua autoestima (BLOG COLÉGIO ARTUR DE QUEIRÓS, 2022).

IMPACTOS NEGATIVOS DO BAIXO DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL INFANTIL

Considerando que o desenvolvimento da Inteligência Emocional desempenha um papel preponderante na formação das crianças, promovendo um crescimento saudável dentro do esperado para cada faixa etária, e que a Inteligência Emocional consiste na apropriação da capacidade de reconhecer, entender e gerenciar as suas emoções, bem como as das outras pessoas, ela se torna um componente fundamental para a realização e o bem-estar emocional do indivíduo, especialmente das crianças da educação infantil.

Importante destacar os aspectos da autoestima e autoconfiança que a Inteligência Emocional ajuda a desenvolver nas crianças, especialmente porque quando a criança se torna capaz de identificar e expressar suas próprias emoções, ela adquire uma real consciência sobre seus próprios sentimentos, necessidades e vontades, e isto permitirá que a criança se torne mais segura de si. Estes fatores contribuem grandemente para que a criança aumente sua capacidade de concentração, regulando favoravelmente suas emoções, aumentando sua efetividade na realização das tarefas escolares. Da mesma forma, quando o desenvolvimento da Inteligência Emocional infantil é baixo, provocará uma ausência de habilidades que impactarão várias áreas na vida das crianças e adolescentes, alguns dos quais estão listados a seguir:

“Dificuldades de autorregulação emocional - A falta de inteligência emocional pode resultar em dificuldades para as crianças autorregular suas emoções. Elas podem ter dificuldade em controlar impulsos, lidar com a frustração, gerenciar o estresse e regular as próprias emoções. Isso pode levar a explosões emocionais, comportamentos agressivos ou passivos e problemas de concentração, afetando negativamente o desempenho acadêmico e as relações sociais. **Problemas de relacionamento** - A inteligência emocional é fundamental para estabelecer e manter relacionamentos saudáveis. As crianças que têm dificuldade em compreender as emoções dos outros podem ter dificuldades em se relacionar de forma empática, interpretar sinais sociais e expressar emoções de maneira apropriada. Isso pode levar ao isolamento social, à falta de habilidades de comunicação eficazes e a conflitos interpessoais. **Baixa empatia e compreensão emocional** - A falta de inteligência emocional pode afetar a capacidade das crianças de se colocarem no lugar dos outros e compreenderem suas emoções. A empatia é um

componente essencial para a formação de relacionamentos saudáveis e para o desenvolvimento de uma consciência social. A falta de empatia pode resultar em comportamentos insensíveis, dificuldades de cooperação e falta de consideração pelos sentimentos dos outros. **Dificuldades na resolução de problemas** - A inteligência emocional desempenha um papel importante na resolução de problemas. As crianças que não desenvolvem habilidades emocionais adequadas podem ter dificuldade em identificar as emoções que estão experimentando durante um conflito, o que pode dificultar a busca de soluções construtivas. A falta de habilidades de resolução de problemas pode limitar a capacidade da criança de lidar com desafios e obstáculos, impactando seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. **Baixa autoestima e falta de confiança** - A falta de inteligência emocional pode afetar negativamente a autoestima e a confiança das crianças. A incapacidade de reconhecer e expressar emoções de maneira saudável pode levar a uma visão negativa de si mesmas e a sentimentos de insegurança. Isso pode influenciar a forma como elas se envolvem em atividades, estabelecem metas pessoais e enfrentam desafios, limitando seu potencial de crescimento e sucesso” (SBIE, 2023).

A questão da baixa autoestima e a falta de confiança tem alcançado proporções ainda mais alarmantes, especialmente quando se verifica que uma pesquisa feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS), apontou que mais de 700 mil casos de suicídio acontecem anualmente no mundo. No Brasil, verificou-se que aproximadamente 38 pessoas cometem suicídio diariamente, sendo esta a segunda causa de morte entre jovens e adolescentes. Além disso, um levantamento recente da mesma OMS constatou que o número de pessoas com depressão no mundo chega a 350 milhões, sendo que, deste total, aproximadamente 2% são crianças, o que reforça ainda mais a necessidade de desenvolver a Inteligência Emocional junto às crianças. Alguns sintomas de problemas emocionais que podem ser detectados por pais ou professores e que podem ajudar a identificar que as crianças podem estar passando por problemas e necessitando de ajuda são:

“Mau humor - Se seu filho está sempre irritado e pessimista, busque avaliação profissional. Pode ser dificuldade em lidar com frustrações. **Dificuldade para fazer amigos e até se relacionar com familiares** - Timidez excessiva em uma criança pode justificar avaliação psicológica. **Mudança de hábitos alimentares** - Crianças que enfrentam dificuldades emocionais muitas vezes desenvolvem distúrbios alimentares diversos como: Comer compulsivamente, Comer muito pouco, Provocar vômito, Estar constantemente insatisfeito com o corpo, se achando gordo ou magro demais. **Reação exagerada quando ao ser contrariada**. Quando a criança não sabe aceitar um NÃO como resposta, é sinal de que tem mais dificuldade para lidar com frustrações e decepções. **Fobias e manias** - A fobia é o medo irracional de situações, lugares, animais ou outra coisa qualquer. Manias também indicam ansiedade e sofrimento. Alguns comportamentos comuns que são

sinais de alerta. “Roer unhas, arrancar fios de cabelo, contrair determinados músculos repetidamente, provocar machucados na pele” (BLOG QUALIMÉDICOS, 2020).

Todos estes fatores contribuem para o desenvolvimento de aspectos negativos e prejudiciais às crianças, principalmente na questão do aproveitamento escolar, o qual se apresenta muito abaixo do esperado, bem como aspectos relacionais e comportamentais fora do padrão normal. Portanto, a escola deve se envolver nessa temática e fortalecer os conceitos relacionados à Inteligência Emocional de seus alunos.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Tendo considerado os benefícios que a Inteligência Emocional proporciona às pessoas, especialmente às crianças, e, da mesma forma, as dificuldades geradas pela ausência de desenvolvimento das habilidades emocionais, torna-se fundamental que a Inteligência Emocional seja trabalhada na escola, possibilitando que os alunos adquiram, o quanto antes, maior controle sobre suas emoções, aumentando sua capacidade para lidar com elas nessa fase de tantas descobertas e tantas aprendizagens, o que trará enormes benefícios sociais e profissionais. Quando a Inteligência Emocional é desenvolvida no ambiente escolar, ela proporciona que os alunos adquiram diversas habilidades, e saibam aplicá-las, também, em outras áreas, fazendo com que alcancem seus objetivos de forma mais fácil e eficiente, tornando-os mais aptos para interagirem nos diversos segmentos de suas vidas.

Os principais benefícios alcançados em se trabalhar os aspectos da Inteligência Emocional com os alunos são: aumento da concentração e atenção, maior capacidade de controlar impulsos, desenvolvimento da empatia, redução de atos de violência, estimular o convívio com as diferenças, fortalecer vínculos afetivos, incentivar escolhas saudáveis, facilitar a expressão e a comunicação. Ela permite identificar e lidar com as emoções dos outros, melhora o aproveitamento escolar, promove o trabalho em equipe, reduz a prática de bullying, bem como a ansiedade e a depressão. Tais benefícios afetam positivamente o ambiente escolar, transformando-o em um local mais tranquilo, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os professores direcionem mais as suas ações para as necessidades mais pontuais de seus alunos, e menos para a gestão de conflitos em sala de aula.

“Desenvolver a inteligência emocional é um processo de construção bastante influenciado pelo ambiente. Por isso, as

escolas precisam exercer um papel ativo para formar os estudantes. Inclusive escolas de outros países já possuem em seu currículo a educação emocional. Contudo, para que ela seja inserida em escolas que ainda não a possuem, uma possibilidade é ministrar a educação emocional de forma transversal, alinhando com as diversas disciplinas por meio da colaboração dos professores. Outro modo, é o professor identificar quais objetivos se quer chegar com cada prática. Ele pode querer que os estudantes aprendam a identificar suas emoções fazendo jogos ou atividades lúdicas que estimulem suas percepções, por exemplo. Caso queira que eles aprendam a controlá-las, é necessário abrir um espaço para o diálogo quando estiverem mais emotivos e explicar que eles devem expressar suas emoções corretamente, como raiva, tristeza, alegria etc, para que os outros saibam como agir” (BLOG IMAGINIE EDUCAÇÃO, 2022).

Um componente bastante importante para se trabalhar os conceitos da Inteligência Emocional é a aplicação da Educação Socioemocional, a qual se refere ao processo de formação que contempla o desenvolvimento dos aspectos emocionais e sociais dos alunos. Essa temática passou, inclusive, a constar do currículo nacional obrigatório, conforme orientação da BNCC.

“O tema da Educação Socioemocional passou a fazer parte do currículo obrigatório nacional por meio da BNCC e também por se alinhar à educação integral. Ela promove o trabalho com a inteligência emocional e as chamadas competências socioemocionais, e deve caminhar de maneira sinérgica ao desenvolvimento das aptidões cognitivas. Portanto, também é missão da escola estimular a reflexão acerca dos acontecimentos que impactam a sociedade, propondo atividades que tragam soluções e mudem certos contextos” (BLOG IMAGINIE EDUCAÇÃO, 2022).

Assim, considerando que a Inteligência Emocional é uma maneira saudável das pessoas aprenderem com suas próprias emoções e sentimentos, quando trabalhada na infância, o exercício passa a ser praticado de forma espontânea, permitindo que a criança se sinta amparada e acolhida, e o reflexo se estenderá por toda sua vida.

“Trabalhar a inteligência emocional na infância não é nenhum bicho de sete cabeças. Mas é importante que a escola e a família atuem em sintonia e saibam estimular essas habilidades de forma eficiente. Confira algumas dicas: **Nomeie as emoções** - O primeiro passo para trabalhar a inteligência emocional é ensinar os pequenos sobre as emoções – isso inclui nomear e ensinar a diferenciar cada tipo de sentimento. Não há uma forma correta de fazer isso, mas histórias e livros podem ser grandes aliados neste momento, assim como brincadeiras lúdicas, teatrinhos a até emojis. **Ensine a verbalizar as emoções** - De nada adianta reconhecer os sentimentos se isso não puder ser verbalizado. Assim, é importante que os pequenos se sintam à vontade para conversar e sejam encorajados a verbalizar suas emoções. **Dê**

exemplo - As crianças aprendem pelo exemplo. Por isso, trate todos com respeito, evite acusações, risos ou qualquer tipo de comentário que deixem as crianças envergonhadas. Preste atenção no comportamento dos pequenos e acolha sempre que necessário. Por fim, vale lembrar que desenvolver a inteligência emocional na educação infantil é tão importante quanto ensinar o alfabeto ou os números. Com leveza, criatividade e diversão, as crianças certamente aprenderão a lidar com os seus sentimentos e emoções” (BLOG OFICINA DA INTELIGÊNCIA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo que o intuito deste trabalho foi o de promover algumas reflexões sobre a importância da Inteligência Emocional no contexto da educação, constata-se, a princípio, que trata-se de uma área do conhecimento relativamente nova, e que ainda está se consolidando no cenário estudantil, entre as instituições de ensino, mas que vem adquirindo reconhecimento e relevância. Sua importância se fortalece ainda mais, à medida que se reconhece que o mercado de trabalho tem procurado cada vez mais selecionar profissionais que possuam competências voltadas à administração equilibrada de suas emoções. Habilidades de ordem socioemocional como empatia, criatividade, responsabilidade, trabalhar em equipe, agilidade em buscar soluções e saber lidar com pressão e estresse, são as mais procuradas pelos recrutadores. Entretanto, nota-se uma carência nessa busca, especialmente devido à falta de um desenvolvimento apropriado da Inteligência Emocional nos anos iniciais da vida da pessoa. Tal carência também é a responsável por fatores como baixa autoestima, insegurança, falta de confiança, negatividade, complexo de inferioridade e tantas outras características que foram geradas num contexto em que a Inteligência Emocional não foi trabalhada adequadamente, especialmente nos primeiros anos da jornada escolar.

Nesse cenário, a Inteligência Emocional se constitui em uma das principais ferramentas para o desenvolvimento infantil, pois ao identificar suas emoções, seus sentimentos e suas vontades, e expressá-las de maneira equilibrada, num contexto de respeito mútuo, a criança se desenvolve grandemente. Portanto, desenvolver a Inteligência Emocional oferece diversos benefícios às crianças como uma autoestima valorizada, relações sociais ajustadas, autocontrole mais dominado, além de aspectos voltados ao seu aproveitamento escolar, como poder de concentração e atenção, iniciativa em solucionar problemas, e maior facilidade em trabalhar em equipe.

Cabe ressaltar que a Inteligência Emocional é um processo de construção, no qual as escolas precisam ter uma atuação de protagonismo para formar os seus alunos, ainda mais quando se sabe que a educação emocional já faz parte do currículo de países desenvolvidos. No contexto escolar brasileiro, é importante que o professor

auxilie seus alunos a identificarem suas emoções, mediante atividades planejadas, que estimulem a percepção dessas emoções, abrindo espaço para um diálogo franco, que possibilite momentos de orientação, para que os alunos saibam como expressar seus sentimentos corretamente. Ao reconhecer que a escola é o ambiente propício para aquisição dos saberes, para preparar os estudantes para se tornarem cidadãos ativos e participativos na sociedade, trabalhar a Inteligência Emocional no contexto escolar contribuirá para que este objetivo se concretize.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho – pais bons o bastante**. 18ª edição. São Paulo: Campus. 1992.

BLOG COLÉGIO ARTUR DE QUEIRÓS, **6 dicas para ajudar seu filho a desenvolver a inteligência emocional**. Disponível em: <https://colegioarturdequeiros.com.br/6-dicas-para-ajudar-o-seu-filho-a-desenvolver-a-inteligencia-emocional/>. Acesso em 02 set 2023.

BLOG IMAGINIE EDUCAÇÃO, **Como desenvolver a inteligência emocional na escola**. Disponível em: <https://educacao.imagine.com.br/inteligencia-emocional-na-escola/>. Acesso em 04 set 2023.

BLOG OFICINA DA INTELIGÊNCIA, **A importância da inteligência emocional na educação infantil**. Disponível em: <https://oficinadainteligencia.com.br/a-importancia-da-inteligencia-emocional-na-educacao-infantil/>. Acesso em 04 set 2023.

BLOG PSITTO, **O que é Inteligência Emocional, saiba como desenvolvê-la**. Disponível em <https://www.psitto.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-inteligencia-emocional/>. Acesso em 01 set 2023.

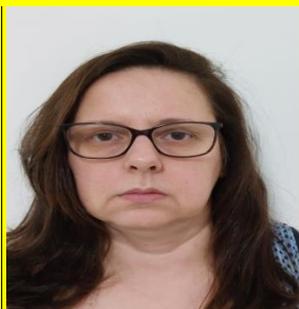
BLOG QUALIMÉDICOS, **Conheça alguns sintomas de problemas emocionais na infância e adolescência**. Disponível em: [https://qualimedicos.com.br/psicologo/](https://qualimedicos.com.br/psicologo/Acesso em 01 set 2023) Acesso em 01 set 2023.

REVISTA EDUCAÇÃO, **Como aplicar inteligência emocional na grade curricular**. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2019/03/28/inteligencia-emocional-escola/#:~:text=Em%20outras%20palavras>. Acesso em 01 set 2023.

SBIE, Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional, **Como o baixo desenvolvimento da inteligência emocional afeta o crescimento infantil**. Disponível em <https://www.sbie.com.br/como-o-baixo-desenvolvimento-da-inteligencia-emocional-afeta-o-crescimento-infantil/>. Acesso em 03 set 2023.

SBPNL, Sociedade Brasileira de Programação Neurolinguística, **Inteligência Emocional: O que é e como desenvolver s sua**. Disponível em https://pnl.com.br/inteligencia-emocional-o-que-e/?utm_source=google&utm_. Acesso em 01 set 2023.

CONHECENDO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Danielle Otis Ferreira

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em AEE-Atendimento Educacional Especializado, Pedagogia Sistêmica e Psicopedagogia.



Telma Stocco Martins

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Direito Educacional e Educação Especial com Ênfase em Deficiência Auditiva.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estabelecer algumas reflexões sobre o tema dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, especialmente por compreender que este é o público fundamental com o qual as instituições de ensino lidam em seu cotidiano. Dessa forma, é essencial trazer um olhar a respeito destes indivíduos, observando seus direitos, sua condição, sua essência e suas responsabilidades, e, assim, esboçar o futuro que pode ser almejado por eles, isto certamente contribuirá para que a escola oriente seus recursos e suas metodologias de forma mais definida e mais convicta, para alcançar os objetivos estabelecidos para as crianças e adolescentes que ela se propõe a preparar. Nesse contexto, o ponto central desta reflexão é a criança e o adolescente, que, sendo seres totalmente sociais, como, aliás, é característico do ser humano, possuem a necessidade de viver em grupos, pois desde os tempos mais remotos, o fato de viver em grupos sociais facilitou a distribuição de tarefas, a divisão de esforços e a conseqüente evolução da qualidade de vida. Entretanto, essa vida em sociedade trouxe também uma grande quantidade de conflitos, e a forma mais prática de resolver essa questão de maneira que promovesse uma convivência satisfatória entre esses indivíduos, e mesmo entre os demais grupos sociais, foi por meio da organização de regras de conduta que regulassem as normas de comportamento para viabilizar um convívio satisfatório para todos. Todavia, em todas as sociedades, em todas as épocas, sempre houve seres dominantes, governantes, reis e imperadores, que sempre subjugaram os cidadãos comuns por meio da força e do abuso do poder. Entretanto, as sociedades evoluíram e reconheceram a necessidade de limitar esse

poder autoritário, garantindo direitos que pudessem proteger a população em geral. Este cenário possibilitou a criação dos direitos humanos, os quais passaram a exigir do Estado um tratamento mais eficiente em relação às suas necessidades básicas como: saúde, educação, moradia, segurança, trabalho, lazer, acesso à cultura, redução de desigualdades, livre iniciativa, defesa do consumidor, entre outras. No Brasil, estes direitos estão garantidos pela Constituição, e dentre eles está o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual tem sido uma ferramenta bastante eficaz para a proteção dos direitos dessa parcela tão importante da sociedade. Este artigo visa trazer algumas reflexões sobre os direitos e deveres desse público que é tão vulnerável e tão explorado por meio de abusos sexuais e trabalho infantil, entre outros, que ainda são identificados, mas que precisam ser eliminados da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Criança; Adolescente; Educação.

INTRODUÇÃO

A Declaração de Independência Americana e a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão tornaram-se marcos fundamentais para a idealização dos Direitos Fundamentais, cuja conquista foi alcançada por meio de muitas lutas, conflitos e contendas, que culminaram com a promulgação dos Direitos Humanos, uma conquista alcançada mediante esforços gigantescos visando a construção de uma sociedade mais autônoma em relação ao Estado, o qual passou a ter suas atividades mais limitadas e mais controladas. Por essa razão, os Direitos Humanos são reconhecidos como uma construção histórica que tem por objetivo proteger os direitos e a dignidade dos cidadãos.

“Os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, em espaço de tempo recente, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e garantir melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla”. (ALMEIDA; BITTAR, 2010 p. 11).

Este cenário levou a sociedade a se engajar na luta pelos direitos da criança e do adolescente, e, à medida que este pleito foi ganhando força, os resultados apareceram. Assim, em 1989, foi adotada pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), a Convenção referente aos Direitos da Criança,

documento que se destacou como sendo o tratado internacional de garantia e proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Todavia, somente em 1990 o documento foi oficializado como uma lei internacional, que consolidou o preceito da proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecendo, assim, o princípio da dignidade da pessoa humana.

“A criança e o adolescente passaram a ser vistos como sujeitos titulares de direitos fundamentais e que precisam de proteção especial e com prioridade, diante de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A Convenção de 1989 estabeleceu uma relação com os direitos que pretendia salvaguardar, dentre eles: direito à vida (art. 6.º), direito ao nome, à nacionalidade e a conhecer aos seus pais e a ser cuidada por eles (art. 7.º), direito à identidade (art. 8.º), proteção ante a separação dos pais (art. 9.º), à liberdade de expressão (art. 13), pensamento, consciência e crença (art. 14); proteção contra exploração e abuso sexual (art. 19)” (PIOVESAN, 2015, p.18).

Estes avanços se fortaleceram no Brasil com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, que estabeleceu o princípio integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, em Julho de 1990. Este documento determinou que as crianças e os adolescentes passassem a gozar plenamente de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

“Em 13 de julho desse ano (2022), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 32 anos de existência e já passou por algumas revisões durante sua ‘vida’ para que fosse cada vez mais eficaz na proteção integral à criança e ao adolescente em nosso país, uma vez que ele é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos deles. Dentre muitos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,. Assim, o ECA garante a todos aqueles que estão debaixo de sua proteção, em seu Art. 3º o ECA explicita que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BLOG INSTITUTO LIVRES, 2022).

Os avanços alcançados pelo ECA nestes 33 anos de sua promulgação são inegáveis, todavia, ainda são evidentes as dificuldades e problemas encontrados para se consolidar sua aplicação prática, principalmente num país com as dimensões territoriais do Brasil, o que torna ainda mais difícil a implantação de políticas públicas eficazes no atendimento de crianças e adolescentes.

“Ainda temos zonas no país em que o Estado está ausente. Temos dificuldade de acesso a diversos locais, como na

Amazônia, onde o único modo de se chegar a algumas localidades é por barco, e isso após sete dias de viagem. Além disso, verifica-se que falta acesso à informação e internet, que não chega para todas as crianças e adolescentes, gerando exclusão. Esse tipo de desigualdade explica por que a evasão dos adolescentes no ensino médio ainda é tão alta: a previsão, segundo especialistas, é de que o Brasil só chegue a ter 33% da população no ensino superior no ano de 2041” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2022).

Assim, propor algumas reflexões sobre os direitos da criança e do adolescente, sua abrangência, suas conquistas e os desafios para sua aplicação prática é o que este artigo busca retratar.

A CRIAÇÃO DO ECA, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com o fim da ditadura militar, e após uma luta intensa da população que se mobilizou em todos os níveis, foi promulgada a Constituição, em 1988, fruto de reivindicações da sociedade, todavia, constatou-se que algumas leis estabelecidas precisavam ser regulamentadas, dentre as quais a que consta no artigo 227. Tal fato tem profunda relevância histórica, uma vez que as organizações voltadas à infância se mobilizaram buscando envolver toda a sociedade em torno do tema: “Emenda da Criança, Prioridade Nacional”. Essa mobilização atingiu seu ápice quando crianças e adolescentes se dirigiram ao Congresso Nacional para entregar um documento que continha mais de um milhão de assinaturas coletadas, o que fez com que os legisladores constituintes aprovassem o artigo 227.

Após este momento histórico, houve a necessidade de se regulamentar o artigo 227, o qual garantia às crianças e aos adolescentes direitos fundamentais para sua sobrevivência, desenvolvimento pessoal, social, integridade física, psicológica e moral, assegurando, também, proteção de forma especial, ou seja, por meio de dispositivos legais direcionados a combater a negligência, maus-tratos, violência, crueldade opressão e exploração. A matéria e o enfoque desse artigo remetiam à Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, e foi dentro desse contexto que foi criado o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente.

“O Estatuto é resultado da articulação e da participação dos movimentos sociais e contemplou o que havia de mais avançado na normativa internacional em relação aos direitos da população infante-juvenil. Especialistas apontam que o Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto de uma construção coletiva, do depósito de expectativas de transformação que redundaram em realidades normativas dotadas, por esta razão, de grande legitimidade” (PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, 2021).

Antes da consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, havia uma legislação que objetivava defender esse público, era o “Código de Menores” promulgado em 1927, designado à população menor de 18 anos. Este documento ficou conhecido ao longo do tempo como “Código Mello Matos”, possuindo um inquestionável caráter assistencialista e controlador, vindo a se tornar, na verdade, um mecanismo de intervenção sobre a população menos favorecida. O Código de Menores, promulgado em 1927, só veio a ser revisado em 1979, porém não obteve êxito em romper com o sentido arbitrário, assistencialista e repressor para com o público infanto-juvenil. A atualização não abrangia a totalidade de crianças e adolescentes, mas apenas os que eram reconhecidos como estando em “situação irregular”. Além disso, o Código era praticado com grande discriminação, havendo distinção entre “criança” e “menor”, em que se considerava “criança” o que era filho ou filha proveniente de família abastada, enquanto que o filho de família pobre era chamado de “menor”.

Foi nesse contexto que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, em Julho de 1.990, que estabeleceu a proteção integral das crianças (pessoa até 12 anos de idade incompletos), e dos adolescentes (pessoas entre 12 e 18 anos de idade). É importante ressaltar que o ECA passou a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e procedeu a criação de importantes instituições como o Conselho Tutelar, responsável por cuidar da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os Conselhos de Direitos da Criança. Essas duas instituições atuam na esfera federal, estadual e municipal, e sua principal atribuição é formular políticas públicas eficientes para crianças e adolescentes. Apesar das evidentes dificuldades para sua implementação em todo o território nacional, o ECA é reconhecido como um dos melhores do mundo, tratando-se de uma das leis mais evoluídas sobre proteção de crianças e adolescentes. Sua importância se deve ao reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, vivendo etapas e experiências intensas de desenvolvimento psicológico, físico, social e moral, merecedores de receber proteção integral e prioritária em seus anseios e necessidades.

ASPECTOS IMPORTANTES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Por muito tempo a criança e o adolescente não eram considerados como sujeitos de direitos perante a legislação e ordenação jurídica brasileira, as normas que regulamentavam situações envolvendo crianças e adolescentes eram utilizadas

exclusivamente para tratar de algum ato infracional que eles cometiam, porém, não havia nenhum direito lhes garantindo proteção ampla e integral. Assim, a Constituição de 1.988, fundamentada na Declaração dos Direitos Humanos, determinou que a criança e o adolescente fossem reconhecidos como sujeitos de direitos, ou seja, serão tratados como cidadãos, com total acesso aos seus direitos e deveres.

“Direitos humanos são tudo o que um ser humano deve ter ou ser capaz de fazer para sobreviver, prosperar e alcançar todo o seu potencial. Todos os direitos são igualmente importantes e estão conectados entre si. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece os direitos humanos como um pré-requisito para a paz, a justiça e a democracia. Os direitos humanos são universais, isto é, todos os 7,6 bilhões de seres humanos que vivem na Terra nasceram com esses direitos, e ninguém pode tirá-los deles. As crianças e os adolescentes têm todos os direitos humanos, não porque são o futuro, mas porque são seres humanos, hoje” (UNICEF, 2022).

Nesse sentido, os direitos da criança e do adolescente foram estabelecidos, todavia, compete à sociedade fazer uso deles, tornando-os conhecidos e respeitados. Dessa forma, com base nas disposições legais aprovadas na Constituição de 1.988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069 de 1990), é possível fazer um resumo dos direitos conquistados:

- Proteção à maternidade, à infância e à adolescência como direito social, que viabilize o seu nascimento e um desenvolvimento sadio com condições dignas de existência.
- Amparo às crianças e adolescentes "carentes" perante a assistência social.
- Acesso universal e gratuito à educação básica (educação infantil ao ensino médio), desde o seu nascimento.
- Vida, saúde, alimentação saudável, educação, lazer, profissionalização (para os maiores de 14 anos), cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária.
- Vedação de sofrer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e ainda, ao tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- Assistência integral à saúde.
- Acolhimento de crianças e adolescentes que estiverem em situação de risco, abandono, ou outras situações que atentem aos seus direitos.
- Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

- Desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- O direito à liberdade compreende: ir e vir, opinião e expressão, crença e culto religioso, brincar e praticar esportes, participar da vida familiar e comunitária, participar da vida política, buscar refúgio, auxílio e orientação.
- Inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral.
- Educação sem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- Igualdade de direitos em relação aos seus irmãos adotivos, consanguíneos, socioafetivos.

Estes direitos, em sua totalidade, são constitucionais e assegurados pelas leis brasileiras, tornando-se necessário que toda a sociedade tome conhecimento para apoiar, aconselhar, dar suporte e, se necessário, auxiliar estes indivíduos que são vulneráveis e muitas vezes não fazem valer estes seus direitos. Neste sentido, a responsabilidade dos educadores acaba sendo maior ainda, pois cada comportamento que a sociedade passa a adotar, resultado da sua evolução e liberdade, acarretará em direitos legítimos que precisam ser defendidos, e os educadores se tornam instrumentos para coibir o caráter repressivo que ainda existe em uma parte significativa da sociedade.

“Importante constatar que diante dos direitos que as crianças e os adolescentes são sujeitos, estão amplamente resguardados a sua liberdade de identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero, entre outras interseccionalidades das quais observamos, com recorrência, infelizmente, que os seus genitores, familiares e responsáveis, visam impedir, mitigar e obstaculizar” (SASSO ADVOCACIA, 2021).

DIFICULDADES PARA O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tornou-se um verdadeiro marco na história dos direitos humanos no Brasil, desde 1990, ano de sua proclamação, passou a garantir que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de garantir a preservação de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Todavia, após décadas de avanço contínuo, o estatuto

agora enfrenta novos desafios, e, segundo alguns especialistas, até mesmo retrocessos, pois as mudanças significativas trazidas pelo ECA, especialmente nos aspectos sociais e educacionais, passam a enfrentar desafios e alguma resistência.

Estes desafios surgem em decorrência de aspectos sociais, financeiros, religiosos e culturais que se tornam repressores em todo o território nacional, especialmente em regiões mais distantes e menos assistidas. Entretanto, cabe listar alguns dos maiores desafios que o Estatuto da Criança e do Adolescente enfrenta nos dias atuais, segundo a interpretação de especialistas no tema, conforme apontado pela Revista Crescer:

Creches – Já em 2016, apenas 22,53% das crianças brasileiras entre 0 e 3 anos estavam matriculadas em creches segundo o relatório 'Desafios na Infância e na Adolescência no Brasil', produzido pela Fundação Abrinq. Um dos maiores desafios do país na área da educação será aumentar o acesso a essas instituições, chegando ao atendimento de metade das crianças dessa faixa etária até 2024, meta do Plano Nacional da Educação.

Combate à pobreza – O Eca garante o desenvolvimento da criança em um ambiente saudável. Porém, segundo dados do IBGE de 2016, 8,2 milhões de jovens entre 0 e 14 anos se encontram em situação de pobreza extrema e 20,4 milhões de crianças dessa faixa etária enfrentam pobreza domiciliar.

Expansão dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – De acordo com o ECA, todas as cidades do Brasil deveriam contar com conselhos para discutir políticas públicas focadas em crianças e adolescentes. Porém, de acordo com dados do IBGE de 2016, 321 municípios ainda não possuíam Conselhos.

Cultura e lazer – O acesso à cultura e lazer são direitos fundamentais garantidos pelo ECA a todas as crianças e adolescentes. Mas, segundo dados divulgados pelo Ministério da Cultura em 2016, apenas 24,8% dos municípios brasileiros possuíam um centro cultural.

Trabalho infantil - A meta do país é erradicar o trabalho infantil até 2025, porém especialistas afirmam que ela provavelmente não será cumprida. Em 2017, 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam ilegalmente empregadas, segundo o IBGE.

Equipagem dos conselhos tutelares - Os conselhos tutelares são outra ferramenta criada pelo ECA para que a sociedade colabore na garantia do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Segundo a lei, todo município deveria contar com um, mas dados do Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares de 2017 mostram que apenas 95% deles possui conselho tutelar. O maior desafio em relação aos conselhos ainda é a falta de equipamento. O Cadastro mostrou que na época em que foi realizado: 41% dos Conselhos Tutelares não tinham sedes exclusivas, 44% não possuíam veículo motorizado próprio, 25% não tinham telefone próprio e 37% não tinham celular de plantão, o que torna extremamente difícil o trabalho dos conselheiros.

Redução da gravidez da adolescência - Segundo relatório do Ministério da Saúde, 19,3% das crianças nascidas vivas em 2016 no Brasil são filhos de mulheres de 19 anos ou menos.

Redução no número de cesáreas – Desde 1985, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a taxa ideal de cesáreas para um país está entre

10% e 15% dos partos. O Brasil está bem longe disso. Segundo levantamento da Organização, atualmente no país 53,7% dos nascimentos acontecem mediante dessa cirurgia. **Aleitamento materno** - A Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e complementar até os dois anos ou mais. O ECA garante o direito de amamentar às mães lactantes, mas no Brasil, 33,21% dos menores de dois anos não foram amamentados, de acordo com dados de 2017 do Ministério da Saúde. **Redução da taxa de mortalidade materna** - Um recente relatório da UNICEF apontou a redução da mortalidade materna como um dos principais desafios do ECA para os próximos anos. O Brasil ainda está longe de alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que estabeleceu o número de mortes de mulheres diretamente ligadas à gravidez para no máximo 35 por 100 mil nascidos vivos. No Brasil, esse indicador é de 61,5 por 100 mil nascidos vivos, segundo estimativas de 2017". (REVISTA CRESCER. 2020).

Todos estes elementos listados são apenas uma pequena parte dos direitos e conquistas estabelecidos pelo ECA, mas que ainda estão muito longe de obter uma consolidação efetivamente prática.

A ESCOLA E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

É bastante comum que os educadores, durante sua jornada de trabalho nos estabelecimentos de ensino, consigam observar um número considerável de violências e desrespeitos praticados contra crianças e adolescentes, indivíduos reconhecidamente vulneráveis e que se encontram em plena formação de sua condição psíquicas moral e física, necessitando, portanto, de acompanhamento constante e orientação, além de uma educação de qualidade. A promulgação do ECA (Lei 8.006/90), representou uma grande conquista para os movimentos sociais que pleiteavam a defesa dos direitos da infância e adolescência. Tais entidades buscavam reduzir consideravelmente o quadro de violência e desigualdade existentes, concedendo a eles a condição de sujeitos de direitos, justamente por reconhecer que se trata de pessoas em fase de formação de sua personalidade, de sua integridade física e emocional e que estas características são fundamentais para o seu desenvolvimento individual. Cabe ressaltar que essa conquista de direitos não significa que não haja responsabilidades, uma vez que o estatuto não oferece somente direitos às crianças e aos adolescentes, mas também aponta suas responsabilidades e deveres.

Dessa forma, o ECA se torna um componente importantíssimo de auxílio ao trabalho dos profissionais da educação em sua atuação pedagógica, além de ser um instrumento que oferece garantia de aplicação de políticas públicas tão necessárias

para a infância e para a juventude, especialmente as que estejam vulneráveis ou em situação de risco.

“Ao contrário dos dizeres populares alardeados pela mídia e especuladores, o ECA não se apresenta como uma ameaça à autoridade do sistema educacional, e sim, como um contentor das negligências promovidas contra crianças e adolescentes. A garantia de prioridade compreende direitos fundamentais como educação e saúde, cultura, esporte e lazer, enfim, políticas públicas para a proteção à infância e a juventude. A escola, além de instruir e educar, deve assumir junto com a sua comunidade a função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes correspondendo aos artigos 227 da Constituição Federal de 1988, regulamentada no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que normatizou a Proteção Integral como responsabilidade de todos, bem como a Lei nº 9.394/96, em seu artigo 32, § 5º que trata da inserção dos conteúdos no Ensino Fundamental dos direitos de crianças e adolescentes, instituído pela Lei Federal 11.525 de 2007” (EDUCADORES DIA-A-DIA, 2021).

Portanto, a escola deve sempre priorizar ações que abordem a educação em direitos humanos, propondo um trabalho coletivo que estimule e garanta da participação dos diferentes componentes do ambiente escolar, tais ações certamente contribuirão para o desenvolvimento da cidadania, um dos principais objetivos da educação. Dessa forma, a escola precisa estar focada em cumprir as determinações do Artigo 53 do ECA, que estabelece que a criança e o adolescente tem direito à educação, com vistas ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, para que sejam preparados para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes as seguintes premissas:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Direito de ser respeitado por seus educadores;
- Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A gestão escolar deve estar determinada a colocar em prática todas estas disposições de forma efetiva, e necessita ter pleno conhecimento das obrigações constantes no Artigo 56 do ECA:

“Cabe aos gestores escolares comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo os seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, os elevados níveis de repetência, após esgotados os recursos escolares de solução pedagógica dos casos em questão. A não comunicação implica em infração administrativa prevista no artigo 245 do ECA. Os pais e responsáveis, em relação ao filho em idade escolar, devem ter o direito de ter ciência do processo pedagógico, participar da definição das propostas educacionais e providenciar a matrícula dos filhos na escola. O não cumprimento acarretará sanções de natureza civil e penal” (EDUCADORES DIA-A-DIA, 2021).

Como todos estes direitos envolvem a participação de diferentes organizações, o ECA orientou a criação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Esse sistema foi institucionalizado e legalizado com a Resolução 113 de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

“A ideia do sistema é garantir a articulação intersetorial, que envolva diferentes instâncias públicas governamentais e sociedade civil no sentido de, como diz o seu art. 2º, promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes. Assim, assistência social, secretarias de educação, órgãos de saúde, defensorias e conselhos tutelares são alguns dos organismos que devem trabalhar juntos em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes. Campanhas de vacinação, por exemplo, que são realizadas pelo sistema de saúde, podem fazer uso da escola como espaço para disseminar informação e chegar até a população. A merenda escolar também é um importante fator (quando não o único) na garantia da segurança alimentar dos estudantes” (BLOG CENPEC, 2020).

Neste cenário, a importância da escola se consolida, uma vez que ela é o único aparelho do Estado disponível em muitas localidades do país, e, dessa forma, acaba assumindo o papel de outras redes, e essa tem sido uma situação que exige a máxima atenção, visto que o objetivo do sistema de garantia de direitos é, essencialmente, providenciar a articulação entre as diferentes áreas, e não o direcionamento para uma entidade somente, sobrecarregando a escola, por exemplo. Dessa forma, num contexto em que muitos alunos precisam trabalhar para ajudar suas famílias na composição da renda familiar, o aluno sempre argumenta que não conseguiu fazer um trabalho ou mesmo estudar para uma prova porque não teve tempo. É função do ECA resguardar o direito deste adolescente em exercer uma carga horária bem específica, e assegurar os direitos de intervalo de estudo, na condição de menor aprendiz. Todavia, muitos estudantes não sabem disso, e muitos nem trabalham sob a condição de menor aprendiz.

Para atuar em casos como este, a escola necessita contar amplamente com o apoio fundamental do Conselho Tutelar. Muitas escolas tem adotado o critério de, constatando que determinado aluno atingiu cinco faltas alternadas ou três consecutivas, por exemplo, o aluno será chamado para explicar o motivo das faltas ou até mesmo de possíveis atrasos. Caso ele alegue que o problema é de ordem familiar ou de trabalho, será elaborado um relatório dirigido ao Conselho Tutelar, para que este venha até à escola para trabalhar em conjunto com este aluno e com sua família. Essa parceria é extremamente importante para lidar com qualquer tipo de violação pelas quais as crianças e adolescentes possam estar passando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste artigo foi o de promover algumas reflexões sobre a importância de se conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente num momento em que o ECA completa 33 anos de sua promulgação, o que torna importante conhecer sua história de lutas e demandas sociais que culminaram nessa conquista que a sociedade brasileira tanto se esforçou para alcançar. Neste sentido, os aspectos históricos que ganharam força com a promulgação da Declaração dos Direitos Humanos, motivaram diversos segmentos da sociedade brasileira a empreender esforços na busca da liberdade democrática. Assim, Com o término da ditadura militar, aconteceu a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, e a população idealizou vários projetos, dentre os quais um que visava oferecer à criança e ao adolescente, mecanismos de proteção e de direitos que coibissem a exploração e violação de direitos fundamentais aos quais eles eram submetidos. Assim, com uma mobilização gigantesca da população, o Congresso Nacional legalizou o direito das crianças e dos adolescentes se tornarem sujeitos de direitos, e, dessa forma, passando a desfrutar dos direitos e responsabilidades inerentes à pessoa humana.

Dessa forma, por meio da instituição do ECA, as crianças e adolescentes passaram a ter os seus direitos à vida, saúde, alimentação saudável, educação e lazer, entre tantos outros plenamente reconhecidos. Entretanto, considerando as dimensões territoriais do país, e seus aspectos econômicos e sociais tão diferentes e tão desiguais em cada região do país, os desafios encontrados para viabilizar e efetivar estes direitos são imensos. Eliminar a violência física e psíquica, e a exploração profissional e sexual, promovendo uma alimentação adequada no mínimo três vezes ao dia, com total

acesso à saúde, à educação de qualidade e ao lazer, são condições que, em muitíssimos recantos do país, não são encontradas.

No contexto educacional, o ECA defende premissas fundamentais como a igualdade de condições, tanto para ingressar quanto para se manter na escola, ser respeitado por seus professores, contestar os critérios de suas avaliações, incluindo o direito de recorrer a instâncias superiores caso discorde dos critérios adotados nessas avaliações, além de poder se organizar e participar de entidades estudantis. A cooperação de entidades sociais como os Conselhos Tutelares, tende a reduzir a sobrecarga de providências e deliberações a serem tomadas pela escola, a qual deve se empenhar em cuidar do desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes, mobilizando suas equipes para estarem muito atentas à manifestação de qualquer tipo de abuso, desrespeito ou violência sofridos pelos seus alunos nessa etapa de tantas aprendizagens e tantas descobertas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme A de; BITTAR, Eduardo Carlos. **Mini-Código de Direitos Humanos. Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP)**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2010.

BLOG CENPEC. **O papel da escola na rede de proteção de crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/o-papel-da-escola-na-rede-de-protecao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 27 ago 2023.

BLOG INSTITUTO LIVRES, **Direitos Fundamentais garantidos pelo ECA**. Disponível em: <https://institutolivres.org.br/direitos-fundamentais-garantidos-pelo-eca/> Acesso em 30/06/2022.

EDUCADORES DIA-A-DIA. **Eca na Escola, Agentes de Apoio I e II**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/agentes_eca_anexo1.pdf. Acesso em 29 ago 2023.

MPPR (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ). **Aos 32 anos, ECA enfrenta desafios para sua efetiva implementação**. Disponível em: <https://mppr.mp.br/2020/07/22769,10/Aos-30-anos-ECA-enfrenta-desafios-para-sua-efetiva-implementacao.html>. Acesso em 27 ago 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA. **Construção histórica do estatuto.** Disponível em <https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/coordenadoria-estadual-da-infancia-e-da-juventude/campanhas/eca-30-anos/construcao-historica-do-estatuto>. Acesso em 01 set 2023.

REVISTA CRESCER, **Dez desafios para implantação do ECA.** Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2015/07/25-anos-do-eca-dez-desafios.html>. Acesso em 27 ago 2023.

SASSO ADVOCACIA, **Quais são os direitos da criança e do adolescente?** Disponível em: <https://www.sassoadvocacia.com.br/blog2.php?item=223>. Acesso em 27 ago 2023.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), **Os direitos das crianças e adolescentes.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes>. Acesso em 30 ago 2023.



A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

Mislaine Fernandes Florentino

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é a conquista de habilidades em codificar a linguagem oral em escrita e de decodificar a linguagem escrita em linguagem oral, ler. Um processo abrangente e permanente que pode se estender por toda a vida, que não se finaliza na aquisição do aprendizado da leitura e da escrita.

Segundo Magda Soares (2002), o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar a aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever, pedagogicamente confere um significado abrangente ao processo seria negar a especificidade dele, com reflexos não desejáveis na caracterização de sua natureza.

O Brasil é um país que vem reincidindo no fracasso em alfabetização, arrisca-se comentar que neste início do século XXI, o problema permanece, a diferença é que hoje os alunos não rompem às barreiras do primeiro ciclo, que substituiu a primeira serie como etapa da alfabetização, no caso de sistemas que optaram pela progressão continuada, passam ao ciclo seguinte ainda não alfabetizados.

Neste cenário, ensinar a ler e escrever envolve vários desafios para escola, inserir o aluno em uma sociedade letrada, é transforma-lo de um simples ouvinte da leitura para um leitor e escritor competente. Um dos desafios é incorpora-los na cultura letrada, visto que no Brasil ainda existem muitas barreiras e resistência à prática leitora. Pressupõe que ler é chato, que ler dá sono e que é uma perda de tempo. Quebrar alguns paradigmas já enraizados na cultura brasileira é uma das metas da escola e fundamental para fazer com que não apenas os alunos apreciem a leitura, mas como também as suas famílias sejam incorporadas no mundo letrado.

No capítulo I será abordado à alfabetização no Brasil um pouco da história da educação no país até os dias atuais, ainda no capítulo I será contextualizado um pouco sobre a leitura, sua importância no processo de alfabetização.

No capítulo II trataremos sobre como as crianças adquirem o hábito da leitura, e qual é o papel da escola e da família nesse processo.

No capítulo III serão apresentadas algumas estratégias de leitura, segundo autores, para os anos iniciais do ensino fundamental.

A presente monografia tem por objetivo; compreender como se dá a ação de leitura na alfabetização, entender os desafios dos professores dentro de seu ambiente de trabalho. Analisar de que forma a leitura, pode colaborar para a metodologia de alfabetização, definir estratégias possíveis que possam favorecer um ambiente leitor nos anos iniciais do ensino fundamental.

A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

O Brasil foi marcado na década de 40 do século XX, pela democratização da educação onde a escola passou a receber um número de alunos muito mais numeroso e heterogêneo. Nessa época o Brasil teve um dos maiores números de repetência segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação, de cada mil crianças que ingressaram na primeira série, em 1963, apenas 449 passaram para segunda série, em 1974, depois de 10 anos, de cada mil crianças que ingressaram na primeira série, apenas 438 chegaram a segunda série em 1975.

Até os anos 80 do século XX, quando a organização por ciclos começou a ser introduzida no Brasil, a primeira série correspondia a série de alfabetização e, portanto somente o aluno considerado “alfabetizado”, era promovido a segunda série.

O Brasil é um país que vem reiterando no fracasso em alfabetização, arrisca-se dizer que neste início do século XXI, o problema permanece, a diferença é apenas que, hoje os alunos não rompem a barreira do primeiro ciclo, que substituiu a primeira série de sistemas que optaram pela progressão continuada, os alunos acabam passando ao ciclo seguinte sem ser alfabetizados.

Múltiplos são os aspectos citados como causadores desse fracasso escolar em alfabetização, entre eles a metodologia, o material didático, o preparo do profissional de educação, a saúde física e mental do aluno e o meio cultural onde ele vive.

A alfabetização é um procedimento complexo e de uma multiplicidade de perspectivas, resultante da colaboração de diferentes áreas de informação, e de uma diversidade de concepções, exigida pela natureza do fenômeno, que envolve atores; professores e alunos, e seus contextos culturais, os métodos, materiais e meios.

Desde a constituição de 1988, que o Brasil vem investindo em programas que tem o objetivo de erradicar o analfabetismo no país. Como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa PNAIC, um programa que envolve todas as secretarias

de educação estaduais e municipais, onde os professores têm uma formação profissional nas áreas de língua portuguesa e matemática, com foco na alfabetização, e com o objetivo de que os alunos estejam alfabetizados até o 3º ano do ensino fundamental.

São aplicadas anualmente avaliações diagnósticas, (provinha Brasil) para medir a evolução dos alunos e saber qual foi o aproveitamento do programa, existem também monitoramento e gestão do programa em colaboração com os estados e municípios.

Apesar dos esforços as últimas notícias de dados dos exames aplicados pelo Governo reproduzem a opinião de pais, professores, estudiosos acerca da realidade encontrada. Os resultados destes exames, como SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e Prova Brasil, são aplicados aos alunos de várias séries ou ciclos têm como resultado os menos animadores indicativos: que a Educação brasileira não vai bem.

O Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina e do Caribe, está no grupo "intermediário", entre aqueles classificados como "longe de atingir as metas" e "perto de atingir as metas". A lista é feita a partir do cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação para Todos (IDE), que varia de 0 a 1. Apesar de deficiências no ensino, o relatório diz que o Brasil deve cumprir o acordo até 2015. Confira o ranking.

1. Cuba 0,981
 2. Uruguai 0,963
 3. Argentina / México 0,956
 4. Panamá 0,941
 5. Paraguai 0,935
 6. Venezuela 0,934
 7. Peru 0,931
 8. Equador 0,919
 9. Bolívia 0,915
 10. Colômbia 0,905
 11. Brasil 0,901
 12. Honduras 0,887
 13. El Salvador 0,867
 14. República Dominicana 0,824
 15. Guatamela 0,819
 16. Nicarágua 0,799
- (Movimento Social)5.

O Plano Decenal de Educação, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-los aos ideais democráticos e à busca da melhoria do ensino nas escolas brasileiras. (PCN, 1998, p. 14).

Para alcançar que a Educação brasileira atinja, um dia, um grau de primazia, é necessário pensar na infraestrutura do ensino como um todo, sendo a alfabetização um dos pilares principais a serem reforçados. Cagliari manifesta essa preocupação dizendo que:

(...) o país precisa de professores mais bem formados, mais bem pagos, de escolas mais bem construídas e de currículos escolares mais inteligentes e mais modernos. O país precisa de escolas com facilidades exigidas pela vida moderna, pelas tecnologias de nossos dias, para que elas possam desenvolver um programa adequado e moderno de educação. A história das pessoas e da sociedade mudou muito nos últimos anos, porém, infelizmente, vemos nossas escolas se apegando a coisas do século passado, que não têm mais lugar nos dias de hoje. (GAGLIARI, 2005, p.2).

A LEITURA

A leitura constituindo um fator de desenvolvimento social, na função ler, torna-se uma habilidade indispensável ao desenvolvimento da aprendizagem integral do ser humano. Ler conjectura estar competente a atuar no meio social, compreender e fazer-se compreendido na sociedade letrada.

Aproximar-se desse assunto é algo bastante conveniente, visto que a leitura é fundamental na vida das pessoas, pois através dela advimos a conhecer outras realidades, outros pensamentos e tipos de cultura. Por meio da leitura é que designamos outros pensamentos, ou seja, restauramos e produzimos algo a partir de outras ideias (autor e leitor).

A leitura é uma atividade concretizada desde os primeiros anos de vida. Ao nascer, já se está condicionado à leitura de mundo. Aprendemos a falar e a comunicarmos oralmente de forma espontânea. Através das interações sociais, obtemos a necessidade de interagir se comunicar e de se relacionar com o mundo. Para isso, utilizam-se diversos meios, como: gestos, sons, olhares e a fala. Já as competências de ler e escrever são adquiridas mais tarde.

Sendo a leitura uma das primeiras formas de conhecimento para o homem, Freire (2001, p. 71) diz que: “A partir de muito pequenos, aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos ‘lendo’, bem ou mal, o mundo que nos cerca.” Neste sentido, o autor mostra que a leitura não se inicia no ato de decifração de escrita, mas a leitura de mundo. Na qual o leitor, a faz a todo o momento e com isso relaciona-se e posteriormente, tem o entendimento do texto.

Referente a esses conhecimentos já adquiridos ao longo da vida, Kleiman (2002,) mostra que:

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que já conhece e o conhecimento adquirido ao longo da sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, à leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (KLEIMAN, 2002, p.13).

Com isso, manifesta-se a necessidade de analisar a ativação da informação prévia, visto que, torna-se primordial o entendimento da leitura e através deste conhecimento, o aluno é capaz de realizar as inferências entre o que já se conhece e o que acabou de ler, fazendo deste conhecimento um divertimento, algo agradável.

Contudo, ao chegar à escola, essa compreensão de leitura é modificada por diversos fatores, tornando-se menos prazerosa e mais mecânica.

Segundo Martins 1994:

Muitos educadores não conseguiram superar a prática formalista e mecânica, enquanto para a maioria dos educandos aprender a ler se resume à decoreba de signos linguísticos, por mais que se doure a pílula com métodos sofisticados e supostamente desalienantes. Prevalece à pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem se colocar o porquê, como e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade. (MARTINS, 1994, p. 23).

A leitura na escolar muitas vezes difere da leitura na prática social, na escola é feita em voz alta valorizando a mecânica e aplicando uma função de avaliar o aluno. Sendo que na prática social a leitura geralmente é feita de forma silenciosa.

A versão escolar da leitura não deve se afastar da versão social não escolar, caberia ao docente elaborar seu plano de aula voltado a atingir os objetivos propostos para o ensino da leitura de conhecimentos socialmente produzidos e assim; aproximar a prática leitora da escola com a prática leitora social.

Essa ação essencial, cheia de significação não necessitaria ser apenas uma mera atividade escolar mecânica. Porque, a leitura permite a conquista da autonomia através de seus significados, como também expande novos horizontes. Ela deve ser sim, fonte de alegria, de experiências e deve acompanhar-nos no transcurso da vida, não apenas na vida escolar.

É de conhecimento de todos que a leitura desenvolve um novo olhar nos alunos, traz informação e permite que adquiram uma posição crítica diante da existência de cada ser. Porquanto, o aluno só alcançará a importância da leitura se criar o gosto e sentir o prazer em ler, visto que a leitura é a reprodução de uma cultura, sendo de fundamental importância no desenvolvimento intelectual da criança.

Além de que, a leitura possui uma gama de sentidos e interpretações. Desta maneira, não se pode esperar que a partir de uma leitura, todos os leitores aproximem-se ao mesmo entendimento, como se existisse uma única verdade possível para ser decifrada, visto que, a compreensão do ato depende do tipo de leitura que se faz e do tipo de leitor que lê.

Assim sendo, as vivências de cada pessoa influenciam na sua interpretação, podendo surgir novas informações, novos desafios, novas interpretações. Segundo, Nacarato e Lopes (2005. p.158) “o indivíduo ao ler, interpreta e compreende de acordo com sua história de vida, seus conhecimentos e suas emoções”.

A leitura é um fator fundamental na alfabetização dos alunos, como um instrumento educacional é eficaz na construção de um enorme volume de informação, de mundo e do aluno consigo mesmo.

Pode-se considerar como uma base na metodologia de alfabetização e, por conseguinte a formação da cidadania. “Ler é estimulante” (Silva, 2009).

Como seria a comunicação humana sem a leitura? Com toda certeza impossível, pois desde a era pré-histórica o ser humano se comunica através de símbolos “desenhos” que já eram possíveis de serem decifrados e assim surge a ação de ler.

Ao pensar na alfabetização não se deve esquecer-se do letramento, pois letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever, dentro de um contexto social da vida do aluno onde ele seja habilitado não apenas de decifrar o código escrito, mas como também, ser habilitado a empregar todas as informações em suas práticas sociais.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

É notório que a relevância da ação de ler, a qual se pode observar que é uma ação não linear, como uma metodologia consecutiva, pacífica e sem interpelações. Pelo contrário, é uma operação mental complexa marcada por questionamentos, porque envolve efetivamente a pessoa e suas emoções.

Ficando a leitura algo muito amplo em nossas vidas, ela transforma-se em um instrumento favorável a fim de que o aluno possa elaborar competências. No entanto é

preciso ser estimulada com os alunos que estão se dispondo para desenvolver seu papel em uma sociedade crítica.

Nesta perspectiva, a prática da leitura precisa ser fomentada desde cedo na criança, para formar futuros leitores, de modo que consigam estar bem esclarecidos no meio em que vivem.

A escola deve mobilizar-se em torno de projetos de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar. Mais do que a mobilização para aquisição e cuidado do acervo é essencial um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura.

É indispensável que a leitura seja concebida e proporcione um significado para o leitor. E os atores dos textos são: mãe, pai, escola e professor. É de total importância que leiam para os alunos, desta forma faz com que a leitura tenha vida, instigando a imaginação tal qual um ator interpretando o texto. Porque o que faz com que o texto tenha vida é a modo como ele é lido, a entonação das palavras e a pontuação coerente.

Além do que, é imperativo começar estimulando as crianças desde bem pequenas, logo na educação inicial. E é fundamental, fazer com que elas desejem entrar em outros mundos que a literatura oferece, posto que, na atualidade existe uma perspectiva mais participativa sobre leitura na qual permanece uma relação dialógica entre leitor/texto/autor motivada pelo contexto histórico social que os rodeiam.

Segundo Morais (1996, p. 201) “(...) aprendizagem da leitura é um produto cultural, baseado sem dúvida em capacidades naturais, mas pressionado por aquilo que as famílias e as instituições educacionais oferecem à criança”.

Para Silva (1991, p. 36) “quanto mais o ensino real da leitura for distorcido no âmbito da escola e da sociedade, tanto melhor para a reprodução das estruturas sociais injustas, existentes no país”.

É imprescindível salientar que a leitura precisa motivar o aluno, para entender o texto lido, para que, a partir desse ponto, ele seja capaz de elaborar hipótese e produzir novos textos.

Encontrar-se em contato com a Leitura é aprender um pouco de uma cultura e manifestar o desejo pela fantasia que a mesma proporciona. É de indispensável seriedade apresentar o valioso papel que a Leitura ocupa no desenvolvimento das crianças, até mesmo antes do processo de alfabetização.

A leitura permite “viajar” pelo universo da ludicidade e do pensamento literário, ainda possibilita o aprimoramento das diferentes linguagens, a comunicação, o aumento do vocabulário e o conhecimento de mundo.

A leitura de contos desperta a imaginação nas crianças e proporciona estímulos à linguagem oral, ampliando assim o vocabulário e adaptando as competências linguísticas, assimilando os métodos apresentados. Nesse caso é papel do educador promover esse contato. Igualmente é preciso que desde os primeiros contatos com a prática de leitura, esta seja realizada de forma contextualizada, ou seja, deve ter relações com o mundo vivencial do sujeito humano.

Como revela Freire (1992), antes mesmo de o aluno realizar a leitura dos vocábulos escritos é imperativo que este concretize a leitura de mundo.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1992, p. 11-12).

Dessa maneira, a ação de ler faz-se essencial ao indivíduo, pois o possibilita a inserção no meio social e o caracteriza como cidadão participante. Como um dos instrumentos essenciais para que a pessoa possa construir sua compreensão e exerça sua cidadania.

Essa leitura de mundo não é formal como as estabelecidas na instituição escolar, são leituras do seu contexto social e cultural, construídas na sua interação com a sociedade em que vivem, e à medida que a criança vai se desenvolvendo, ela busca outras formas para comunicar-se, através da linguagem, gestos, expressões.

O mesmo autor aponta que o sujeito em fase de alfabetização é o responsável pela criação do seu conhecimento, sendo que o educador exerce o trabalho de instigar o desenvolvimento de tais habilidades. No momento que chega à escola, ele traz consigo sua leitura de mundo, o que o torna capaz de delinear o que já conhece. O professor intervém neste momento orientando o aluno na trajetória da linguagem escrita, com diversos tipos de textos, que, por sua vez, vai de encontro com a configuração de representações oral.

Consequentemente é importante começar a inserir a criança neste mundo da leitura desde os primeiros anos do fundamental, de maneira em que se torne atrativo/agradável para a pessoa. Por meio de um recurso muito utilizado, e que na maioria das vezes fazem um grande efeito, é o de ensinar a ler e escrever por meio de histórias infantis; em quadrinhos.

Ao decorrer desse recurso, o professor fará com que este contato com a leitura, torne-se mais prazeroso e simples, e, por decorrência os educadores estariam

formando, além de crianças alfabetizadas, leitores assíduos, bons escritores e profissionais criativos.

Durante a metodologia de alfabetização a leitura possui um impacto bastante forte, pois é nesse período que a criança está encontrando o universo das letras, e nas séries iniciais deve-se nutrir essa boa prática, como, por exemplo, momentos dedicados apenas à leitura. Neste sentido, a família possui um papel fundamental neste processo, pois, a leitura está presente em todas as classes sociais.

Diante desta perspectiva uma ótima maneira para estimular as crianças em ler por prazer é incentivá-las, desde os primeiros anos, para ter contato com os livros, e esta prática deve ser iniciada, portanto, nos lares, dentro da família. Em aceitação com Meireles e Martins (1984, p. 123) espera-se que: “Se a criança desde cedo fosse posta em contato com obras-primas, é possível que sua formação se processasse de modo mais perfeito”.

“Esses primeiros contatos propiciam a descoberta do livro como um objeto especial, diferente dos outros brinquedos, mas também fonte de prazer” (MARTINS, 1984, p. 43). Entretanto, é de extrema importância que estes livros ou qualquer outro material escrito sejam de qualidade e atrativos para as crianças, precisam ser interessantes para elas.

Silva (2002, p. 75) entende a leitura a partir das considerações sociais que são localizadas na realidade brasileira: “Ler é um direito de todos e, ao mesmo tempo, um instrumento de combate à alienação e à ignorância”.

É de grande relevância que o professor propicie momentos de leitura, mais interessantes, promovendo a formação leitora do aluno para que esta possa potencializar no aluno um conjunto de capacidades, transformando-os em produtores de textos, e que tenham condição de inserir-se no seletivo grupo da população que tornam-se proficientes por dominarem as regras e as técnicas, gramaticais e norma culta, além de desenvolver o gosto de ler. O professor deverá ter cuidado de fazer dessas experiências de leitura algo que realmente seja prazeroso e satisfatório.

Percebe-se que a metodologia de alfabetização nem sempre é uma tarefa fácil, para aprimorar no que se refere o encantamento e o gosto pela leitura, por tratar-se de uma metodologia constante que requer informações específicas e estratégias que levem a romper um círculo vicioso na concepção dos alunos: pouca motivação, poucas cobranças e baixo aproveitamento no campo da leitura e da produção textual.

Segundo Martins:

Também é sabido que nenhuma metodologia de alfabetização, avançada ou não, leva por si só à existência de leitores efetivos.

Uma vez alfabetizada, a maioria das pessoas se limita à leitura com fins eminentemente pragmáticos, mesmo suspeitando que ler significa inteirar-se do mundo, sendo também uma forma de conquistar autonomia, de ler pelos olhos de outrem. (MARTINS, 1994, p.23).

Além disso, nos dias atuais onde as pessoas estão em contato com múltiplos tipos de textos todos os dias, sejam revistas, bilhetes, avisos, anúncios em jornais, emails, quadrinhos, manuais, ou mesmo, obras literárias. A sociedade moderna faz isto a todo o instante. Por conseguinte, a leitura é analisada no uso social, uma vez que os textos, nesse ambiente, servem para informar e para distrair.

Faz-se imprescindível, que seja estimulada esta habilidade bem cedo, começando com a família, em seguida na escola onde os professores continuarão a desenvolver estratégias adequadas ao nível etário dos seus alunos, em sala de aula, com o objetivo de criar mecanismos para que a necessidade de ler prevaleça e o prazer pela leitura se instale.

Ademais considero ser imprescindível que os professores, nas suas práticas em sala de aula, possam transmitir esse conhecimento de forma mais significativa possível ao seu aluno, com a participação da família.

[...] o professor, ao demonstrar-se leitor para os alunos, transforma-se em modelo de leitor para eles, em alguém que, por demonstrar prazer e entusiasmo pela leitura, motiva o aluno a ler, a vivenciar aquilo que é constitutivo da sua formação subjetiva e profissional (LEITE, 2003, p. 149).

Neste caminho, compete à escola e ao educador cuidar da formação do leitor, para não ignorar toda a história anterior dos sujeitos envolvidos, mas ponderar a leitura como uma reflexão crítica, de reestruturação. Por consequência será possível possibilitar o desenvolvimento da prática significativa da leitura nas crianças, pois, a leitura é um dos objetivos essenciais da atividade pedagógica, a qual possibilita que a criança entre em contato com diversas informações e conhecimentos.

Os pais podem participar do processo de aprendizagem da leitura e de escrita das crianças, proporcionando apoio e condições de aprendizagem imperativas, especialmente para aquelas que apresentam alguma dificuldade, gerando assim um diálogo entre escola e família.

Nessa perspectiva, a relação da família e leitura influencia, diretamente, como as crianças e os jovens enfrentam o universo das letras. Ao observar os pais lendo e ao ouvir histórias contadas por eles, as crianças são estimuladas. Quando a família valoriza a leitura há maiores possibilidades da criança se tornar leitores competentes.

COMO AS CRIANÇAS ADQUIREM O HÁBITO DA LEITURA

Ler é uma prática social, que acontece em diversos espaços, desde que a criança nasce começa a se comunicar através do choro e do balbucio, reconhece quem é sua mãe e as pessoas próximas. Vai se desenvolvendo e descobrindo os vários significados dos símbolos a sua volta, aprende a ler o mundo.

A primeira infância é um período de descobertas para criança, tudo parece ser interessante o novo lhe proporciona um sentimento de curiosidade e impulsionada por este sentimento ela vai até seu objeto de interesse até que o desvenda.

Cabe ao adulto usar essa curiosidade da criança para lhe apresentar aos livros e ao mundo leitor cheio de significação e informações. Estimular na criança o hábito de leitura primeiramente lendo para elas diferentes livros de diferentes gêneros literários.

A leitura e a escrita são essenciais para a participação na sociedade e no efetivo exercício da cidadania. Se a criança estiver inserida em um contexto repleto de leitores ativos com toda certeza adquirirá o hábito da leitura.

Visto que, o gosto pela leitura, o ato de ler se processa em longo prazo, sendo assim, a família contribui de forma efetiva nessa formação, visto que no interior desse âmbito há um espaço que se isenta de cobranças formais como a da escola e que por sua vez pode facilitar o acesso à leitura.

Segundo Teberosky e Colomer (2003, p.19), "(...) já que a leitura e a escrita não são matérias exclusivamente escolares, convém que os familiares participem da alfabetização dos filhos e dos netos, ajudando-os nas práticas de leitura".

Com isso, o leitor construído na família tem um perfil um pouco diferenciado daquele outro que teve o contato com a leitura apenas ao chegar à escola. O leitor que possui o estímulo com a leitura já no âmbito familiar demonstra mais facilidade em lidar com as representações sociais, compreende melhor o mundo no qual está inserido, além de desenvolver um senso crítico mais cedo.

Sabe-se que existem vários fatores que acabam prejudicando o estímulo da leitura no âmbito familiar. Nem todas as famílias, possuem o acesso a livros; também nem todas possuem recursos para aquisição de livros e alguns pais não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, antes tiveram que trabalhar muito cedo, por esse motivo, muitos deles não são leitores fluentes e isso acaba dificultando a maneira de tratar esse assunto em casa e de como motivar seus filhos ao hábito da leitura.

Mas, mesmo que os pais não saibam ler corretamente, é importante que eles incentivem os seus filhos, para tal ato, de maneira que a criança perceba o valor da leitura e o quanto os pais se preocupam com o seu futuro. Os pais devem mostrar

interesse, contando histórias orais para seus filhos, perguntando a eles que tipos de livros gostam, qual foi à leitura feita na escola e se há tal estímulo na instituição.

Para que esse prazer possa ser partilhado em torno da leitura, a família pode procurar um bom livro em uma biblioteca, ou comprar alguns livros, revistas ou jornais. Tudo que leve uma criança a ter contato com a leitura é fundamental, para que aprenda desde pequena apreciar este hábito, caminhando assim, cada vez mais a uma prática prazerosa, na construção de um pensamento crítico e através desta ação, será desenvolvida uma maior a proximidade entre pais e filhos.

Portanto, o prazer pela leitura torna-se cada vez mais benéfico com a ajuda da família. A leitura que os pais fazem regularmente torna-se uma atividade significativa e prazerosa para seus filhos e assim estão dando condição para a formação do gosto pela leitura. É como se a família plantasse a semente da leitura e a escola a cultivasse.

Entretanto, nem todas as famílias têm como proporcionar o acesso das crianças aos livros, quando não tem condições, ou até mesmo quando não consideram a leitura como algo importante para seus filhos, até mesmo porque não faz parte da cultura brasileira o hábito da leitura. Assim como, não têm a leitura diária como uma prioridade.

Nesses casos o incentivo deve partir no ambiente escolar, pois, talvez, essa seja a única fonte de acesso ao mundo dos textos escritos de muitas crianças, aumentando o compromisso da escola em reforçar a missão de ensinar a ler e escrever.

É o que afirma Cunha (2008, p. 54), no livro *Retratos da leitura no Brasil*: “esse vínculo natural entre escola e leitura torna-se imprescindível num país com as desigualdades sociais nos níveis existentes em nosso país, onde a família não exerce o papel de primeira e mais importante definidora do valor da leitura”.

Contudo é evidente que sem a influência de um adulto a criança não tem acesso aos livros, por este motivo a importância de criar ambientes adequados para o desenvolvimento da prática leitora.

A leitura é um ato centrado na elaboração de significados, as crianças elaboram suas hipóteses acerca da língua escrita. Por isso desde cedo é preciso iniciar na escola, o trabalho de leitura com as crianças, fazer com que eles se sintam parte das situações de leitura.

O exercício da leitura se faz presente na vida humana desde que este começa a compreender o mundo que o rodeia.

A leitura é algo crucial para aprendizagem humana é através dela que se consegue enriquecer o vocabulário e constrói novos conhecimentos.

Segundo Solé (1998, p.23) “(...) para ler necessitamos simultaneamente manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias (...)”.

Sabe-se que o hábito da leitura deve ser estimulado desde a infância e por este motivo a sua importância na fase da alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental. Se a criança conhecer o prazer que a leitura pode proporcionar com toda certeza conduzirá esse hábito por toda sua vida.

Observa-se que alguns fatores distraem as crianças afastando-as da leitura e da escrita, um destes fatos é a tecnologia, muito utilizada nos dias atuais, encontra-se sendo um dos principais meios de comunicação na atualidade, em um mundo moderno em que todos estão conectados com a internet, as pessoas estão deixando de ler livros, revistas e jornais, pois com apenas um Crick, muitas dessas informações se encontram na internet, às vezes de uma forma resumida. Isso faz com que as crianças e os jovens cada vez mais se desinteressem pelos livros, afastam-se de leitura, empobrecendo seus vocabulários.

Infelizmente o acesso à leitura no Brasil está longe de atingir o desejável, em um país tão grande existem ainda, poucas bibliotecas públicas disponíveis para a população e ao comprar livros a população encontra preços altos, dificultando ainda mais o acesso à leitura.

Na escola a leitura deve ser aquela que aproxima o aluno e não aquela que o afasta, por isso é significativo criar nas escolas ambientes propícios à leitura, proporcionar momentos de leitura desde o início da vida escolar, isso significa ler para crianças ainda não alfabetizadas, na educação infantil, nas creches e pré-escolas.

É imprescindível que exista uma proposta de ensino aprendizagem da leitura, que se contextualize com a vida social da criança, que a leitura tenha sentido e significado para elas, trabalhar na escola com projetos e propostas de forma interdisciplinar.

A leitura na escola muitas vezes é de forma mecânica, se valoriza mais a leitura em voz alta e sem valorizar a leitura silenciosa, e na vida social as crianças utilizam muito mais a de forma silenciosa.

É indispensável fazer na escola um ambiente onde à leitura e a escrita sejam práticas vivas e indispensáveis para repensar o mundo e reorganizar o pensamento.

Como o objetivo final do ensino é que o aluno possa fazer funcionar o aprendido fora da escola, em situações que já não serão didáticas, será necessário manter uma vigilância epistemológica que garanta uma semelhança fundamental entre o que se ensina e o objeto ou prática social que se pretende que os

alunos aprendam. A versão escolar da leitura e da escrita não deve afastar-se demasiado da versão social não escolar. (LERNER, 2002, p. 35).

A organização da sala de aula ou a de leitura deve ser adaptada para que os livros, e materiais de leitura estejam sempre a disposição das crianças e ao alcance de suas mãos.

Atualmente o governo brasileiro sancionou a lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, com vários incentivos a leitura; “Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil”.

Espera-se que a lei mencionada, não fique apenas no papel, pelo contrario, que seus artigos sejam cumpridos, pelo estado e pelas prefeituras de todas e em todas as cidades do país. E que as instituições escolares sejam envolvidas nesse processo de mudança de perspectiva sobre a leitura, dentro de um cenário estimulador.

Ainda existem algumas barreiras no âmbito da instituição escolar que dificultam as mudanças, tensões entre os propósitos escolares e extraescolares da leitura e da escrita, da relação saber- duração versus preservação do sentido e da tensão entre duas necessidades institucionais; ensinar e controlar a aprendizagem.

A escola assume um papel de controle da aprendizagem por se sua responsabilidade social de ensinar a ler e esse controle faz com que a leitura seja feita com vistas à avaliação do rendimento escolar. Analisa-se a compreensão e a fluência da leitura em voz alta.

A função da escola é ensinar a ler e escrever, dentro dessa perspectiva como redefinir como será feita essa tarefa?

O desafio é o de incorporar todos os alunos à cultura do escrito e também conseguir que eles cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. Formar na escola uma comunidade de leitores que encontre na leitura, uma fonte de pesquisa, de cultura, de encontrar novos, saberes e de entrar em outros mundos antes não explorados.

Ensinar não somente os saberes linguísticos como também ensinar as tarefas do leitor; em fazer antecipações sobre o sentido do texto que se está lendo e tentar verificá-los, discutir diversas interpretações acerca de um mesmo material, comentar o que se leu e compara-lo com outras obras, compartilhar a leitura com outros leitores e ousar-se a ler textos difíceis.

A leitura é fonte de informação e por que não também de prazer, essencial para a vida em sociedade, como alguns autores relatam:

Para Silva (1987):

Ler é, em última instância, não só uma tomada de consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo. (SILVA, 1987, p.45).

De acordo com Martins (1994):

Seria preciso, então, considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre leitor e o que é lido. (MARTINS, 1994, p.30).

Para Lerner (2002)

“Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se quer dizer, é tirar carta de cidadania no mundo da cultura escrita.” (LERNER, 2002, p. 73).

O papel que a escola exerce deve fugir da concepção de uma mera transmissora de conhecimentos. Onde na maioria das vezes, os estudantes são obrigados a ler e não a pensar, a ler o que querem que leiam, sem refletir criticamente sobre o que se ler. A escola da Pedagogia Bancária tenta-nos “moldar” para repetirmos tudo o que os outros falam. Não sendo permitido falar o que pensamos, como se o que pensamos fosse errado.

Não fomos ensinados a pensar, a refletir, analisar, apenas a repetir o que as escolas tradicionais querem ouvir. Neste sentido, vem a afirmação de que o aluno não sabe, mas sim o professor é aquele que é o detentor de todo o conhecimento.

A escola que busca a autonomia do aluno precisa apropriar-se de práticas pedagógicas que possibilitem aos estudantes e aos docentes, a utilizar a leitura não a partir da repetição do pensamento de outros, mas sim, através da construção do seu próprio pensamento, com uma leitura dialógica, com espaço para a troca de interpretações entre os leitores e autores, pois, a leitura deve ser diálogo e não monólogo.

Para que isso, o exemplo do professor leitor é essencial. É através do seu exemplo e da sua imagem que influenciam as crianças, pois professor que lê, que gosta de livros, que sente prazer na leitura e a incentiva, consegue, mais facilmente,

estimular seus alunos a experimentarem a aventura que cada texto possibilita. Elas se identificam com o seu professor, sem dúvidas, se o professor mostrar que gosta de ler, o desenvolvimento da leitura em sala de aula e provavelmente fora dela, será favoravelmente influenciado.

A leitura, nessa perspectiva, torna-se um precioso meio de se incentivar a prática da reflexão no aluno, sujeito-leitor que atua na realidade em que se encontra inserido. Neste sentido, a importância do professor em ser um leitor ativo e crítico, Lajolo (1986) enfatiza que:

Leitor maduro é aquele para quem cada leitura desloca e altera o significado de tudo o que ele já leu, tornando mais profunda sua compreensão dos livros, das gentes e da vida. Se o professor não for um bom leitor, são grandes as chances de que ele seja um mau professor. (LAJOLO, 1986, p. 100).

Os textos devem ter significado para os alunos, pois eles como também os professores tem o direito de não gostar de alguns textos, por este motivo as leituras devem ser planejadas de forma a aproximar o leitor do texto.

E, à semelhança do que ocorre com ele, são igualmente grandes os riscos de que o texto não apresente significado nenhum para os alunos, mesmo que eles respondam satisfatoriamente a todas as questões propostas.

Contudo, um professor-leitor aumenta a oportunidade de motivar seus alunos a também serem; ótimos leitores. Visto que, a importância do papel do professor diante dos seus alunos e o compromisso social que o profissional da educação tem em suas mãos.

Para que aconteça de maneira espontânea, o professor deve organizar um ambiente para que possa pôr os livros, que seja aconchegante e no qual as crianças possam manipulá-los e lê-los; deixá-las levar o livro para casa, para que possam ler junto com seus familiares. E não simplesmente pedir para que o aluno leia e preencha lacunas nos livros de acordo com a leitura lida, pois, isso é bem diferente do que envolvê-lo significativamente e democraticamente nas situações de leitura, a partir de temas relevantes.

A Escola, por muitas vezes, elimina literalmente no aluno, o prazer pela leitura na medida em que os mecaniza e didatiza. Ler deixa de ser um estímulo e passa a ser uma obrigação. O gosto por ouvir, ler, contar e escrever histórias nem chega a nascer e já vai sendo apagado, negado e esquecido.

Com isso, subentende que formar um leitor competente é instruir alguém que compreenda o que lê. Que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos e seja capaz de estabelecer as relações entre o texto

que lê e outros textos já lidos, compreendendo que diversos sentidos podem ser atribuídos a um texto; conseguindo justificar e validar a sua leitura.

A leitura é, portanto, um problema de todos, passa pela família, pela escola, pela biblioteca, pela comunidade e pela sociedade, não pode ser considerada um presente do Estado, posto que seja um direito de todos os cidadãos (BRASIL, 1998).

Enfim, é necessário que os professores estejam atualizados e desenvolvam ações educativas que priorizem a formação de leitores, que as famílias proporcionem aos filhos uma relação saudável com o material letrado, que as políticas públicas educacionais também proponham e desenvolvam metodologias participativas, visando assim, a consolidação dos processos de ensino e aprendizagem voltados para a formação de leitores e cidadãos críticos, produtivos e participativos.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

É notória que a leitura na escola deva ser aquela que aproxima o aluno da prática leitora e não aquela que o afasta dela.

Dentre de tantos fatos relevantes, a importância de criar na escola um ambiente propício à leitura, estimulador, para isso é fundamental o engajamento de todos os responsáveis pelo currículo e pelo projeto político pedagógico da instituição escolar.

É urgente que haja uma proposta aberta de ensino aprendizagem da leitura que se contextualize com a vida social da criança e que trabalhe na escola de uma forma interdisciplinar.

Lerner (2002) faz alguns questionamentos sobre o ensino da leitura na instituição escolar:

Por que se enfatiza tanto a leitura oral, que não é muito frequente em outros contextos e tão pouco a leitura para si mesmo? Por que se usam textos específicos para ensinar, diferentes dos que se leem fora da escola? Por que se espera que a leitura reproduza com exatidão o que literalmente está escrito, se os leitores que se centram na construção de um significado para o texto evitam perder tempo em identificar cada uma das palavras que nele figuram e costumam substituí-las por expressões sinônimas? Por que se supõe na escola que existe uma só interpretação correta de cada texto (e conseqüentemente se avalia), quando a experiência de todo leitor mostra tantas discussões originais nas diversas interpretações possíveis de um artigo ou de um romance? (LERNER, 2002, p. 76).

O desafio da escola segundo alguns autores é formar leitores críticos que desenvolvam uma leitura além das linhas escritas, que busquem informações implícitas nos textos.

É evidente que seria necessário abandonar antigas práticas mecânicas, que levam os alunos a afastar-se da leitura por considerá-la uma mera obrigação escolar, significa desenvolver atividades de leitura com propósitos e com diferentes gêneros textuais de forma a valorizar os diferentes textos e contos.

O professor é um autor fundamental para que se ocorra à aprendizagem de forma a promover uma curiosidade ingênua para então uma curiosidade crítica, insatisfeita que busque através de investigações desvendar sua inquietação.

A leitura do professor é de suma importância na primeira fase da escolaridade, quando as crianças ainda não leem competentemente por si mesmas. No decorrer desse período, o professor pode criar, diversas e variadas situações nas quais lê diferentes tipos de textos. Ao ler o professor ensina as crianças como a leitura deve ser feita; informa sobre o tema do livro, o autor, a editora, a dedicatória feita pelo autor, usa corretamente o tom de voz e faz inferência. Cria um clima propício para desfrutar dele, prepara o ambiente para que as crianças possam se sentar e incentiva as crianças a ouvir a história e apreciar os momentos dela.

Dependendo da idade dos alunos o professor deve determinar a leitura que será feita em sala de aula, a leitura deve fazer parte da rotina diária da sala de aula, os alunos devem manusear os livros olhar as figuras e conhecer o livro, mesmo que ainda não estejam alfabetizados.

O professor juntamente com a coordenação da instituição escolar, devem planejar dias de visita à biblioteca da escola, para que os alunos possam escolher o seu livro favorito, aquele que desejam ler ou ouvir de alguém que possa ler para eles.

Para Lerner 2002:

A ajuda dada pelo professor consiste em propor estratégias das quais as crianças se irão apropriando progressivamente e que lhes serão úteis para abordar novos textos que apresentam certo grau de dificuldade. Além disso, nessas situações, o professor incitará a cooperação entre os alunos, com o objetivo de que a confrontação de pontos de vista leve a uma melhor compreensão de texto. (LERNER, 2002, p. 97).

Ao analisar as interações entre professor e aluno pode-se afirmar que nessa relação, existem alguns contratos firmados uma espécie de acordos feitos entre professor e aluno mesmo que seja de uma forma implicitamente, o contrato, está presente, onde cada uma das partes sabe o que deve fazer e repetir.

Para Delia Lerner 2002:

[...] é preciso criar na escola âmbitos de discussão para elaborar possíveis vias de transformação, é preciso analisar a possibilidade de levantar a drástica barreira que separa as atribuições do professor das do aluno para se aproximar dos direitos mais compartilhados, é preciso ir elaborando o “contrato” que responda melhor à necessidade de formar leitores e escritores competentes. (LERNER, 2002, p.38).

Com o objetivo de formar leitores e escritores autônomos, a instituição escolar com recursos do governo, deve investir tempo e recursos para melhorar suas práticas.

Algumas mudanças no currículo devem ser feitas como um melhor aproveitamento do tempo, atribuir maior importância aos objetivos gerais com clareza e assumir estratégias para alcançá-los.

Indispensável seria não fragmentar a alfabetização, utilizando métodos tradicionais de ensino aprendizagem, ultrapassar a tradicional separação entre alfabetização em sentido estrito e alfabetização em seu sentido amplo.

Tomar como objeto de ensino, a interpretação e produção de textos nos seus diferentes gêneros literários, existente hoje na sociedade letrada.

É fundamental instaurar uma gestão democrática, onde professores possam ser ouvidos, pontuando suas dificuldades e ponderações acerca da melhoria na sua rotina dentro de sala de aula. Dessa forma, permitir a valorização do professor como agente de transformação educacional e também abrir espaço para ouvir os alunos dentro desse processo.

A escola não deve restringir-se a reproduzir as práticas de leitura tal como são fora dela. Precisa fazer uma ponte, entre as aprendizagens de leitura realizadas na vida social, com as aprendizagens de leitura dentro da escola.

Sendo o objetivo primordial de formar sujeitos capazes de analisar criticamente a realidade, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, sendo assim, não somente promover uma intensa participação nas práticas de leitura e escrita.

Segundo Delors 1998, a educação deve transmitir, na verdade, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

A tendência para prolongar a escolaridade e o tempo livre deveria levar os adultos a apreciar, cada vez mais, as alegrias do conhecimento e da pesquisa individual. O aumento dos saberes, que permitem compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia a capacidade de discernir. (DELORS, Jacques 2012, p. 74)

A leitura é “um processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita (...). Para ler necessitamos simultaneamente manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias (...)” (SOLÉ, 1998, p.23).

Para a autora a leitura deve ser aquela que atribui significado para o leitor, que o motive a continuar a leitura de forma prazerosa, constante. O leitor deve se sentir capaz de ler, compreender o texto de uma forma autônoma.

Se estratégias de leitura são procedimentos e os procedimentos são conteúdos de ensino, então é preciso ensinar estratégias para a compreensão dos textos. No entanto, elas não podem ser tratadas como técnicas precisas, receitas infalíveis ou habilidades específicas; por isso, ao ensinar estratégias de compreensão leitora, entre os alunos deve predominar a construção e o uso de procedimentos de tipo geral, que possam ser transferidos sem maiores dificuldades, para situações de leitura múltiplas e variadas. (SOLÉ, 1998, p. 70).

A fim de que o leitor se aproxime na atividade de leitura é imprescindível que esta seja significativa. É indispensável que ele sinta que é capaz de ler e de entender o texto que tem em suas mãos. Somente será motivadora, se o assunto estiver ligado aos seus interesses de leitor e, logicamente, se o trabalho em si atribuir a um objetivo.

Trabalhar na escola com projetos seria uma estratégia para envolver os alunos, abrir espaço para que eles possam tomar decisões acerca do projeto, desenvolvendo nos alunos autonomia.

Desenvolver na instituição escolar, todos os anos, projetos de atividades permanentes de leitura onde cada aluno possa ler uma história, a sua favorita, ou a que interesse transmitir para os seus colegas, até mesmo, a que ele mesmo escreveu.

A escola deve ter ciência que durante o desenvolvimento desse tipo de atividade algumas coisas podem sair de seu controle, não é impossível controlar tudo. No entanto não significa renunciar ao controle, mas sim desenvolver um trabalho no qual haja aprendizagem da leitura, de forma global, flexível.

Deve-se compreender que a aprendizagem da leitura não deve ser de uma forma simples, onde serão objetos de estudo apenas textos de fácil entendimento para o aluno. Significa inserir na aprendizagem de leitura textos de todos os tipos inclusive os de difícil entendimento, textos complexos.

Para desenvolver no aluno capacidades e habilidades leitoras, deve-se proporcionar ao aluno situações de leitura desafiadoras para que eles mesmo que de forma discreta possam ir incorporando, novos saberes.

Segundo Solé (1998, p. 148) “Não é suficiente ensinar-lhes a aplicar regras; é preciso ensinar-lhes a utilizá-las em função dos objetivos de leitura previstos e a fazê-lo

de forma tal que esse processo não seja independente do contraste entre o que se sabe e o que o texto aporta”.

Para que isso ocorra é necessário ter muito bem definido, quais serão as condições didáticas nas quais seja possível ler esses tipos de textos. É necessário que haja uma organização dos conteúdos e uma seleção de materiais adequados para o ensino da leitura e da escrita dentro da sala de aula.

Devem-se considerar os saberes prévios dos alunos, levar em conta o nível de complexidade dos diferentes conteúdos ensinados, considerar também o nível de aprofundamento do conteúdo em relação das possibilidades de compreensão dos alunos para assim poder fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido e da autonomia que cada aluno adquiriu.

Os projetos precisam ser conduzidos para a realização de algum dos propósitos sociais da leitura; ler para solucionar um problema prático, fazer uma receita culinária, utilizar algum tipo de aparelho, construir um móvel através de manuais de instrução, ler para se informar sobre um tema interessante, atualidades culturais, artísticas, ler para escrever, para elaborar o conhecimento que se tem sobre o tema de um trabalho escolar. Os projetos precisam ser conectados à leitura literária que se orienta para de propósitos mais pessoais.

Distintas modalidades de leitura devem ser aproveitadas, em diversas situações, frente a um mesmo tipo de texto; um mesmo material informativo científico pode ser lido para se obter uma informação global, para se buscar um dado específico ou para investigar um aspecto determinado do tema sobre o qual se está escrevendo, um artigo de jornal pode ser lido num momento meramente para se avaliar o ponto de vista do autor sobre um tema fascinante para o leitor e ser aproveitado em outra circunstância.

Em um mundo tecnológico onde muitas são as mudanças e inovações, nas diversas áreas do conhecimento e tecnológica, a única área que a população brasileira ainda questiona as mudanças é na educação, pois se acredita que o modelo tradicional de alfabetização é o mais indicado e tudo que se afasta dele é questionado.

Na realidade por falta de conhecimento, as pessoas acreditam que as mudanças não são necessárias, a opinião publica muitas vezes influenciada pela televisão não conhece os reais motivos do fracasso escolar, que está na maioria das vezes relacionado com a falta de investimentos em políticas publica na área de educação.É necessário que ocorram mudanças na forma que a escola aborda a aprendizagem da leitura e da escrita, primeiramente reconhecendo que as mudanças são imprescindíveis para formação leitora dentro da escola.

Infelizmente não é possível modelar o sistema de ensino para atingir os desejos de todos, deixando de cumprir a sua função implicitamente reprodutiva de instituição escolar, que só se cumpra a função explícita de democratizar o conhecimento.

Saber que os problemas que os professores enfrentam dia a dia na sala de aula estão vinculados ao ensino ou à aprendizagem escolar de determinados conteúdos não foi suficiente para deduzir imediatamente que os conhecimentos mais relevantes para eles são precisamente aqueles que contribuem para resolver esses problemas, quer dizer, os conhecimentos didáticos. (LERNER, 2002, p. 103).

A capacitação dos profissionais de ensino é essencial, porém não é condição suficiente para que a mudança na proposta didática ocorra, pois ela não depende apenas das vontades individuais dos professores, além de prosseguir com os esforços de capacitação, será imprescindível, estudar as estruturas ou acontecimentos que ocorrem na escola e impedem que todas as crianças se apropriem dessas práticas sociais que são a leitura e a escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conjecturando de forma crítica sobre a pesquisa realizada, através do estudo das diversas bibliografias sobre a prática da leitura, pude presumir o quanto a prática leitora é importante para a formação do indivíduo e o quanto essa ação reflete na sociedade e quanto deve fazer parte da vida de todos para que seja possível a interpretação de mundo, além do mais, deve ser realizada com prazer para que assim possa despertar cada vez mais o interesse do leitor.

Seja no âmbito escolar ou familiar, o gosto pela leitura é adquirido a partir de estímulo e a maneira como é desenvolvida colabora para com a prática significativa, onde teremos alunos que, com uma linguagem muito mais ampla e valiosa, torna-se parte da sociedade, podendo participar e argumentar, mostrando a força da palavra quando se tem leitura e conhecimento.

Mas, para que isto ocorra é preciso entender que ler não é um ato mecânico de decodificação, como foi abordado nesta pesquisa com referência de grandes estudiosos da área. É muito mais que isso. Este ato estabelece relações dentro de determinados assuntos, contextos, de vivências de mundo. Não são frases ou palavras soltas, sem sentido, sem compreensão. Ler é um ato complexo que exige interação, é ir e voltar pelo texto, não é tão somente passar os olhos por cima das gravuras e

palavras. É indiscutível que a leitura e a escrita requerem atos: o de pensar, o de exercitar, de refletir, além da emoção e do prazer.

Para que boas práticas comecem a ser desenvolvidas, serão necessárias condições de trabalho para a formação de bons leitores; as escolas precisarão dispor de boas bibliotecas com o acervo atualizado de livros, a família deve estar em plena integração e participação juntamente com a escola, para que os alunos se sintam motivados na busca de práticas leitoras. Nessa perspectiva, é responsabilidade tanto da escola como da família a função de colaborar para o desenvolvimento e do gosto pela leitura.

A escola deve assumir um papel relevante como mediadora entre o aluno e a leitura, devendo continuar a ampliar e sistematizar o processo iniciado no ambiente familiar, na formação do gosto pela leitura. Esta habilidade é um dos objetivos fundamentais da atividade escolar, a qual possibilita que o aluno entre em contato com inúmeras informações e conhecimentos. Com isso o professor exerce um papel importante nesse processo através do incentivo da leitura, dentro e até mesmo fora da escola.

Acredito que essa discussão possibilita uma reflexão das práticas pedagógicas no desenvolvimento da prática da leitura, na formação do aluno leitor, contribuindo para a valorização de um trabalho voltado para a formação do cidadão, do ser social. Em meio a tantos desafios no âmbito escolar, o que mais se nota é a dificuldade de leitura do aluno em questão.

Esta pesquisa teve como base grandes autores, que contribuíram para o desenvolvimento de forma significativa para este projeto. Com isso, pode-se compreender que o desenvolvimento da leitura como prática significativa ao aluno, parte da realidade em que se encontram.

Através desse estudo foi possível averiguar que a falta de interesse pela leitura tem vários desacertos que podem ser solucionados tendo em vista que o professor é o mediador do aluno e é capaz de conscientizar e incentivar seus educandos para a prática da leitura significativa.

Assim sendo, a escola e seus respectivos professores servem como modelo de leitores para os alunos, por isso devem permitir e motivar que eles leiam, proporcionando aproximações dos educandos a este conhecimento.

Faz-se necessário que a escola, professores e pais estabeleçam uma proposta, de incentivo à leitura na vida diária do aluno, a fim de que encontre o meio de obter o conhecimento, as informações, o prazer e o gosto pela leitura, possibilitando o desenvolvimento de leitores competentes.

O presente artigo visa dar ênfase aos escritos do professor Maurice Tardif voltados para evolução e real situação da profissão docente, requerendo uma análise das formações anteriores, desde o momento que o aluno inicia a vocação para o ensino, da formação específica e da maneira que as formações se convergem e sincretizam nas concepções traduzidas em sala de aula. A profissão exige, além das técnicas, uma predisposição para competências, que é uma meta a ser alcançada através de habilidades, atitudes e valores despertados nos estudantes. Não basta plantar o conhecimento, é preciso alimentá-lo, irrigá-lo, e os frutos são colhidos nas realizações pessoais, profissionais e sociais do indivíduo; o conhecimento é pleno se estiver

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Por uma educação romântica**. 5ª edição, Campinas: Papyrus 2002.
- AMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Política Nacional de leitura e escrita**: Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, **.Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa: primeiro e segundo ciclos, 3ª. ed. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**, 10ª Edição, Scipione 2002.
- CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem: Amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: WakEd, 2008. Cap. 11, p. 109-116.
- DELORS, Jacques ET alii. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório da .

DICIONÁRIO, Aurélio. **Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1988.

EDUCAÇÃO: **Brasil ocupa 11º posição da América Latina**. Brasília. Terra, 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/interna/0,,OI3354329-EI8266,00-Educacao+Brasil+ocupa+posicao+da+America+Latina.html>> Acesso em 31 jul 2023.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

GOODMAN, Y. (org.). **Como as Crianças Constroem a Leitura e a Escrita: Perspectivas Piagetianas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KLEIMEN, Ângela. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da leitura**. 8ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LAJOLO, Marisa. **O texto não é pretexto, In Leitura em crise na escola: as alternativas metodológicas**. ZILBERMAN, Regina (org.) – 6ª Ed - Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org.) et al. **Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas**. 2.ed. Campinas. SP: Komedi,2003.

LERNER, Delia. **Ler e Escrever na Escola: O real, o possível e o necessário**. 1ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASPOLINE, Ana Tereza. **Didática de Português: Tijolo por Tijolo: Leitura e Produção Escrita**. São Paulo: FTD, 1996.

NACARATO, Adir Mendes; LOPES, Celi A. E. (orgs.). **Escritas e leituras na educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Vera Masagão (org.) **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: 6º Edição**, São Paulo: Contexto, 2013.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6º Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Maria Salete Daros de. **A Conquista do Jovem Leitor: Uma Proposta Alternativa**. 2.ed.- Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM CRIANÇAS COM TDAH



Alessandra Negrão Dominato Barros

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Ludopsicopedagogia, Psicopedagogia Institucional e Clínica, Alfabetização e Letramento, Educação Especial com ênfase em Transtorno do Espectro Autista e Pedagogia Sistemática.



Silviane Oliveira

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, Metodologia do Ensino da Matemática, Educação Infantil e Alfabetização e Letramento.



Valéria Cristina dos Santos Goes

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial e Inclusão, Alfabetização e Letramento e Pedagogia Sistemática.

RESUMO

O artigo possui como principal objetivo indagar a importância de analisar o papel do Psicopedagogo no auxílio de professores de salas regulares do ensino fundamental, a atuarem com alunos portadores de TDAH no processo de ensino aprendizagem e de analisar o ensino de uma maneira diferenciada devido às dificuldades dos professores, no cumprimento de suas atividades docentes, quando estes atendem alunos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. Outro tópico debatido nesse artigo, diz respeito às dificuldades de aprendizagens, considerando a importância do psicopedagogo e do papel da família nessa situação. Por fim acercar-se na interdisciplinaridade e nas dificuldades e desafios identificados no âmbito escolar. O

presente trabalho possui abordagem qualitativa e tem como principal objetivo responder à seguinte questão: Como o especialista em Psicopedagogia pode auxiliar o professor regente do ensino fundamental na superação de problemas de comportamento em sala de aula de um aluno com diagnóstico de TDAH? Justificando assim a relevância do mesmo e nos levando a reflexão da importância do Psicopedagogo no auxílio e na instrução didática do professor em sala de aula levando-o as adequações didáticas e pedagógicas necessárias para o desenvolvimento dos alunos portadores de TDAH. Para a realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde buscamos reflexões e colocações de autores conceituados no assunto aqui abordado, tal como a LDB e os referenciais.

Palavras-chave: TDAH; Ensino aprendizagem; Psicopedagogo.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta reflexões de como se dá a intervenção psicopedagógica no processo de ensino aprendizagem escolar, destacando a intervenção pontual do especialista em Psicopedagogia e como o especialista em Psicopedagogia pode auxiliar o professor regente na superação de problemas de comportamento em sala de aula de um aluno com diagnóstico de TDAH.

Ouve-se muito falar em TDAH (Déficit de Atenção e Hiperatividade), apesar de ser um distúrbio frequente, muitos professores não conseguem lidar com crianças diagnosticadas com TDAH, pois apresentam um comportamento agitado e falta de atenção, levando-as a uma aprendizagem deficiente afetando seu desenvolvimento global tornando assim, um grande desafio para a educação.

A seleção da pesquisa referente a este artigo surgiu da inquietação das problemáticas vista no decorrer do curso de pós-graduação em psicopedagogia, onde chama se atenção para o grande número de alunos portadores de TDAH na rede regular de ensino e o difícil processo de inclusão educacional desses alunos.

Diante da importância do tema TDAH no contexto educacional, deu-se início a pesquisa bibliográfica com objetivo de auxiliar o professor em sala de aula na superação, adaptação e na resolução dos problemas comportamentais nos alunos que apresentam TDAH, levando assim ao aprendizado do mesmo bem como a socialização dentro da estrutura escolar, tal como a superação desses desafios impostos em sala de aula e como o professor pode se beneficiar do apoio psicopedagógico. O educador padrão terá mais estabilidade e criatividade para elaborar atividades e avaliar quais conseguiram melhor funcionalidade. Necessitará se apropriar dos interesses da

criança, buscando situações as motivem, e fornecendo um retorno coerente, logo após o comportamento apresentado pela criança. A estruturação de rotinas para a cumprimento das atividades escolares, a reorganização dos horários para realização de atividades não escolares tal como o aumento de carga horária para atividades mais complexas para aprendizagem dos alunos com TDAH.

Assim sendo, se faz necessário a ajuda de um profissional que possui informações necessárias para orientar o trabalho pedagógico dos professores a fim de auxiliá-los a superar os problemas comportamentais desses alunos, mostrando a necessidade e os benefícios do Psicopedagogo nas escolas, pois sua função é identificar obstáculos no processo de ensino e aprendizagem através de observações que engloba a instituição de ensino criando intervenções pedagógicas que auxiliam o professor em sala de aula.

Visando que o trabalho realizado pelo Psicopedagogo, atua diretamente sobre a dificuldade escolar apresentada pela criança, suprimindo a defasagem, reforçando o conteúdo e possibilitando condições para que a aprendizagem ocorra como também, orientando professores. Assim, o trabalho do Psicopedagogo para ser positivo, se faz necessário um planejamento bem definido com intervenções comportamentais, realizando uma avaliação detalhada dos problemas específicos das crianças com TDAH e, dessa forma elaborando atividades estratégicas que auxiliarão o desenvolvimento comportamental em sala de aula, aumentando seu estímulo e ajudando a criança a superar os obstáculos que dificultam a sua aprendizagem.

A partir das intervenções deste auxílio psicopedagógico o professor em sala de aula na superação, adaptação e na resolução dos problemas comportamentais nos alunos que apresentam TDAH, levando assim ao aprendizado do mesmo bem como a socialização dentro da estrutura escolar, usando dos artifícios das pesquisas bibliográficas de conceituados autores para que o objetivo principal desse artigo seja contemplado da se prosseguimento ao artigo com destaque aos documentos regentes tais como Projeto Político Pedagógico, LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

TDAH UM BREVE HISTÓRICO

O TDAH é conhecido como transtorno déficit de atenção e Hiperatividade é um transtorno de fator neurobiológico, que tem sua origem genética, com início na infância perpassando pela vida, ocasionando em danos na vida funcional, social, acadêmico e profissional do indivíduo.

O déficit de atenção e hiperatividade é um transtorno que afeta parte psíquica do indivíduo, que causa falta de atenção, irritabilidade, dificuldade de concentração e alto grau de impulsionalidade. Segundo Coutinho (2007),

O transtorno déficit de atenção e hiperatividade, é um transtorno psíquico de fator neurobiológico e têm como principal fator a agitação, falta de atenção e concentração, e grande dificuldade de se manter concentrado e alerta. Conforme afirma o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder - DSM-IV, o transtorno é classificado em diferentes grupos: TDAH tipo combinado, tipo predominantemente desatento e tipo predominantemente hiperativo. Com diagnóstico de difícil identificação sendo possível somente quando o indivíduo dá início ao período escolar e demonstra irregularidades comportamentais ou sintomas em ambientes diferentes. (COUTINHO, G. et al, 2007).

No século XIX surge as primeiras pesquisas sobre o TDAH, em especial na ênfase médica, através de um pediatra que o denominou como “ lesão cerebral mínima”, alegando que o transtorno não era uma lesão e sim uma disfunção no sistema nervoso.

É de suma importância destacar que até meados do século XX, o TDAH era tido como um transtorno que se iniciava na infância e que não perpassava a adolescência e sumindo por completo na vida adulta. No entanto, a partir desse período ainda apareceram relatos de adultos que apresentavam comportamentos semelhantes ao mesmo. Então na década de 1970, a literatura já sugeria uma provável continuidade do TDAH na vida adulta. Para que não se tenha diagnósticos errôneos é preciso estar atento aos sinais, pois somente após cuidadoso processo de testes e observações e que se pode levantar hipóteses diagnósticas.

A criança com TDAH tem como dificuldade central, a vida escolar, que por não terem a concentração necessária deixa de absorver o conteúdo e não assimilando o conteúdo. Apesar do funcionamento intelectual dessa criança ser igual a das outras, fazendo por muitas vezes compara-las, esquecendo de que o TDAH não está relacionado a falta de capacidade, mas sim a uma dificuldade em realizar uma atividade principal.

A falta de informação e compreensão sobre o transtorno de déficit de aprendizagem e hiperatividade faz com que muitas crianças e adolescentes sejam taxados como preguiçosos e até mesmo mal-educados devido ao comportamento. Tanto no âmbito escolar, quanto no social. Levantando até hipótese muitas das vezes preconceituosas.

Para que não se tenha diagnósticos errôneos é preciso estar atento aos sinais, pois somente após cuidadoso processo de testes e observações e que se pode levantar hipóteses diagnosticas.

A criança com TDAH tem como dificuldade central, a vida escolar, que por não terem a concentração necessária deixa de absorver o conteúdo e no assimilando o conteúdo. Apesar do funcionamento intelectual dessa criança ser igual a das outras, fazendo por muitas vezes compara-las, esquecendo de que o TDAH não está relacionado a falta de capacidade, mas sim a uma dificuldade em realizar uma atividade principal.

Resultados recentes de pesquisas mostram que as dificuldades enfrentadas pelas crianças são consequência das limitações impostas pelo TDAH, e não de pela falta de atenção em relação a escola por parte dos pais ou de falta de educação. O TDAH tem se mostrado um grande desafio a escola, professores e demais membros da comunidade escolar.

Diante do disposto problema do aumento dos diagnósticos a inserção da Psicopedagogia busca dificuldades no processo de ensino aprendizagem dos alunos, investiga suas origens, os prováveis distúrbios; as habilidades e as limitações do indivíduo.

A intervenção Psicopedagógica pode ser de diferentes formas tal como terapêutica, preventiva ou de inclusão. Uma criança ou adolescente pode estar distraída ou inquieta por vários motivos, essa inquietação pode ser demonstrativa de uma inteligência anormal, critica, que deve ser incitada no ambiente social e escolar. Estar desatento pode ser uma estratégia inconsciente de mobilizar a atenção para outros problemas de cunho emocional ou escolar, que merecem cuidados. Nesse aspecto ressalta, a importância da Psicopedagogia no tratamento do TDAH e dos problemas acarretados no processo de aprendizagem, para evitar avaliações errôneas e precipitadas.

Ao fazer o acompanhamento psicopedagógico, o indivíduo terá acompanhamento durante seu trabalho escolar, e uma importante atuação sobre a dificuldade escolar apresentada, ajudando na assimilação e acomodação dos conceitos, suprimindo sua defasagem nas aulas, dando condições ao aluno para que novas aprendizagens ocorram (BENCZIK, 2000).

Quando as crianças apresentam dificuldades para manter a sua concentração de maneira continua na realização de uma atividade, se dispersam facilmente e desviam sua atenção para umas outras situações. Quando existe a hiperatividade, a criança se mostra incansável, permanece constantemente em movimento durante até

mesmo atividades que requerem mais concentração; fica impaciente e normalmente balança o corpo o tempo todo. Apresenta impaciência para falar, interrompendo conversas, brincadeiras e fala descontinuamente. As complicações de atenção, concentração, organização, hiperatividade, e impulsividade afetam o rendimento escolar e, também, a autoestima do indivíduo. Um diagnóstico realizado de antemão, pode evitar sintomas que são associativos a esse transtorno. O acompanhamento visa produzir condições com finalidade de que o paciente retenha a sua atenção durante suas atividades, do mesmo modo que incentive para organizar-se. No lúdico, visa se os limites, interação com o meio, raciocínio matemático entre muitos outros aspectos.

A ajuda nas atividades, na organização dos trabalhos e pertences também contribuem com a finalidade de que a criança se sinta segura e na presença da família. Já na escola, a Psicopedagoga atua junto a toda equipe escolar com a finalidade de levantar dados na rotina escolar do indivíduo estudado, como por exemplo seu rendimento escolar, sua organização e interesse, em sala de aula entre outros fatores relacionados a escola e sua vida social dentro do ambiente escolar. Alguns aspectos devem ser considerados como por exemplo a metodologia proposta pela instituição educacional e a disponibilidade em facilitar o auxílio ao aluno com o TDAH no processo de ensino aprendizagem, visto que a Psicopedagoga poderá auxiliar e passar orientações ao professor em sala de aula.

A Psicopedagogia busca intervenções adequadas para atenuar as complicações causados pelo TDAH. Deste modo, quando falamos em enfrentar os problemas dos portadores de TDAH, levamos em conta a interdisciplinaridade, quer dizer, são necessárias também outras intervenções, entre elas a psicopedagógica, que se volta para a construção de condições com finalidade de o sujeito tenha como situar-se de modo apropriada, e a conduta anormal ficar em um segundo plano. O psicopedagogo em sua atuação institucional ou clínica deve praticar um trabalho de reflexão e orientação familiar, possibilitando preparação a respeito de do direcionamento das condutas que favorecem a adequação e integração do sujeito com TDAH, trazendo perspectivas sob orientações para toda a vida e evolução.

A criança ou jovem com TDAH precisa ser estimulada de forma correta em tempo integral, com finalidade de mantenha sua atenção no que está fazendo ou estudando. Neste processo, o psicopedagogo possui papel essencial, cabendo-lhe intervir no método intelectual, junto à construção do saber, e fazer com intervenções psicopedagógica em crianças com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade que o paciente se sinta capaz de ter um bom desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal. Quando a criança ou jovem estiver no processo de avaliação diagnóstica ou

mesmo já fazendo o tratamento interventivo: O psicopedagogo pode focar em dificuldades específicas da criança, habilidades sociais, criando espaços e situações para desenvolvê-las, por meio da interação com a criança por intermédio de qualquer atividade lúdica. (BENCZIK, 2000, p. 92).

A partir disso a criança poderá desenvolver tais habilidades como exemplo: Saber ouvir e também iniciar uma conversa olhando nos olhos do outro para falar, questionar situações e dar respostas apropriadas, brincar e conviver em grupo sugerindo brincadeiras a partir da sua criatividade e respeitar regras em geral.

Durante o processo avaliativo que, como já posto, deve ser também interventivo, o psicopedagogo deve de antemão de listar indicadores que devem ser observados, por exemplo: A imaturidade em relação ao desenvolvimento da atenção, que deve ser associado a um jogo ou atividades com arteterapia e o déficit de atenção do paciente que deve ser associado a um jogo ou a atividades. Existem tipos de intervenções relacionadas à psicopedagogia à arteterapia que podem ser utilizadas durante o processo, como o jogo por exemplo.

Através dos jogos, a criança deverá submeter se a normas, onde poderá desenvolver suas habilidades, seu raciocínio, autoimagem, tolerar frustrações, descobrir lucrar ou perder, descobrir aguardar sua vez, planejar uma situação, aprender a ouvir, etc. Brincadeiras de representação (psicodrama): Através dos diálogos da troca de papéis, o indivíduo deve desenvolver várias habilidades, o psicólogo servirá como espelho, onde a criança poderá ver com mais transparência seu jeito de ser. Através da atividade corporal cinestésica onde o relaxamento associado ao controle da respiração, ouvir silenciosamente uma música relaxante ou mesmo a massagem corporal são medidas úteis para reduzir a tensão dos músculos do corpo transportar a atenção da menino para si mesma, fixando-se em si promovendo maior convergência. Uso de sucata:

O uso de sucata para as infantas com TDAH é bastante bom, porque elas podem utilizar sua originalidade, podem produzir formar novos materiais. Existem várias técnicas que são mais utilizadas durante o acompanhamento de um TDAH com o psicopedagogo, como: jogos de exercícios sensitivo-motores (amarelinha, esfera de gude), combinações intelectuais (damas, xadrez, epístola, memória, fragmentação-carola, etc.) Apresentando ao menino temas assuntos que ela goste, isso deve despertar o palato pela obra, curiosidade por saber livros, quadrinhos, atualidades novas. Os contos de fadas também podem ser utilizados, tanto no período do diagnóstico, quanto durante a mediação psicopedagógica. Utilizando esta técnica, o psicopedagogo deve coletar dados cognitivos e inclusive psicanalíticos da criança.

(BENCZIK, 2000). Os jogos que possuem pacote autorizam que o indivíduo, além de ter seu desenvolvimento social quanto a limites, tenha como participar descobrir lucrar, perder, progredir seu desenvolvimento mental, possibilita a possibilidade para a garoto descobrir onde está, o motivo o gênero do erro que cometeu, tendo saída de refazer, naquele instante, da forma correta. (BENCZIK, 2000).

O ALUNO COM TDAH E A LEITURA E ESCRITA

Levando em conta as especificidades de cada ser humano em idade escolar um documento de suma importância deve ser considerado para que todos os direitos de aprendizagem sejam respeitados.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento de construção coletiva da identidade da escola pública. É o que une todos os segmentos e setores de uma unidade de ensino, pois traduz a própria organização do trabalho pedagógico em suas especificidades, níveis e modalidades. O registro pressupõe a reflexão e a discussão crítica da sociedade e da educação com o intuito de encontrar possibilidades de intervenção. Ele exige e articula a participação de todos os sujeitos do processo educativo para a elaboração de uma visão global da realidade escolar e dos compromissos coletivos.

O documento alicerça o trabalho pedagógico enquanto processo de criação contínua e, portanto, nunca é pronto e acabado. Não é um agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, nem deve ser formulado para ser arquivado como prova de tarefa burocrática pronta e acabada para ser encaminhado às autoridades educacionais.

A função social da educação e da escola em uma sociedade cada vez mais excludente, compreendendo que a educação, como campo de mediações sociais, define-se sempre por seu caráter intencional e político;

Sua necessária organização com os anseios da comunidade escolar, prevendo a efetiva participação de todos em seus momentos de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação.

O PPP traduz a “alma da escola”, a essência do trabalho pedagógico a ser realizado. Suas considerações serão incorporadas ao regimento da unidade e aos Planos de Estudo. Esses documentos, posteriormente, irão determinar o modo de funcionamento e os conhecimentos escolares a serem trabalhados no dia a dia para que a escola caminhe em direção aos objetivos definidos, colaborativamente, pela comunidade escolar. A escola necessita ser acessível aos portadores de deficiência, onde o atendimento educacional desses alunos, ocorre preferencialmente nas classes

comuns do ensino regular. Também pode ocorrer por meio da atuação do professor especializado na área da necessidade constatada para orientação, complementação ou suplementação das atividades curriculares, em período diverso da classe comum em que o aluno está matriculado; neste caso a AEE (atendimento educacional especializado).

Há também a importância da flexibilização curricular que consideram metodologias de ensino diversificadas e recursos didáticos diferenciados para o atendimento de cada aluno, em consonância com o projeto pedagógico da escola

Partindo do entendimento que os alunos com TDAH têm dificuldades de concentração e organização das ideias, fica claro que o professor deve pensar diferentes estratégias ao conduzir suas aulas, e até mesmo, a aplicação diferenciada de recursos para atividades desses alunos, como deve reger no seu projeto político pedagógico.

Levando em consideração a individualidade de cada aluno na compreensão do mundo em que está inserido e das suas limitações do neurodesenvolvimento, percebemos que a teoria construtivista, defendida por Hoffmann.

Cabe dizer que, através da perspectiva construtivista (HOFFMANN,2003), os alunos, em especial com TDAH, podem desenvolver suas habilidades na leitura e escrita com este compromisso do professor em respeitar as diferenças individuais dos alunos.

É nessa nova perspectiva de avaliação que os professores precisam reconhecer seus alunos com suas limitações, seus contextos sociais e políticos, visando a elaboração de uma prática e ação pedagógica que possam surtir efeitos positivos na aprendizagem desses alunos.

Devido a essa dificuldade das crianças com TDAH em completar tarefas, compreender instruções, organizar atividades entre outras, é que podemos observar a atenção dos professores a esses alunos evidenciar-se cada vez mais. Os alunos com este Transtorno são, muitas vezes, rotulados como desleixados, desorganizados e esquecidos por não prestarem atenção no que os outros dizem. A impulsividade é um fator marcante na criança com TDAH, a qual responde precipitadamente antes do término das perguntas, têm dificuldade em aguardar a sua vez e se intrometem em assuntos alheios. O aluno ingressante no ensino fundamental passa a ser visto como o que tem conduta “arteira” e tal comportamento não é bem-vindo no contexto escolar. Podemos comprovar as dificuldades do aluno com TDAH no desenvolvimento da leitura por não conseguir focar por muito tempo em suas atividades, pois no que diz respeito a desatenção: Frequentemente evita, não gosta ou reluta em se envolver em tarefas que

exijam esforço mental prolongado, perde coisas necessárias as tarefas ou atividade. Com frequência é facilmente distraído por estímulos externos (DSM-5, 2015 p. 45).

Portanto, a leitura dos alunos com TDAH é feita de maneira complexa, pois o aluno não consegue se concentrar, assim, podemos observar que os textos devem ser curtos e as leituras devem ser desenvolvidas oralmente de forma clara, envolvendo materiais concretos como por exemplo bonecos de pano dos personagens, para chamar a atenção do aluno, no desenvolvimento do imaginário da história nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A importância de o professor estar preparado para receber alunos com TDAH, está cada dia mais evidente. Procurar conhecer melhor o quadro da disfunção e obter apoio junto a equipe pedagógica, especialistas, médicos e pais é o caminho para se obter êxito na aprendizagem da criança com TDAH. Essa aprendizagem, descrita por Soares (2004) está diretamente relacionada a alfabetização de crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental, que se faz necessário diferenciar alfabetização de letramento, que diz:

(...)alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos (SOARES, 2004, p. 97).

Através desse pensamento é que podemos associar à alfabetização com o desenvolvimento das habilidades e comportamentos do uso competente da língua escrita nas práticas sociais das crianças.

METODOLOGIA

O papel do Psicopedagogo no auxílio de professores de salas regulares do ensino fundamental, a atuarem com alunos portadores de TDAH no processo de ensino aprendizagem. Para a realização deste trabalho, nos valeremos da pesquisa bibliográfica, onde buscamos autores como Claudia Ferreira, Benczik, Neves e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que abordam o tema que norteia o trabalho científico, justificando assim a relevância do mesmo.

Assim, a construção deste estudo se caracteriza pela pesquisa bibliográfica, conforme esclarece Boccato:

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados,

analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado e sob que enfoque e/ou perspectiva foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão de sua forma de comunicação e divulgação. (2006, p. 266).

O trabalho aborda também uma pesquisa do tipo bibliográfica, tendo por base como obras principais, Brioso e Sarriá (1995), Ferreira (2015) e o principal para as reflexões aqui exposta Benczik, (2000) que perpassa todo o artigo. Os autores aqui citados apresentam ideias que se completam no assunto TDAH na escola e o papel do psicopedagogo no auxílio a esses indivíduos, apontando que todos portadores desse transtorno necessitam de estratégias educacionais e metodologias alternativas, não convencionais, para alcançarem os objetivos educacionais no processo de ensino-aprendizagem.

Como base teórica buscou-se o estudo de várias publicações científicas que abordam o tema TDAH tal como legislações e diversos documentos relacionados ao assunto.

Como documento importante para este artigo foi usado o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V (2014), DSM-IV, DSM-II e DSM-III. Ainda foram realizadas pesquisas em Leis, Decretos, Portarias e Resoluções que tratam sobre a educação no Brasil, em especial e educação superior inclusiva. Ainda, diversas outras pesquisas informais em sites idôneos.

A escolha dos autores deu-se em razão da empatia com os mesmos e o grande interesse no assunto que abordam, o TDAH, em especial na infância, onde há disponibilidade de consultas inúmeras obras e excelentes autores. No entanto, ressalta-se a dificuldade de entendimento da importância do papel do psicopedagogo no âmbito escolar para o auxílio das crianças portadoras de TDAH. Os autores estudados neste artigo abordam de forma excepcional o objeto de estudo proposto neste trabalho. Da mesma maneira que todos documentos nesse artigo mencionado são voltadas para a inclusão de alunos com o TDAH na escola.

Para a elaboração deste trabalho de pesquisa, foi realizado um árduo estudo de leitura das obras e posteriormente uma classificação dos trechos mais relevantes e por fim o confronto de ideias explicitadas pelos autores em suas obras e então a elaboração do presente artigo.

REFLEXÕES SOBRE AS LEITURAS REALIZADAS

Para a realização deste artigo foram realizadas muitas pesquisas direcionadas a várias obras e autores, onde o foco principal foi a intervenção psicopedagógica como auxílio em sala de aula no trabalho com crianças portadoras de TDAH em especial as atividades de leitura e escrita e as adequações necessárias para aprendizagem.

A Psicopedagogia em si busca intervenções adequadas para atenuar as complicações causados pelo TDAH. Deste modo, quando falamos em enfrentar os problemas dos portadores de TDAH, levamos em conta a interdisciplinaridade, quer dizer, são necessárias também outras intervenções, entre elas a psicopedagógica, que se volta para a construção de condições com finalidade de o sujeito tenha como situar-se de modo apropriada, e a conduta anormal ficar em um segundo plano. O psicopedagogo em sua atuação institucional ou clínica deve praticar um trabalho de reflexão e orientação familiar, possibilitando preparação a respeito de do direcionamento das condutas que favorecem a adequação e integração do sujeito com TDAH, trazendo perspectivas sob orientações para toda a vida e evolução. A criança ou jovem portador de TDAH precisa ser estimulada de forma correta em tempo integral, com finalidade de mantenha sua atenção no que está fazendo ou estudando. Neste processo, o psicopedagogo possui papel essencial, cabendo-lhe intervir no método intelectual, junto à construção do saber, e fazer com intervenções psicopedagógica em crianças com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade que o paciente se sinta capaz de ter um bom desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal. Quando a criança ou jovem estiver no processo de avaliação diagnóstica ou mesmo já fazendo o tratamento interventivo:

O psicopedagogo pode focar em dificuldades específicas da criança, habilidades sociais, criando espaços e situações para desenvolvê-las, por meio da interação com a criança por intermédio de qualquer atividade lúdica. (BENCZIK, 2000, p. 92).

A partir disso a criança poderá desenvolver tais habilidades como exemplo: Saber ouvir e também iniciar uma conversa olhando nos olhos do outro para falar, questionar situações e dar respostas apropriadas, brincar e conviver em grupo sugerindo brincadeiras a partir da sua criatividade e respeitar regras em geral.

A Psicopedagogia busca dificuldades no processo de ensino aprendizagem dos alunos, investiga suas origens, os prováveis distúrbios; as habilidades e as limitações do indivíduo. A intervenção Psicopedagógica pode ser de diferentes formas tal como

terapêutica, preventiva ou de inclusão. Uma criança pode estar distraída ou inquieta por vários motivos, essa inquietação pode ser demonstrativa de uma inteligência anormal, crítica, que deve ser incitada no ambiente social e escolar. Estar desatento pode ser uma estratégia inconsciente de mobilizar a atenção para outros problemas de cunho emocional ou escolar, que merecem cuidados. Nesse aspecto ressalta, a importância da Psicopedagogia no tratamento do TDAH e dos problemas acarretados no processo de aprendizagem, para evitar avaliações errôneas e precipitadas. Ao fazer o acompanhamento psicopedagógico, o indivíduo terá acompanhamento durante seu trabalho escolar, e uma importante atuação sobre a dificuldade escolar apresentada, ajudando na assimilação e acomodação dos conceitos, suprindo sua defasagem nas aulas, dando condições ao aluno para que novas aprendizagens ocorram (BENCZIK, 2000).

Quando as crianças apresentam dificuldades para manter a sua concentração de maneira contínua na realização de uma atividade, se dispersam facilmente e desviam sua atenção para umas outras situações. Quando existe a hiperatividade, a criança se mostra incansável, permanece constantemente em movimento durante até mesmo atividades que requerem mais concentração; fica impaciente e normalmente balança o corpo o tempo todo. Apresenta impaciência para falar, interrompendo conversas, brincadeiras e fala descontinuamente. As complicações de atenção, concentração, organização, hiperatividade, e impulsividade afetam o rendimento escolar e, também, a autoestima do indivíduo. Um diagnóstico realizado de antemão, pode evitar sintomas que são associativos a esse transtorno. O acompanhamento visa produzir condições com finalidade de que o paciente retenha a sua atenção durante suas atividades, do mesmo modo que incentive para organizar-se. No lúdico, visa se os limites, interação com o meio, raciocínio matemático entre muitos outros aspectos.

A ajuda nas atividades, na organização dos trabalhos e pertences também contribuem com a finalidade de que a criança se sinta segura e na presença da família. Já na escola, a Psicopedagoga atua junto a toda equipe escolar com a finalidade de levantar dados na rotina escolar do indivíduo estudado, como por exemplo seu rendimento escolar, sua organização e interesse, em sala de aula entre outros fatores relacionados a escola e sua vida social dentro do ambiente escolar. Alguns aspectos devem ser considerados como por exemplo a metodologia proposta pela instituição educacional e a disponibilidade em facilitar o auxílio ao aluno com o TDAH no processo de ensino aprendizagem, visto que a Psicopedagoga poderá auxiliar e passar orientações ao professor em sala de aula.

PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS EDUCACIONAIS DOS ALUNOS COM TDAH

Para melhor entendimento do nosso objeto de pesquisa foi muito importante a consulta ao Manual de diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais, também chamado de DSM-V, IV, II, II que é um manual médico organizado pela associação americana de psiquiatria onde define-se o diagnóstico de transtornos mentais. Usado por psicopedagogos, médicos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, é à base de diagnósticos de saúde mental mais utilizado no momento.

Indo de encontro com as ideias dos autores neste artigo apresentado, o DSM – ratifica os detrimientos que o TDAH causa na área da aprendizagem, sendo de extrema importância uma intervenção externa no caso do psicopedagogo, para diminuir as perdas ocasionadas pelo transtorno. Essa intervenção, em sala de aula, pode ser compreendida como uma metodologia estratégica utilizada pelo professor para auxiliar os alunos TDAH. Segundo Silva (2003, p.60): “Neste mundo empírico uma coisa é fato, o funcionamento do cérebro do portador do TDAH beneficia o exercício de atividades transcendentais como a criatividade”.

Em síntese, o resultado da pesquisa nos remete como o especialista em Psicopedagogia pode auxiliar o professor regente do ensino fundamental na superação de problemas de comportamento em sala de aula de um aluno com diagnóstico de TDAH e como o aluno pode se beneficiar das propostas.

Diante da importância do tema TDAH no contexto educacional, deu-se início a pesquisa com objetivo de Auxiliar o professor em sala de aula na superação, adaptação e na resolução dos problemas comportamentais nos alunos que apresentam TDAH, levando assim ao aprendizado do mesmo bem como a socialização dentro da estrutura escolar usando a coleta de dados e informações com a intenção de oferecer dados no sentido de potencializar a magnitude das metodologias alternativas no processo ensino-aprendizagem.

O educador padrão terá mais estabilidade e criatividade para elaborar atividades e avaliar quais conseguiram melhor funcionalidade. Necessitará se apropriar dos interesses da criança, buscando situações as motivem, e fornecendo um retorno coerente, logo após o comportamento apresentado pela criança. A estruturação de rotinas para a cumprimento das atividades escolares, a reorganização dos horários para realização de atividades não escolares tal como o aumento de carga horária para atividades mais complexas para aprendizagem dos alunos com TDAH.

Faz-se de fundamental importância a modificação do processo ensino-aprendizagem em relação aos alunos com TDAH. Fundamentando-se na introdução de métodos que prendam a atenção dos alunos, pois o processo de aprendizagem e desenvolvimento alcançado pelo aluno na idade adulta depende de forma significativa da atuação do professor nesse processo e o tipo de metodologia de ensino que irá estimular o aluno “Em ambientes e atividades pouco estimulantes, a frequência de sintomas aumenta.”

Metodologias alternativas estimulantes, que animam e incitam a realização do fazer, são fundamentais no processo de absorção do conhecimento dos alunos com TDAH, pois a maior parte dos sujeitos com déficit de atenção tem êxtase em buscar novos estímulos.

Uma metodologia instigante é aquela cujo o aluno não perde o foco e a concentração necessária para seu uso na vida social e educacional. Segundo Barkley e Benton (2011), o aluno com TDAH é espontaneamente distraído por pensamentos desnecessários quando deveria se concentrar em alguma coisa.

Os problemas apresentados na aprendizagem dos alunos com TDAH ocasionam muitos conflitos, ressignificando a importância da intervenção pedagógica para encaminhamento do aluno para uma possível hipótese diagnóstica, para que as suspeitas sejam determinadas e assim repensadas as metodologias aplicadas anteriormente.

Uma metodologia dinâmica no processo de aprendizagem para alunos com TDAH, é apropriado para estimular o aluno a concentrar-se, é a adaptação da sala de aula. Segundo Bonadio e Mori (2013, p.134): “Eliminar o barulho excessivo ou reduzindo os sons e criar condições adequadas de trabalho, como um ambiente bem iluminado, arejado e silencioso, são fatores que favorecem a concentração e a execução da tarefa.”

Todo estímulo à atenção do aluno com TDAH proporcionará progressos significativos no processo ensino-aprendizagem.

O diagnóstico precoce, a intervenção psicopedagógica, metodologias alternativas e adequação das salas de aula juntamente com uma postura mais paciente e compreensível por parte dos professores, farão toda a diferença no aprimoramento do processo ensino-aprendizagem aos alunos com TDAH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa podemos concluir que o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, tornou-se uma barreira no processo ensino-aprendizagem, uma vez que a atenção que é a coluna de sustentação para a aprendizagem é o fator mais prejudicado pelo TDAH, sendo apontado como um dos principais motivos de evasão escolar.

Seja por falta de afetividade ou até mesmo de conhecimento, o professor pode deixar de fornecer subsídios no processo educacional do aluno com TDAH na educação escolar, ocasionando desmotivação e levando o aluno a provável desistência pois o mesmo não consegue acompanhar os demais.

Podemos reconhecer a importância do conhecimento das estratégias utilizadas pelos professores, no direcionamento das suas aulas com alunos com TDAH, tomando por base o conhecimento já existente dos profissionais da área e professores da rede pública. Para obtenção de uma evolução positiva na aprendizagem, verificarmos a importância do conhecimento sobre o transtorno por parte dos professores, sendo a Escola considerada o segundo local de socialização desses alunos, onde a família é considerada a primeira e mais importante no avanço dessa evolução.

No que diz respeito ao desenvolvimento do aluno com TDAH, na leitura e na escrita, requer que os professores reconheçam seus alunos com suas limitações, suas potencialidades, seus contextos sociais e políticos, visando à elaboração de uma prática e ação pedagógica que possam surtir efeitos positivos na aprendizagem desses alunos. Portanto, é através desse pensamento que podemos associar a alfabetização com o desenvolvimento das habilidades e comportamentos para uso competente da língua escrita nas práticas sociais das crianças,

As estratégias utilizadas pelo professor, deve favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita do aluno com TDAH, conduzir o aluno a copiar as atividades por etapas e explicar cada parte, uma cada vez, é dessa forma que o aluno consegue evoluir.

Através deste artigo podemos concluir que por mais que se tenha havido prejuízos causados pelo TDAH no desenvolvimento do aluno, poderá, ainda, existir uma contrapartida significativa na intelectualidade do aluno através da mediação e acompanhamento de metodologias diferenciadas e elaboradas que sejam eficazes de uma administração pontual do conhecimento pelo processo de aprendizagem, onde os professores, poderão, com cuidado e sensibilidade, técnica, sobrepor se a barreira do TDAH e assim possibilitar a igualdade de conhecimento entre os seus alunos. Nesse

cenário, a valorização da criança com TDAH e sua educação necessitam ser privilegiadas em todos os seguimentos da vida, pois é um processo de formação onde a família, a escola e a toda sociedade são responsáveis.

Adverte se aqui a importância do Psicopedagogo, pois sempre que se trabalha com dificuldades de aprendizagem o primeiro caminho a se tomar é o encaminhamento ao profissional específico para que o aluno desenvolva suas funções cognitivas e assim alcance seus ideais escolares e também na vida.

REFERÊNCIAS

AMERICAN Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARKLEY, Russel A; BENTON, Christine M. **Vencendo o TDAH adulto**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BENCZIK, E. B. P. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica: um guia de orientação para profissionais**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2000.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRIOSO, A.; SARRIÀ E. **Distúrbios de comportamento**. In: COLL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Trad. DOMINGUES. M. A. G. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v.3, cap.10, p. 160-164.

FERREIRA, Cláudia: **TDAH na infância: transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**. Uni Duni, 2015.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua: perguntas e respostas sobre o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Lemos editorial, 2003.

NEVES, M. A. **Psicopedagogia: um só termo e muitas significações**. In: **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. V. 10, nº 21, 1991.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes inquietas: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas**. São Paulo: Gente, 2003.

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: O PAPEL DA ESCOLA



Solange Alves de Melo

Formada e em Pedagogia e em Artes Visuais, com Pós-graduação em Psicopedagogia, Alfabetização e Letramento, Educação Especial e inclusão com Ênfase em Transtorno do Espectro Autista.



Edilayse Eduardo Caetano da Silva Costa

Formada e em Pedagogia e em Letras, com Pós-graduação em Educação Especial - Deficiência Intelectual. Especialista em Alfabetização e Letramento e estudo de História, Arte e Educação nos Museus Paulistas.

RESUMO

O presente artigo traz uma breve reflexão de como os povos originários são representados na sociedade brasileira. Nos meios de comunicação, a imagem ainda diz muito sobre um povo ou um ser e os indígenas são representados de forma estereotipada. Em razão da tentativa de esquecimento desse processo histórico, que os estereótipos ganharam força, trazendo uma visão empobrecida e muitas vezes, totalmente equivocada sobre os indígenas. Desmitificar a história vem sendo uma luta constante e diária em nossa sociedade. O racismo estrutural está impregnado em nosso comportamento, fomos criados e educados nesta cultura colonial, dando privilégios a determinado grupo, com a crença de hierarquização de uma raça sobre a outra, atribuindo valores positivos e negativos, enraizados na sociedade. Carregamos a cultura indígena presente no nosso dia a dia e muitas vezes isso nem é percebido, pois pouco se fala sobre o assunto. Parte daí a necessidade de contextualizá-los como sujeitos históricos, sociais e fundamentais na formação do nosso povo. Educação de qualidade só acontece quando a educação étnico racial se tornar humana, garantindo os direitos humanos de todos.

Palavras-chave: Cultura. Educação. Estereótipos. História. Unidade educacional. Povos originários.

INTRODUÇÃO

Sendo o Brasil um país que apresenta diversidade de culturas, raças e religiões, tornar estes povos visíveis, é garantir os direitos humanos de todos, onde o mundo é de todos e para todos, respeitando o próximo e suas características, dando a voz e aprender com cada povo (Indígenas e Africanos), buscando a identidade brasileira, tomando cuidado com os estereótipos que fogem da realidade deles, reforçando o preconceito.

O estereótipo, assim como o conceito, é um reflexo/refração específica da realidade, ou seja, reflete com desvios, como um lápis que, colocado em um copo de água, “entorta” -, mas o estereótipo comporta uma carga adicional do fator subjetivo, que se manifesta sob a forma de elementos emocionais, valorativos, que vão influenciar o comportamento humano. (BACCEGA, 1998, p. 10).

Na medida que vamos aprendendo, ouvindo as perspectivas desses povos, vamos conhecendo a nossa própria identidade, despertando as curiosidades, reflexões e conhecimento.

Enquanto educadores, sabendo que a educação é um direito de todos e para todos, devemos trazer propostas de mudanças que valorizem as diversidades, sejam culturais, linguísticas, dentre outras, dando oportunidade aos estudantes de terem contato com outras culturas, com uma educação libertadora, onde o Brasil é um país múltiplo e todos tem direito à vida, devendo ser respeitados, pois sabemos que por meio da educação entramos em contato com valores, hábitos, conhecimentos e experiências que possibilitam uma transformação na sociedade.

Sendo assim, os povos Indígenas estão presentes em nossa sociedade, não podemos deixá-los invisibilizados, determinando um marco temporal para mostrar suas existências.

Segundo um relato de Daniel Munduruku, na live “Currículo da cidade povos indígenas”, muitos desses povos foram obrigados a falar a língua portuguesa, esquecendo da própria identidade, pois não podiam falar suas línguas de origem, senão eram castigados, se submetendo à cultura dominante, se tornando como verdades com o passar do tempo por tanto serem contadas e ouvidas. A história

colonial coloca os indígenas e negros como povos que precisam ser dominados e vencidos.

Em 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 1990. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%.

Já o Censo Demográfico 2022 relativos à população indígena do país, divulgado em agosto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou um crescimento em relação aos dados do Censo 2010, passando de 896.917 para 1.693.535 indivíduos, correspondendo a 0,83% da população total brasileira.

De acordo com esse novo levantamento, dentre os 5.570 municípios do país, 4.832 têm moradores indígenas, isso representa cerca de (86,8%) do total nacional. No entanto, a maioria da população que se identificou como indígena (63%) vive fora das 573 terras oficialmente demarcadas pela Funai. O maior número da população indígena do país se concentra na Terra Indígena Yanomami (AM/RR), com 27.152 indivíduos, seguida pela Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), com 26.176 indivíduos.

O FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO INDÍGENA NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

A história precisa ser contada e ouvida por uma nova perspectiva, fazendo com que os indígenas possam ser ouvidos como protagonistas desse período colonial, o que nos faz questionar o uso de alguns termos atribuídos aos povos originários, como a palavra índio, termo pejorativo, trazido pelo colonizador, que reforça o preconceito, onde os povos indígenas eram vistos como todos iguais, inimigos, selvagens ou preguiçosos, que precisavam ser massacrados, pois impediam o crescimento das cidades. Já o termo “indígena” significa natural do lugar que se habita, sendo mais abrangente com a pluralidade de etnias existentes.

Quando a sociedade atual se depara com esses povos em outros territórios como universidades, espaços culturais e sociais diversos e fazendo uso de tecnologia, questionam sua origem e seus valores, por esses artefatos serem atributos ao homem branco, é como se o indígena não tivesse que acompanhar o processo. Por isso, temos

que mostrar a sua marca história no nosso país, o que possibilitará diversas discussões e aprendizados em torno desse assunto.

À medida que os povos originários se apropriam de seus direitos e lutam para serem ouvidos existe a possibilidade de construir uma nova narrativa, mostrando outra perspectiva da história que dá visibilidade a estes povos, que lutam até hoje com resistência para terem seus direitos garantidos, manter suas culturas e o seu território.

Precisamos de mais consciência racial, uma vez que a branquitude inferioriza os indígenas e negros, hierarquizando a cultura do povo branco como um padrão a ser seguido, anulando as culturas desses povos, como se ser branco já os tornam privilegiados.

A educação atual se encontra fragilizada, com muitas lacunas, por falta de formação que implementam a educação antirracista, com elementos que focam em ações e práticas no nosso cotidiano. O perfil da escola é um indicador que potencializa estas aprendizagens, conhecimento e construção efetiva, partindo da parceria com os educadores e comunidade fica possível articular ações no território, que traduza a memória da comunidade educativa.

Valorizar a diversidade, pensando na igualdade, promovendo uma educação igualitária, que traga questionamentos para os estudantes, mostrando a diversidade racial de forma positiva, com consciência crítica e política, o que contribui para o fortalecimento da identidade e o combatendo à discriminação. Isso pode acontecer por meio do desenvolvimento dos projetos pedagógicos antirracistas, refletindo sobre eles, para assim possibilitar ações efetivas, rompendo este ciclo de preconceito.

Não é possível combater o racismo sem engajamento em mudanças individuais e coletivas, construindo uma visão ampliada, entendendo a educação como um processo que permite o entendimento pessoal e humano, que cada povo tem sua cultura e características de vida. Ações educacionais que viabilizem a cultura indígena, podem colaborar para a desmistificar a ideia herdada dos nossos invasores, além de contemplar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis propostos pela ONU.

O conhecimento sobre as diferentes etnias e a comunicação, o estudo da língua falada em cada aldeia, a influência na Língua Portuguesa e especificamente em São Paulo, nomes de bairros e seus significados, podem colaborar e ajudar a entender um pouco de nossa história, além de ampliar o conhecimento de território dos nossos estudantes. Podemos destacar ainda o respeito à natureza, preservação do meio, tirar da terra apenas o que necessita para sobrevivência, entender o quanto a fauna e flora são importantes tanto para efetiva função da cadeia alimentar como no cotidiano do ser humano, são exemplos trazidos por eles que deveriam ser seguidos por todos nós.

Como suporte para colocar em prática planos de ação as unidades escolares podem se apoiar em leis e documentos que reconhecem e afirmam a importância dos povos originários na formação do povo brasileiro. A exemplo disso, temos a Lei 9795/99, que institui o PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental, de forma obrigatória em todos os níveis de ensino.

A educação ambiental visa desenvolver uma filosofia de ética, moral e respeito à natureza e aos homens, é uma importante ferramenta que mobiliza a comunidade para mudanças de hábitos. Conforme determinação da lei, a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, ampliando o debate e reconhecendo a valorização de cada etnia, abrangendo as questões culturais e sociais.

A principal meta dessa lei é universalizar a educação sócio ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino como uma prática inter, multi e transdisciplinar contínua e permanente nos espaços formais e não formais .

A Lei 13006/14 altera o artigo 26 da LDB, acrescentando o parágrafo 8 com uma redação que obriga todas as escolas a exibirem, por mês, o mínimo de duas horas de filmes nacionais nas escolas de educação básica.

Outro exemplo é a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o “Estudo da história e cultura Afro- Brasileira e Indígena” no ensino fundamental e médio, trazendo reflexões e favorecendo a pesquisa. Com ela, vem a missão de superarmos o pensamento ultrapassado que a sociedade atual traz e é por meio da educação que devemos reencontrar e reconhecer nossa ancestralidade originária, desmistificando qualquer preconceito, pois ainda há tempo de mudar e evoluirmos em direção a uma relação de respeito mútuo e reconhecimento dos direitos de cidadania das pessoas e dos povos indígenas do País.

E por fim a resolução CNE/ CP n 02/17, que institui a BNCC, afirmando a construção de propostas pedagógicas, atendendo os direitos e objetivos de aprendizagem nas instituições escolares e sistemas de ensino. Ela afirma que “a elaboração da Base Nacional Comum Curricular-BNCC é uma importante iniciativa a que o Brasil se dedica hoje e que coloca o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento humano como fundamento central na construção dos currículos e das propostas pedagógicas das escolas. O principal objetivo da Base Curricular é contribuir para que o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento humano seja assegurado a todos os educandos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Entende-se que o direito à educação efetiva-se mediante a garantia do acesso à escola para todos os

cidadãos/as e de condições de participação na aprendizagem e o desenvolvimento ao longo da vida. (BNCC, 2015)

No entanto, vemos que a BNCC revisada deu um sério recuo na proposta sobre os direitos adquiridos dos povos indígenas na contemporaneidade.

O parecer 13/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena) diz que a educação escolar indígena será orientada por diretrizes específicas e pelas diretrizes próprias a cada etapa e modalidade da educação básica instituídas nacional e localmente.

Por isso, precisamos ajudar os estudantes a entenderem a importância destes povos para a formação da nossa sociedade, deixar de retratá-los de forma caricata, fazer com que eles respeitem os primeiros que aqui viveram e que eram donos desse território e hoje vivem como se estivessem pedindo favor. É preciso tirar essa ideia de que eles são povos preguiçosos como dizem vários políticos e fazendeiros.

O que podemos continuar fazendo é o nosso papel, desconstruindo essa imagem e dando maior destaque aos ensinamentos e influências dos povos originários em nossa história.

Tudo isso nos leva a pensar de forma mais reflexiva sobre a imagem que é apresentada dos povos originários na sociedade atual, onde a educação tem um papel fundamental para quebrar esses estereótipos, desconstruindo qualquer forma de discriminação ou preconceito contra povos, raças ou etnias, de forma crítica, contextualizada e além de tudo, responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos originários necessitam de reconhecimento de seus direitos, as etnias indígenas sofreram invasões, foram exploradas, massacradas e atualmente sofrem situação de abandono.

É sabido que os indígenas contribuíram para formação cultural do povo brasileiro, a troca de experiências, a busca por informações, saberes e causos auxiliam no entendimento da nossa própria história e provocar esse cruzamento cultural aos nossos estudantes é de extrema necessidade. Aprendemos muito sobre respeito pelo meio ambiente, a sabedoria da preservação da fauna e flora e viver em sociedade, a troca de experiências, a busca por informações, saberes e causos, contribuem para entendermos nossa própria história e provocar esse cruzamento cultural aos nossos estudantes.

Conversar, apresentar a verdadeira história e valorizar a cultura indígena contempla e abre espaço para discussão das “ODS – Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Objetivos de aprendizagem, aguçando nos estudantes a importância de contribuir para um planeta melhor, sendo eles os protagonistas dessa nova página da história.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M. A. **O estereótipo e as diversidades**. Comunicação & Educação, (13), 7-14, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério dos Povos Indígenas - **Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país**. Disponível em <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/>>. Acesso em: 03 set. 2023.

COELHO, Renato. **Em pouco mais de uma década, grupo que se declara indígena no Brasil cresceu 89%, mostra Censo 2022**. Jornal Unesp, 10 ago. 2023. Disponível em <https://jornal.unesp.br/2023/08/10/em-pouco-mais-de-uma-decada-grupo-que-se-declara-indigena-no-brasil-cresceu-89-mostra-censo-2022/>. Acesso em: 03 set. 2023.

CURRÍCULO DA CIDADE: **Povos Indígenas: orientações pedagógicas**. - São Paulo: SME/COPED, 2019.

EDUCATION FOR SUSTAINABLE. **Development Goals: learning objectives**. Publicado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

MUNDURUKU, Daniel, 1964 - Crônicas de São Paulo. Daniel **Munduruku**; ilustrações Camila Mesquita. - [1.ed.]- São Paulo: Callis Ed, 2011.

Revista AUTÊNTICOS

Instituto P2G Educacional
Rua Marquês de Lages, 729 - Ipiranga
CEP 04162-001- São Paulo - SP

Nossos Contatos:
Fone: 11-2947-3283
Whatsapp: 11-95123-9337

www.revistaautenticos.com.br
E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br
Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP –CEP 04162-001
Fone: (11) 2947-3283.